



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral

**As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ  
(1975-1988): a ação política no governo de Francisco Amaral**

Duque de Caxias

2023

Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral

**As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ (1975-1988):  
a ação política no governo de Francisco Amaral**



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Duque de Caxias

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

A485      Amaral, Marcela Aurea Rodrigues Gomes  
Tese      As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ  
(1975-1988): a ação política no governo de Francisco Amaral. / Marcela  
Aurea Rodrigues Gomes Amaral. - 2023.  
205 f.

Orientador(a): Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão.  
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada  
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Educação infantil - Teses. 2. Creches - Teses. 3. Política  
governamental – Teses. 4. Nova Iguaçu – Teses. I. Barão, Gilcilene de  
Oliveira Damasceno. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 373.22

Bibliotecária: Karla Belchior da Costa – CRB7/6126

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

-----  
Assinatura

-----  
Data

Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral

**As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ (1975-1988): a  
ação política no governo de Francisco Amaral**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre, ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação, Cultura e  
Comunicação em Periferias da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:  
Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Aprovada em 03 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof. Dr. Lincoln de Araújo Santos  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Tereza Goudard Tavares  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Célia Regina da Silva  
Universidade Estadual de Minas Gerais

Duque de Caxias

2023



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tentativa de reconhecer a importância de cada pessoa na minha trajetória pessoal e acadêmica, tendo em consideração aqueles e aquelas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha família, meu alicerce: meu pai, Antônio (em memória), paraibano que migrou para Nova Iguaçu em 1968; minha mãe, Maria José, pernambucana que chegou em 1971. Juntos, iniciaram uma história, trabalharam duro e aos poucos construíram uma casa num bairro afastado do Centro de Nova Iguaçu, onde eu e meus irmãos (Mônica e Agnaldo) fomos criados, numa relação de amizade e partilha. Posteriormente, somaram ao grupo nossos “meninos”, sobrinhos do meu coração: Anthony, Gabriel, Arthur e Rafael.

Ao meu companheiro de vida, Luís Claudio e ao meu amado filho Heitor, por todo o amor e apoio, que foram fonte de energia para a realização deste importante estudo e me trazem felicidade diariamente. “Felicidade é um agora que não tem pressa nenhuma” (Adriana Falcão).

Ao meu sogro (em memória), cuja história de vida foi fonte de inspiração para este trabalho e à minha sogra Abadia Amaral, que atenciosamente disponibilizou o acervo pessoal, uma das fontes da pesquisa.

A minha querida orientadora Gil, por suas contribuições para este trabalho acadêmico, que foi gentilmente conduzido através de um longo processo de aprendizagem, de aulas ministradas e dos nossos encontros de orientação; que em meio a essa formação, permitiu-me escolhas dos caminhos metodológicos e teóricos para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Às professoras Célia Regina da Silva, Maria Tereza Goudard Tavares e ao Professor Lincoln de Araújo Santos, que prontamente aceitaram o nosso convite para participar da banca e contribuíram de maneira decisiva para o encaminhamento da pesquisa.

À amiga professora Isabel Andreia (em memória), que me ensinou os primeiros passos enquanto professora pesquisadora e foi uma das incentivadoras do meu ingresso no mestrado. E ao amigo João, pelo seu companheirismo de todos os momentos.

Aos amigos que o SEPE-Nova Iguaçu me trouxe, oportunizando valiosos encontros de luta e estudo. Em especial: Lidiane Lobo, Michelle Abraão, Michelle Paranhos, Naira Fonseca Fois e Samanta Pereira. Nas palavras de Florestan Fernandes (1976, p.152): “Ao mesmo tempo, punha-me diante de uma nova forma de companheirismo, na qual a amizade era um fim em si e para si; o dar e tomar não eram parte de uma luta, de confronto com os outros”.

Ao SEPE-NI e às diretoras da EMEI Jardim Europa, que lutaram ao meu lado para a liberação da licença para estudo, compartilhando a compreensão da importância da formação e da pesquisa para a educação da classe trabalhadora e das dificuldades em conciliar trabalho docente e estudo. Assim, pude dispor de tempo para frequentar as aulas e me dedicar ao processo de escrita da dissertação.

Aos funcionários da EMEI Jardim Europa, escola acolhedora e inspiradora que atuo como professora de Educação Infantil. Em especial, às Diretoras Marcele e Lidiane, parceiras de trabalho, estudo e projetos.

Aos membros do Grupo de Pesquisa da FEBF, Histedbr-Baixada- RJ, espaço formador que contribui para a interlocução de saberes científicos e desenvolvimento acadêmico de estudantes da Baixada Fluminense e à turma de Mestrado da FEBF-UERJ 2020. Em especial: Leudes Patrick e Valéria.

A todas as pessoas entrevistadas e consultadas durante a pesquisa, ao historiador Carlos Lacerda, aos membros do MAB, às funcionárias das primeiras creches municipais oriundas do concurso de 1988.

Aos meus amigos e amigas que me incentivaram a realizar esta pesquisa.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da educação e aos meus alunos e alunas que contribuíram para a minha formação enquanto professora de escola pública da Baixada Fluminense, ao longo dos últimos vinte e dois anos.

## RESUMO

AMARAL, M. R. **As creches como reivindicação e políticas públicas em Nova Iguaçu-RJ (1975-1988)**: a ação política no governo de Francisco Amaral. 2023. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa 2: Educação, Escola e seus Sujeitos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense e trata do movimento de luta por creches no município de Nova Iguaçu-RJ e as conquistas, nesse campo, entre os anos 1975 e 1988, tendo em vista o diálogo estabelecido entre os movimentos sociais e o poder público municipal, que se desdobra na construção das primeiras creches públicas da cidade, durante o governo de interventoria de Francisco Amaral em 1988. Através da pesquisa documental (hemeroteca digital, Correio da Lavoura, acervos pessoais, acervos de instituições escolares, arquivo da Diocese de Nova Iguaçu, acervo do MAB e Diário Oficial de Nova Iguaçu) e da pesquisa de campo, o trabalho envolve a reconstrução histórica do objeto de pesquisa, por meio da análise do entrelaçamento entre dois processos históricos. O primeiro deles é o movimento de luta pelo direito à creche pública, constituído sob a perspectiva de enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade e de transformação da realidade, que, na cidade de Nova Iguaçu, organiza-se fundamentalmente a partir das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBS) e do Movimento de Amigos do Bairro (MAB). O segundo processo histórico é a gestão de Francisco Amaral enquanto interventor. Nessa direção, investiga-se a sua biografia, tendo como foco a sua relação com as lutas dos movimentos sociais e a sua trajetória política, em articulação à discussão sobre a educação escolar durante a ditadura civil-militar e no período da transição “democrática” e à problemática do atendimento à primeira infância na cidade. No intuito de apreender as particularidades das políticas públicas para a educação infantil em Nova Iguaçu, toma-se como referência as contribuições de Florestan Fernandes, sob o materialismo histórico-dialético, ou seja, na sua relação com a totalidade social do capitalismo dependente e do seu desenvolvimento no Brasil, que se materializa no quadro histórico de profunda desigualdade estrutural e que se manifesta quantitativa e qualitativamente na educação pública. Através desta pesquisa, constata-se que, passados trinta e cinco anos desde a construção de dez creches municipais no ano 1988 – período em que Nova Iguaçu abrangia os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados – pouco se avançou na questão de novas construções e na oferta de vagas para a primeira infância, já que cinco, das dezoito Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) existentes hoje, tiveram origem como creches municipais no ano de 1988, estas, ligadas à Assistência Social e que, a partir do ano de 2000, tornaram-se responsabilidade da Secretaria educação.

Palavras-chave: Luta por creches. Educação infantil. Movimentos sociais. Francisco Amaral. Nova Iguaçu.

## ABSTRACT

AMARAL, M. R. **Day care centres as demands and public policies in Nova Iguaçu-RJ (1975-1988)**: political action in the government of Francisco Amaral. 2023. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

This dissertation is part of research line 2: Education, School and its Social Subjects of the Postgraduate Programme in Education, Culture and Communication of the Faculty of Education of the Baixada Fluminense and deals with the movement of struggle for day-care centres in the city of Nova Iguaçu-RJ and the achievements in this field between 1975 and 1988, taking into account the dialogue established between social movements and the municipal government, which unfolded in the construction of the first public day-care centres in the city, during the interim government of Francisco Amaral in 1988. Through documentary research (digital newspaper archive, Correio da Lavoura, personal collections, collections of school institutions, archives of the Diocese of Nova Iguaçu, MAB's collection and Diário Oficial of Nova Iguaçu) and field research, the work involves the historical reconstruction of the object of research through the analysis of the interweaving of two historical processes. The first of them is the movement to fight for the right to public daycare, constituted under the perspective of confronting the structural problems of society and transforming reality, which, in the city of Nova Iguaçu, is organised mainly from the Base Ecclesial Communities (CEBS) and the Amigos do Bairro Movement (MAB). The second historical process is the management of Francisco Amaral as intervenor. In this direction, his biography is investigated, focusing on his relationship with the struggles of social movements and his political trajectory, in articulation with the discussion about school education, during the civil-military dictatorship and in the period of the "democratic" transition and the problematic of early childhood care in the city. In the intention to apprehend the particularities of the public policies for early childhood education in Nova Iguaçu, it is taken as reference the contributions of Florestan Fernandes, under the historical-dialectical materialism, which is, in its relation with the social totality of the dependent capitalism and its development in Brazil, which materializes in the historical picture of deep structural inequality and that manifests itself quantitatively and qualitatively in public education. Through this research, it is verified that, after thirty-five years since the construction of ten municipal day care centres in 1988 - period when Nova Iguaçu included the municipalities of Belford Roxo, Japeri, Mesquita and Queimados - little progress has been made in the question of new constructions and in the offer of vacancies for early childhood, Five of the eighteen Municipal Schools for Early Childhood Education (EMEI) that exist today originated as municipal day-care centres in 1988, linked to Social Assistance, and which, as of the year 2000, became the responsibility of the Education Department.

Keywords: Fight for day care centers. Early childhood education. Social movements. Francisco Amaral. Nova Iguaçu.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa das emancipações de Nova Iguaçu .....	21
Figura 2 –	Mapa do Estado do Rio de Janeiro: municípios da Baixada Fluminense .....	22
Figura 3 –	Escola Municipal da Rede Pública de Nova Iguaçu na década de 1980 .....	40
Figura 4 –	Escola Municipal da Rede Pública de Nova Iguaçu na década de 1980 .....	41
Figura 5 –	Folheto do CEP (Centro Estadual dos Professores) da década de 1980 – Núcleo de Nova Iguaçu .....	42
Figura 6 –	Instituição Espírita Joana de Angelis em dezembro de 1988 .....	43
Figura 7 –	Material de divulgação dos Clubes de Mães do Informativa Diocese de Nova Iguaçu de maio de 1979.....	48
Figura 8–	Material sobre a participação da Igreja nos movimentos sociais do Informativo da Diocese de Nova Iguaçu de 1983.....	49
Figura 9 –	Convite para o Encontro Geral do Clubes de Mães da Diocese de Nova Iguaçu.....	49
Figura 10–	Diário de Classe da Cáritas datado do ano de 1978.....	52
Figura 11 –	Irmã Filomena com crianças da comunidade onde se dedicava à Pastoral .....	53
Figura 12 –	EMEI Bom Pastor .....	54
Figura 13 –	Placa na entrada da EMEI Bom Pastor .....	54
Figura 14 –	Creche Comunitária São Benedito.....	56
Figura 15 –	Guardanapo oferecido às mulheres como lembrança do 2º Encontro da Mulher na Baixada.....	57
Figura 16 –	A primeira casa de Francisco Amaral no interior do Nordeste brasileiro .....	67
Figura 17 –	Família Amaral reunida no jardim da casa em Pedreiras-MA.....	67
Figura 18 –	O Grupo Escolar Saldanha da Gama, onde Amaral estudou em Itaocara, interior do estado do Rio de Janeiro (1940) .....	69
Figura 19 –	Carta para a família durante o período de internato .....	71
Figura 20 –	Francisco com os irmãos gêmeos Antônio Carlos e José Bonifácio ...	72
Figura 21 –	Fachada do Colégio de Itaocara, 1948 .....	72
Figura 22 –	Exemplar do jornal escolar Gaveta, do qual Francisco Amaral foi um dos fundadores.....	74
Figura 23 –	Integrantes o Jornal Gaveta .....	75
Figura 24 –	Antenor Amaral em recepção no Catete (RJ) aos Coletores Federais, com homenagem a Getúlio Vargas.....	76
Figura 25 –	Família Amaral reunida na casa em Nova Iguaçu .....	76
Figura 26 –	Carteira da Faculdade de Direito .....	77
Figura 27 –	Diploma da Graduação .....	77
Figura 28 –	Formatura da Graduação .....	78
Figura 29 –	Abadia e Francisco .....	79
Figura 30 –	Convite de casamento .....	80
Figura 31 –	Recepção do casamento de Francisco e Abadia, pais, irmão e irmãs.....	80

Figura 32 –	Recepção do casamento de Francisco e Abadia, irmãos e cunhado.....	81
Figura 33 –	Posse como Juiz de Direito .....	82
Figura 34 –	Carteirinha de Juiz .....	82
Figura 35 –	Decreto N.º 12. 125, de 09 de novembro de 2020, luto após falecimento de Francisco Amaral .....	84
Figura 36 –	Manchete sobre o falecimento de Francisco Amaral no município .....	85
Figura 37 –	Reportagem do poder judiciário sobre o falecimento de Francisco Amaral .....	86
Figura 38 –	Homenagem a Francisco Amaral, rua em que residiu desde a juventude recebe seu nome .....	87
Figura 39 –	Descerramento da placa em cerimônia realizada na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Nova Iguaçu/Mesquita, em 29 de setembro 2022 .....	87
Figura 40 –	Cartaz de campanha para deputado estadual pelo MDB.....	94
Figura 41 –	Diploma de Deputado Estadual sob a legenda do MDB, no ano de 1978 .....	102
Figura 42 –	O professorado intensifica as campanhas de esclarecimento à população, agora em reuniões e passeatas em praças e ruas .....	104
Figura 43 –	Foto tirada após manifestação estudantil, em frente aos escombros do prédio da UNE, em 1980.....	107
Figura 44 –	Foto de uma criança, em apoio o bispo Dom Adriano.....	112
Figura 45 –	Revista com dedicatória do Bispo Dom Adriano Hypólito.....	112
Figura 46 –	Capa da Revista Equipe sobre a luta contra os despejos do BNH.....	114
Figura 47 –	Protesto contra o BNH com o apoio de Dom Adriano Hypólito.....	114
Figura 48 –	Folheto distribuído pelo MAB em assembleia realizada no dia 6 de abril de 1981 .....	117
Figura 49 –	Reportagem do Jornal Encontro sobre a taxa de iluminação pública (MAB).....	119
Figura 50 –	Convocação de reunião para tratar da desapropriação no bairro Guandu .....	120
Figura 51 –	Militantes do PMDB na sede do ex-MDB .....	121
Figura 52 –	Francisco Amaral e Ulysses Guimarães em campanha nas ruas da Baixada Fluminense.....	122
Figura 53 –	Panfleto de lançamento do PMDB em Mangaratiba.....	123
Figura 54 –	Panfleto da campanha eleitoral para deputado federal em de 1982 .....	124
Figura 55 –	Convite para o “Grande Encontro do futuro governador Miro Teixeira”, durante a campanha eleitoral de 1982 .....	124
Figura 56 –	Reunião entre o Senador Nelson Carneiro e o Vice-Governador Francisco Amaral .....	126
Figura 57 –	Placa em homenagem a Francisco Amaral da Associação de Moradores do Bairro Jardim Redentor (Belford Roxo) em 09 de maio de 1987 .....	128
Figura 58 –	Francisco Amaral e o Secretário de Justiça Tício Lins e Silva, leitura do termo da posse .....	129
Figura 59 –	Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1986 (frente do folheto) .....	131
Figura 60 –	Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1986 (verso do folheto) .....	132

Figura 61 –	Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1987.....	133
Figura 62 –	Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1988 .....	134
Figura 63 –	O comércio fechou e cerca de 700 pessoas se reuniram na Praça da Liberdade pedindo a saída do prefeito Paulo Leone .....	135
Figura 64 –	Funcionários da prefeitura liberados do expediente para segurar cartazes em apoio ao Prefeito Paulo Leone.....	136
Figura 65 –	O prefeito Paulo Leone passando por corsão de isolamento na saída da Prefeitura de Nova Iguaçu.....	137
Figura 66 –	Primeira campanha presidencial com eleições diretas em 1989, na sede do PMDB em Nova Iguaçu.....	142
Figura 67 –	Prédio da Creche Casulo 2, em 1980.....	145
Figura 68 –	Prédio da atual EMEI Olga Celestina, 2022.....	146
Figura 69 –	Ficha de cadastro da Creche Casulo 1 em Nova Iguaçu.....	147
Figura 70 –	Ficha de cadastro do manual da LBA.....	148
Figura 71 –	Escala do desenvolvimento infantil utilizada no manual da LBA.....	149
Figura 72 –	Visita da primeira-dama Dulce Figueiredo em creche da LBA.....	152
Figura 73 –	Manifestação popular na gestão do prefeito Paulo Leone.....	153
Figura 74 –	Participação de Lúcia Souto na Reunião da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ) .....	156
Figura 75 –	Planta baixa da EMEI Ambaí.....	157
Figura 76 –	Francisco Amaral e Solange Amaral (Superintendente da LBA) .....	158
Figura 77 –	Reportagem sobre a conquista de minipostos de saúde através da luta no MAB.....	160
Figura 78 –	Antiga Creche Municipal Alecrim e atual Abrigo no município de Japeri, 02 de novembro de 2021 .....	161
Figura 79 –	José Noronha, secretário de Saúde do governo Moreira Franco e o vice-governador Francisco Amaral. Rio de Janeiro, entre 1987 e 1991	163
Figura 80 –	Mapa que serviu como referência para a escolha do local de construção da creche.....	164
Figura 81 –	Confraternização da Inauguração da Creche Ambaí no ano de 1989....	165
Figura 82 –	Prédio da Creche Municipal Ambaí, em 1988.....	166
Figura 83 –	Prédio da Creche Municipal Ambaí em 2021.....	166
Figura 84 –	Ocupações das moradoras do bairro Ambaí em 1981.....	167
Figura 85 –	Festa junina na década de 1990.....	169
Figura 86 –	Crianças da Creche Municipal Jardim Europa no desfile cívico.....	169
Figura 87 –	Crianças e funcionários da Creche Jardim Esperança, na frente do prédio.....	170
Figura 88 –	Desfile Cívico no início da década de 1990.....	171
Figura 89 –	Fichas de identificação da Secretaria Municipal de Promoção Social do início da década de 1990.....	172
Figura 90 –	EMEI José Vieira de Jesus, em 04 de novembro de 2021.....	173
Figura 91 –	EMEI Monte Sol, em 04 de novembro de 2021.....	174
Figura 92 –	Carteirinha de identificação do ex-aluno da creche e atual funcionário.....	175
Figura 93 –	Prédio da Creche Patrícia Maria Gaspar Summa Pereira .....	176
Figura 94 –	Prédio da EMEI Patrícia Maria Gaspar Summa Pereira, em 27 de outubro de 2021.....	176
Figura 95 –	Alunos e a alunos no pátio da Creche Mesquita .....	177

Figura 96 –	Alunos e alunas da Creche Mesquita no parque de diversões.....	177
Figura 97 –	Teatro Infantil na Creche Mesquita .....	178
Figura 98 –	Mapa das cinco creches construídas em 1988 que pertencem ao município de Nova Iguaçu .....	181



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Relação das Entidades assistidas pela Fundação Legião Brasileira de Assistência no Rio de Janeiro .....	43
Quadro 2 –	Número de Creches da Igreja Católica em Nova Iguaçu até o ano de 1989.....	55
Quadro 3 –	Sumário do manual Vivendo a Pré-Escola.....	59
Quadro 4 –	As demandas das associações que atendiam à primeira infância em 1985, presentes no Relatório do MAB no 1º Encontro sobre Creches em Nova Iguaçu.....	61
Quadro 5 –	Associações de moradores filiadas ao MAB na década de 1980, que mantinham trabalhos com crianças .....	62
Quadro 6 –	Relação de Creches Municipais construídas na Gestão de Francisco Amaral (1988) .....	161
Quadro 7 –	Problemas relatados pelos moradores em Ambaí no ano de 1983.....	162
Quadro 8 –	Fundação das EMEIS da rede pública de Nova Iguaçu .....	180

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Vagas em creches e estimativas de demanda potencial na década de 1970 .....	39
Tabela 2 –	Esperança de vida ao nascer segundo a faixa salarial em 1976 .....	50
Tabela 3 –	Total de crianças atendidas de 0 a 6 anos atendidas em escolas e creches de Nova Iguaçu .....	187
Tabela 4 –	Matrículas por faixa etária no Município de Nova Iguaçu em outubro de 2022 .....	188

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>A LUTA PELA EDUCAÇÃO E PELAS CRECHES NO BRASIL E EM NOVA IGUAÇU: A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (MAB)</b> .....	33
1.1	<b>A educação pré-escolar no Brasil e em Nova Iguaçu</b> .....	33
1.2	<b>A Igreja Católica e o Movimento de Associação de Bairros: luta e pressão no poder público</b> .....	45
1.2.1	<u>Ações da Igreja Católica voltadas para a educação pré-escolar de crianças em Nova Iguaçu</u> .....	45
1.2.2	<u>Ações do MAB voltadas para a educação pré-escolar em Nova Iguaçu</u> .....	56
2	<b>A VIDA DE FRANCISCO AMARAL: A TRAJETÓRIA PESSOAL DE UMA PERSONALIDADE IGUAÇUANA</b> .....	65
2.1	<b>Pedreiras (MA): Cidade Natal</b> .....	65
2.2	<b>A chegada ao Rio de Janeiro e a vida em Nova Iguaçu</b> .....	68
2.2.1	<u>O 87º aniversário de Francisco Amaral e sua despedida</u> .....	83
3	<b>POLÍTICA, MOVIMENTO E AÇÃO DE FRANCISCO AMARAL</b> .....	88
3.1	<b>Atuação político-partidária e a participação nos movimentos sociais</b> .....	88
3.1.1	<u>Do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - 1963 ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB)-(1969-1979</u> .....	88
3.1.2	<u>Atuação aos movimentos sociais em Nova Iguaçu</u> .....	108
3.1.3	<u>O período como vice-governador (1987-1991)</u> .....	121
3.2	<b>Período de Intervenção: o encontro do Poder Público com os Movimentos Sociais em Nova Iguaçu (1988)</b> .....	128
3.3	<b>A conquista do direito às creches em Nova Iguaçu: a história das primeiras creches públicas do município</b> .....	132
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	182
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	190
	<b>ANEXO I – Ata</b> .....	202

<b>ANEXO II - Lei N.º 1601 .....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO III - Fotografia da cerimônia de entrega da Medalha de Mérito Comendador Soares .....</b>	<b>204</b>
<b>ANEXO IV - Fotografia da Constituição do Estado do Rio de Janeiro .....</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata da história política da educação no município de Nova Iguaçu, tendo como foco a luta por creches entre os anos 1975 e 1988. A motivação para a pesquisa tem origem a partir da minha trajetória profissional e de militância pela educação, no ensino público na Baixada Fluminense, inicialmente como professora da rede municipal de Belford Roxo, onde trabalhei de 2002 a 2007. E, em seguida, no município de Nova Iguaçu (NI), local em que permaneço desde o ano de 2003 até os dias de hoje, onde atuei nas escolas públicas do primeiro segmento do ensino fundamental e na Educação Infantil, assumindo diversas funções, como: a de professora de sala de recursos, no atendimento aos estudantes da educação especial; Coordenação Político-Pedagógica, Orientação Educacional e como regente de turma. Minha atuação na Educação Infantil – na rede pública de Nova Iguaçu – tem como marco o processo de fechamento das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na unidade escolar em que estava lotada, no ano de 2017. Com a extinção dessa modalidade de educação na Escola Municipal Armando Pires, onde trabalhei por quinze anos como professora e Orientadora Educacional, precisei mudar e optei por trabalhar como professora na Escola Municipal de Educação Infantil Rodrigo Twardowsky Alves. Ambas estão situadas no bairro de Comendador Soares, onde morei por vinte e oito anos. Neste primeiro contato com as turmas de Educação Infantil, tive a oportunidade de lecionar para alguns dos filhos e netos de alguns dos alunos e alunas que frequentaram a minha escola anterior.

Também, nesse mesmo período, passei a participar mais ativamente na luta sindical, como base do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), no núcleo de Nova Iguaçu, espaço que permitiu um contato com a militância, a formação política e com as pesquisas acadêmicas de algumas professoras sindicalizadas. No momento em que se deu o controverso processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), participei de uma série de atividades do sindicato voltadas à compreensão e ao enfrentamento dessa política. E a partir de encontros de formação, constituiu-se um pequeno grupo de estudos de trabalhadoras da educação, em que se reuniam professoras da rede municipal de Nova Iguaçu. Entre as pesquisas desenvolvidas por integrantes deste grupo havia a da professora Lidiane Lobo, que tinha como objeto as políticas educacionais no contexto iguaçuano durante a ditadura. Através da leitura da dissertação de mestrado de Lobo (2019), pude compreender a participação de meu sogro, Francisco Amaral, na cena política local: a escola em que Lidiane e eu trabalhamos hoje, a EMEI Jardim Europa, foi uma das dez creches

construídas durante o governo de Amaral, em 1988, em meio à ebulição dos movimentos sociais na Baixada e ao processo de “redemocratização” brasileiro.

Junto ao grupo de estudos e ao sindicato, persisti na investigação sobre as políticas educacionais e sobre a BNCC e, em 2019, mesmo ano em que assumi a função de Orientadora Educacional no município de Duque de Caxias, fui aprovada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com um projeto de pesquisa que buscava discutir a elaboração da BNCC e a participação de profissionais de educação de Nova Iguaçu nesse processo. O ingresso no mestrado, em 2020, foi no contexto da pandemia de COVID-19, que levou ao fechamento temporário das escolas, universidades e repartições públicas como medida de isolamento social e prevenção da doença. Em função das dificuldades decorrentes das opções políticas da prefeitura de Duque de Caxias, que reabriu as escolas no auge pandemia, fiquei por um curto período no cargo e optei por trabalhar somente no município de Nova Iguaçu.

Em 2020, através do concurso de remoção, comecei a lecionar na EMEI Jardim Europa, no bairro Lagoinha. Neste mesmo ano, no início do Mestrado, cursei a disciplina eletiva Políticas Públicas e Educação: Período de Redemocratização (1980-1990). Os debates realizados na ocasião contribuíram para uma redefinição da temática e do objeto de estudo. Outro fator que contribuiu para a escolha do tema foi o contato com o acervo pessoal de Francisco Amaral, com quem convivi por 13 anos no âmbito familiar. Desde então, passei a conhecer sua história enquanto homem público ligado aos movimentos sociais na Baixada Fluminense.

Articulando a discussão sobre a educação durante a ditadura civil-militar e no período da transição “democrática” à problemática do atendimento à primeira infância nas escolas de educação infantil em Nova Iguaçu, passamos a investigar a origem destas escolas, com o intuito de contribuir para a memória histórica da educação no município de Nova Iguaçu. Sendo assim, o recorte da pesquisa foi situado a partir da luta por creches e suas conquistas, em consonância com o diálogo entre movimentos sociais e poder público municipal durante a breve gestão de Francisco Amaral.

Quando observarmos o número de creches na cidade, constatamos que, passados quase trinta e quatro anos desde a construção de dez creches municipais no ano 1988, período em que Nova Iguaçu abrangia os municípios de Japeri, Belford Roxo Mesquita e Queimados, pouco se avançou na questão de novas construções. Identificamos que cinco, das dezoito Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) existentes, tiveram origem como creches neste

período, são elas: EMEI Ambaí, EMEI Cobrex (José Vieira de Jesus), EMEI Jardim Europa, EMEI Monte Sol e EMEI São Carlos (que atualmente recebe o nome de EMEI Patrícia Maria Gaspar Somma Pereira). Essa realidade se inscreve no quadro histórico de profunda desigualdade estrutural que se manifesta quantitativa e qualitativamente na educação pública, incidindo diretamente sobre os filhos e filhas da classe trabalhadora em nosso país.

Marília Pontes Sposito (1993), em seu livro “A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares”, ao analisar o conjunto das lutas por educação na cidade de São Paulo (1970-1985), durante o período da ditadura, aponta como os “novos protagonistas das lutas populares” estabelecem demandas e organizam-se para conquistá-las enquanto políticas públicas. Nesta dissertação, o contexto de luta na cidade de Nova Iguaçu teve como espaços primordiais, a partir de 1975, o Movimento de Amigos do Bairro (MAB) e as Comunidades Eclesiais de Bases (década de 1970). Nestas organizações havia religiosos, leigos católicos, militantes do PCB/MDB, médicos, advogados, trabalhadores da periferia e, dentre outros, Francisco Amaral (1974-1982) e Jorge Gama<sup>1</sup> (1979-1983) que se tornaram deputados estadual e federal. Posteriormente, Francisco Amaral (1986) seria vice-governador, e interventor em Nova Iguaçu (agosto a dezembro de 1988).

Neste estudo, trata-se de empreender a reconstrução histórica e desvelar o entrelaçamento entre dois processos históricos interligados: a gestão de Francisco Amaral enquanto interventor e o movimento de lutas pelas creches no município de Nova Iguaçu, que se constitui sob a perspectiva de enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade e de transformação da realidade, tendo como referência as contribuições de Florestan Fernandes (2010, p. 31), que ressalta que: “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens [e mulheres], em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história”.

Nesse sentido, investigaremos essas lutas, considerando a categoria movimentos sociais como ação coletiva na qual, de modo genérico, grandes grupos informais de indivíduos ou organizações, direcionados para objetivos específicos, resistem ou propõem uma mudança social. Conforme destaca Hebe Mattos, sobre a origem da categoria “movimentos sociais”:

O primeiro autor a utilizar o termo foi o sociólogo alemão Lorenz von Stein na sua História do movimento social francês de 1789 ao presente, publicada em alemão em 1850. Ele utilizava a categoria para definir um movimento que ia da sociedade para o

---

<sup>1</sup> Jorge Gama foi um político ligado ao movimento comunitário e à Igreja Católica, na Baixada Fluminense. Advogado, formou-se em ciências jurídicas e sociais na Universidade Federal Fluminense, em 1969. Em 1976, foi eleito vereador em Nova Iguaçu, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura militar. Em 1978, elegeu-se deputado federal, renunciando ao mandato de vereador. Em 1983, elegeu-se presidente do PMDB fluminense.

Estado, criado em função das desigualdades econômicas da sociedade industrial. A definição do movimento social como resposta a uma privação econômica, carência ou situação de exploração marcou a maioria das abordagens sociológicas sobre o tema até a primeira metade do século XX, compartilhada nas suas linhas gerais por abordagens behavioristas ou de influência marxista (MATTOS, 2012, p. 98).

A autora chama a atenção para o fato de que muitos analistas consideram a categoria movimentos sociais como uma expressão típica das sociedades industriais e dos estados nacionais que se organizam. Decerto, forma, classe, nação e modernização seriam premissas para a efetividade de movimentos sociais e por consequência, pertenceriam à história contemporânea. Ou ainda, outros estabeleceram conceitos mais totalizantes, como no exemplo a seguir: “Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso [...]” (MACADAM; TARROW; TILLY *apud* MATTOS, 2012, p. 100).

Sposito (1993) destaca que a unificação das lutas por creches em São Paulo ocorreu em 1979, a partir do I Encontro da Mulher Paulista, ocasião em que foi lançado oficialmente o Movimento de Luta por Creches na cidade, abarcando entidades e associações de mulheres. Sendo sua principal reivindicação, creches financiadas pelo Poder Público. Sobre esse período, a autora relatou:

A forte pressão exercida é traduzida em algumas vitórias como a promessa de construções de creches em bairros da região de Campo Limpo e Santo Amaro. Contudo, com o início das obras prometidas o movimento verifica que não participara na escolha dos locais. Nesse momento, começa a denúncia quanto à área escolhida nas construções. Os terrenos foram considerados inadequados e mal localizados (SPOSITO, 1993, p. 50).

No caso de Nova Iguaçu, podemos constatar que as primeiras creches municipais foram construídas nos bairros periféricos, de maneira que atendessem as necessidades das famílias trabalhadoras, onde a decisão da escolha dos locais passou por discussões no interior das associações de moradores e posteriormente, no MAB. Com o objetivo de ganhar tempo, cada comunidade encontrou o terreno para construção das creches e se articulou com o MAB e com a Secretaria de Saúde e Bem-Estar, como veremos no último capítulo.

A autora menciona ainda mecanismos de reivindicações educacionais, onde na realidade de São Paulo notou-se uma presença razoavelmente constante de parlamentares (30%). Assim, ela levanta como hipótese que a participação desses agentes políticos incide preferencialmente sobre a geração de meios de acesso ao Poder Público, já que estes não estão presentes na organização dos movimentos de bairros e nas suas estratégias de mobilização (SPOSITO, 1993).



O encontro entre o poder público e os movimentos sociais na cidade de NI acontece à medida que percebemos uma especificidade nesse processo, uma vez que Francisco Amaral enquanto deputado estadual, participava ativamente da organização das associações de moradores, sendo um dos fundadores da associação em Boa Esperança (Nova Iguaçu), no ano de 1965. Foi nesse espaço, na década de 1970, que conheceu os quatro médicos sanitaristas, que desenvolveram um trabalho junto à população da cidade, dando origem ao MAB. Conforme ele mesmo declara em sua entrevista à Fundação Getúlio Vargas, não se tratava de uma comunidade eclesial de base, mas movimentos mais amplos, voltados para a luta concreta da comunidade:

“A minha atuação na Assembleia se conjugava à atuação nos movimentos comunitários. Isso era uma coisa antiga, tanto que já em 1965, em Boa Esperança, em Nova Iguaçu, nós tínhamos criado uma associação de moradores” (AMARAL, 2001, p. 252).

Considerando que, no período de Intervenção, Francisco Amaral era morador da cidade de Nova Iguaçu, havia sido militante partidário, fundador do MAB, advogado da Mitra Diocesana de Justiça e Paz, Deputado Estadual e, que, portanto, transitou destas organizações para o legislativo e, posteriormente, poder executivo, interessa-nos compreender como um quadro que se forma nas lutas dialoga ou não com a garantia de direitos da classe trabalhadora. Apesar de ser um interventor, teria sido esta situação, um breve momento de circuito aberto, conforme descreve Florestan? Quem foi Francisco Amaral e como era sua atuação política na cidade? Como se deu a interação do poder municipal com os movimentos de bairros no período de intervenção? Como era a luta pelas creches em Nova Iguaçu? Havia um movimento organizado pela luta deste direito? Como explicar, na gestão de Francisco Amaral, a concepção para implementação de creches públicas na cidade? Havia relação com o movimento de luta pelas creches?

Para alcançar o desenvolvimento da pesquisa, elegemos os seguintes objetivos (geral e específicos):

### **Objetivo geral**

Investigar a interação e articulação do poder municipal com o movimento popular, destacando a luta por creches no município de Nova Iguaçu e relacionando-os com a biografia de Francisco Amaral.

### **Objetivos específicos:**

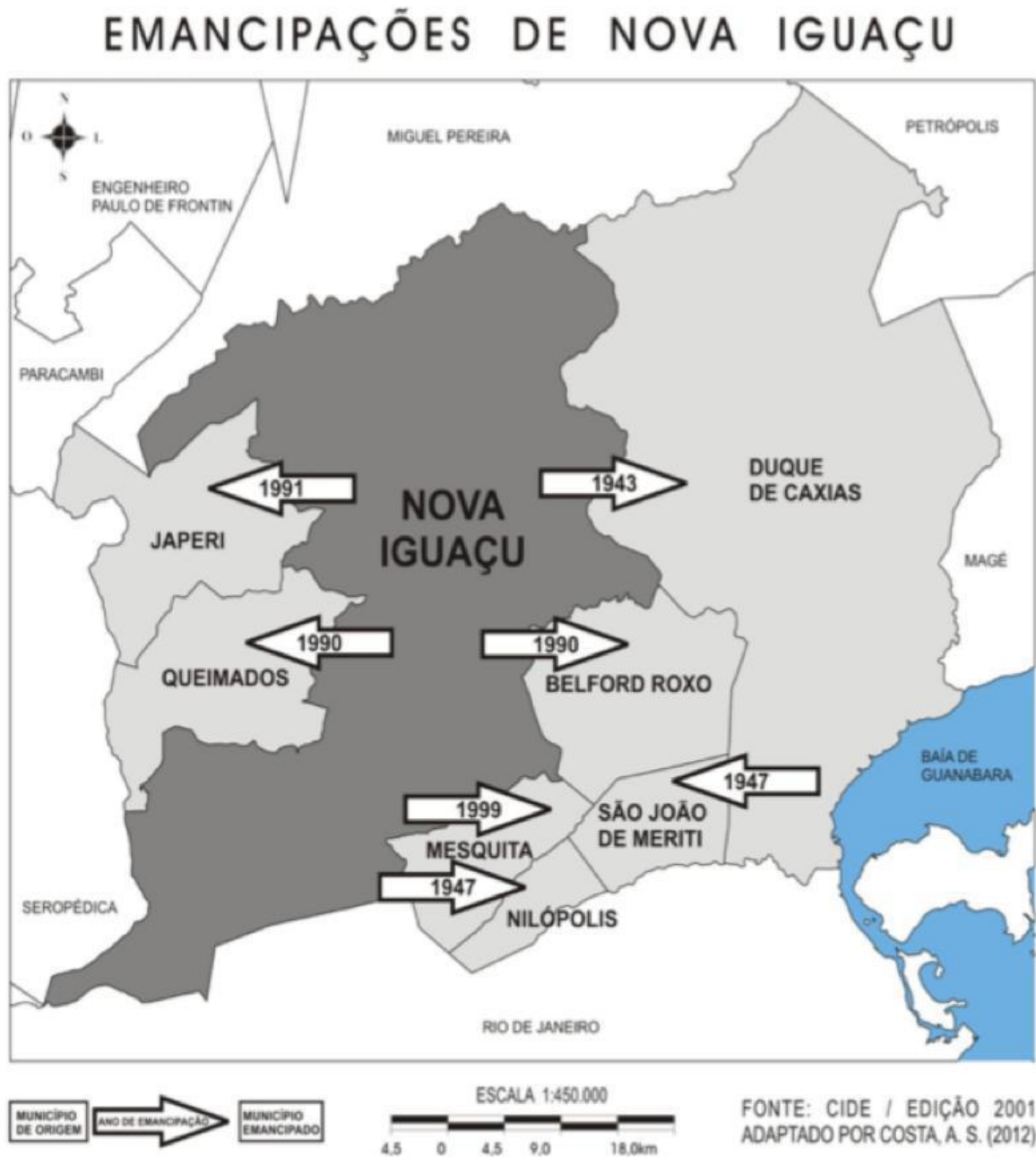
1) Compreender a organização do MAB e CEBS e a relação com a luta pelo direito à creche pública na cidade de Nova Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, na década de 1980;

2) Investigar a biografia de Francisco Amaral, a fim de compreender sua trajetória política e sua relação com as lutas dos movimentos sociais em Nova Iguaçu, fundamentalmente com a luta por creches que resultou na construção das dez creches municipais no período correspondente ao seu governo;

3) Inventariar a construção das primeiras creches públicas municipais, tendo em vista o diálogo entre movimentos sociais e poder público municipal durante o governo de interventoria de Francisco Amaral em 1988.

Nessa direção, resgatamos a história local, a partir dos acontecimentos históricos na política brasileira e apresentamos uma análise sobre o contexto histórico iguaçuano. A importância da reconstrução da biografia de Francisco Amaral, nomeado interventor de agosto a dezembro de 1988, contribuiu para entendermos sua atuação política nos Movimentos de Bairro em Nova Iguaçu e suas relações com as camadas populares organizadas. Assim, tem-se, como recorte temporal, o período de 1975 a 1988, abarcando desde os primeiros atendimentos da Igreja Católica às crianças pequenas no município, passando pelas mobilizações e ações do Movimento de Amigos do Bairro (MAB), até a construção de creches públicas municipais, fruto da organização política da classe trabalhadora e do diálogo com o executivo municipal, que através da gestão de Francisco Amaral era alinhado às lutas do MAB. Nesse período, Nova Iguaçu ainda abarcava municípios como: Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados (ver figura 1).

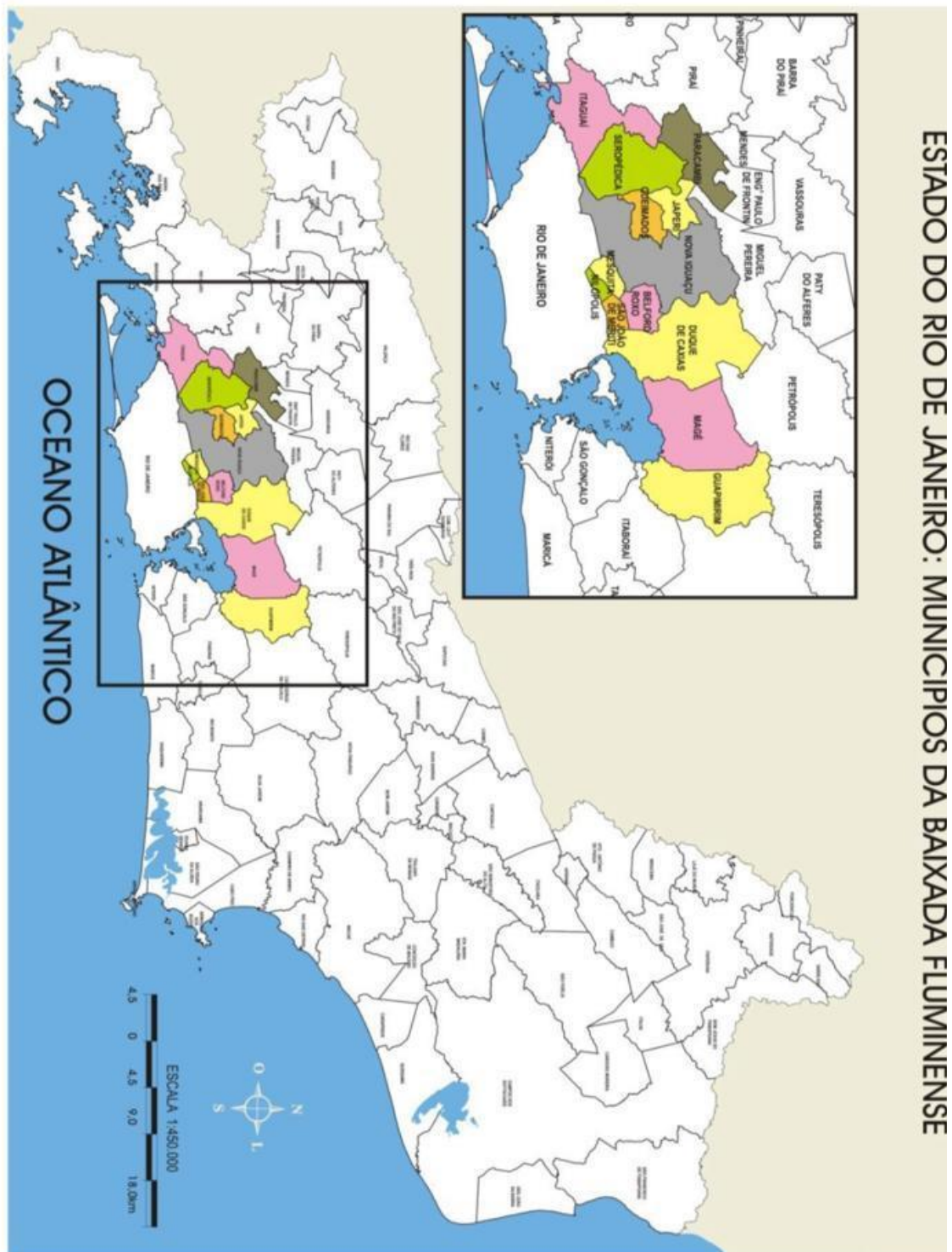
Figura 1 – Mapa das emancipações de Nova Iguaçu



Mapa 2 – Mapa das emancipações de Nova Iguaçu  
 Fonte: CIDE, 2001 adaptado por COSTA, 2012

Fonte: REIS, 2013, p. 22.

Figura 2 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro: municípios da Baixada Fluminense



Mapa 4 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro: municípios da Baixada Fluminense  
 Fonte: CIDE, 2001 adaptado por COSTA, 2010

Fonte: REIS, 2013, p. 24.

Tratar das políticas educacionais da Baixada Fluminense e, em especial, do município de Nova Iguaçu é contribuir para a produção de conhecimento sobre o lugar em que vivemos, através da reconstrução histórica do processo pelo qual se constituíram parte das creches existentes na cidade até hoje, valorizando a luta e os conhecimentos constituídos por homens, mulheres e crianças enquanto sujeitos históricos e sociais.

Entre estes sujeitos está Francisco de Assis Martins Amaral. Maranhense radicado em Nova Iguaçu desde 1948, tornou-se uma figura pública de grande expressão para a Baixada Fluminense. A partir de sua trajetória política, podemos perceber aspectos de grande relevância para a história de Nova Iguaçu e de toda a Baixada. Entre esses aspectos está a criação de dez creches municipais enquanto ação política de seu governo, conforme já mencionado acima. Nessa direção, buscamos reconstruir a história local, a partir dos acontecimentos históricos na política brasileira e apresentar uma análise sobre as particularidades das vozes iguaçuanas. Interessa-nos, em especial, estudar o contexto histórico do município através da biografia do político, a fim de compreender as relações entre os acontecimentos históricos nacionais e as particularidades locais.

Podemos perceber um aumento da produção acadêmica sobre temas ligados à Baixada Fluminense na área da educação. Por conseguinte, pesquisas históricas contribuem para a valorização da memória de um grupo, assim como Motta sublinha a sua importância: “É preciso destacar ainda que a memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem” (MOTTA, 2012, p. 25).

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, este estudo consiste num esforço de apreensão das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais das políticas públicas de educação para a primeira infância no município de Nova Iguaçu no escopo da dualidade estrutural que marca o modelo educacional brasileiro (SAVIANI, 2013; 2019), justificando-se pela sua contribuição para o estudo da história política da educação da Baixada Fluminense e de Nova Iguaçu, visando produzir um material de pesquisa para docentes, graduandos e pós-graduandos, pesquisadoras e pesquisadores que tenham como foco a educação pública, gratuita, laica e alicerçada na diversidade e na busca pela qualidade socialmente referenciada.

### a) Aspectos teóricos e metodológicos

A história como presente incorpora o passado e delinea o futuro.

*Maria Ciavatta*

Nosso ponto de partida nesta pesquisa é o presente, porque é a nossa ação sobre o presente que nos permite mudar a realidade. Trata-se de encontrar procedimentos capazes de captar o real a partir da especificidade histórica dos fenômenos analisados. Segundo Ciavatta (2009, p. 17), “o presente é concebido como o momento de processo histórico não concluído, aberto, suscetível de ser potencializado em sua própria objetividade, à qual pertencem as práticas sociais com capacidade de imprimir direção aos processos sociais”.

A autora resgata o sentido da memória, não no seu aspecto meramente subjetivo, mas sobretudo, em seu sentido cultural, como uma questão da temporalidade da vida e de seu registro, tendo como compromisso a “construção de uma história que sirva de meio de expressão de demandas manifestas pelos setores populares e, portanto, concorra para alargar a consciência no sentido da democratização da educação” (CIAVATTA, 2009, p. 39).

A desigualdade educacional e os dilemas da educação na atualidade tornam urgente a reflexão sobre o desenvolvimento das políticas educacionais e suas possibilidades de transformação no Brasil. É nesse sentido que partimos da análise da luta por creches em Nova Iguaçu, já que a pesquisa histórica possibilita “um balanço sempre renovado do esforço e da capacidade criativa dos distintos grupos sociais, de suas instituições, dos políticos, artistas e intelectuais” (CIAVATTA, 2009, p. 41).

Um dos aspectos da pesquisa histórica em educação a ser problematizado é a questão da história como processo. Segundo Florestan Fernandes (2012), faz-se necessário uma história científica, que investigue questões materiais e primárias, uma história totalizadora. Pois, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, é possível buscar uma reconstrução histórica total e descobrir a rede (ou redes) da origem histórica e suas respectivas transformações na sociedade.

A história em processo é a história dos homens [das mulheres e crianças], o modo como eles produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com sua oposição nas relações de produção, na sociedade e no Estado, gerando assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como a produção, a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao longo do tempo (FERNANDES, 2012, p. 54).

As contribuições de Florestan Fernandes nos ajudam não apenas do ponto de vista metodológico, mas também na perspectiva da reconstrução histórica e da compreensão do contexto dos anos 1970 e 1980, já que com sua sociologia crítica e militante, buscou o

entendimento das especificidades da sociedade brasileira e latino-americana, através de sua extensa e diversificada obra, questionando a prática social e o pensamento e reafirmando a perspectiva da luta de classes. Interessa-nos aqui a compreensão do autor em torno das questões do capitalismo dependente e o seu entendimento sobre as formas autocráticas de dominação burguesa, que constituem a sua concepção em torno do Estado, das políticas públicas e da educação.

Tomamos como referência o conceito de capitalismo dependente por entender que este dimensiona a relação entre a totalidade social do modo de produção capitalista e do desenvolvimento do imperialismo e a particularidade da forma típica do capitalismo brasileiro e latino-americano. Em síntese, essa relação origina um tipo de capitalismo em que estruturas econômicas heterogêneas e formas desiguais de produção correspondentes a diferentes estágios de evolução convivem e se integram em bases propriamente capitalistas. Dessa forma, a sociedade de classes funciona por meio da conjugação e da integração entre estruturas arcaicas e modernas.

Conforme nos mostra Miriam Limoeiro Cardoso (2010), o capitalismo dependente em Florestan Fernandes remete a uma forma específica de desenvolvimento capitalista, fundada na relação de dependência ou heteronomia dos países periféricos em relação aos países centrais do capitalismo. A autora explica que:

Trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento. Neste sentido, este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista) (CARDOSO, 2010, p. 2).

Florestan (2008) destaca duas características fundamentais do sistema econômico sob o capitalismo dependente. A primeira diz respeito a sua forma de integração, que não ocorre da mesma maneira que o capitalismo avançado: o capitalismo dependente “coordena e equilibra estruturas econômicas (ou subsistemas econômicos) em diferentes estágios de evolução econômica”. A segunda característica apontada é que não há um ponto de equilíbrio dinâmico no que tange à ordem econômica, mas sim um “conjunto de tendências” que regulam as situações econômicas em bases propriamente capitalistas (FERNANDES, 2008, p. 59). Essas características remetem à articulação de estruturas econômicas heterogêneas e formas desiguais de produção que não apenas coexistem, mas se integram, “preenchendo a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – bases

anticapitalistas, semicapitalistas e capitalistas” (FERNANDES, 2008, p. 61).

Para o autor, os elementos de descrição das duas características apontadas permitem-nos situar como se constitui, funciona e evolui o “regime de classes” sob o capitalismo dependente, através da conjugação de estruturas arcaicas e estruturas modernas. Sendo assim, as contradições de classe no Brasil e na América Latina desenvolvem-se de forma específica.

As classes sociais se manifestam nas sociedades latino-americanas como formações histórico-sociais típicas. No entanto, elas apresentam variações (em três níveis distintos: o das bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si), que não são simples produtos de diferenças de contexto sociocultural ou de tempo histórico. Por mais que esses dois aspectos parecem contraditórios e exclusivos, ambos se explicam pela mesma causa: o modo pelo qual o capitalismo se institucionalizou, difundiu-se e desenvolveu-se na América Latina. [...] a referida expansão do capitalismo ajustou-se, de maneira variável, mas geral, a condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas [...]. As classes sociais não “são diferentes” na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social (FERNANDES, 2009, p. 47).

Em Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”, livro publicado originalmente em 1978, a partir de curso sobre a teoria ministrado por Florestan no ano anterior no Departamento Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o autor discute as mudanças do Estado sob o capitalismo monopolista. Segundo o sociólogo marxista, embora haja uma tendência nas ciências políticas de se considerar o Estado o *locus* exclusivo ou a principal relação autoritária, o Estado não é uma “entidade autônoma, isolada da sociedade e que se explique por si mesma” (FERNANDES, 2019, p. 50). Retomando Engels, o sociólogo propõe pensar o Estado como produto da sociedade em uma determinada fase de seu desenvolvimento, considerando as implicações estruturais e dinâmicas de uma ordem social que se funda na desigualdade econômica, social e política.

A condição de classe revolucionária que burguesia assume nos países de capitalismo avançado ou que efetuam suas revoluções burguesas na forma clássica se dissipa depois do “ciclo de várias revoluções que asseguram a ‘transformação capitalista’”.

Deixando de ser revolucionária, a “classe dominante prende-se ao *estabelecimento*, converte-se em *antigo regime*, em suma a classe contra a qual irá toda e qualquer mudança revolucionária. Ela só pode falar em nome de todos, dos interesses gerais ou comuns, quando se trata da defesa da ordem, de *manter o “estado atual das coisas”*. O que implica também um monopólio da violência institucionalizada, da repressão e da opressão, para gerar o conformismo ou um reformismo que consolida a ordem existente, fundado no cooptação, na corrupção e na irracionalidade (FERNANDES, 2019, p. 66, grifos do autor).

Sendo assim, na fase do capital monopolista, quando se concretiza a longa revolução burguesa brasileira, a burguesia “nacional”, assim como o próprio processo histórico da



revolução burguesa no Brasil, assumem uma forma típica. Atritando-se ao pensamento conservador desde suas origens, a burguesia brasileira assumiu, assim, um caráter contrarrevolucionário, que se consolidará e ganhará evidência principalmente após do golpe civil-militar de 1964, quando através do estabelecimento da ditadura civil-militar se realiza a ruptura com a ideia presente em várias matrizes teóricas e políticas do nacional-desenvolvimentismo. Tanto à direita quanto à esquerda, as correntes nacional-desenvolvimentistas tinham como um de seus principais alicerces a ideia de que “burguesia nacional” lideraria as classes trabalhadoras brasileiras, assim como nos países de capitalismo avançado, efetivando a revolução democrático-burguesa e as transformações que dela decorreriam.

Em “Nova República?”, livro publicado no ano de 1986, no contexto da “crise da ditadura” e da transição pactuada, Florestan observa que na América Latina não apenas as revoluções são interrompidas pelas burguesias, mas também as contrarrevoluções:

As classes burguesas dominantes são impotentes para conduzir as revoluções inerentes à *transformação capitalista*. Ameaçadas (ou supondo-se ameaçadas) elas recorrem ao seu braço armado, implantam uma ditadura civil-militar e fazem a vitória pender para a contrarrevolução. Em seguida, descobrem que os mesmos problemas e dilemas sociais que criavam desassossego e inquietação social, colocando as “revoluções burguesas” na ordem do dia são arraigados e fortes demais para serem resolvidos *dentro da ordem* sem aquelas revoluções; temerosas das consequências e do agravamento das tensões, que as dividem entre si e jogam as facções e extratos das classes possuidoras em campos opostos (pelo menos politicamente), elas dão marcha à ré, recolhem os militares ao quartel e interrompem a contrarrevolução (FERNANDES, 1986, p. 9, grifos do autor).

Segundo o autor, as tensões e problemas estruturais da sociedade que demandam a revolução burguesa no Brasil “são fortes demais para serem resolvidos *dentro da ordem*”, o que leva à burguesia nacional a temer o agravamento das tensões sociais durante a ditadura e a interromper a contrarrevolução, recolhendo os militares ao quartel:

É claro que as pressões das massas e das classes trabalhadoras estão na base desse malogro e do recuo. Mas é essencial que se note o que ocorre na autofragmentação das “forças da ordem”. Impotentes para realizar suas tarefas maiores, de interesse geral e nacional, elas [as classes possuidoras] também são impotentes para impor à Nação, contra a vontade e sob resistência crescente e organizada da maioria, seus particularismos de classe e seus interesses egoísticos (FERNANDES, 1986, p. 9).

Na raiz da interrupção da revolução e da contrarrevolução, está a “impossibilidade histórica” da burguesia, ou seja, a incapacidade que surge com a forma dependente do capitalismo desenvolvido no Brasil frente ao imperialismo, para realizar a revolução democrático-burguesa dentro da ordem. A ditadura surge como forma de assegurar, numa perspectiva burguesa, a inserção do país no capitalismo monopolista, na qual a burguesia toma “nacional” toma para si o papel de “sócia menor” do capital internacional.

*O capitalismo difícil* da periferia opera como um alçapão. Ao revelar seu preço e suas consequências, as ousadias encurtam o espaço histórico do movimento burguês, fechado sobre si mesmo, deixam patente que a transformação da sociedade de classes é incompatível com a acumulação em espiral de privilégios (FERNANDES, 1986, p. 10).

No pacto conservador articulado pela burguesia, segundo o autor, o braço militar se desarmou, continuando, porém, por trás da presidência, e o braço civil endossou a composição política que garantiu ao capital nacional e ao capital internacional uma transição “segura” e sem turbulências, o que quer dizer que “a ditadura não seria desmantelada e que serviria de guia a uma democracia *sui generis*, que sairia das entranhas do regime” (FERNANDES, 1986, p. 19).

O direcionamento teórico e metodológico da pesquisa se deu na perspectiva da lógica da reconstrução histórica da luta por creches e suas conquistas na cidade de Nova Iguaçu que remontam ao período da ditadura civil-militar no Brasil e se desdobram nas conquistas realizadas durante a distensão do regime militar, períodos históricos abordados por Florestan em sua obra. A forma truncada como se desenvolvem os processos de industrialização e urbanização brasileiros sob o capitalismo dependente contribuíram para a mudança de estrutura no âmbito familiar e, por consequência, nos cuidados com as crianças pequenas, cujas mães trabalhadoras tiveram que trabalhar fora de casa para a subsistência da própria família, mas reforçam, ao mesmo tempo, as desigualdades sociais e impedem que as massas populares tenham acesso a direitos sociais, mesmo que no âmbito da democracia burguesa. O estudo das obras de Florestan Fernandes, nos permite pensar as múltiplas contradições da organização econômica, política e social do país e do município de Nova Iguaçu, na qual coexistem a miséria, o desemprego e a violência a qual são submetidas as classes trabalhadoras em contraposição à riqueza das classes dominantes.

## **b) Procedimentos metodológicos**

Para alcançar a organização na pesquisa, tomamos como base os seguintes objetivos específicos, já mencionados acima: 1) Compreender a organização do MAB e CEBS e a relação com a luta pelo direito à creche pública na cidade de Nova Iguaçu, localizada da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, na década de 1980; 2) Investigar a biografia de Francisco Amaral, a fim de compreender sua trajetória política e sua relação com as lutas dos movimentos sociais em Nova Iguaçu, fundamentalmente com a luta por creches que resultou na construção das dez creches municipais no período correspondente ao seu governo; 3) Inventariar a construção das primeiras creches públicas municipais, tendo em vista o diálogo entre

movimentos sociais e poder público municipal durante o governo de interventoria de Francisco Amaral em 1988.

Apoiadas em fontes primárias como reportagens, panfletos, acervos fotográficos, depoimentos e entrevistas de pessoas que vivenciaram os movimentos sociais e populares nas décadas 1970 e 1980, buscamos documentar a luta e a conquista das mulheres iguaçuanas pelo direito à creche ao atendimento de seus filhos e filhas por meio de políticas públicas educacionais.

Ciavatta (2012) reconhece a importância do uso de fotografias em pesquisas na educação, compreendendo-as enquanto mediações produzidas historicamente. E adverte que é imprescindível que o pesquisador analise diferentes fontes documentais (historiográficas, literárias) a fim de estabelecer uma conexão com o seu contexto, no período estudado. Nesse sentido, é preciso compreender a função da fotografia enquanto ação humana, buscar interpretar a realidade “além da aparência do fenômeno”.

O uso da imagem como documento histórico é um dos desafios mais inquietantes para a pesquisa em educação. Como fonte documental, como forma de conhecimento do mundo, guardiã da memória e elo de coesão de identidades, como representação da realidade, como elemento fundamental das artes visuais ou como produção cultural advinda do trabalho humano, a imagem participa de um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser apreendidos múltiplos significados (CIAVATTA, 2012, p. 36).

No que se refere ao homem público, sujeito da pesquisa, utilizamos como elemento norteador uma entrevista concedida por Francisco Amaral na obra intitulada “Vozes da oposição”, organizada pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Pois, segundo Américo Freire, o livro “reúne depoimentos de homens e mulheres que lutaram nos partidos políticos e nos parlamentos, mas também na sociedade civil, contra o regime militar” (FREIRE, 2001, p. 10). O combate à ditadura militar também foi parte do discurso proferido por ele na sessão do dia 15 março de 1978:

A Nação hoje, reclama, por suas associações e entidades, as mais credenciadas pela secularidade de suas existências; a Igreja, pelas vozes de seus ilustrados prelados, e órgãos que os congregam, a intelectualidade; os estudantes e trabalhadores; reclamam, repito, a normalização institucional, a democracia, o estado de direito, em que o poder se autolimita pelas leis decorrentes da vontade dos governados, nas quais se incorporam os princípios conquistados na árdua caminhada de nossa civilização em busca da maior valorização do homem [e da mulher], como ser e essência (AMARAL, 1978, p. 34).

Na primeira etapa da pesquisa, buscamos realizar um levantamento sistematizado das creches na cidade de Nova Iguaçu que haviam sido fundadas no final da década de 1980 e hoje são Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) da rede pública de Nova Iguaçu. Com

esse trabalho empírico descritivo, buscamos coletar documentos e informações que pudessem subsidiar o processo de reconstrução histórica do objeto de pesquisa.

Inicialmente, recorremos ao setor de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED), onde obtivemos a informação de que não havia registros antigos ou funcionários capazes de fornecer as informações solicitadas. O acesso aos arquivos da Secretaria demandava autorização da secretária de educação, que foi solicitada por e-mail a ela enviado.

Um dos limites estabelecidos durante a pesquisa, que restringiu e adiou o acesso aos arquivos, foi a pandemia de COVID-19, deflagrada no mês de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que determinou medidas de isolamento e distanciamento social como prevenção do novo coronavírus, entre elas fechamento das instituições de ensino e a restrição do atendimento nas repartições públicas. Após alguns meses, como não houve resposta à solicitação de acesso, retornamos à Secretaria, onde a Subsecretária do setor pedagógico forneceu autorização para o acesso ao arquivo morto<sup>2</sup>, no qual o único documento encontrado referente ao período estudado foi um caderno com recortes do Diário Oficial de Nova Iguaçu, com assuntos relacionados à educação referentes ao primeiro semestre do ano de 1988, período que antecedeu a intervenção.

Na busca pelos Diários Oficiais, nos arquivos públicos da prefeitura, não encontramos documentos referentes ao ano de 1988. Uma antiga funcionária da Prefeitura informou que a publicação dos atos da municipalidade durante o período de intervenção, período de criação das creches, passou a ser responsabilidade do estado do Rio de Janeiro, justificando a ausência dos registros no setor de publicação do município.

Numa nova tentativa em buscar informações a respeito da atuação política de Francisco Amaral, chegamos até o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Este, infelizmente, estava com visitas suspensas devido a uma manutenção emergencial na sede desde a data de 13 de junho de 2022. A partir do contato telefônico com a instituição, foi possível solicitar uma pesquisa de nomes e temas. Desse modo, tivemos como resposta do pesquisador da APERJ o resultado de nove notações na Ficha de Pesquisa nos Fichários do

---

<sup>2</sup> O arquivo morto da SEMED funciona no subsolo da Casa do Professor. Não possui iluminação e ventilação, os materiais estavam muito empoeirados e amontoados em armários, o que dificultou a pesquisa. Há uma espécie de pallet para que os armários não tenham contato direto com o chão, porém esse material mostrou-se frágil quando transitamos sobre ele. Fui acompanhada por uma professora do setor de Educação Infantil, assim pude usar a lanterna do celular. Diante das dificuldades enfrentadas, consegui apenas encontrar um caderno com alguns recortes do Diário Oficial relativos às publicações na área da educação, no primeiro semestre de 1988, período anterior à interventoria no município.

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Porém, essas informações só poderiam ser acessadas pessoalmente.

A visita ao acervo da Diocese de Nova Iguaçu, quando encontramos aproximadamente 250 caixas temáticas com recortes de jornais e documentos publicados pelo bispo Dom Adriano<sup>3</sup>, e uma conversa com o historiador Carlos Lacerda nos permitiram selecionar algumas das fontes utilizadas na pesquisa, que contribuiriam para compreender o contexto da época.

Utilizamos ainda o acervo do jornal Correio da Lavoura, disponibilizado atualmente para pesquisa no campus da UFRRJ em Nova Iguaçu através do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM).

Após receber a autorização para pesquisar nas unidades escolares municipais, tentamos fazer um levantamento do ano de fundação das EMEIs com o objetivo de identificar as primeiras creches fundadas. Como na Secretaria Municipal de Educação não havia esse registro, enviamos uma solicitação às diretoras unidades escolares, onde obtivemos poucas respostas, algumas relataram não ter essa informação. Sendo assim, recorremos a funcionários antigos da rede, sobretudo aos concursados do ano de 1988.

Iniciamos as visitas pela EMEI Olga Celestina no município de Austin, que descobrimos ter sido fundada em 1980. Esta instituição em particular nos chamou atenção pela variedade e conservação do seu acervo, já que em sua maioria, as escolas visitadas nos evidenciaram uma escassez de documentos, dificuldade essa que tentamos contornar com relatos orais de funcionários da época. Nesse sentido, identificamos uma ata datada de 12 de outubro de 1988, que registrou a assinatura de um convênio firmado entre a Prefeitura de Nova Iguaçu e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) para a implantação de dez creches no município.

Pudemos observar que muitos dos dilemas das escolas no presente são análogos aos dilemas do passado, no entanto, um problema que se apresentou em muitas dessas instituições foi a ausência de documentos suficientes e confiáveis que pudessem nos permitir a reconstrução histórica, o que nos fez recorrer a vias complementares para o trabalho de campo, através de fontes alternativas como do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, dados do acervo do Projeto Brasil Nunca Mais Digital e acervos pessoais, além do desenvolvimento de um trabalho de pesquisa da história oral, por meio de entrevistas de sujeitos que vivenciaram

---

<sup>3</sup> Dom Adriano Hypólito nasceu em Aracaju (Sergipe) no dia 18/01/1918. Seu pai foi prefeito de uma cidade de Sergipe e participou da Revolução de 1924. Em 1941 foi ordenado padre franciscano, onde 21 anos depois tornou-se bispo auxiliar da diocese de Salvador. Quando chegou em Nova Iguaçu, 1966, era o terceiro bispo da diocese iguaçuana. Seu principal desafio foi seguir as diretrizes do Concílio Vaticano II (1962-1965), que propunha a abertura da igreja ao mundo moderno, priorizando os pobres.

o movimento e as lutas populares na cidade de Nova Iguaçu à época. Concordamos com Ciavatta ao elucidar as dificuldades de ordem material para os pesquisadores no Brasil:

Não obstante todo avanço que pode ser constatado nas instituições brasileiras, a preservação da memória coletiva em arquivos públicos ainda é restrita no Brasil. Existem, mas são relativamente poucos os arquivos que têm pessoal preparado em arquivística, instalações com controle de umidade e temperatura, prevenção de fungos que atacam os documentos, catalogação criteriosa da documentação escrita, sonora e iconográfica (mapas, desenhos, pinturas, fotografias), organização e pessoal disponível para permitir a consulta aos documentos. Ainda há muita documentação dispersa em sindicatos, espólios de antigas fábricas, heranças afetivas familiares que são desconhecidas e, frequentemente, se perdem ao passar de geração em geração, por desconhecimento de seu valor documental ou pela perda de significado para seus novos possuidores (CIAVATTA, 2012, p. 43).

A reconstrução da biografia de Francisco Amaral, nomeado interventor de agosto a dezembro de 1988, contribui para entendermos o contexto histórico de sua atuação política nos Movimentos de Bairro em Nova Iguaçu e suas relações com as camadas populares organizadas, resultando num encontro com o poder público, momento em que se abriram os circuitos da história local a partir da luta dos homens e mulheres da periferia.

Os critérios estabelecidos para a seleção das pessoas entrevistadas foram: participação na luta do movimento por creche no município e o contato com Francisco Amaral em diferentes contextos e atuação nas creches durante o período estudado. As principais dificuldades nessa etapa foram: muitas pessoas que participaram dos movimentos sociais na cidade já faleceram ou estão muito idosas; os acervos pessoais se perderam e há poucos acervos públicos com a história da Baixada Fluminense, o que aumenta a relevância da pesquisa.

A temática aqui tratada está relacionada com o universo da periferia da Baixada Fluminense, lugar onde nasci e fui criada, onde vivo e trabalho como professora da escola pública desde 2002, totalizando 21 anos no mesmo ofício, onde escolhi estudar, cursando o Mestrado da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a luta pela educação e pelas creches no Brasil e em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, que se constitui a partir dos movimentos sociais das mulheres, da Igreja Católica e do Movimento de Associações de Bairros (MAB). O segundo capítulo expõe a biografia de Francisco Amaral que, como veremos, assumiu o governo de Nova Iguaçu de agosto a dezembro de 1988, como interventor nomeado pelo governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco. O terceiro capítulo busca compreender a relação entre a trajetória política de Amaral e as lutas dos movimentos sociais em Nova Iguaçu, fundamentalmente, a luta por creches que resultou na construção das dez creches municipais no período correspondente ao seu governo.

# 1 A LUTA PELA EDUCAÇÃO E PELAS CRECHES NO BRASIL E EM NOVA IGUAÇU: A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (MAB)

## 1.1 A educação pré-escolar no Brasil e em Nova Iguaçu

Este capítulo busca responder as seguintes questões: Como era a luta pelas creches em Nova Iguaçu? Havia um movimento organizado pela luta deste direito? Desse modo, tem como objetivo específico compreender a organização do MAB, das Comunidades Eclesiais de Base e a relação com a luta pelo direito à creche pública na cidade de Nova Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, na década de 1980.

Partimos do pressuposto de que para compreender a infância é necessário entendê-la na sua relação com seu contexto social, tendo em vista que a criança é um sujeito histórico. Nessa direção, podemos tomar o exemplo de Sônia Kramer (1987) quando nos apresenta a questão da dependência da criança em relação ao adulto enquanto uma característica social da infância, pois está presente nas diferentes classes sociais.

A autora enfatiza que a concepção de infância surge no contexto da sociedade capitalista urbano-industrial, em consonância com o novo papel social atribuído à criança na comunidade. Este conceito de infância tem relação direta com o contexto histórico e orienta-se a partir das formas de organização da sociedade de classes, sendo o papel social da criança definido pelas classes dominantes com base num modelo ideal de criança, uma “infância universal”.

Lívia Maria FragaVieira (1988, p. 4) destaca que a partir de 1940, o Departamento Nacional da Criança (DNCr) do Ministério da Educação e Saúde caracterizou-se como um órgão normativo durante 30 anos, instituindo uma política de assistência à mãe e à criança no Brasil sob uma perspectiva médico-higiênica, com objetivo de evitar que as creches pudessem se tornar foco de transmissão de doenças e, por consequência, causar mortes de crianças pequenas. Nessa época, a autora ressalta que a creche era tida como um mal necessário, um mal menor, já que se constituía enquanto alternativa para a mãe da classe popular que era obrigada a trabalhar fora.

Para este departamento, a creche era uma instituição que possuía a finalidade de cuidar, durante o dia, de crianças que não podiam, por motivos econômicos, receber os cuidados devidos por parte dos pais. Acrescentava ainda que a creche, além de guardar, contribuía para edificar a saúde física e mental da criança (VIEIRA, 1988, p. 11).

É possível perceber uma ruptura entre o modelo europeu de instituições destinadas à primeira infância e o modelo dos países “subdesenvolvidos”, assumindo assim uma dicotomia:

educação para crianças de países ricos e educação para crianças de países pobres, como aponta Rosemberg (2002, p. 32-33):

Estudos históricos assinalam que os modelos de instituições de Educação Infantil que conhecemos atualmente se originaram na Europa do final do século XIX e espraíram-se pelo mundo. Até o final dos anos de 1960, nota-se uma base compartilhada entre países subdesenvolvidos, seguindo, grosseiramente (com variações nacionais), dois modelos institucionais: o das creches e seus similares, instituições que acolhem exclusiva ou principalmente crianças pobres; o dos jardins-da-infância, não especialmente destinados a crianças pobres.

Fúlvia Rosemberg (1992) aponta que a partir da década de 1960, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<sup>4</sup> expande sua ação para além do binômio saúde-nutrição, participando de projetos educacionais. Nesse sentido, o UNICEF direciona sua atenção para a educação pré-escolar e passa a investir nessa área, que era de responsabilidade da UNESCO. Um evento importante na América Latina foi a Conferência de Santiago do Chile, ocorrida em 1965, da qual a autora conclui:

Em resumo, a Conferência recomendava que os planos nacionais de desenvolvimento contemplassem as necessidades globais da infância e juventude, inclusive da criança pré-escolar, que previssem mecanismos de integração interministerial e a utilização das energias de grupos e movimentos (a comunidade). Esses elementos aperfeiçoados constituíram as bases das novas propostas de educação pré-escolar de massa (ROSEMBERG, 1992, p. 23).

Como ilustração desse modelo de educação, encontramos a revista *O Correio da Unesco*, que traz em sua capa uma criança japonesa pequena com a chamada “Antes dos seis anos” e faz uma analogia com um pinto saindo da casca, abordando os diferentes sistemas pré-escolares do mundo e como esses contribuem para o desenvolvimento da criança. Na revista, a exposição inicia-se constatando a necessidade da maioria das mulheres em sair para o trabalho fora de seus lares e da importância do vínculo entre família e sociedade por meio da educação pré-escolar, oferecendo assim, uma opção de atendimento com redução de investimento público baseado numa concepção de educação compensatória expressa no trecho a seguir:

Já é evidente que um ensino pré-escolar de custo razoável poderia ser instrumento decisivo para maior igualdade de oportunidades na vida, na medida em que contribuiria para reduzir as deficiências sociais e culturais de muitas crianças (pouca aptidão para o manejo da língua e das abstrações, alimentação insuficiente, falta de cuidados médicos, não detecção de deficiências físicas etc.) (DIEUZEID, 1978, p. 6).

A reportagem segue mencionando o objetivo das autoridades educacionais de países “em desenvolvimento” ao oferecer tal atendimento: “formar crianças capazes de se adaptar a

---

<sup>4</sup> Criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946, o UNICEF tinha como objetivo principal o de socorrer as crianças dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Desde o seu estabelecimento até os dias atuais, a ênfase de sua atuação tem-se diversificado determinando, de acordo com descrições de diversos relatórios da entidade, quatro períodos distintos (KRAMER, 1987, p. 79).



transformações aceleradas e de adquirir comportamentos flexíveis e criativos” (DIEUZEID, 1978, p. 8). Destaca ainda que a educação pré-escolar tal como deveria ocorrer não poderia ser extensiva a países com recursos limitados, acarretando “custos colossais”. Nesse sentido, o papel da Unesco era de ajudar a definir e coordenar os recursos disponíveis para atingir “fórmulas leves de educação pré-escolar maciça” (DIEUZEID, 1978, p. 9). E ao referir-se a sobre como países latino-americanos desenvolviam o trabalho com crianças, sublinha:

Essa abordagem costuma estar ligada à utilização de locais comunitários para abrigar crianças, à fabricação do mobiliário e dos brinquedos educativos necessários com materiais baratos obtidos na própria localidade e ao recrutamento de várias categorias de pessoal voluntário que recebe, rápida formação sobre o desenvolvimento psicológico, a educação e a saúde das crianças pequenas. (DIEUZEID, 1978, p. 9).

O golpe de 1964 marca a introdução da ditadura civil-militar que se estendeu até o final da década de 1980 e consolidou o modelo econômico dependente e associado ao capital internacional. Assim como Luiz Antonio Cunha (2001) descreve, o longo processo de construção da democracia, desencadeado após 1964, foi marcado predominantemente pela luta entre dois projetos: de um lado, as forças militares e as frações da burguesia, que apoiaram o golpe, defendiam a extinção de todos os mecanismos de representação política e das prerrogativas do poder judiciário; de outro, os setores que buscavam a institucionalização de um regime liberal-democrático.

As políticas públicas educacionais, desse período, foram marcadas pela assimilação do modelo organizacional fabril, dando forma à pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2019). O Fórum “A educação que nos convêm”, realizado em 1968 pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), evidenciou a visão pedagógica assumida pelo regime militar que viria a orientar a política educacional do país.

Na conferência proferida por Paulo de Assis Ribeiro – que no ano de 1965 foi responsável pela coordenação do Grupo Misto de Trabalho do Ministério de Educação e Cultura e do Ministério do Planejamento para elaboração do Plano de Ação do governo no setor educacional –, foram apresentadas as condições de atendimento e as orientações para a instituição da “Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro”, demarcando a existência de três níveis de ensino: o ensino primário, o ensino médio e o nível superior. O primeiro deles, o ensino primário, englobava a formação das crianças dos 6 aos 11 anos, “devendo iniciar-se, então, ao lado da instrução, do treinamento em atividades de trabalho, criação de hábitos úteis à vida” (RIBEIRO, 1969, p. 18).

Nessa concepção, a educação das crianças de 0 a 5 anos não era tida como responsabilidade do Estado e do sistema de educação.

Na fase inicial da vida humana, num período que podemos compreender de 0 a 5 anos de idade, a formação tem o caráter de facilitar o desenvolvimento adequado de vida instintiva, aquisição de conhecimentos sobre os fenômenos e fatos da natureza com os quais, natural e progressivamente, vai se defrontando, e a aquisição de hábitos sadios de comportamento social, observados os preceitos ditados pela psicologia infantil. Cabe, essencialmente, à *família* a função educativa nesse período (RIBEIRO, 1969, p. 18).

No início da década de 1970, a Lei n. 5.692 alterou os ensinos primário e médio, revogando os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 4.024/1961 – correspondentes às bases “da educação de grau primário”, “da educação de grau médio” e da educação de grau superior – e adequando a educação nacional às mudanças políticas operadas em 1964.

Nesse contexto, assim como aponta Kramer (1987), os dados referentes às crianças em idade pré-escolar no Brasil não são completos e/ou apresentam-se muitas vezes de forma contraditória. A autora apresenta dados que demonstram a situação precária das classes sociais de origem das crianças, a partir do Censo Demográfico de 1970, que mostram que mais da metade das famílias brasileiras tinham renda mensal de até dois salários-mínimos.

De acordo com o Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil, a população de zero a seis anos oscilava em 1975 em torno de 21 milhões. Segundo referências daquele Diagnóstico, a mortalidade infantil dos menores de cinco anos chegava naquele ano a 37,97%, dos quais 51,20% na região Nordeste; 42% na região Centro-Oeste e 37,61% na região Norte (KRAMER, 1987, p. 94).

Kramer nos mostra ainda que apenas 3,51% da população em idade pré-escolar era atendida, pertencendo 44% deste percentual a matrículas de instituições particulares. Isso significa que a maioria das crianças que recebiam educação pré-escolar provinham das classes médias e altas. Sendo assim, “a quase totalidade das crianças que se originavam das classes dominadas” não tinham acesso à educação pré-escolar (KRAMER, 1987, p. 94).

Por mais que a educação escolar fosse imposta pelas frações de classes dominantes ao conjunto da sociedade, intensificaram-se as demandas da classe trabalhadora pela educação pública. Conforme Cunha (2001), em meio às dificuldades de atuação dos movimentos partidários e sindicais, os movimentos sociais urbanos passaram a ser vistos como a “raiz de uma consciência de classe dos dominados”.

O alargamento do campo educacional pelo surgimento dos movimentos sociais urbanos, como protagonista ostensivo, foi o contraponto das entidades (para) sindicais de professores e outros profissionais da educação, que fizeram com que o Estado e os empresários do ensino passassem a ter competidores até então desconhecidos ou desconsiderados. Se os pedagogos oficiais buscavam pela educação produzir as condições de viabilidade do regime autoritário a longo prazo, não faltaram os que, de maneira mais ou menos formalizadas, procuraram educar no sentido contrário. A

existência de um campo educacional definido pelos conflitos entre as forças políticas e ideológicas que disputam a hegemonia sobre o ensino nunca foi tão evidente, na história do Brasil, como no regime político instituído pelo golpe militar de 1964 (CUNHA, 2001, p. 58).

Maria da Gçória Marcondes Gohn (2009), ao fazer uma análise do período histórico da década de 1970, avalia que apesar dos aspectos negativos – “ditadura militar, prisões e perseguições políticas, arrocho salarial, tecnocracia estatal no planejamento etc.” (GOHN, 2009, p. 24) –, tivemos muitos avanços no campo da luta política que serviram como alicerces para a construção da redemocratização. Dentre eles: “retomada da organização sindical, surgimento de movimentos, comunidades de base nos bairros, movimento pela Anistia, reorganização partidária e criação de movimentos sociais que vieram a ser marcos no processo constituinte dos anos 1980” (GOHN, 2009, p. 24). Nesse sentido, foi a partir desse contexto político que a educação (formal e não formal) se fez presente, sendo, inclusive, a luta por creches um exemplo de caráter educativo, à medida que suas ações coletivas possuem uma representação de seus participantes.

No caso específico do Brasil, a urbanização e a industrialização constituíram-se em dois processos históricos que contribuíram para a mudança de estrutura no âmbito familiar e por consequência, nos cuidados com as crianças pequenas, cujas mães trabalhadoras tiveram que trabalhar fora de casa para a subsistência da própria família. Essa conjuntura foi marcada pela forma típica do capitalismo dependente, que reforçava as desigualdades sociais e impedia que as massas populares tivessem acesso a condições dignas de vida, tal como se refere Oliveira (1988, p. 44):

Na realidade brasileira, a creche deve ser pensada no âmbito da evolução da economia capitalista no país, que inclui a expansão da atividade industrial e do setor de serviços, dentro de uma perspectiva de urbanização cada vez maior. Há que se considerar que, em sua trajetória, o desenvolvimento urbano não se fez em ritmo constante, nem sem problemas. Antes tem refletido as múltiplas contradições da organização econômica, política e social do país. Nele coexistem crescimento com miséria e desemprego, havendo desigual uso dos bens sociais pelas diferentes camadas sociais.

Segundo Rosemberg (1992), nesse período, houve uma junção entre creche e pré-escola e esse modelo de educação brasileiro de massa, voltado para crianças pequenas, calcado nas propostas de organizações internacionais como UNICEF e UNESCO, assumiu uma função de assistência. Tais estratégias foram assumidas para o planejamento de políticas sociais endereçadas à classe trabalhadora (ROSEMBERG, 1992, p. 22), acarretando o que autora denomina como “*educação para a subalternidade*”.

Em meados da década de 1970, iniciou-se no Brasil, as reivindicações para abertura política e dentre os diferentes movimentos, o movimento de luta por creches com uma intensa

mobilização das mulheres. A origem desse movimento está relacionada a diferentes fatores. Um deles foi a conjuntura de organização das mulheres, como elucida Teles (2015). Nos anos de 1970 o Brasil vivia o apogeu da segunda onda feminina no mundo, contribuindo assim para a participação das mulheres na sociedade, tendo como marco o ano de 1975 com a comemoração do Ano Internacional da Mulher promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas). Segundo a autora, “a creche é uma maneira concreta de enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, fator determinante para se manter a discriminação, subjugação e exploração das mulheres” (TELES, 2015, p. 22).

No âmbito nacional, enquanto a classe média contava com o aumento do número de creches e berçários mantidos pela iniciativa privada, setores da população passaram a intensificar a reivindicação por creches nos grandes centros urbanos. Essas instituições eram pleiteadas enquanto direito dos trabalhadores, uma vez que foi motivada prioritariamente pelo aumento do número de mulheres que passaram a exercer o trabalho remunerado fora de casa. A creche era tida como um lugar de substituição destinada inicialmente à classe trabalhadora e passou a ser incorporada nas políticas públicas para a primeira infância, como esclarece Rosemberg (2002, p. 114).

O novo modelo de Educação Infantil foi incorporado pelo segundo Plano Setorial de Educação e Cultura. Esse Plano concebeu a Educação Infantil na perspectiva de compreensão de carências de populações pobres, especialmente residentes em periferias urbanas, visando ao combate à desnutrição e a sua preparação para o Ensino Fundamental (ROSEMBERG, 1998). Porém, os programas foram implantados apenas no final dos anos de 1970 e início de 1980, quando apresentávamos, segundo o modelo de Cochran (1993), condições demográficas e políticas para expansão da Educação Infantil: urbanização acentuada, redução nas taxas de natalidade, despertar do ideário feminista contemporâneo, crises econômica e política em nosso contexto, do regime militar.

Maria Malta Campos (1979), ao delinear a situação do atendimento pré-escolar no país, apresenta dados do censo do ano de 1970, que mostram que cerca de 18,6% da população feminina trabalhava, o que correspondia a 6 milhões e duzentas mulheres. Desse universo, 81% correspondiam às mais pobres, recebiam até dois salários-mínimos mensais; sendo 77% analfabetas ou com instrução primária; 10% eram chefes de família (PNAD/1973). Do percentual de 48% das mulheres que trabalhavam estavam com idade entre 20 e 39 anos (faixa etária mais fértil).

Segundo a mesma autora, no município do Rio de Janeiro, a população de 0 a 6 anos girava em torno de 904.727 (PNAD/1072), sendo 26;72% (241.823) crianças cujas mães tinham trabalho extradomiciliar e 19,61% (177.449) das mães que trabalhavam sem instrução ou com instrução elementar. Porém, já a porcentagem de vagas em creches registradas oficialmente

equivalia em apenas 0,75% se considerada a totalidade de crianças na faixa etária compreendida de 0 a 6 anos de idade, como podemos observar na tabela 1<sup>5</sup>:

Tabela 1 – Vagas em creches e estimativas de demanda potencial na década de 1970

	VAGAS EM CRECHES E ESTIMATIVAS DE DEMANDA POTENCIAL						
	A - total de crianças de 0-6 anos	B - estimativa — crianças de 0-6 anos — filhas mulheres que trabalham	C - estimativa — crianças de 0-6 anos — filhas mulheres que trabalham sem instrução ou com instrução elementar	D - vagas em creches registradas oficialmente			Fontes dos dados do item D
			Nº	% de C	% de A		
Município do Rio de Janeiro	904.727 (PNAD/72)	241.823	177.449	6.800	3,83	0,75	Convênio com o Ministério do Trabalho/SENAI/SENAC 1976
Estado de São Paulo	3.135.540 (PNAD/73)	1.488.424	980.276	16.852	1,71	0,53	COBES + FEBEM 1977
Estado da Bahia	1.688.065 (PNAD/72)	583.887	514.696	3.314	0,64	0,19	LBA + SEAM + Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social 1976
Estado do Rio Grande do Sul	1.179.309 (PNAD/72)	514.050	404.865	1.300	0,32	0,11	Secretaria do Trabalho e Ação Social 1976

Fonte: CAMPOS, 1979, p. 57.

Nessa mesma época, em Nova Iguaçu, ocorreu a ampliação política do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu (SÓTENOS, 2013). No período em que os movimentos sociais começam a ganhar contorno, a partir do processo de distensão política, uma das reivindicações que aparece na ordem do dia para os moradores de bairros populares das grandes cidades é a creche. Essa luta apresentou uma especificidade, que foi a presença feminina lutando pelas necessidades básicas em seus bairros, na qual incluía a creche enquanto direito ao seu trabalho e à participação política (CAMPOS, 1999, p. 122).

No período da Ditadura civil-militar, diante das perseguições políticas, prisões, fechamento de partidos políticos e sindicatos, além de todos os tipos de cerceamento de

<sup>5</sup> A porcentagem de crianças atendidas é provavelmente ainda menor do que indica a tabela. Em primeiro lugar, as estimativas da demanda baseiam-se em dados de 1972 e 1973, enquanto o número de vagas existentes refere-se aos anos de 1976 e 1977. Em segundo lugar, é possível que se o número de vagas fosse maior, também seria maior o número de mulheres que se dispõem a ingressar no mercado de trabalho. Terceiro, as taxas de crianças de 0 a 6 anos por mulheres em idade fértil, foram calculadas para o grupo total de mulheres (CAMPOS, 1979, p. 58).

liberdade e expressão, as pessoas passaram a se organizar em torno desses movimentos locais. Tais organizações se deram articuladas à linha da Teologia da Libertação com o apoio do bispo Dom Adriano Hypólito, que chegou em Nova Iguaçu no ano de 1966. E à medida que a situação foi se alterando, em parte por causa do aprofundamento das lutas dos movimentos sociais e porque a própria ditadura dava sinais de enfraquecimento após o fim do chamado “milagre econômico”, o regime militar elaborou a estratégia da distensão lenta, gradual e segura, que começou a ser implementada com a posse de Geisel, em 1974.

Júlia Adão Bernardes (1983, p. 96), em sua dissertação de Mestrado, na área de Geografia, intitulada Espaço e Movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu, afirma que apesar da educação aparecer como prioridade da população em sua pesquisa (42% dos bairros a mencionaram), em 1970 Nova Iguaçu possuía o “menor índice de alfabetização (78 %) para pessoas de 10 anos e mais e, em 1975, o de pessoas com nível elementar do 1º grau completo (25,1%); também em 1975 apresentava o 2º índice mais baixo de frequência à escola dos escolares entre 7 e 14 anos (59%) e, da população em idade escolar, 41,3% estava fora da escola”. Nesse sentido, as reivindicações da população iguaçuana mais pobre concentrava-se no acesso à educação básica, ainda muito precarizada no município, como podemos constatar nas fotografias a seguir (Figuras 3 e 4):

Figura 3 – Escola Municipal da Rede Pública de Nova Iguaçu na década de 1980



Fonte: Acervo do SEPE- Núcleo Nova Iguaçu

Figura 4 – Escola Municipal da Rede Pública de Nova Iguaçu na década de 1980



Fonte: Acervo do SEPE- Núcleo Nova Iguaçu

A precariedade dos prédios escolares municipais pode ser exemplificada a partir da reportagem de 1988 intitulada “Chuvas impedem início das aulas em várias escolas”, em que destacou a situação da Escola Municipal Nena Rodrigues, no bairro de Austin: “tem duas salas sem teto e centenas de carteiras danificadas. Lá, nada menos que 367 alunos estão matriculados e o pior é que todos correm risco de vida” (JORNAL DOS SPORTS, 1988).

Outro fator que merece destaque é a questão das condições de trabalho do magistério na década de 1980, pois segundo registros do MAB, havia ausência de materiais didáticos, grande parte das escolas recebia a merenda de maneira irregular e conviviam com a falta de água encanada e ausência de cozinha, como podemos observar no relato do 1º Ciclo de Debates Populares no MAB novembro de 1980: “A situação material da grande maioria das escolas é triste e assustadora. Falta tudo. Desde a vassoura para varrer as salas de aula até o giz para escrever no quadro negro” (MAB, 1980, p. 11).

As condições supracitadas podem ser ilustradas a partir da crítica realizada pelo sindicato dos professores através da distribuição do seguinte folheto (figura 5) à população:



Figura 5 – Folheto do CEP (Centro Estadual dos Professores) da década de 1980 – Núcleo de Nova Iguaçu



Fonte: Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu

Ao analisarmos o contexto da sociedade durante o período pós-1964 no país, constatamos políticas federais que reforçavam a ideia da creche enquanto equipamento social de assistência às crianças pobres, com auxílio governamental para entidades filantrópicas. Muitas destas instituições foram influenciadas pela concepção produtivista de educação e pelo tecnicismo (SAVIANI, 2019), que na educação infantil ganhavam materialidade por meio da política educacional da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Conforme nos mostra Rosemberg:

Durante os governos militares, o Estado formulou uma política de intensa expansão da oferta de vagas, configurando à educação infantil um perfil de atendimento de massa, principalmente por meio de programas implantados pelos extintos Movimento Brasil de Alfabetização – MOBRAL – e Legião Brasileira de Assistência –LBA. Apoiado numa concepção de educação compensatória, preparando crianças consideradas carentes para o ingresso no ensino fundamental, esse modelo sofreu, posteriormente, o impacto de novas ideias sobre educação infantil veiculadas pelos movimentos sociais das décadas de setenta e oitenta (o movimento das mulheres e o movimento pelos direitos das crianças e dos adolescentes), redundando as propostas avançadas para a constituição de 1988, mas que não foram implantadas (ROSEMBERG, 1999, p. 14-15).

Tomemos como exemplo as instituições que mantinham convênio com a LBA no estado do Rio de Janeiro para o atendimento às crianças pequenas, do total de dezoito, oito delas eram localizadas na região da Baixada Fluminense, seis em Nova Iguaçu e duas em Duque de Caxias, como podemos observar no quadro 1. Sendo inclusive a Baixada, juntamente com Fortaleza, os



locais em que aconteceram o projeto em caráter experimental com o objetivo de combater a mortalidade infantil. Assim sendo, há uma participação indireta do Estado no intuito de expandir o atendimento através de convênios.

A Legião Brasileira de Assistência, uma Instituição híbrida, surgiu da iniciativa privada, da iniciativa do Governo Federal e da influência de uma primeira-dama (Darcy Vargas) preocupada com a sorte dos necessitados. Sua atuação mais significativa na área de creches se inicia em 1977 com o lançamento do Projeto Casulo (VIEIRA, 1988, p. 4).

Conforme Rosemberg, a LBA, por meio do Projeto Casulo, foi responsável por implantar o programa nacional de educação pré-escolar de massa. O projeto foi relacionado ao cumprimento de requisitos operacionais, dispunha de verbas para sua implantação e a transferência de recursos para instituições e prefeituras, além de contar com a presença de cargos técnicos, que tinham experiência em trabalhos comunitários.

Quadro 1 – Relação das Entidades assistidas pela Fundação Legião Brasileira de Assistência no Rio de Janeiro

Código	Entidade	Local
0019	Fundação Legião Brasileira de Assistência	Rio de Janeiro
0027	Associação Espírita Lázaro e Oxum	Nova Iguaçu
0035	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade	Nova Iguaçu
0043	Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu	Nova Iguaçu
0051	Fundação Iguaçuana de Saúde e Bem-Estar do Menor	Nova Iguaçu
0060	Instituição Espírita Joana de Angelis	Nova Iguaçu
0078	Instituição Espírita Cristã de Estudos e Caridade	Nova Iguaçu
0086	Instituto Marcos Freitas	Duque de Caxias
0094	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias	Duque de Caxias
0108	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Rio de Janeiro
0124	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
0132	Centro Educacional Nossa Senhora Aparecida	Rio de Janeiro
0140	Centro Comunitário Irmãos Kennedy	Rio de Janeiro
0159	Obras Sociais da Paróquia de Santa Cruz	Rio de Janeiro
0167	Centro Espírita Discípulos de Leon Dênis	Rio de Janeiro
0175	União Comunitária de Educação e Cultura	Rio de Janeiro
0183	Associação São Vicente de Paula	Rio de Janeiro
0191	Casa de Caridade Cabloco Peri	Rio de Janeiro

Fonte: Acervo da EMEI Olga Celestina Giliberti de Almeida em Nova Iguaçu. Manual para supervisores e monitores de Creches Casulo. Rio de Janeiro, maio de 1984. Livro físico da Creche Casulo Nº II.

Tais instituições tinham como público-alvo as crianças da classe trabalhadora. No caso específico de Nova Iguaçu, segundo dados do MAB, 85% da população que trabalhava recebia menos de 2 salários-mínimos e meio, viviam em bairros sem abastecimento de água e sistemas de esgotos, onde faltavam vagas nas escolas, sendo a mortalidade infantil em torno de 9%. Essas mortes antes de chegar a 1 ano de idade se davam em sua maioria devido às seguintes causas:

pneumonia, diarreia e desnutrição. “Em Nova Iguaçu, 38% das mortes se dão em crianças menores de 5 anos. No Rio de Janeiro este valor atinge 20%” (MAB, 1980, p. 5).

Encontramos registro de duas dessas instituições que atendiam crianças pequenas através de convênios. Uma delas, a Instituição Espírita Joana de Angelis, podemos observar a seguir, na figura 6:

Figura 6 – Instituição Espírita Joana de Angelis, em dezembro de 1988



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

A matéria de jornal sobre a segunda instituição, Associação Lázaro de Oxum, menciona o lançamento de um programa federal que tinha um público-alvo de 260.465 crianças na região e contou com a presença da então primeira-dama Dona Marly (esposa do Presidente José Sarney), de Marcos Vilaça (presidente da LBA), Neuza Brizola (esposa do governador Leonel Brizola), Cláudia Zarvos (esposa do Vice-Governador Darcy Ribeiro), ex-jogadores de futebol Jairzinho e Vavá e de uma bateria-mirim da escola de samba Beija-Flor. A campanha era destinada às “crianças carentes”, conforme noticiou o *Correio da Lavoura*, edição N.º 3.589 (De 08 e 09 de fevereiro de 1986): “LBA lança em Nova Iguaçu campanha Primeiro a criança”, tendo como responsáveis os órgãos LBA e UNICEF e tinha como principal objetivo reduzir os índices de mortalidade no país, que no município chegava a 76,5 por mil. Contava com a verba

de Cr\$ 1 trilhão e 93 bilhões e apoiava-se em cinco ações básicas de saúde: “alimentação, vacinação, incentivo ao aleitamento materno, estimulação infantil e aplicação de soro para reidratação oral nos casos de infecção intestinal”. O local escolhido para a cerimônia foi o Educandário São Lázaro, criado em 1979 pela Associação Espírita Lázaro Oxum, que atendia 90 crianças de 0 a 6 anos e tinha como administradora Neusa Ferreira Sá. Encontramos o seguinte relato da estrutura física do local:

O Educandário São Lázaro, localizado no bairro da Posse, em Nova Iguaçu, em meio a ruelas sem calçamento, alagadas e cercadas de casas com condições mínimas de sobrevivência, foi escolhido para dar início ao programa a nova creche-casulo comunitária inaugurada ontem. Uma casa simples de dois cômodos com cerca de 15 metros quadrados cada, num terreno onde ainda existem uma meia-água, em que funcionam a cozinha e posto de saúde, e um pequeno pátio coberto com dois banheiros sem chuveiro. A Legião dará assistência a cerca de 90 crianças. Ali, eles permanecerão oito horas diárias, recebendo três alimentações e vacinação (JORNAL DO COMÉRCIO, 1986).

Didonet (1992) elenca o programa como um importante acontecimento na área da política educacional direcionada à educação pré-escolar na década de 1980. Através do slogan “Primeiro a Criança”, o projeto foi lançado em 1986 pelo próprio presidente José Sarney e assumiu um destaque político no país, tendo a LBA como entidade executora, que se limitou aos conteúdos de assistência e alimentação.

## **1.2. A Igreja Católica e o Movimento de Associação de Bairros: luta e pressão no poder público**

A seguir, analisaremos as ações voltadas para as reivindicações por educação para as crianças pequenas no município de Nova Iguaçu, num primeiro momento no que diz respeito à Igreja Católica para em seguida apresentar as ações do Movimento de Associações de Bairros (MAB). Nesse contexto, destacaram-se as práticas do bispo Dom Adriano Hypólito, inicialmente nos movimentos eclesiais de bases e pmente, na fundação do MAB. Neste período, a Igreja foi porta-voz para as reivindicações locais junto às autoridades municipais, estaduais e federais, com destaque para as ações relacionadas às áreas de saúde pública e educação.

### *1.2.1 Ações da Igreja Católica voltadas para a educação pré-escolar de crianças em Nova Iguaçu*

A organização das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base na Igreja Católica também se constituiu numa conjuntura favorável à luta por creches no município de Nova Iguaçu. A Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu tinha como objetivo promover atividades de

assistência social, educacional e de saúde, constituindo-se como entidade responsável pelas primeiras creches na Baixada Fluminense.

O Bispo Dom Adriano, pautado nas orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965) e posteriormente na Teologia da Libertação<sup>6</sup>, desenvolveu um trabalho de conscientização política através da participação na Igreja Católica direcionado às camadas populares da região. Nesse sentido, dentre outras questões sociais, a educação foi uma das temáticas discutidas na cidade, como podemos perceber nesta passagem de um boletim informativo da Diocese de Nova Iguaçu:

A educação é falha na Baixada Fluminense, como em todo o Brasil, mas aqui parece mais falha, mais deficiente, em vista da concentração demográfica, da proximidade com o centro de cultura que é o Rio de Janeiro, da industrialização explosiva, do número de crianças que, para ajudarem o salário dos pais, deixam a escola pelo biscate. Faltam salas de aula, faltam escolas convenientemente distribuídas pela área. As escolas são mal instaladas e muitas vezes mal-conservadas. As professoras são desestimuladas, pois grandes números delas são apenas contratadas, sem direitos, a não ser o salário que recebem periodicamente (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1972, p. 1).

Conforme Suellen Santiago dos Reis (2013, p. 64), em sua dissertação de Mestrado, a Teologia da Libertação surgiu na década de 1970, num contexto histórico, político e social bem demarcado por três aspectos importantes: “o contexto internacional de dominação socioeconômica e política; as expectativas de libertação social e políticas motivadas por amplos setores críticos; e os conflitos gerados pelos governos militares na maioria dos países latino-americanos”.

Foi nesse contexto que surgiram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), comunidades formadas por leigos religiosos e que tinham o apoio das hierarquias eclesiásticas. Nesse sentido, as ações desenvolvidas objetivavam atender os interesses dos pobres, mas seguiam a metodologia e os princípios da Igreja Católica, mantendo os encontros de cunho religioso. Era a junção entre discurso religioso e discurso político, pautados na realidade social.

Betto (*apud*, Reis, p. 66) elenca quatro fases importantes desse movimento religioso. Na primeira, a comunidade busca na fé cristã o direcionamento das propostas sociais promovidas; na segunda fase, a inserção de novos membros advindos de diferentes credos ou não unidos para atender os pobres; em seguida, o fortalecimento operário mais presente em São Paulo; e na quarta fase, a atuação da abertura política e partidária.

---

<sup>6</sup> A Teologia da Libertação surgiu na década de 1960 após o Concílio Vaticano II. Trata-se de uma abordagem teológica cristã desenvolvida no contexto da América Latina. Tal concepção envolve várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo, objetivando a libertação dos oprimidos em relação aos problemas econômicos, políticos e sociais. Alguns representantes da Teologia da Libertação no Brasil são: Leonardo Boff, Frei Betto, Evaristo Arns e Rubem Alves.

Os Clubes de Mães, junto ao MAB, foram considerados um dos trabalhos mais socializados da Diocese, uma das poucas organizações que de fato entrou nas bases. Tinham em média 30 componentes cada grupo, que se reuniam semanalmente, às terças-feiras, para discutir problemas comunitários e a situação da mulher na sociedade. Esses grupos surgiram a partir do ano de 1968, somando respectivamente 71 em 1977; 79 grupos em 1979; 85 em 1981 e 114 em 1982. A sede da Cooperativa era localizada na Rua Paraíso, próximo ao Colégio das Irmãs. Eram oferecidas atividades voltadas para trabalhos manuais, como: corte costura, crochê, artesanato, bordado, arte culinária e pintura. Além de promover reflexões a respeito de temas sociais, tendo inclusive na sua pauta a luta por escolas e creches, destacando o objetivo dos grupos: “Os Clubes são para mulheres da Baixada sem vez e voz – estas ainda são muitas – para crescerem juntas” (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1979-1980, p. 16). Alguns dos bairros com Clubes de Mães eram: Cabuçu, Marapicu, Lote XV, Jardim Gláucia, Heliópolis, K11, Santa Maria, Califórnia, Miguel Couto, Japeri, Bairro da Luz, Parque Flora, Nilópolis e Mesquita. No que se refere à justificativa do projeto 233-148/41, em correspondência com a Igreja da Alemanha, o diretor responsável W. Steenhouwer avalia: “O baixo nível salarial da maior parte das nossas famílias junto com a pouca ou nenhuma participação da mulher no processo de produção, é outro dos problemas que tínhamos em vista na fundação dos clubes de mães dessa diocese”. E segue fazendo uma análise sobre o funcionamento e problemas tratados através dessa ação social:

Estão os clubes se conscientizando dos problemas em seu redor – água, luz, escola, e tantos outros problemas – e começam a exigir os seus direitos como cidadãos. Alargam-se, portanto, os horizontes: não ficam mais as sócias confinadas nos problemas tipicamente femininos, mas se abrem para uma problemática comunitária. São estes os problemas que a meu ver neste momento, são alvo dos clubes de mães: Problemática feminina na Baixada Fluminense, valorização da mulher e problemas familiares; profissionalização feminina; inserção na comunidade numa linha construtora e reivindicatória (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1977, p. 1-2).

A partir de assembleias comunitárias nas paróquias, decidiu-se que no setor de ação social a presença da Igreja junto ao Movimento de Bairros era fundamental, não só como apoio, mas com compromisso de atuação (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1983-1984, p. 15). O periódico destacou ainda que era tarefa da Igreja incentivar os Movimentos Populares, dar-lhes autonomia, promover acesso às informações, e permitir que o povo ainda que errando, construísse a sua história. É importante lembrar que o Movimento de Bairro acolhe pessoas de religiões diversas e inclusive ateus nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1983-1984, p. 8-9).

No que tange a essa temática, Rosemberg (1992, p. 23) explica que a implantação dos Clubes de Mães foram uma das primeiras ações conjuntas entre o Departamento Nacional da

Criança (DNCr) do Ministério da Educação e Saúde e o UNICEF, que tinha “por finalidade fixar e valorizar a mulher no lar, pela educação”. A autora observa que em seu formato, os Clubes de Mães já continham elementos que caracterizariam alguns dos programas desenvolvidos posteriormente, sendo orientados por uma filosofia de assistência social baseada na participação da comunidade, no trabalho voluntário de monitoras (ou dirigentes) instruídas por pessoal técnico qualificado e funcionando em locais disponíveis onde ocorresse afluência de mães.

A seguir alguns materiais de divulgação dos Clubes de Mães da Diocese de Nova Iguaçu (figuras 7, 8 e 9):

Figura 7 – Material de divulgação dos Clubes de Mães do Informativa Diocese de Nova Iguaçu de maio de 1979



Fonte: DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1979 (CEDIM)

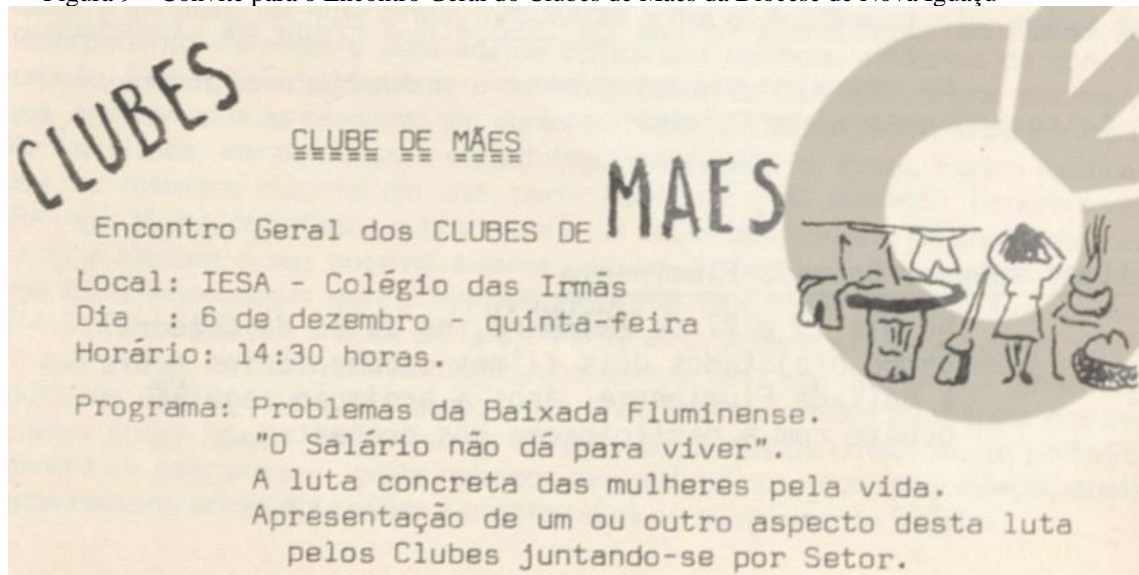


Figura 8 – Material sobre a participação da Igreja nos movimentos sociais do Informativo da Diocese de Nova Iguaçu de 1983



Fonte: DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1983-1984 (CEDIM)

Figura 9 – Convite para o Encontro Geral do Clubes de Mães da Diocese de Nova Iguaçu



Fonte: DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1983-1984 (CEDIM).

Dentre os projetos desenvolvidos pela Cáritas junto ao bispo Dom Adriano Hypólito, além do Clube de Mães destacamos também o jardim de infância e o pré-primário no Centro Profissional de Cabuçu, que segundo diagnóstico da entidade, registrado num documento datado de 18 de abril de 1977, tinha uma população estimada de 1.300.000 habitantes no ano

de 1977. Com infraestrutura de serviços praticamente inexistente, na região havia apenas três escolas públicas e uma escola particular. Ressaltando ainda o seguinte trecho: “De particular interesse para o presente projeto é a situação do ensino pré-escolar, onde para todo o município, existem apenas 48 escolas atendendo a 2351 crianças, sendo que dessas apenas duas (438 crianças) pertencem ao Estado, as demais pertencendo à iniciativa privada” (HYPÓLITO, 1977, p. 2).

Percival Tavares da Silva (1993) identificou em sua pesquisa que em abril de 1975, a Cáritas Diocesana contratou os quatro médicos – Anna Eleonor, Antônio Ivo, José Noronha e Lúcia Souto – para desenvolver o Programa Materno-Infantil no Centro Social de Cabuçu. Esse programa foi financiado pela Inter-American Foundation, solicitação realizada pelo diretor, Pe. Matheo Vivalda, para ser desenvolvido entre novembro de 1975 e novembro de 1976, sendo posteriormente renovado. Nesse sentido, os médicos ofereciam atendimento médico ambulatorial e ajudavam na organização das mães através de trabalho “educativo-político com problematização de experiências e situações vivenciadas pela comunidade”, apoiando-se nas ideias de Paulo Freire (SILVA, 1993, p. 40-41).

Essa relação entre educação e saúde, nos programas mencionados pode ser explicada a partir da realidade da época. Conforme nos mostram Mendonça e Fontes (2004, p. 69), há uma relação da expectativa de vida da população com a questão socioeconômica, por meio da qual pode-se dimensionar os impactos da extrema concentração de renda no país, ainda mais aprofundada entre 1970 e 1980. Assim como evidencia a tabela 2, no ano de 1976, a esperança de vida dos brasileiros que recebiam mais de cinco salários-mínimos é de 14 anos a mais do que a esperança de vida daqueles com renda abaixo de um salário.

Tabela 2 – Esperança de vida ao nascer segundo a faixa salarial em 1976

Faixa salarial	Estimativa de vida
Menos de 1 salário mínimo	55,4 anos
Entre 1 e 2 salários mínimos	59,6 anos
Entre 2 e 5 salários mínimos	64,2 anos
Mais de 5 salários mínimos	69,8 anos
Conjunto	60,8 anos

Fonte: MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 69.

A proposta do curso pré-escolar surgiu prioritariamente para atender às necessidades das mães que trabalhavam fora, além de haver uma preocupação em estimular desde a tenra



idade o desenvolvimento da criatividade e o aprendizado das crianças, como podemos observar nos objetivos gerais do referido projeto (HYPÓLITO, 1977, p. 3):

1-Desenvolver um curso pré-escolar para os filhos de trabalhadores residentes em Cabuçu que estimule a criatividade e o desenvolvimento social das crianças em idade pré-escolar, preparando-as para um melhor aproveitamento de suas futuras atividades escolares.

2- Estabelecer, junto aos pais e alunos, um programa de encontros que possibilitem o debate e a problematização das situações experiências vividas e leve ao desenvolvimento de sua capacidade de reflexão e ação.

O programa previa, ainda, uma Cogestão do Pré-escolar junto aos pais e participação em grupos de reflexão a respeito das condições de vida (salário, transporte, alimentação, escola) e os problemas do bairro (água e esgoto), objetivando, assim encontrar soluções conjuntamente. O projeto previa uma equipe de funcionários com: duas professoras, uma professora de recreação, duas auxiliares, uma cozinheira e uma servente. Além de mobiliários adaptados (8 mesinhas e 32 cadeirinhas); instalação de parque infantil (balanço, carrossel, escorrega e trepa-trepa); materiais de consumo para refeitório e atividades pedagógicas e equipamentos para uso dos profissionais. No que se refere ao provimento da merenda escolar, era previsto um convênio com o órgão federal FEEM (Fundação Educacional do Bem-Estar do Menor) (HYPÓLITO, 1977, p. 4-5).

Abaixo (Figura 10), podemos ver um dos diários de classe da Cáritas datado do ano de 1978.

Figura 10: Diário de Classe da Cáritas datado do ano de 1978

MÊS		PARCO		DE 19	
Nº	Nota do Dia	Faltas	Dia	MATERIA LECIONADA	Nota do Dia
1			0	1. História da Igreja para a catequese	
2			0	2. Geografia	
3			0	3. Matemática	
4			0	4. Ciências	
5			0	5. Língua Portuguesa	
6			0	6. Religião	
7			0	7. História da Igreja para a catequese	
8			0	8. Geografia	
9			0	9. Matemática	
10			0	10. Ciências	
11			0	11. Língua Portuguesa	
12			0	12. Religião	
13			0	13. História da Igreja para a catequese	
14			0	14. Geografia	
15			0	15. Matemática	
16			0	16. Ciências	
17			0	17. Língua Portuguesa	
18			0	18. Religião	
19			0	19. História da Igreja para a catequese	
20			0	20. Geografia	
21			0	21. Matemática	
22			0	22. Ciências	
23			0	23. Língua Portuguesa	
24			0	24. Religião	
25			0	25. História da Igreja para a catequese	
26			0	26. Geografia	
27			0	27. Matemática	
28			0	28. Ciências	
29			0	29. Língua Portuguesa	
30			0	30. Religião	
31			0	31. História da Igreja para a catequese	
32			0	32. Geografia	
33			0	33. Matemática	
34			0	34. Ciências	
35			0	35. Língua Portuguesa	
36			0	36. Religião	
37			0	37. História da Igreja para a catequese	
38			0	38. Geografia	
39			0	39. Matemática	
40			0	40. Ciências	
41			0	41. Língua Portuguesa	
42			0	42. Religião	
43			0	43. História da Igreja para a catequese	
44			0	44. Geografia	
45			0	45. Matemática	
46			0	46. Ciências	
47			0	47. Língua Portuguesa	
48			0	48. Religião	
49			0	49. História da Igreja para a catequese	
50			0	50. Geografia	
51			0	51. Matemática	
52			0	52. Ciências	
53			0	53. Língua Portuguesa	
54			0	54. Religião	
55			0	55. História da Igreja para a catequese	

Aulas Previstas: 55 - Aulas Dadas: 51

Encerrado em 30 de Março de 1978

M. da Luz Pereira  
 (Mestre de Ensino)

(Plan de Anualidade Escolar)

Fonte: Arquivo da Diocese de Nova Iguaçu

Algumas mulheres religiosas se dedicaram ao trabalho com as crianças nas comunidades, dentre elas destacamos a Irmã Filomena Lopes Filha<sup>7</sup> (Figura 11). Nascida em Minas Gerais, a Irmã Filomena, como ficou conhecida, foi uma freira Franciscana e educadora que desenvolveu um trabalho na Pastoral situada na favela da Viga, próxima ao Centro de Nova Iguaçu. Liderou mutirões para construir 158 casas e a Igreja São Francisco de Assis na mesma região. Foi uma das incentivadoras do movimento pró-creche e tinha o desejo de construir uma Creche na localidade para atender as mães trabalhadoras. Porém, foi brutalmente assassinada por traficantes em Belford Roxo na data de 09 de junho de 1990. Sobre esse período, Reis (2013, p. 88) destaca:

Entre 1987 e 1990, um novo projeto é implementado a favor da população mais carente de Nova Iguaçu, o projeto de construção de moradias coordenado pela irmã Filomena e apoiado pela diocese, visava transferir uma parte da população que morava às margens do Rio Botas para uma área mais segura e com melhor infraestrutura,

<sup>7</sup> “O assassinato da religiosa Filomena motivou a participação do MAB no ‘Fórum em Defesa da Vida’, que promoveu um importante ato público contra a violência no Centro de Nova Iguaçu, em 15 de julho de 1990, mobilizando cerca de 4 mil pessoas. Neste período, Dilceia Nahon, Presidenta do MAB, foi ameaçada de morte, passando a ser escoltada por uma patrulhinha da PM” (SILVA, 1993, p. 242)

durante esse período mais de 144 casas foram construídas, além de creches, igrejas e um salão comunitário.

Figura 11 – Irmã Filomena com crianças da comunidade onde se dedicava à Pastoral



Fonte: CEDIM, 2021

Levantamos a hipótese que a atual EMEI Bom Pastor (figura 12), localizada no bairro Jardim da Viga, tratava-se de uma das creches construídas pela prefeitura. Porém, a placa de inauguração na entrada da unidade (figura 13) indica que se trata de um prédio construído pelo Instituto de Educação Santo Antônio (IESA) de Nova Iguaçu, em 13 de maio de 1989, com recursos oriundos da Alemanha, trazendo assim indícios que a instituição tenha sido construída no período de atuação da Irmã Filomena.

Figura 12 – EMEI Bom Pastor



Fonte: Acervo da EMEI Bom Pastor

Figuras 13 – Placa na entrada da EMEI Bom Pastor



Fonte: Acervo da EMEI Bom Pastor

Durante o bispado de Dom Adriano Hypólito, a Diocese de Nova Iguaçu desenvolveu iniciativas de caráter educacional voltadas para as demandas das classes populares e foi uma das pioneiras no atendimento à primeira infância iguaçuana. Nesse sentido, destacamos o importante papel das creches existentes até o ano de 1989, listadas no quadro 2.

Quadro 2 – Número de Creches da Igreja Católica em Nova Iguaçu até o ano de 1989

Paróquia	Bairro	Nº de Creches	Nº de crianças atendidas	Pároco Responsável
Nossa Senhora de Fátima	Rocha Sobrinho	1	25	Pe Valdir
Santa Elisa	Jaceruba	1	33	Pe Mino
Sagrado Coração de Jesus	Caonze	1	60	Pe Monteiro
Santo Antônio de Jacutinga	Centro	1	15	Pe Agostinho Pietro
São Judas Tadeu	Heliópolis	6	315	Pe Matheo
Santo Agostinho	Guandu	1	50	Pe Humberto
São Miguel	Miguel Couto	2	220	Pe Renato Chiera

Fonte: Tabulação da autora, organizada com base nos dados da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, pasta Ceris Diocesano (1989) do CEDIM.

A Fundação Fé e Alegria<sup>8</sup>, sub-regional do Rio de Janeiro, ao fazer um resgate da história das creches comunitárias da Baixada Fluminense (figura 14), destaca que a Creche Comunitária São Miguel Arcanjo, situada no bairro Miguel Couto em Nova Iguaçu, foi fundada pelo Padre Renato Chiera, em 1986, no espaço da Igreja Católica de mesmo nome. No ano de 1985, a creche atendeu crianças de 0 a 6 anos com o apoio do MAB. Segundo a Fundação, também que houve um convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu com duração de três anos. Já no ano de 1988 a instituição conseguiu um convênio com a FEEM (atual FIA- Fundação da Infância e Adolescência).

O jornal *Correio da Lavoura*, edição N.º 3.583 (de 21 e 22 de dezembro de 1985) menciona o convênio entre FEEM e MAB que tinha por objetivo ampliar o atendimento aos “menores carentes”. A reportagem “Associações receberão mais de 100 milhões da FEEM para

<sup>8</sup> A Fundação Fé e Alegria foi criada em 1981, através de uma ação articulada entre a Companhia de Jesus no Brasil e lideranças diretamente ligadas a movimentos sociais. Nos anos 1990, a instituição vai discutir questões ligadas ao terceiro setor, demonstrando posições em relação ao papel do Estado na sociedade norteadas pela defesa das “parcerias” público-privadas e pela ideia de público não estatal, que retira os direitos sociais das funções do Estado. Em decorrência das mudanças ideológicas, esse posicionamento causará tensões em relação aos movimentos populares



o pré-escolar” esclarece que os 126 milhões de cruzeiros eram destinados à compra de materiais didáticos, gêneros alimentícios e serviços prestados pelas monitoras.

Figura 14 – Creche Comunitária São Benedito



Fonte: Acervo de Marinês da S. Vicente Simões

### 1.2.2 Ações do MAB voltadas para a educação pré-escolar em Nova Iguaçu

No início da década de 1980, ocorre em Nova Iguaçu uma unificação das lutas das mulheres por ocasião do Primeiro Encontro de Mulheres na Baixada, que aconteceu no Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP). Foram as mulheres organizadas que lutavam pelo atendimento de necessidades básicas em bairros periféricos, que incluíram a creche na pauta de suas reivindicações. O movimento conseguiu unir diferentes setores da sociedade, resultando no 1º encontro da mulher da Baixada, que representou um grande avanço no que diz respeito à opressão das mulheres e à tentativa de uma nova posição diante da realidade social.

Tal encontro teve continuidade, pois *O Jornal do Brasil* (24 de agosto de 1981) divulgou o 2º Encontro da Mulher na Baixada e consta que foi organizado pela Associação de Alfaiates e Costureiras, Movimento Amigos do Bairro (MAB), Centro Estadual dos Professores (CEP) e Grupo de Reflexão Feminina (GREFEM) em agosto de 1981, no Instituto de Educação Rangel Pestana.

Didonet (1992) ressalta a questão do aumento do número de crianças que dependiam exclusivamente de mulheres mantenedoras de família, que nesse mesmo ano eram 9,6% das

crianças e adolescentes nessa situação. Além da taxa de participação feminina na PEA (População Economicamente Ativa), que era de 31,3%.

O tom do evento foi de denúncia, uma vez que foram tratadas questões relacionadas às perseguições políticas e à violência contra às mulheres, tendo permanecido a creche como uma das bandeiras políticas. Mulheres iguaçuanas organizaram-se para reivindicar creches como direito das mães trabalhadoras e direito das crianças pequenas à educação. O depoimento de uma militante do movimento de luta por creches em Nova Iguaçu, ilustra bem esse momento:

A partir de 80, a questão da creche apareceu com muita força, tendo dois encontros de mulheres na Baixada. Nós íamos nos clubes de Mães para conversar sobre as questões da mulher, os encontros eram nas terças. O GREFEM (Grupo de Reflexão Feminina) foi criado em torno de 72 ou 73. Conseguimos em 82 ou 83 um contato com a LBA e com o MEC para viabilizar creches comunitárias através de convênios, as associações forneciam os espaços físicos e a LBA mantinha os salários das monitoras até 1987 (NAHON, 2021).

Na fotografia (figura 15), um guardanapo oferecido às mulheres como lembrança do encontro, que foi mostrado pela Senhora Dilceia Quintela Nahon.

Figura 15 – Guardanapo oferecido às mulheres como lembrança do 2º Encontro da Mulher na Baixada



Fonte: Acervo pessoal de Dilceia Quintella Nahon<sup>9</sup>

A participação das mulheres nesses movimentos reflete suas lutas pelo atendimento de necessidades básicas em seus bairros, inclusive, a creche que passa a ser uma reivindicação, percebendo-a como uma ampliação de seu direito ao trabalho e à política. Nesse período, no

<sup>9</sup> Professora e ativista social, Dilceia Quintella Nahon foi diretora do MAB, candidata a senadora em 2002 pelo PC do B e candidata a vice-prefeita do município de Belford Roxo em 2004 pelo mesmo partido. Foi casada com Nelson Nahon. Durante o governo de Sheila Gama (casada com Aluísio Gama) do PDT foi Secretária de Educação em Nova Iguaçu.

Brasil, os movimentos feministas elucidaram a questão do gênero, o que possibilitou uma reflexão acerca das desigualdades de gênero nas culturas de classe (MATTOS, 2012).

Na esfera estadual, encontramos uma reportagem intitulada “Abertura da mulher do Rio de Janeiro” (LUTA DEMOCRÁTICA, 1981), que destacou o II Congresso da Mulher no estado. O evento aconteceu no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Maracanã, e foi apoiado por muitos órgãos classistas, dentre eles, o Centro de Professores (CEP) e o MAB.

A creche estava presente nas discussões, como pudemos observar nos itens: “1- Condição de Vida (carestia, creche, transporte, lazer, moradia e dupla jornada)”;

“5-Trabalho (desemprego, creche, direito da mulher trabalhadora)”. A divulgação do congresso ressaltou a importância da organização dessa categoria em diferentes setores e estados e fez a seguinte análise:

A solução dos problemas que enfrenta, hoje, nosso país – prossegue- só poderá ser alcançada com a ampla participação das mulheres, pois somos 53% da população. Vamos unir forças pelo fim da carestia e do desemprego, pela conquista de creches, escolas, saúde para nossos filhos e nossas famílias, pela criação da Federação de Mulheres do Rio de Janeiro e pelo triunfo da igualdade, democracia e paz (JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 1981, p. 2).

No âmbito nacional, Rosemberg (1992) lembra que no início da década de 1980, o MEC elabora o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD) com ações direcionadas à educação pré-escolar, que deu continuidade a cobertura de baixo custo e com apoio da comunidade. Neste documento, foi estabelecido que o MEC atenderia prioritariamente crianças entre 4 e 6 anos, além do estabelecimento de metas quantitativas de atendimento e repasse de recursos financeiros. E evidenciou a participação do Movimento Brasil de Alfabetização (MOBRAL) na implementação do programa e a data de sua elaboração, ano pré-eleitoral.

Kramer (1987) analisou o PSECD, afirmando que essa legislação teve o papel de indicar estratégias de execução. E que apesar do reconhecimento da importância da pré-escola, as ações práticas para a sua efetivação mostraram-se incertas e os recursos dirigidos a ela limitados, além, de ter sido calcada numa educação compensatória.

De certa forma, a pré-escola assumiu uma importância, e adotou-se o conceito de educação básica, compreendendo o nível pré-escolar e 1º grau. A esse respeito, afirmou-se:

A educação pré-escolar é relevante, tanto pelo seu impacto pedagógico quanto pela possibilidade de influenciar as condições de nutrição, de saúde e de higiene das crianças e das famílias. A educação pré-escolar deve, portanto, ser entendida como aquela que se faz no ingresso no primeiro grau, independente do limite de idade, incluindo-se mesmo a ação sobre as gestantes. Tendo em vista que nos primeiros anos de infância se decidem, em grande parte, as potencialidades da personalidade humana, o impacto sobre a criança, a partir dos 7 anos de idade, pode estar totalmente comprometido com um passado de desnutrição e de pobreza. Acresce, ainda, o fato



de que o acesso ao pré-escolar, concentrado nas famílias ricas, acentua ainda mais a distância para um aproveitamento escolar das crianças pobres (BRASIL *apud* KRAMER, 1987, p. 12-13).

Vital Didonet (1992) lembrou-nos que, os pronunciamentos do então ministro Eduardo Portella, contribuíram para inspirar a atuação dos dirigentes e foram decisivos para que os dois mais importantes programas de sua pasta, o Programa Nacional de Ações Socioculturais para as Periferias Urbanas (PRODASEC) e Programa Nacional de Ações Socioculturais para o Meio Rural (PRONASEC), abarcarem a criança pré-escolar entre os seus objetivos. Ambos os programas favoreceram para expandir as ações das secretarias de educação dos estados direcionados às crianças na faixa etária, de quatro a seis anos, das áreas mais pobres das periferias urbanas e das zonas rurais.

Silva (1993) menciona em sua pesquisa, em 1976, a assinatura de um convênio com o MEC por parte do MAB e das Associações de Moradores com a finalidade de desenvolver um trabalho com pré-escolas, onde o MEC assumiu os custos com o pagamento das monitoras e supervisoras de 100 turmas no município, através do Programa Nacional de Educação Pré-escolar. Ressalta ainda que, desde o ano de 1980, parte dessas associações já desenvolviam esse trabalho devido à ausência de creches (SILVA, 1993, p. 210). Esse programa não previa a contratação de profissionais formados, utilizando-se do contrato de “professoras leigas” a fim de diminuir os custos e expandir a oferta de vagas.

A respeito desse período no Brasil, Arce (2010, p. 41) destaca:

De 1982 a 1985, o Movimento Brasileiro em Prol da Alfabetização (Mobral) encaixou-se, por seu trabalho sempre realizado com o auxílio da comunidade, no perfil de órgão ideal para cuidar da expansão do atendimento pré-escolar, defendida no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD), cuja tônica voltava-se para a mobilização da comunidade e uso dos recursos locais. O Mobral foi responsável pela expansão da pré-escola no Brasil, chegando a ser responsável em 1982 por 50% do atendimento pré-escolar público.

Segundo a autora, o Mobral privilegiou o treinamento dos monitores que trabalhavam com as crianças pequenas, onde destacou-se materiais didáticos nos formatos de manuais e receituários. Uma das obras que evidenciou esse viés pedagógico foi o manual *Vivendo a Pré-Escola*, lançado em 1982, que tinha por objetivo orientar a prática dos monitores, como mostra o sumário no quadro 3.

Quadro 3 – Sumário do manual *Vivendo a Pré-Escola*

I	A criança e seu desenvolvimento
II	O monitor e as crianças

III	O monitor e as famílias
IV	Dinâmica de trabalho do monitor
V	Atividades na pré-escola
VI	Materiais
VII	Algumas técnicas de desenho, pintura, recorte, colagem e modelagem

Fonte: ARCE, 2010, p. 44.

Em Nova Iguaçu, segundo uma reportagem do jornal *Luta Democrática* (19 de abril de 1983), a rede municipal contava com 102 escolas, sendo 34 turmas de pré-escolar criadas durante o governo de Ruy Queiroz. Estas turmas de pré-escolar buscavam atender o exposto na Lei nº 5.692, de 1971, que instituiu que: “os sistemas de ensino velarão para que as crianças em idade inferior a sete anos recebem conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (KRAMER, 1987, p. 96). Assim, as secretarias municipais de ensino tiveram que atender esse público, ainda que sem amparo legal e com recursos escassos.

Segundo Kramer (1987, p. 97), a perspectiva da educação pré-escolar, em termos de legislação, apresentou uma superficialidade, pois não descreveu as formas de providenciar o atendimento às crianças menores. Nessa linha, Didonet reconheceu que a Lei nº 5.692/1971 não privilegiou o desenvolvimento da educação pré-escolar, e ressaltou que muitos técnicos a classificaram como um retrocesso.

Silva (1993) destaca que em 18 de outubro de 1984 aconteceu o 1º Encontro sobre Creches em Nova Iguaçu organizado pelo Departamento Feminino do MAB e o CEAC (Centro de Estudos e Ação Comunitária). O referido evento contou com a participação de 21 Associações e as seguintes instituições públicas e internacionais: Coordenadoria Estadual de Desenvolvimento Social, Unicef, Funabem, Mobral, FEEM, Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu e Secretaria de Educação de Nova Iguaçu.

Nesse sentido, de acordo com o relatório produzido pelo MAB, sua principal reivindicação foi um programa de Creches Públicas nos bairros de Nova Iguaçu, garantindo a participação da comunidade na administração. Há uma descrição das associações que desenvolviam o trabalho com aproximadamente 670 crianças, que majoritariamente tinham a idade entre 3 e 6 anos e a quantidade de monitoras e merendeiras disponíveis. Além das principais demandas: alimentação, materiais didáticos (não havia papel e lápis), mobiliário (as crianças eram obrigadas a se espalharem pelo chão) e pagamento das monitoras e merendeiras (que realizavam trabalho voluntário) (Quadro 4).

O documento assinado por Lúcia Regina Souto, Diretora do MAB na época, convidou as referidas autoridades para que visitassem as Associações que já atendiam às crianças em idade pré-escolar e aquelas que gostariam de iniciar o trabalho (Jardim Redentor, J. Peres, Shangri-lá, Prata e ampla Mesquita). E propôs ainda que fosse formada uma coordenadoria vinculada à Secretaria de Educação com o objetivo de coordenar o problema do menor na Baixada.

Quadro 4 – As demandas das associações que atendiam à primeira infância em 1985, presentes no Relatório do MAB no 1º Encontro sobre Creches em Nova Iguaçu

**DEMANDAS DA ASSOCIAÇÕES QUE ATENDIAM A PRIMEIRA INFÂNCIA EM 1985 NO 1º ENCONTRO SOBRE CRECHES EM NOVA IGUAÇU**

<b>LOCAL</b>	<b>NÚMERO DE CRIANÇAS</b>	<b>IDADE</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>DEMANDAS</b>
Carmari	80	3-6 anos	4 monitoras e 1 merendeira	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras.
Piam	60	3-6 anos	5 monitoras e 1 merendeira	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.
Itaipu	25	3-6 anos	2 monitoras e 1 merendeira	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.
Jardim Primavera	35	3-6 anos	2 monitoras e 1 merendeira	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.
Monte Líbano	60	4-6 anos	2 monitoras (professoras) e 1 merendeira	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras.
Jardim Gláucia Parque São Bento Jardim Ideal	40	-----	2 monitoras	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.
Chavascal	40	3-6 anos	5 monitoras	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas
Nova Aurora	50	3-6 anos	4 monitoras p/ atender até o 1º grau	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.
Campo Alegre	150	-----	5 monitoras	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.

Jardim Guandu II	60	-----	6 monitoras	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.
Ouro Preto	70	4-8anos	2 monitoras não remuneradas	Material didático, alimentação, contribuição para monitoras e merendeiras, cadeiras e mesas.

Fonte: MAB, 1985

Quadro 5 – Associações de moradores filiadas ao MAB na década de 1980, que mantinham trabalhos com crianças

**ASSOCIAÇÕES DE MORADORES FILIADAS AO MAB/NOVA IGUAÇU QUE MANTINHAM TRABALHOS COM CRIANÇAS NA DÉCADA DE 1980**

Regional	Associação de Moradores	Presidente/Presidenta
Centro	Carmari Chavascal Juriti Monte Líbano Ponto Chic Prata Viga	Paulo C. Lopes  Elza Costa Anna Leonor Bráulio Rodrigues da Silva Lourdes Cotta
Heliópolis	Heliópolis Mutirão de Nova Aurora Piam Vila Maia	Laerte Rezende Bastos Nilva de Oliveira
Miguel Couto	Itaipu Shangrilá	Marina Luna Marília Jorge
Morro Agudo	Jardim Primavera Ouro Preto Vila Marina	Lúcia
Lote 15	Jardim do Ipê Jardim Gláucia Jardim Redentor Parque Floresta	Terezinha
Queimados	Luís de Camões	
Cabuçu	Conjunto Boa Esperança Jardim Guandu 2 Jardim Europa	Ivan Deia
Belford Roxo	Dimas Filho São Bernardo	
Mesquita	Santo Elias	
Austin	Austin Centro Eurico Miranda Parque Grande Rio Vila Nascente Vista Alegre	Eline Santos
Engenheiro Pedreira	Engenheiro Pedreira Centro	

Fonte: Acervo de Percival Tavares Silva.

Passado um ano, após o primeiro encontro sobre creches, o *Correio da Lavoura*, edição N.º 3.564 de 10 e 11 de agosto de 1985, noticiou a tentativa de um convênio por parte do MAB: “Creche e Pré-escolar populares tentam obter apoio do MOBREAL”. O encontro com o presidente do MOBREAL, Vicente Barreto, aconteceu na sede do MAB e a verba era destinada ao custeamento do trabalho dos professores e fornecimento de merenda para aproximadamente 700 crianças de creches e pré-escolas pelos membros das Associações de Moradores. Na ocasião, a representante do MAB, Dilceia Quintela Nahon, afirmou:

Mulheres vinculadas a associação de moradores – situados em bairros carentes e afastados do município – mantêm crianças durante o dia em suas casas ou em igrejas, que se transformam em creches e pré-escolas, enquanto as mães, a maioria sem companheiros, saem para trabalhar fora. É um trabalho abnegado e de suma importância, mas realizado sem nenhuma ajuda oficial. Há um ano o departamento feminino do MAB reuniu-se com autoridades municipais, estaduais e federais, mas não houve praticamente nenhum avanço no que diz respeito à conquista do apoio (NAHON, 2021).

A partir da entrevista, podemos perceber que o MAB tinha uma preocupação com a qualidade do trabalho desenvolvido nos bairros, destacando a importância de se garantir a alimentação e a presença profissional qualificada.

Em uma carta, destinada ao poder público, o MAB esclarece que Nova Iguaçu tinha aproximadamente 1.500.000 habitantes, sendo o 7º maior município do país em população e o 2º do estado do Rio de Janeiro. Assim, discorreu sobre a questão da ausência de garantias pelo poder público municipal a respeito da educação:

A situação de vida da nossa população é cada vez mais grave: 80% da população trabalhadora ganha até dois salários-mínimos e é cada vez maior o número de mulheres trabalhando fora, é crescente o número de desempregados, os dados sobre saneamento básico, saúde e educação são simplesmente estarrecedores. Na Baixada Fluminense morrem 19 crianças por dia, em decorrência da falta de saneamento básico. Cerca de 100.000 crianças acima de 7 anos, estão fora da rede escolar pública. E praticamente nenhum atendimento público às crianças de zero a seis anos de idade. Não há dados estatísticos, mas sabemos que a fome é uma verdadeira epidemia em nosso município (MAB, 1985).

Na carta às Autoridades datada de 29 de setembro de 1985, o Departamento Feminino do MAB afirma que “As exigências mirabolantes de determinados órgãos para realizarem convênios com as Associações, como condições de sua área física, instalações, vasos sanitários infantis e outros pré-requisitos que constituem um obstáculo a mais no árduo trabalho que desenvolvemos”.

Hoje, temos no município mais de 150 mil crianças sem estudar. As escolas da rede municipal estão em estado precário, há falta de professores e a falta de merenda escolar é generalizada. O problema educacional no município assume proporções tão dramáticas que várias Associações de Moradores estão sendo forçadas a improvisar salas de aulas, creches e pré-escolares na tentativa de amenizar os efeitos da criminosa

omissão do poder público em relação à educação de nossas crianças (DEPARTAMENTO FEMININO DO MAB, 1986).

O relato acima exemplifica o contexto educacional iguaçuano no período do declínio do regime militar no Brasil. Nesse período, dos recursos públicos direcionados à educação não havia verbas específicas para a educação pré-escolar, sendo esta oriunda das verbas destinadas ao que se denominava 1º grau, que eram inclusive insuficientes para este segmento de ensino.

Encontramos uma reportagem do jornal *O Fluminense*, (24 e 25 de fevereiro de 1985) que divulgou um concurso público em Nova Iguaçu para professores de 1ª a 4ª série do 1º Grau, sendo oferecidas 500 vagas. Já em outro periódico, *Jornal dos Sports* (28 de março de 1985), constava o número de 9.700 candidatos às vagas de professores primários, com a oferta do salário inicial de Cz\$ 220.000 (duzentos e vinte mil cruzeiros).

Outro convênio federal identificado foi mencionado no *Correio da Lavoura*, edição N.º 3.672 (de 17 e 18 de outubro de 1987): “BNDES libera recursos para creches na Baixada”. A quantia de Cz\$ 2 milhões foi oferecida para cada entidade, desde que tivesse sede própria e vontade para trabalhar com creches. Essa verba deveria ser utilizada na construção e compra de equipamentos apenas. A referida reportagem esclarece que o convênio era facultativo às associações, uma vez que não havia um consenso no coletivo em relação ao uso da verba, destacando ainda sua desconfiança em tais convênios firmados: “O governo tem procurado transferir suas responsabilidades ao movimento popular através da execução de mutirões, administração dos programas e assinatura de carteiras de trabalho”.

No ano de 1988, a Constituição Federal estabeleceria um novo marco legal, por meio do qual as lutas e demandas dos movimentos populares seria em parte incorporada. No que tange à educação e às lutas dos movimentos das mulheres, as propostas foram formuladas no sentido de integração da creche e da pré-escola no sistema educacional e de ampliação do direito à creche no local de trabalho também para os filhos dos trabalhadores homens e para toda faixa dos zero a seis anos, materializando-se no Título 8, Capítulo 7 da Constituição, “Da família, da criança, do adolescente e do idoso”, Artigo 27, que assegura não apenas à criança, mas também ao adolescente e ao jovem “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

No capítulo a seguir, abordaremos um pouco da trajetória pessoal de Francisco de Assis Martins Amaral, morador de Nova Iguaçu desde o ano de 1948, um político ligado a Dom Adriano Mandarino Hypólito e ao Movimento de Amigos do Bairro no mesmo município.

## 2 A VIDA DE FRANCISCO AMARAL: A TRAJETÓRIA PESSOAL DE UMA PERSONALIDADE IGUAÇUANA

Como vimos no primeiro capítulo, a intensificação das demandas da classe trabalhadora pela educação pública ampliou também a atuação dos movimentos sociais em Nova Iguaçu. O segundo capítulo busca retomar aspectos da vida de Francisco de Assis Martins Amaral, que foi interventor de Nova Iguaçu durante o período em que foram fundadas 10 creches no município, onde poder público e movimentos sociais realizaram uma articulação nas décadas de 1970 e 1980. Em contato com o acervo pessoal, buscamos reconstruir sua trajetória política a fim de perceber aspectos de relevância para a história de Nova Iguaçu, lutas e conquistas dos movimentos sociais, a luta contra a ditadura e as questões que remetem ao campo educacional, em especial aquelas que remetem à educação das crianças pequenas.

Esse estudo tem por objetivo resgatar a história local a partir dos acontecimentos históricos na política brasileira e apresentar uma análise sobre as particularidades das vozes iguaçuanas. Interessa-nos, em especial, estudar o contexto histórico iguaçuano, considerando a biografia do político e do militante, a fim de compreender as relações entre os acontecimentos históricos nacionais e as particularidades locais. A importância da reconstrução da biografia de Francisco Amaral, nomeado interventor de agosto a dezembro de 1988, contribui para entendermos o contexto histórico de sua atuação política nos Movimentos de Bairro em Nova Iguaçu e suas relações com as camadas populares organizadas, resultando num encontro com o poder público, momento em que se abriram brechas dos circuitos da história local a partir da luta dos homens e mulheres da periferia com desdobramentos nas políticas públicas da infância neste município.

### 2.1. Pedreiras (MA): Cidade Natal

Francisco de Assis Martins Amaral nasceu em 02 de novembro de 1933, em Pedreiras, Maranhão. O segundo, dos dez filhos de Antenor Magalhães Amaral e Maria de Lourdes Martins Amaral. Viveu em Nova Iguaçu de 1948 até 09 de novembro de 2020. E morreu na cidade em que viveu a maior parte de sua vida.

No ano de seu nascimento foi formada a Assembleia Constituinte no Brasil, cujo objetivo era a elaboração da Constituição. Paralelamente, Getúlio Vargas (1882-1954) barganhava o parcelamento das dívidas externas, gerando assim capital para a compra de excedentes do café, privilegiando a burguesia rural paulista.

Em 15 de julho de 1934 foi promulgada uma nova Constituição, e a Assembleia legitimou Getúlio Vargas como Presidente da República. Esta Carta Magna coadunou diferentes interesses: de um lado, as conquistas da classe trabalhadora e de outro o estabelecimento dos mecanismos de controle político pelo Estado materializados pela proibição do direito à greve e manifestações políticas.

A partir de sua trajetória pessoal, muitos aspectos nas origens e nos ambientes de Francisco Amaral sugerem uma futura vida como pessoa pública, um homem que influenciou e participou ativamente de movimentos da classe trabalhadora, em especial na Baixada Fluminense. Ele não fazia parte das classes oprimidas, mas ao mesmo tempo em sua árvore genealógica podem ser encontradas pessoas como a avó Constância, retirante da seca do Ceará em 1877 e pessoas que assumiram uma posição de prestígio no funcionalismo público, o coletor federal e avô Crescêncio, ambos inseridos no contexto de uma cidade no interior do Nordeste.

Pedreiras era uma cidade muito pobre, sem encanamento e serviço de água. Uma das histórias contadas por ele, em tom de anedota, era um episódio onde um inspetor de educação que estava hospedado na cidade precisou utilizar o banheiro, vulgo “casinha”. Ao se deparar com a realidade, teve a ideia de retirar a parte do acento feita de palha e transformá-la em um assento sanitário, motivando as pessoas do local a utilizarem-se da mesma artimanha.

A família (figura 17) era muito conhecida na cidade, seu avô exercia a profissão de coletor federal, mas clinicava com um manual de medicina popular em francês. Essas histórias foram contadas até o dia do seu último aniversário. Terezinha Amaral, sua irmã mais velha, recorda-se que em Pedreiras a casa (figura 16) em que eles moravam era muito espaçosa, ficava no alto e tinha um coqueiro plantado na frente. A casa era dividida entre esse avô paterno e sua esposa e a família do pai de Francisco Amaral.



Figura 16 – A primeira casa de Francisco Amaral no interior do Nordeste brasileiro



Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Amaral

Figura 17 – Família Amaral reunida no jardim da casa em Pedreiras-MA.



Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Amaral

Seus pais, Antenor Amaral e Maria de Lourdes Amaral, costumavam ler muito e compravam muitos livros. É possível que essa prática tenha contribuído para despertar em

Francisco Amaral a paixão e o fascínio pelos livros. Na vida adulta dedicou-se a montar uma biblioteca extremamente vasta e variada. Na sala de sua casa, pediu que construísse uma estante para abrigar os seus livros, pelos quais tinha muito zelo e apreço.

A biblioteca particular é composta de inúmeros livros sobre Direito, política, economia, teatro, música clássica, história, literatura latino-americana, literatura brasileira, livros de autoria de amigos com dedicatórias, livros sobre músicas clássicas, e outros. Entre os exemplares de literatura, estão obras de: Euclides da Cunha, Eça de Queiroz, Federico Garcia Lorca, Gabriel García Márquez, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Machado de Assis. O acervo de economia encontramos: Adam Smith, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Galbraith, Karl Marx, Lênin, Stuart Mill etc.

Antenor Amaral<sup>10</sup>, que exercia a profissão de Coletor Federal<sup>11</sup>, preocupava-se com a educação formal dos filhos e optou por uma transferência para a região Sudeste. Como Maria de Lourdes Amaral estava grávida, foi convencida a esperar a criança nascer para que pudessem fazer a viagem de navio. Tempos depois, veio a notícia de que o navio em que a família iria viajar, Marquês de Olinda, tinha sido torpedeado.

A família (figura 17) com oito filhos e dois empregados, Amélia e Ribamar, embarcou no Baependi em plena Segunda Guerra Mundial. Após deixá-los no Rio de Janeiro, o navio foi torpedeado na costa da Bahia com outros cinco. Terezinha, a primeira filha, lembra que a viagem foi muito longa, ela enjoou bastante e sua mãe estava muito preocupada porque, num dado momento, um dos gêmeos, José Bonifácio, sumiu no navio. Posteriormente, foi encontrado na sala de máquinas conversando com os trabalhadores.

## 2.2. A chegada ao Rio de Janeiro e a vida em Nova Iguaçu

A família Amaral tornou-se residente da Rua São José, n.º 5, Itaocara, norte fluminense do Rio de Janeiro. Francisco estudou no Grupo Escolar Saldanha da Gama (figura 18) e na Escola Pública Frei Tomás.

---

<sup>10</sup> “Embora rebelde, era um homem calmo, polido e de fácil relacionamento. Em 1934, foi eleito deputado pelo Partido Republicano Maranhense, na corrente do Lino Machado”. Costumava ler três jornais diariamente (Jornal do Brasil, Correio do Amanhã e Diário Carioca) e escrevia para o jornal mais antigo da cidade de Nova Iguaçu, Correio da Lavoura, fundado em 22/03/1917 (AMARAL, 2001, p. 226-227).

<sup>11</sup> Os coletores federais trabalhavam em repartições locais arrecadoras. Sua chefia cabia a um coletor, auxiliado por um Escrivão. Este cargo era de livre provimento, porém as coletorias eram objeto de comércio. A reforma do sistema na década de 1930 acabou com esse procedimento. Ao longo dos anos, o sistema de coletorias se ampliou e cobriu todo o território nacional. Na década de 1960 passaram a se denominar Exatorias Federais (Lei n. 4.503, de 1964) e passaram a ser subordinadas ao Departamento de Arrecadação. Com a implantação do sistema de arrecadação pela rede bancária, deixaram de ter atribuições e passaram a ser extintas. Em 1968, grande parte foi transformada nos Postos da Receita Federal. Fonte: Receita Federal.

Figura 18 – O Grupo Escolar Saldanha da Gama, onde Amaral estudou em Itaocara, interior do estado do Rio de Janeiro (1940)



Fonte: GOMES, 2010, p. 55.

Ao proferir seu discurso na Academia Itaocarense de Letras em 1988, da qual tornou-se membro, Francisco Amaral retrata Itaocara como uma cidade acolhedora, relembrando a recepção calorosa do casal Faria Souto, Carlos e Edy, que os esperaram na estação da Leopoldina e contribuíram de maneira significativa no início da adaptação à cidade e aos cidadãos itaocarenses. A esse respeito lembra de maneira saudosa:

Aprendemos, assim a amar Itaocara. Integramo-nos a sua grande família. Foram agradáveis e inesquecíveis anos que repontam nos encontros, nas conversas e nas lembranças. A distância e o tempo não apagam de nossa memória e de nossos corações, as pessoas queridas, os locais e os fatos. O Velho Paraíba, na sua toada de sempre, a nos marcar a presença de um tempo de saudades, de amor e recordações. (AMARAL, 1988, p. 1).

A partir de uma pesquisa escolar sobre a história de Nova Iguaçu, o neto mais novo de Francisco, Heitor Amaral, realiza uma pequena entrevista com ele, que faz um apanhado geral antes de falar propriamente da cidade pesquisada. Num dos trechos recorda-se da professora primária em Itaocara: “Ítala Marcelita foi minha professora independente do primário na Escola Estadual Saldanha da Gama. Aprendi tabuada e aritmética com Dona Ítala ao som de palmatórias” (AMARAL, 2019).

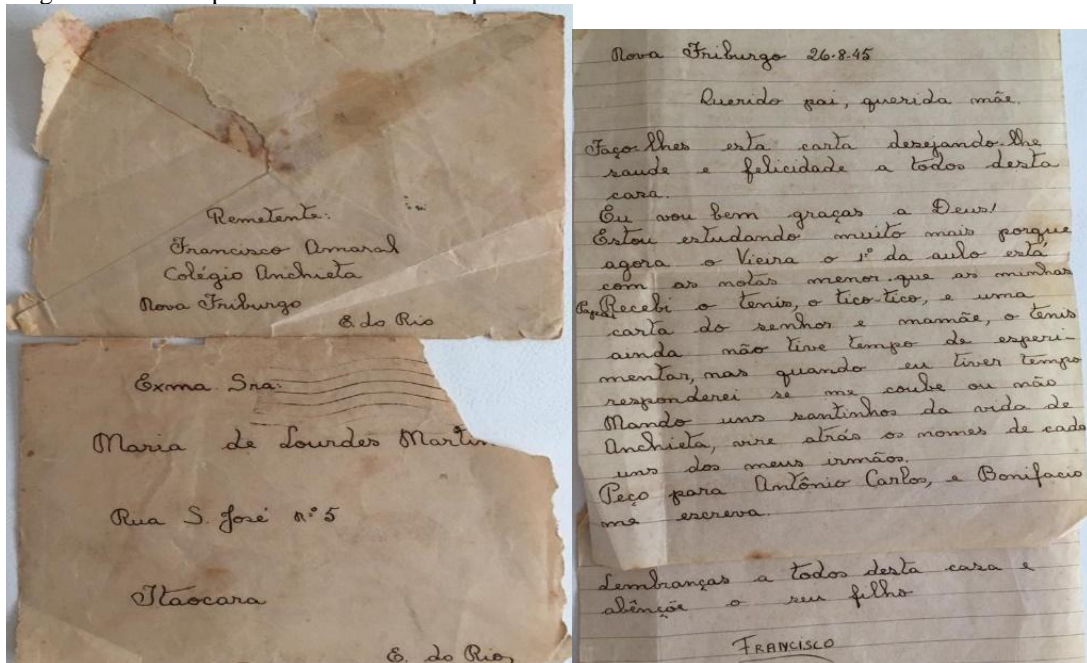
Crescêncio Amaral, o quinto filho, afirma que a respeito de Pedreiras tem uma vaga lembrança sobre Chico e os irmãos gêmeos andarem em carneiros pelas ruas. Já em Itaocara os irmãos e ele tinham o costume de sair escondidos para banhar-se nus no rio Paraíba e seus

afluentes. Determinada ocasião, foram surpreendidos pelo pai, que carregou as roupas para bem longe e as deixou num pasto. Imediatamente, os meninos saíram carregando o Crescêncio, pois era o menor, e ficaram na expectativa de apanhar, pois em casa já havia uma palmatória toda furadinha pendurada na parede. Ao chegarem, o pai fez uma fila e cada um recebeu alguns “bolos”. Toda vez que tentavam fechar as mãos, ele recomendava que não o fizesse, desse modo não pegaria os ossinhos dos dedos. Além dos banhos de rio, as brincadeiras com carrinhos de rolimã eram frequentes, até competiam com os irmãos da família Rezende, que eram quatro meninos e uma menina, Santinha, amiga da irmã mais velha Terezinha. Essa irmã foi para uma escola de freiras em Campos, os gêmeos e Francisco para Nova Friburgo e ele ficou em casa mesmo, devido a pouca idade.

Segundo alguns relatos de seus familiares, Francisco desenvolveu uma perda auditiva, cuja causa mais provável pode ser sido uma infecção causada pelos frequentes banhos de rio e na piscina pública em Itaocara. E ele mesmo ainda se recordava que em determinada ocasião foi limpar o ouvido com uma pena de galinha, o que poderia ter agravado o problema. Em decorrência desses fatos, precisou utilizar aparelho auditivo.

No Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, permaneceu por volta de três anos. Trata-se do segundo colégio jesuíta fundado no Brasil. Nessa segunda fase (1923-1966), a instituição acolhia alunos em regime de internato com interesse em ingressar na Companhia de Jesus. As cartas datadas do ano de 1945 (figura 19) revelam um pouco da criança que foi aos 11 anos: estudioso, disciplinado e preocupado com a família. Segundo seu irmão Carlos Augusto Amaral, esse período pode ter sido decisivo para o seu comportamento altamente disciplinar e com uma lendária pontualidade que o acompanhou por toda a vida pessoal e profissional. Sua esposa Abadia Aurora lembra as inúmeras recomendações que ela recebeu para chegar às 19 horas no casamento deles, caso contrário não haveria casamento.

Figura 19 – Carta para a família durante o período de internato



Fonte :Acervo pessoal de Francisco Amaral

A sua chegada à instituição escolar católica aconteceu no dia 10 de janeiro de 1945, às 22 horas, em Monnerat, com seus irmãos gêmeos. A preocupação com os estudos pode ser percebida nas seguintes passagens dos textos: “Estou estudando muito mais porque agora o Vieira, o 1º da aula, está com as notas menores que as minhas”. “Mando-lhes também a prova do mês de maio. Eu já vou fazer as sabatinas do mês de junho”. “Espero que o senhor peça a Nosso Senhor Jesus Cristo para que eu passe no exame, eu estou estudando bastante para passar”. “Papai mande minha caneta que o senhor me deu no dia de Natal, eu estou precisando muito dela”.

Houve momentos na história da escolarização – quando se mandavam os filhos para os internatos – em que esse cuidado era exclusivo da instituição. Ariès analisa que o processo de escolarização ocorreu justamente quando a educação deixou de acontecer por meio da aprendizagem, no convívio direto com a vida dos adultos; quando se atribuiu a uma instituição o atendimento educacional das crianças, correspondendo à ‘preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos’ (KUHLMANN Jr, 2015, p. 188).

Sempre se mostrou preocupado com a família, perguntava nominalmente pelos irmãos, mandava-lhes santinhos para cada um deles, desejava saúde e felicidade a todos da família. Já personificava sua autoridade na família ao relatar o comportamento dos irmãos gêmeos Antônio Carlos e José Bonifácio (Figura 20): “Papai, os gêmeos estão melhorando depois que o Padre Armando lhes deram um aviso”. Chico apreciava muito os encontros em família. Em todas as comemorações de Natal das quais pude presenciar, juntamente com seus irmãos e suas famílias,



ele sempre proferia um discurso relatando sua satisfação em estarem juntos e falava da importância de manter esse costume.

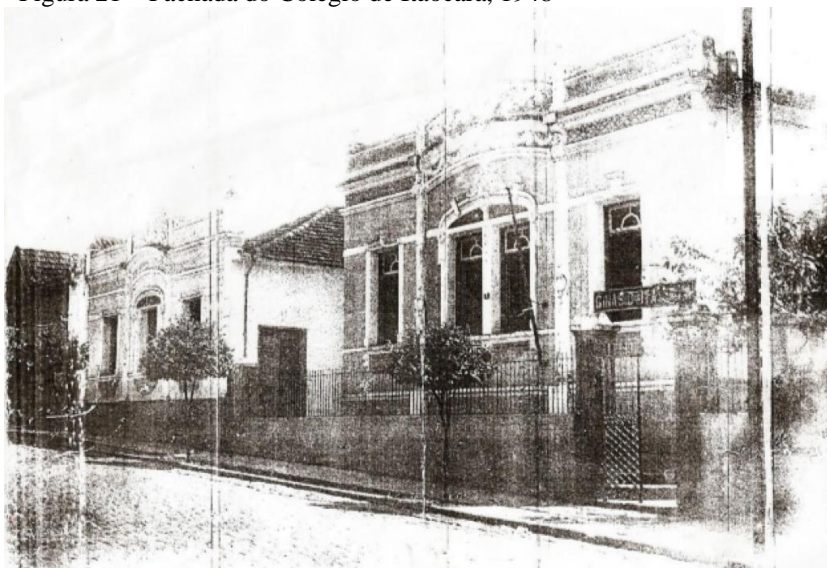
Figura 20 – Francisco com os irmãos gêmeos Antônio Carlos e José Bonifácio



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

A vocação sacerdotal não fazia parte dos seus anseios, foi quando conversou com o padre Armando Cardoso e deixou o colégio. Por vontade de seu pai, frequentou o colégio do padre Júlio Maria, em Manhumirim, no estado de Minas Gerais por um ano apenas, pois não era reconhecido. Foi quando retornou para Itaocara e cursou o terceiro ginásial no Colégio Itaocarense, em 1948, uma escola de referência na região (Figura 21).

Figura 21 – Fachada do Colégio de Itaocara, 1948



Fonte: GOMES, 2010, p. 65.

Em 1948, Antenor Amaral continuava preocupado com a educação formal dos filhos e conseguiu transferência para a cidade de Nova Iguaçu, na época do declínio do ciclo da laranja.

Período esse ilustrado por José Cláudio Alves:

Apesar disso, a vocação agrícola da Baixada Fluminense, que seria um cinturão verde para o Rio de Janeiro, fracassava. A produção de alimentos ficara 35% menor, entre 1940 e 1950, enquanto no mesmo período sua população urbana passava de 37,5% para 47,5% do total e, em 1960, chegava a 60 %. Os loteamentos produziam, em grande parte, essas mudanças, e atrás do lucro que produziam, em grande parte, essas mudanças, e atrás do lucro que produziam surge uma nova figura no campo, o grileiro (ALVES, 2003, p. 69).

Segundo José Cláudio Souza Alves (2003, p. 62), “a população da Baixada, como um todo, havia saído dos 140.600 habitantes, em 1940, para 360.800, de 1950”. O contexto da Baixada Fluminense era de “aumento do índice de urbanização da população” – 14,1% da população economicamente ativa trabalhava em atividades industriais, correspondendo em 1950, 34.643 pessoas (ALVES, 2003, p. 65) –; precariedade dos transportes e abastecimento de água insuficiente – em 1950, apenas 19% dos domicílios contavam com esse serviço (ALVES, 2003, p. 67); criação do Serviço da Malária da Baixada Fluminense em 1947; e a abertura da rodovia Presidente Dutra em 1951 (ALVES, (2003, p. 63). O autor destaca ainda que para atender as demandas de moradia dos mais pobres, as prefeituras da região incentivaram os loteamentos, que sofreram grande impacto na década de 1950. No período que compreende de 1950 a 1959, eram de 273.208 (ALVES, 2003, p. 64).

Francisco Amaral lembra sobre esse período a partir da entrevista escolar de Heitor Amaral.

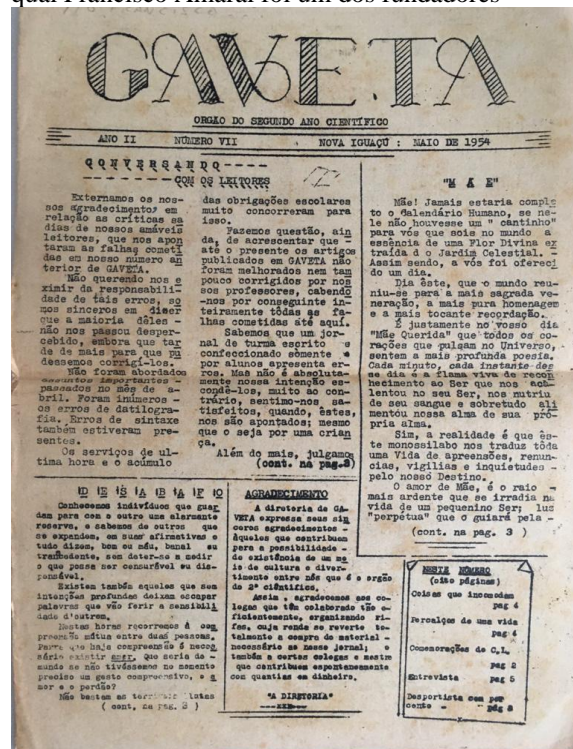
Meu pai, coletor federal lotado em Itaocara, foi transferido para Nova Iguaçu no final de julho de 1948. Eu e meu irmão Antônio Carlos permanecemos em Itaocara para concluir o ano letivo. Ficamos na casa de uma vizinha, Ítala Marcelita. Em dezembro/1948 fui conhecer Nova Iguaçu. Residia na Rua Nilo Peçanha, número 419, a segunda casa à esquerda depois da faixa de terra da LIGHT, onde se situava as torres de energia elétrica, hoje a Via Light. A Nilo Peçanha era calçada até onde começava a faixa da LIGHT e a telefônica casa edificada pela CTB (Companhia Telefônica Brasileira). Nessa época discava-se de nossa casa para a central e solicitava-se da telefonista que trabalhava naquela central, ou mesmo ia-se naquela casa para ligações interurbanas. Desse marco, CTB, a Rua Nilo Peçanha não era calçada, quando chovia tinha-se que atravessar sob um caudal de lama. Acho que a inauguração da rodovia Presidente Dutra, em 1941/50, motivou o calçamento da rua. Inaugurada a rodovia pelo Presidente Dutra (Eurico Gaspar Dutra) levou o seu nome. Cheguei em Nova Iguaçu na fase terminal do ciclo da laranja. Nova Iguaçu liderava mundialmente a produção e exportação da laranja. A mosca do Mediterrâneo, uma praga, dizimou os laranjais. Cheguei a participar da festa da laranja, talvez a última, sob o patrocínio do Eduardo Pires, na Rua Mendonça Lima (atual Amaral Peixoto) em imóvel de sua propriedade, onde depois instalou um estabelecimento comercial junto com sócio de um parente (AMARAL, 2018).

Outro traço marcante em sua personalidade era a sua memória fidedigna, possuía uma capacidade acentuada de lembrar-se de eventos específicos de seu passado, datas, lugares. Seus

amigos da política recordam que era ele o responsável pelos roteiros e trajetos durante as campanhas eleitorais, sabia com riqueza de detalhes os nomes dos bairros da Baixada Fluminense e sua geografia, tinha um mapa mental com todas essas informações estratégicas.

O jovem Amaral de 15 anos foi matriculado na 3ª série do Curso Ginásial, no Colégio Leopoldo, onde estudou no período de 1949 a 1955, concluindo o Científico. Nesse período, inicia-se o seu interesse pela política, tornando-se um dos fundadores e editores do jornal do colégio, chamado Gaveta (Figura 22 e 23). Ao pesquisar em sua pasta escolar individual na secretaria da instituição, constatou-se uma ocorrência do dia 26 de agosto de 1955, último ano na escola. Tratou-se de um desentendimento com outro estudante durante a forma, depois do recreio após uma brincadeira denominada “Garrafão”, onde recebeu uma suspensão de 10 dias e o outro aluno, 1 semana. A advertência ressalta que o ocorrido seria motivo de expulsão do Colégio, caso não fosse a boa reputação de Francisco, caracterizado como “digno e respeitado, mas que não soube dominar seus nervos, por isso esbordoou o colega a bofetadas e pontapés”. O fato causou um “ruído censurável” por parte dos outros alunos, resolvendo o Diretor Geral proibir a brincadeira, suspender o provocador da brincadeira e Francisco. Outro documento encontrado revela que serviu ao quartel como o cabo Nº 149, no ano de 1952, pois verificou-se uma justificativa de não comparecimento às provas devido a serviços internos de suas obrigações militares.

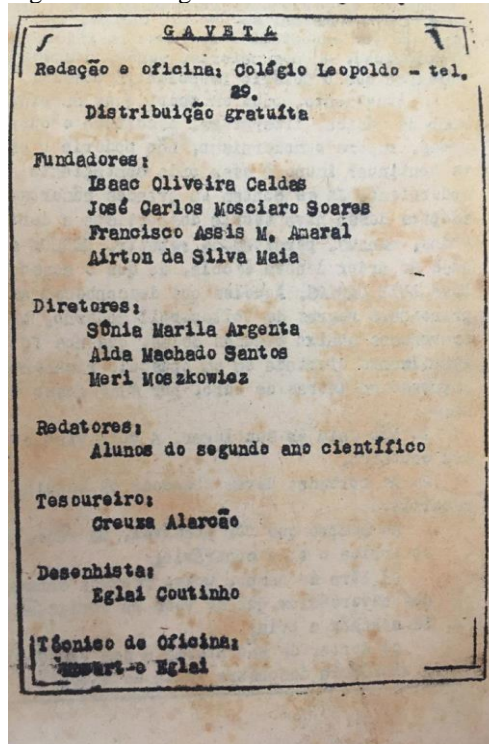
Figura 22 – Exemplar do jornal escolar Gaveta, do qual Francisco Amaral foi um dos fundadores



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral



Figura 23 – Integrantes o Jornal Gaveta



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

A família morou em duas casas alugadas (na rua Nilo Peçanha e Bernardino de Melo), até que Antenor Amaral comprou um terreno e construiu uma boa casa que atendia às demandas da numerosa família (Figura 23): eram 10 filhos e 3 funcionários. Não havia luxo, mas os livros sempre estavam presentes, e seus irmãos relatam que havia um sentimento de afeto na família. A irmã mais velha de Francisco, Terezinha Amaral, descreveu o irmão como um menino calmo, caladão, não era arteiro, sempre foi muito estudioso e tinha predileção por ficar isolado, fazendo suas leituras.

Antenor Amaral (Figura 24) era reconhecido como intelectual local e já havia sido Deputado Federal da oposição pelo Partido Republicano Maranhense, sua filha Terezinha lembrou que ele lia três jornais (Jornal do Brasil, Correio do Amanhã e Diário Carioca) e costumava escrever artigos para o Jornal da Lavoura, tendo uma boa reputação na cidade. “Era político demais e vivia com Getúlio Moura”. Já Dona Neném, como era conhecida a mãe de Chico, embora cuidasse de muitos filhos, dedicava-se à leitura e às aulas de corte e costura para suas alunas, num espaço da casa da família.

A entrada na política de Antenor se deu antes da Revolução de 30, apoiava Getúlio Vargas e João Pessoa. Já em 1934, foi eleito deputado pelo Partido Republicano Maranhense.

Figura 24 – Antenor Amaral em recepção no Catete (RJ) aos Coletores Federais, com homenagem a Getúlio Vargas



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Outra irmã, Malvina Amaral, recordou que o irmão fazia sucesso com as moças quando jovem, mas não era de namorar sério e não praticava esporte. Já o irmão Carlos Augusto Amaral ressalta que muitos da família (figura 25) gostavam de cozinhar, mas Chico não tinha essa habilidade, dedicava-se apenas aos estudos, com muito afinco. Foi assim que conquistou seu primeiro emprego como bancário. Primeiro no, então, Campo Comércio Indústria Minas Gerais em Nova Iguaçu e, posteriormente no Banco do Brasil. Nessa última instituição chegou a fazer greve sozinho, na década de 1960.

Figura 25 – Família Amaral reunida na casa em Nova Iguaçu



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

A advocacia foi a carreira escolhida por Amaral, que passou para as faculdades Nacional e do Catete, optando pela primeira. Os registros abaixo remetem ao período de realização do curso de Direito: sua carteira do curso de bacharelado (Figura 26), o diploma da Faculdade Nacional de Direito (Figura 27) e a fotografia da formatura (Figura 28).

Figura 26 – Carteira da Faculdade de Direito



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 27 – Diploma da Graduação



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 28 – Formatura da Graduação



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

No período pós-golpe militar dois irmãos da família Amaral, Antenorzinho e João Bosco, foram presos e levados para a Vila Militar, permanecendo lá por 48 dias. Segundo relatos de seus irmãos, estes participavam de protestos contra a ditadura. A esse respeito, eles recordam:

Começamos a pichar muros da cidade com a frase: “abaixo à ditadura” e um dia resolvemos pichar o morro, no alto do cruzeiro. Arrumamos um cavalo para levar os dois sacos de cal e escrevemos em letras garrafais. No outro dia, ao amanhecer, começou o rebuliço e colocaram os bombeiros para apagar. Iniciaram a investigação para descobrir quem tinha feito aquilo e alguém nos entregou. Nessa ocasião, meus dois irmãos foram presos por 48 dias. Contam que jogaram bomba de gás lacrimogêneo, jogaram água e tinham que dormir no molhado” (AMARAL, Carlos Augusto, 2021).

Papai já estava aposentado e no período da tarde costumava sentar-se na varanda. Certa vez, é surpreendido com a chegada de um jipe. Saiu um militar do carro e disse que iria levar Antenor Amaral e João Bosco para a Vila Militar para serem interrogados. Então, ele se apresentou e respondeu que já era aposentado e não tinha motivos para ser interrogado. Nesse momento, acho que minha mãe já sabia, interveio e disse que se tratava do filho deles, que tinha o mesmo nome, mas não estava em casa (na verdade, já tinha visto o jipe e correu para esconder-se no forro do telhado). Ficou de levá-lo até o local. E o outro estava trabalhando no banco. Ao chegarem lá, o gerente do banco disse que ele estava no caixa e só sairia no final do expediente. Os mesmos aguardaram até o final da tarde para prendê-lo. Sei que eles foram presos e ficaram separados. Contam inclusive que lá estavam presos também Caetano Veloso, Gilberto Gil e um jornalista muito conhecido. O Antenorzinho disse que ele se comunicava com o Bosco por bilhetes dentro de caixas de fósforo, que eram jogados pelas grades (AMARAL, Terezinha, 2020).

No período pós-ditadura ocorreu um fato com Francisco Amaral e seu amigo Glauco, que foi lembrado muitas vezes nas suas rodas de conversa. Contava que, obstinados a se livrarem dos livros de esquerda, considerados subversivos na época, carregaram a mala do carro com “objetos de grande periculosidade” e saíram para cumprir a missão. Em princípio, pensaram em abandonar os livros em uma igreja, mas, chegando lá se depararam com muitas



testemunhas, retornaram ao carro e buscaram outra saída, até que se depararam com a possibilidade de escondê-los na ponte. Assim sendo, enterram os livros e, posteriormente ficam sabendo que um morador de rua havia sido flagrado vendendo os tais livros subversivos.

No ano de 1964, conheceu Abadia Aurora (Figura 29), futura professora do estado do Rio de Janeiro, de quem ficou noivo e com quem se casou três anos depois. A cerimônia de casamento (figuras 30, 32 e 32) realizou-se no dia 06 de julho de 1967, na Igreja São José do Jardim Botânico, Lagoa, RJ, conforme mostra o convite, na figura 28. Nessa época, Amaral já era pai de Maria Paula Amaral, sua primeira filha. O casal passou a residir na cidade de Nova Iguaçu e teve três filhos: Luís Claudio, Márcio Luís e Ana Cristina.

Figura 29 – Abadia e Francisco



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 30 – Convite de casamento



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 31 – Recepção do casamento de Francisco e Abadia, pais, irmão e irmãs



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 32 – Recepção do casamento de Francisco e Abadia, irmãos e cunhado



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Sua esposa relata como o conheceu e de que maneira iniciaram um relacionamento:

Eu conheci o Francisco quando tinha 15 anos, foi no carnaval de 1962 e meu aniversário caiu justamente no meio do carnaval. Estávamos brincando carnaval no Country Clube de Nova Iguaçu, joguei lança perfume nele e acabamos dançando juntos. Lembro que a orquestra parou e começou a cantar parabéns pra mim” (AMARAL, Abadia, 2021).

Anos depois, começaram um namoro que se iniciou no dia da festa de Nossa Senhora de Fátima e São Jorge, uma festividade tradicional local, pois o reencontro se deu por intermédio de amigos da juventude que tinham em comum.

Já no início do casamento, Amaral trabalhava no Banco do Brasil, quando montou um escritório de advocacia com o José Távora. Foi advogado da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu e, a partir de 1978, participaria da Comissão de Justiça e Paz, criada pelo bispo Dom Adriano Hypólito. Juntos, Amaral e sua esposa Abadia eram muito participativos na Igreja Católica, faziam cursilhos, grupos de casais e outras atividades.

No início da década de 1990, após experiências na vida política, Amaral optou por dedicar-se aos estudos a fim de ingressar na Magistratura (Figura 33 e 34), como ressalta Abadia Amaral:

A partir de 1992 percebemos que não poderíamos ficar sem uma segurança financeira. Nesse período foi nomeado procurador no município de Paracambi na gestão de um amigo dele, Délio Leal, mantinha um horário fixo lá e resolveu estudar, se preparar para o concurso de Juiz da Magistratura. Sempre foi muito inteligente, estudioso, gostava de ler. Na primeira tentativa ele não foi aprovado, mas na segunda vez passou em primeiro lugar na prova escrita, porém com as provas de títulos, sua colocação acabou caindo por não ter títulos, foi nomeado Juiz Substituto da 1ª Região Judiciária.

Ele estudou com muito afinco e teve que renunciar a atividade política, saiu do PMDB. Fizeram até um jantar em homenagem a ele, muito bonito. Acabei não participando, acho que foi numa época em que a nossa filha Ana Cristina estava estudando fora, na França e eu tinha ido passar uma temporada com ela. Após tomar posse como juiz, conseguimos nos estabilizar porque a política é uma coisa muito instável, depende de inúmeros outros fatores (AMARAL, Abadia, 2021).

Figura 33 – Posse como Juiz de Direito



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 34 – Carteirinha de Juiz



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

No diário oficial do Rio de Janeiro, datado de 31 de maio de 1993, nº 100, parte III, executivo nº 625, saiu a nomeação de Francisco de Assis Martins Amaral para o cargo de 9º Juiz Substituto da 1ª Região Judiciária, tendo em vista sua aprovação no XVI Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, renunciou à política para seguir a carreira como Juiz. Foi quando o PMDB realizou uma grande festa de



despedida. Ao aposentar-se do Judiciário, optou por abrir um escritório juntamente com os filhos, onde dedicou-se à advocacia na região. Manteve uma rotina diária de trabalho por muitos anos. A família construiu a sede do novo escritório na antiga casa de seus pais.

### *2.2.1 O 87º aniversário de Francisco Amaral e sua despedida*

O encontro em família no domingo, dia 08 de novembro de 2020, teve como objetivo comemorar o aniversário de Chico e seu filho Luís Claudio. Um almoço com algumas pessoas da família, pois diante da pandemia era indicado evitar aglomerações. Ele estava muito ativo, falante, relembrou os “causos” de sua cidade natal como o inspetor que “inventou o assento sanitário” em Pedreiras e da atuação de seu avô paterno que clinicava com um manual em francês. Já no final da confraternização, enquanto estava presente a maioria das pessoas, proferiu um discurso de agradecimento, o que demonstrou grande satisfação de sua parte, mas também sua fragilidade ao se apresentar de forma diferente das outras vezes, pois suas palavras esmoreceram em alguns momentos. Destacou que essa seria uma despedida e emocionou-se. Após esse momento, várias pessoas falaram que teriam outros momentos, outros encontros, outras histórias. Mas, de algum modo, parecia que estava sentindo que aquele encontro era realmente uma despedida. À noite, ele verbalizou, à cuidadora toda a satisfação e alegria daquele dia, caminhou pela casa toda depois que todos tinham saído. Na manhã seguinte, não acordou muito bem, não almoçou na mesa com a família, como de costume, mas não desejou ir ao hospital. Na parte da tarde, enquanto sua esposa se preparava para levá-lo ao médico, ele faleceu em casa por causas naturais. Tinha mal de Parkinson, o que vinha causando limitações em seus movimentos e na fala. Francisco Amaral sempre demonstrou apego à cidade em que viveu a maior parte de sua vida: “Eu tenho muito apego a Nova Iguaçu, à Baixada de modo geral. Ali eu me criei praticamente, ali finquei minhas raízes. Por que eu sairia de lá?” (AMARAL, 2001, p.265).

Na ocasião de sua morte, a imprensa comunicou o ocorrido (figuras 36 e 37) e foi decretado luto oficial por três dias através do Decreto Nº 12.125, de 09 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial em 10 de novembro de 2020 (Figura 35). O poder executivo municipal reconheceu os “preciosos serviços dedicados ao município de Nova Iguaçu e à sociedade iguaçuana ao longo de sua vida como cidadão, advogado, interventor, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e Deputado Estadual por dois mandatos” (NOVA IGUAÇU, 2020).

Art. 1º. Fica decretado luto oficial por três dias, em todo o território do Município de Nova Iguaçu, em decorrência do falecimento do DR. FRANCISCO DE ASSIS MARTINS AMARAL, ex-interventor do Município

de Nova Iguaçu, ex-Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e ex-Deputado Estadual, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal. (NOVA IGUAÇU, 2020).

Como iremos perceber no próximo capítulo, através da sua trajetória política, Chico Amaral foi uma pessoa que contava com grande prestígio, tinha trânsito tanto no estado da Guanabara quanto no Rio de Janeiro. Mesmo assim, continuou a morar em Nova Iguaçu e manteve relações políticas cruciais com a Baixada Fluminense. Sendo, inclusive, homenageado com o nome da rua em que morou desde a juventude (Figura 39).

Esta decisão foi publicada no Diário Oficial da prefeitura de Nova Iguaçu através da Lei Nº 5.036, de 19 de agosto de 2022 (Figura 38). “Art. 1º Passa a ser denominada Rua Vice-Governador Francisco Amaral, a Rua Bento Vasconcelos, localizada no Centro, Nova Iguaçu-RJ, CEP 26.255-030 (NOVA IGUAÇU, 2022).

Figura 35 – Decreto N.º 12.125, de 09 de novembro de 2020, luto após falecimento de Francisco Amaral

**DECRETO N.º 12.125 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020.**

**DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO DR. FRANCISCO DE ASSIS MARTINS AMARAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, e,

**CONSIDERANDO** o falecimento do Dr. Francisco de Assis Martins Amaral, que prestou preciosos serviços dedicados ao Município de Nova Iguaçu e à sociedade iguaçuana ao longo de sua vida como cidadão, advogado, interventor do Município de Nova Iguaçu, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e Deputado Estadual por dois mandatos;

**CONSIDERANDO** os sentimentos de solidariedade, dor e saudade que emergem pela perda de um cidadão exemplar; e,

**CONSIDERANDO** o dever do Poder Público de prestar homenagens àquele que com o seu trabalho, exemplo e dedicação contribuiu superlativamente para esta Municipalidade;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica decretado luto oficial por três dias, em todo o território do Município de Nova Iguaçu, em decorrência do falecimento do **DR. FRANCISCO DE ASSIS MARTINS AMARAL**, ex-interventor do Município de Nova Iguaçu, ex-Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e ex-Deputado Estadual, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Iguaçu, 9 de novembro de 2020.

**ROGERIO MARTINS LISBOA**  
Prefeito

Figura 36 – Manchete sobre o falecimento de Francisco Amaral no município



## Urgente ! Nova Iguaçu perde Chico Amaral, 87 anos, ex-vice-governador e Interventor

novembro 9, 2020 /

UM HOMEM HUMILDE E HONESTO

Na foto acima, Chico Amaral ( sentado) em seu escritório de advogado com os filhos Márcio e Luiz Cláudio, da esquerda para direita.

**\*Paulo Cezar Pereira**

Fonte: PEREIRA, 2020.

Figura 37 – Reportagem do poder judiciário sobre o falecimento de Francisco Amaral

**Destaques da Home** | 11 de novembro de 2020  
17:06

## AMAERJ lamenta a morte do juiz e ex-vice-governador Francisco Amaral



Francisco de Assis Martins Amaral | Divulgação

Com pesar, a AMAERJ comunica a morte do juiz Francisco de Assis Martins Amaral, aos 87 anos.

Fonte: AMAERJ, 2020

Figura 38 – Homenagem a Francisco Amaral, rua em que residiu desde a juventude recebe seu nome

**LEI N.º 5.036 DE 19 DE AGOSTO DE 2022.**

Altera a denominação da Rua Bento Vasconcelos, localizada no centro para o nome de **Rua Vice-Governador Francisco Amaral.**

**Autor:** Vereador Rangel Garcia – FELIPINHO RAVIS

**A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Passa a ser denominada Rua Vice-Governador Francisco Amaral, a Rua Bento Vasconcelos, localizada no centro, Nova Iguaçu-RJ, CEP 26.255-030.

Art. 2º A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu deverá providenciar placa de identificação com a nova denominação do logradouro.

Art. 3º A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu deverá comunicar os termos da presente Lei ao Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a LIGHT, ÁGUAS DO RIO, CORREIOS e demais concessionários de serviços públicos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO MARTINS LISBOA

**Prefeito**

Fonte: NOVA IGUAÇU, 2022.

Figura 39 – Descerramento da placa em cerimônia realizada na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Nova Iguaçu/Mesquita, em 29 de setembro 2022



Fonte: A autora

### 3 POLÍTICA, MOVIMENTO E AÇÃO DE FRANCISCO AMARAL

#### 3.1 Atuação político-partidária e a participação nos movimentos sociais

A formação política de Francisco Amaral se iniciou com sua entrada no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1963, do qual posteriormente tornou-se secretário-geral. Com o advento do bipartidarismo em 1965 e com a avaliação de que a entrada daqueles que formavam a oposição no MDB era essencial para a mobilização da massa, em 1969 filiou-se ao partido e pouco tempo depois tornou-se secretário do MDB em Nova Iguaçu. Vejamos a seguir um pouco dessa trajetória.

##### 3.1.1 *Do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - 1963 ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB)-(1969-1979)*

Em 1962, período de efervescência dos movimentos populares, marcado pelas contradições que resultariam no golpe civil-militar de 1964, Chico Amaral descrevia-se como simpatizante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas sua entrada para o partido só se efetivou em 1963, sendo considerado o primeiro passo para sua inserção na vida política. À época, o PCB contava com grande prestígio popular, havia sido proscrito em 1947 e mantinha suas atividades na ilegalidade (MENDONÇA; FONTES, 2004).

Foi nesse contexto de política estudantil que o universitário Amaral iniciou sua militância, participando de “manifestações contra aumentos da passagem de bonde, até questões políticas nacionais e eleições” (AMARAL, 2001, p. 236), além de trabalhar no Banco do Brasil e ter participação no Sindicato dos Bancários no Rio de Janeiro. Nesse período, Amaral participava da corrente estudantil chamada Reforma, mais à esquerda.

O contato com o PCB se deu através de amigos no partido. Em Nova Iguaçu, os estudantes costumavam discutir política em dois bares: Brasil (“reduto da UDN”) e Bar Ok (“restante do pessoal”). Nessa ocasião, conheceu Antônio de Lima Sobrinho (posteriormente foi vice-reitor da UERJ), Rômulo Perrone, Hildebrando, Elzo Ramalho, Byron e outros. Tratava-se de discussões teóricas, que resultaram na criação da União Iguaçuana de Estudantes, entidade extinta com o golpe de 1964. Seus criadores foram: Francisco Amaral, Dorian Lemos Sotto Maior, Márcio Caulino e outros.

Em entrevista concedida à Fundação Getúlio Vargas, realizada em 28 de dezembro de 1999, Chico Amaral menciona que durante o período pós-golpe atuou na rearticulação do PCB



em Nova Iguaçu, e tornou-se secretário-geral do partido. Cita codinomes de membros do comitê estadual, tais como Jason e Miguel, além de nomes de figuras importantes no partido como Alves de Brito e Apolônio de Carvalho. Relata ainda episódios de militância e protestos como a pichação nas paredes em Nova Iguaçu e Valença com os dizeres “abaixo à ditadura”; impressão de jornal do comitê estadual através de uma gráfica dos espanhóis em Mesquita, que funcionava como uma base do Partido. Também menciona a intervenção como advogado para a liberação dos gráficos, que resolveram contribuir com o ato de protesto, e que após a pichação com os mesmos dizeres foram presos, às onze e meia da noite na rodoviária. Após a sua intervenção, os gráficos espanhóis foram liberados em Niterói, para onde teriam sido levados. Relata também o caso em que atuou como advogado para a soltura de dirigentes da associação de moradores do bairro Nova Era, Luiz Zizi e Tavares, antes de 1968, momento considerado por Amaral como o golpe dentro do golpe, devido à intensificação da repressão.

Na mesma entrevista, Amaral fala de sua participação no PCB, depois de 1964, menciona que ficava na área comunitária, ajudou a criar associações de moradores e exemplificou o engajamento de lideranças comunitárias em prol da reforma agrária, como os nomes de Laerte Rezende<sup>12</sup>, deputado federal que teve iniciativas nesse sentido em Xerém, e de Bráulio Rodrigues<sup>13</sup>, que anos depois veio a trabalhar com ele na Secretaria de Assuntos Fundiários em 1986, no governo Moreira Franco.

---

<sup>12</sup> Ativista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), militou nos movimentos populares, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ) de 1963 a 1964, quando foi preso e torturado por motivos políticos pelo regime militar instaurado em abril de 1964. Foi também fundador e presidente da Associação do Mutirão Urbano de Nova Aurora e da Associação do Mutirão Rural de Campo Alegre, ambos assentamentos populares na Baixada Fluminense. Em 1988, foi Vice-prefeito de Nova Iguaçu (RJ), sendo empossado em janeiro do ano seguinte. Em meados de 1990, desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se a uma cadeira de deputado federal nas eleições de outubro, quando obteve a primeira suplência da legenda. Com a morte do deputado Brandão Monteiro (PDT), em 29 de setembro de 1991, Laerte Bastos foi efetivado como deputado federal, tendo sido, ainda nesse ano, titular da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara. Tornou-se subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro no governo Marcelo Alencar (1995-1998). Também em 1995, passou a integrar a executiva regional do PSDB fluminense. Em 2007, Laerte Bastos teve processo deferido pela Comissão de Anistia e foi indenizado pelos danos sofridos durante o regime militar. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios>. Acesso em 25 de fev. 2023.

<sup>13</sup> Ativista social e referência histórica para os movimentos de trabalhadores rurais e movimentos de moradia. Órfão, foi militante desde cedo, integrando a juventude comunista no período de legalidade entre 1945-47 do PCB em MG, depois ativista sindical em Volta Redonda e, após demissão, integrou movimento de posseiros na Baixada Fluminense nos anos 1950 e 1960. Preso diversas vezes durante a ditadura militar, ressurgiu na militância das pastorais, no movimento de bairros e na Comissão Justiça e Paz da diocese de Nova Iguaçu durante o período de Dom Adriano Hypólito. Faleceu em 20/06/2019 aos 96 anos. Para maiores informações, acessar a obra: SILVA, Bráulio Rodrigues da. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense / Bráulio Rodrigues da Silva; Leonilde Servolo de Medeiros, organização, apresentação e notas. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008. Disponível em: <https://cbae.ufrj.br/index.php/noticias/209-20190701>. Acesso em 25 de fev. 2023.

A reforma agrária e as demais reformas de base apoiadas pelos movimentos populares foram o estopim para a deposição de João Goulart. Com o Golpe, Amaral relata que “o Exército apareceu e acabou com tudo que tinha sido construído” até então.

O Bráulio foi preso várias vezes. O Ismael Ramos ficou um longo período desaparecido, o Atanagildo se refugiou em Mato Grosso. Enfim, eu atuava rearticulando o partido, promovendo agitação e propaganda. Tive alguns avanços na área jurídica, embora não fosse penalista. Uma ocasião tive que soltar dois dirigentes da associação de moradores de Nova Era, o Luiz Zizi e o Tavares, que foram presos (AMARAL, 2001, p. 242).

Segundo dados obtidos do Projeto Brasil Nunca Mais Digital (Informação nº 86/DPS/RJ, folha 4 em 25 de novembro de 1964), em Nova Iguaçu o PCB funcionava na sede da União dos Servidores Públicos (UNSP), sob a direção de Elzio Ramalho, Paulo Coutinho e Gonzaga da “Pneu General”. Seguido por uma avaliação em que o PCB estaria completamente desarticulado no Estado do Rio de Janeiro, após a fuga e prisão das direções por ocasião do Golpe Militar em 1964. Porém, constatou-se o receio de uma reorganização de suas frentes com a participação popular. Os depoimentos arrancados dos líderes presos pelos militares convergiam na mesma direção: “o PCB precisará de mais de um ano para reorganizar-se e voltar a ter movimentos de massas de vulto, como antes da Revolução”, conforme a Informação nº 86/DPS/RJ, folha 6 em 25 de novembro de 1964.

Em 1964, após o Golpe, Francisco Amaral já era advogado militante e funcionário sindicalizado do Banco do Brasil. Participou do Comício da Central em 13 de março de 1964. E no dia 1º de abril distribuiu panfletos e fez pichações juntamente com seus companheiros.

Como explicam Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes, em seu livro “História do Brasil Recente: 1964-1992”:

O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores. Significou o fim do direito a greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento de todas as formas de organização popular. Iniciaram-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões dos líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim sistematizava-se a repressão. Era o desmantelamento, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 20).

Durante o longo período da ditadura (1964-1985) marcado pela repressão brutal aos opositores do regime militar e pelas práticas de violações aos direitos humanos (TELES, SAFATTLE, 2010), milhares de pessoas tiveram seus direitos políticos e civis caçados. A partir da Constituição Federal outorgada em 1967, e dos Atos Institucionais, tais violações constituíram-se como norma.



Amaral (2001, p. 243) mencionou que ficou por um tempo no PCB e depois saiu. Ressaltou que ocorreu um afastamento natural, onde optou por manter as relações com o partido, sem a obrigação de ser militante.

Florestan Fernandes (1986) compreende o golpe como uma contrarrevolução. Segundo o autor, as classes dominantes de países periféricos como o Brasil tenderam a alinharem-se às ideologias das nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência, os Estados Unidos, importando uma “teoria do desenvolvimento” conduzida pelos cientistas políticos estadunidenses, que tinha um discurso de modernização com enfoque no caráter da revolução democrático-burguesa e da industrialização como formas de solução para o problema do “subdesenvolvimento”. Ele destaca ainda que, nesse contexto, “as oligarquias são modernizadoras para si próprias e para seus centros imperiais” (1986, p. 14). Sendo assim, Florestan qualifica, através do conceito de capitalismo dependente, o tipo específico de capitalismo brasileiro, caracterizado por uma política subordinada e dependente ao capital estrangeiro. As transformações capitalistas almejadas pela burguesia brasileira são consolidadas e aprofundadas por meio de um processo de modernização conservadora, na qual as estruturas econômicas se modernizam em detrimento das estruturas políticas e democráticas.

Allofs Batista (2014), em sua dissertação de Mestrado, faz uma análise da política iguaçuana no período compreendido entre 1964 e 1975:

Em Nova Iguaçu, no período de 1964 a 1975, quando a ARENA passa de grande derrotada nas urnas para campeã de votos, transformando a legenda em grande vencedora a partir da segunda intervenção em Nova Iguaçu. Ao vencer em Nova Iguaçu a ARENA não representaria apenas o partido do governo, mas o partido daqueles que se associaram ao governo para atingir objetivos políticos e econômicos que não seriam alcançados em uma conjuntura diferente, ou pelo menos teria de contar com uma concorrência mais acirrada pelo poder (BATISTA, 2014, p. 129).

O autor aborda os sucessivos governos dos prefeitos da cidade de Nova Iguaçu e destaca que na década de 1970 a cidade esteve sob a administração de três prefeitos que se elegeram após a ocupação de interventores na cidade (Joaquim de Freitas e Ruy de Queiroz) e em São João de Meriti (Lubanco). Nesse sentido, conclui em sua pesquisa que Ruy de Queiroz Pinheiro, segundo suas investigações de campo, era cunhado do capitão de José Ribamar Zamith, comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil na Vila Militar (BATISTA, 2014, p. 65) e João Batista Barreto Lubanco atuou como um tecnocrata no “cumprimento de um projeto de modernização da administração municipal” (BATISTA, 2014, p. 94).

Em 1969 a cidade foi uma das poucas entre as 63 de todo o estado a ter um interventor. As articulações entre os governos estadual, federal e municipal passaram a ser de cooperação na área política, tendo em vista a dificuldade maior de entendimento entre os chefes dessas esferas (SÓTENOS, 2013, p. 78).

A Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido situacionista de sustentação política do governo militar – foi criada em 1965, pelo Ato Institucional nº 2, que estabeleceu o bipartidarismo, estruturando uma nova ordem política, a partir da extinção dos 13 partidos políticos que antes eram legalizados no país. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), passou a congregar então os elementos originários das correntes partidárias extintas, entre eles havia os oriundos do PCB.

Conforme analisam Mendonça e Fontes:

Iniciava-se um jogo político sobre determinado pela imprevisibilidade. Na prática, isto correspondia à restrição do debate político, inviabilizando o desempenho *efetivo* quer do papel da oposição, quer do partido governista. Esvaziava-se a função tradicional do Congresso, de propor e elaborar leis, cabendo-lhe apenas o espaço restrito da discussão da matéria encaminhada pelo Executivo (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 45, grifo das autoras).

Com a extinção dos partidos em 1965, Francisco Amaral entrou para o MDB, ao qual filiou-se em 1970, concorrendo na campanha para prefeito em Nova Iguaçu em 1976. E em 1974, elegeu-se Deputado Estadual, com 19.200 votos. Nesse período, o MDB alcançou grandes vitórias, no contexto da crise econômica que teve origem com o esgotamento do chamado “milagre” econômico brasileiro entre os anos 1968 e 1974<sup>14</sup> – e pela atuação dos grupos de oposição à ditadura que se agruparam no partido. Nesse período, o MDB passou a constituir-se numa ampla frente oposicionista, investindo na organização popular através do movimento de base e o movimento pelos direitos humanos (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 51).

Amaral declara que seu primeiro mandato como deputado estadual foi de ampliação do trabalho comunitário e através dele, de denúncia do regime militar. O segundo mandato “foi de uma luta sustentada, em torno das desapropriações, da melhoria das condições de vida dos bairros, dos despejos do BNH” (AMARAL, 2001, p. 255).

---

<sup>14</sup> Mendonça e Fontes (2004), assim como Fernandes (1986) analisam que, do ponto de vista econômico, o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar buscaram permitir a continuidade da expansão do capitalismo monopolista no país e a consolidação do modelo de desenvolvimento dependente e associado ao capital estrangeiro, que vinha sendo implantado de 1955. O período entre 1962 e 1967 caracterizou-se pela recessão econômica. E no ano de 1965, o arrocho salarial e o combate aos sindicatos e à organização dos trabalhadores e trabalhadoras em movimentos sociais intensificaram-se como elementos da estratégia política do regime militar, que vinha “aplicar a disciplina antinflacionária *seletivamente* contra a classe trabalhadora” (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 23, grifo das autoras), favorecendo o grande capital às custas da superexploração dos trabalhadores e da restrição das liberdades políticas. Segundo as autoras, o período recessivo eliminou os obstáculos à hegemonia do grande capital e serviu como base para o período de expansão econômica que viria em seguida – e que ficou conhecido milagre econômico – e que daria sustentabilidade política ao regime militar até 1974, quando se iniciou a “abertura” com o governo Geisel.

Fernandes (1976) ao analisar os papéis dos intelectuais na sociologia como contestação, indica que é preciso aproveitar as oportunidades fundadas na institucionalização do trabalho intelectual. Isto permite conhecer a sociedade capitalista e alargar a sua bagagem crítica, além de sua experiência prática. E conclui que:

O problema é como garantir-se uma politização democrática e autonomia intelectual nas condições vigentes, ou, em outras palavras, em semelhança com o operário, como prestar o trabalho sem vender a consciência, sem aderir à dominação burguesa, ao seu feitiço autocrático e a seus interesses materiais ou políticos (FERNANDES, 1976, p. 135).

Nesta direção, o panfleto da campanha de Amaral para deputado estadual (Figura 40) trazia a seguinte inscrição: “15 de novembro, o povo todo contra o governo, com as seguintes bandeiras: “por melhores condições de vida para o povo, pelas liberdades democráticas, por uma assembleia nacional e constituinte e por um governo democrático e popular. Chega de conciliação, é hora de oposição”. Amaral destacou a exploração e opressão do povo, sobretudo na Baixada Fluminense. No que tange a educação, afirmou: “As escolas públicas quando existem, são abandonadas e hoje em dia já chegam ao absurdo de cobrarem taxas de até Cr\$ 400,00, como em Nova Iguaçu, levando milhares de nossos filhos a abandonarem humilhados as escolas, contribuindo isto para marginalização social”.

E continua fazendo uma análise da conjuntura política nacional:

Nós trabalhadores produzimos todas as riquezas do país e não temos direito a quase nada. Nas fábricas é a exploração e o sufoco. Para calar nosso protesto, a ditadura lança sobre o povo a força bruta. Fecha o congresso, cassa deputados, prende e tortura os líderes da classe operária e do povo. Acaba com as eleições para presidente, governador, e até prefeito já é nomeado em alguns municípios. Censura livros, jornais, rádios e televisão. Tenta manter os sindicatos sob controle e para reprimir o povo, mantém um poderoso esquema de espionagem e tortura, que são o SNI, os DOI-CODI e o DOPS. Mas tudo isso e a propaganda não conseguem mais impedir a luta do povo. (MDB, 1974).

Figura 40 – Cartaz de campanha para deputado estadual pelo MDB

**15 de novembro,  
o povo todo  
contra  
o governo**



O povo brasileiro nunca foi tão explorado e oprimido como hoje em dia. Apesar disso, o governo ainda tem o descaramento de dizer que nossa vida está melhorando. Mas sabemos que tudo está piorando: salários de fome, morar apertado, viajar sufocado e sem a menor liberdade.

Essa situação geral fica muito pior na Baixada.

**NOS TRANSPORTES:** os trens continuam no mesmo caos, apesar das promessas feitas depois dos quebra-quebras de 1973. Isso obriga o povo a ter que usar 2 ou 3 ônibus com preços que sobem várias vezes por ano e só satisfazem aos donos das empresas.

**NA EDUCAÇÃO:** as escolas públicas quando existem, são abandonadas e hoje em dia já chegam ao absurdo de cobrar taxas de até Cr\$ 400,00, como em Nova Iguaçu, levando milhares de nossos filhos a abandonarem humilhados as escolas, contribuindo isto para marginalização social.

**NA SAÚDE:** os postos médicos são raros e é um verdadeiro sacrifício ser atendido. Não existem hospitais. No entanto na Zona Sul do Rio dois grandes hospitais do – INPS atendem os privilegiados.

**NA MORADIA:** os loteamentos onde tudo é mais caro, não existe calçamento, a água quase sempre é de poço e os esgotos correm em valas abertas, são nas épocas de eleições alvo das mais descaradas promessas. Nos conjuntos Habitacionais as ameaças e o despejo são constantes, levando o desespero a família trabalhadora.

Se a situação na cidade é essa, no campo, não é nada diferente. Os que tem alguma terra, quase não podem produzir, por falta de apoio. São vítimas dos intermediários que ficam com a maior parte. Os que não tem terra, são as maiores vítimas.

O salário não dá nem para o sapato e a carteira nunca é assinada. No entanto grandes extensões de terra ficam sem produzir e quando os trabalhadores delas tomam conta, são expulsos com violência pela polícia.

Nós trabalhadores produzimos todas as riquezas do país e não temos direito a quase nada. Nas fábricas é a exploração e o sufoco.

Para calar nosso protesto a ditadura lança sobre o povo a força bruta. Fecha o congresso, cassa deputados, prende e tortura os líderes da classe operária e do povo. Acaba com as eleições para presidente, governador, e até prefeito já é nomeado em alguns municípios. Censura livros, jornais, rádios e televisão. Tenta manter os sindicatos sob controle e para reprimir o povo, mantém um poderoso esquema de espionagem e tortura, que são o SNI, os DOI-CODI e o DOPS.

Mas tudo isso e a propaganda oficial mentirosa não conseguem mais impedir a luta do povo.

O Brasil deve 800 bilhões de cruzeiros aos estrangeiros e nossas riquezas são trocadas por qualquer bagatela.

A corrupção e a roubalheira correm soltas e já começam a transbordar pelas janelas dos palácios do governo.

É hora de resistir. A oposição não pode continuar nas mãos dos que vacilam e vivem fazendo acordos com os poderosos. Só um movimento popular forte é que vai acabar com essa situação de miséria e sufoco.

É URGENTE ORGANIZAR A FRENTE POPULAR, órgão de união e luta dos trabalhadores da cidade e do campo, funcionários, estudantes, intelectuais, para levarmos a luta pela democracia até a derrota da ditadura.

O povo não vai vacilar, vai derrotar o governo e seu partido nas eleições de novembro. Os poderosos vão ficar atordoados e o povo vai avançar. Vamos votar sem ilusão. O MDB é um partido acomodado. Diversos candidatos populares foram impedidos de concorrer as eleições. O futuro governador Chagas Freitas que diz ser do MDB, mas no duro é da ARENA, vive se encontrando com o novo general que vai entrar de plantão lá em Brasília, e seus jornais O DIA e A NOTÍCIA fazem manchetes descaradas de apoio ao governo que massacra o povo. Mas o MDB ainda é oposição. O voto no MDB é o voto de protesto.

**BASTA DE SUFOCO!**

Vamos participar das eleições esclarecendo e apoiando o povo na luta pelos seus direitos, pelo fim das perseguições políticas e por uma sociedade sem exploração, onde a classe operária, e o povo tenham o seu próprio governo e sejam donas de seu próprio destino, conquistando a verdadeira democracia.

Vamos votar nos candidatos populares.

**CHEGA DE CONCILIAÇÃO  
É HORA DE OPOSIÇÃO.**

- POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA O POVO
- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS
- POR UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL E CONSTITUINTE
- POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

**PARA DEPUTADO ESTADUAL  
FRANCISCO AMARAL  
MDB Nº 1713**

Apoiamos para  
Deputado Federal  
**JORGE GAMA**  
MDB Nº 317

Para Senador  
**NELSON CARNEIRO**  
O único que não é  
do partido do governo

Travessa Almerinda Luca Azevedo, 70  
Telefone: 767-4570  
NOVA IGUAÇU

Fonte: MDB, 1974 (Acervo pessoal de Francisco: Amaral).

Em 1974, com o início com o governo de Ernesto Geisel (1974-1978), a transição “lenta, gradual e segura” começou a ser formulada pelos militares. (TELES; SAFATTLE, 2010; MENDONÇA; FONTES, 2004)

Florestan Fernandes (1986) chama a atenção para a “crise da ditadura” e para a interrupção da contrarrevolução. O objetivo da transição política foi a garantia de manutenção do poder para os militares e, ao mesmo tempo, foi uma maneira de cercar a revolução nacional e democrática, uma revolução dentro da ordem. Nesse sentido, a abertura militar apoiou-se na

questão do consenso entre as classes possuidoras, no interior do qual os militares puderam negociar os termos da sua saída do poder. Essa conciliação caracteriza-se como uma arma de exploração, de subalternização e opressão da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Ao analisar o movimento das diretas já, o autor ressalta que os militares tiveram uma amostra da força popular, que se encontrava mais consolidada que antes do golpe. Nesse sentido, optaram por uma tática de guerra ao realizarem uma conciliação pelo alto, resguardando as devidas garantias para a manutenção no poder.

Na verdade, o “movimento das diretas já” forneceu uma radiografia política da sociedade brasileira atual. O que essa radiografia política da sociedade brasileira atual. O que essa radiografia revelou assustou os círculos conservadores do principal partido da oposição, impulsionou os “liberais “ou políticos “civilizados” do governo ditatorial e mudar de barco em plena viagem e estimulou os militares da Presidência e de outros órgãos estatais e aproveitarem a oportunidade para se retirarem do centro do palco rumo aos bastidores (resguardando para si, porém o direito de “guardiães” da democracia emergente!). Podiam proteger-se, assim, a curto prazo; intervir nos acontecimentos de acordo com suas conveniências e interesses; e contrabandear para o novo governo todas as instituições e estruturas do Estado de segurança nacional que já estavam montadas e funcionando. Se não tivemos a ditadura mais sangrenta e aguerrida, coube-nos a que ficou mais enquistada nos organismos do Estado e no aparelho do governo (FERNANDES, 1986, p. 22).

Fernandes (1986) faz uma analogia da atuação “dos de baixo” com uma chuva fina, ou seja, tornando-se um processo duradouro e obstinado, capaz de atingir de alguma forma as estruturas sociais. “A compreensão ditatorial forçou o aparecimento e a consolidação de órgãos de base que permitiram e deram eficácia às comissões de fábrica, aos comitês de bairro, às associações de camponeses e favelados, convertidas em frente de luta popular” (FERNANDES 1986, p. 25).

A partir de um depoimento sobre a figura pública de Francisco Amaral, seu amigo e aliado político desde a campanha para Deputado Estadual em 1974, Vicente Loureiro<sup>15</sup>, declarou que se aproximou dele, através do Movimento Estudantil, onde discutia-se as

---

<sup>15</sup> Arquiteto pelas Faculdades Integradas Silva e Souza, FISS (1973-1977). Professor universitário. Diretor de Urbanismo (1978 - 1979) no município de São João de Meriti. Membro da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu (1979-1982). Secretário Municipal em Paracambi (1980 - 1982). Secretário e Superintendente de Regularização em Petrópolis (1984 - 1986). Secretário e Subsecretário no governo de Moreira Franco (1987 - 1990), período em que coordenou o programa de regularização da posse da terra de diversos assentamentos urbanos no Estado, a implantação e consolidação de assentamentos rurais de reforma agrária e a elaboração do Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro. Assessor Técnico Especial da Secretaria de Obras na prefeitura do Rio de Janeiro (1993 - 1994). Subsecretário de Estado para o Desenvolvimento da Baixada Fluminense (1995 - 1996). Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da prefeitura de Nova Iguaçu (1997 - 2003). Secretário de Planejamento Urbano da prefeitura de Barra Mansa (2005 - 2006). Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Prefeitura de Volta Redonda (2006 - 2007). Diretor Executivo da Câmara Metropolitana no governo do Estado do RJ (2007 - 2018). Conselheiro da Agência Reguladora de Serviços Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferro, AGETRANSP, Brasil (2018 até atualmente). Doutorado em andamento, em Urbanismo.

campanhas dos candidatos mais progressistas. Juntos, fizeram parte da Comissão da Justiça e Paz da Diocese. A esse respeito relatou:

Chico sempre foi uma figura de referência na formulação das estratégias políticas para o enfrentamento da Ditadura, atuando sempre em prol da redemocratização das relações e das lutas sociais que começavam a se organizar melhor na região, como o Movimento de Amigos do Bairro. A Comissão da Justiça e Paz promovia a defesa dos direitos civis, dos direitos humanos e havia embates importantes. Vou dar exemplo de uma ação desencadeada a partir de uma ação da polícia contra um grupo de extermínio da região, onde “bandidos” foram acorrentados e amordaçados, como se fossem pessoas escravizadas. Foi capa no Jornal do Brasil, foto inclusive que a Comissão de Justiça e Paz difundiu pelo Brasil na época através dos órgãos de imprensa, que repercutiu até fora do país. Essas estratégias foram sendo trabalhadas e pensadas junto com ele, que sempre contribuiu com as denúncias contra a violência, seja do governo ou de outros setores da sociedade (LOUREIRO, 2021).

Ao entrevistar Jorge Gama sobre esse período no município de Nova Iguaçu, ele relata:

Em 1974 o Francisco se elegeu e já trouxe consigo a ideia de constituir uma vertente política, um grupo político. Começaram a aparecer nomes que seriam canalizados para uma participação política mais consequente, menos espontânea, como era na nossa época. E ali se iniciou uma trajetória política orgânica, organizada. Mais à esquerda, claro! Nós éramos do MDB, não é? E era uma ousadia muito grande naquela época ser do MDB, sobretudo do MDB autêntico. Aqui em Nova Iguaçu, essa representação era personificada pelo Francisco Amaral. Esse grupo muito pequeno, do ponto de vista econômico, iniciou uma trajetória liderada por ele. Formou-se esse grupo: Bráulio Rodrigues, Humberto dos Santos (Betinho)<sup>16</sup>, Laerte Bastos, Lincon, Luiz Zizi de Oliveira<sup>17</sup>, Manoel Teixeira<sup>18</sup>, Paulo Amaral, Paulo Faria<sup>19</sup> e Terezinha Lopes (GAMA, 2020).

O período ao qual Gama se refere, a partir de 1974, foi o mesmo em que aconteceram algumas mudanças na política do Rio de Janeiro no que tange ao processo eleitoral, momento em que os movimentos de esquerda regressaram à disputa parlamentar e candidatos considerados progressistas conseguiram se eleger, como relembrou Amaral: “O MDB elegeu, no estado do Rio 27, deputados, e na Guanabara, 36. Eram 94 deputados constituintes e o MDB elegeu sessenta e poucos” (AMARAL, 2001, p. 245).

---

<sup>16</sup> Advogado e vereador eleito em Nova Iguaçu no ano de 1970 pelo MDB, com mandato nos anos de 1971 e 1972.

<sup>17</sup> Liderança comunitária, escritor e “poeta do agreste”. Foi redator do Correio da Lavoura (jornal mais antigo da cidade fundado em 22/03/1917) e candidato a vereador (MDB) em 1976 pela Sub-legenda II. Conheceu Francisco Amaral na década de 1960. Na busca por uma sociedade mais justa percorreram vários caminhos: organização da participação popular, no campo político partidário, na chamada esquerda organizada, no movimento comunista, na luta em oposição ao regime militar.

<sup>18</sup> Manoel de Souza Teixeira: Amigo pessoal, marinheiro reformado, que instalava alto-falantes numa kombi emprestada para trabalhar na campanha de Francisco Amaral à prefeitura de Nova Iguaçu nos finais de semana. Participou da luta contra os despejos do BNH.

<sup>19</sup> Contador, era morador de Itaperuna. Juntamente com Paulo Amaral e Jorge Gama, montaram uma empresa de assessoria financeira em Nova Iguaçu. Em 1978 era chefe de gabinete do Deputado Estadual Francisco Amaral. Foi candidato a Deputado Federal neste período.

Eli Diniz (1982), ao tratar da formação do MDB no Rio de Janeiro, aborda a consolidação de Chagas Freitas no início da década de 1970, eleito por voto direto como governador da Guanabara, que passou a ser o único estado da Federação a ser governado pela oposição consentida, já que o político tinha apoio da ditadura.

Assim cultivando uma liderança de estilo pessoal que exigiria como atributos essenciais a lealdade e a confiança, Chagas Freitas aliaria à cautela no encaminhamento das articulações políticas a força de seu comando político sobre o núcleo de correligionários que progressivamente iria se aglutinando à sombra de sua proteção e apoio políticos (DINIZ, 1982, p. 63).

A autora destaca que, quando todos os parlamentares que se opunham ao Governo Federal já haviam sido cassados, Chagas Freitas adquiriu o controle da bancada do MDB na Assembleia estadual e conquistou “cerca de 85% das cadeiras e 90% dos votos dados aos representantes do partido, elegendo ainda mais de 50% dos representantes para a Câmara Federal, onde anteriormente sua representação era muito pouco expressiva” (DINIZ, 1982, p. 68). Sendo assim, com a aproximação das eleições de 1974 e as possibilidades de vitória do MDB no âmbito federal, o regime militar viu na fusão entre a Guanabara e o estado do Rio de Janeiro, que era governado à época pela Arena, uma forma de fragmentar a força eleitoral que o partido de “oposição” havia alcançado.

Mendonça e Fontes (2004) chamam a atenção para as fissuras internas do MDB, que já exigiam esforços de coesão desde o início dos anos 1970, dando origem a duas correntes: “os “autênticos”, que procuraram constituir ligações com setores mais radicais da oposição e respaldar os movimentos populares, e os “moderados”, mais tímidos, que evitavam afastar-se da situação de oposição consentida. A crescente expressão que o partido apresentava nos processos eleitorais, derivadas desses esforços de coesão das duas correntes permitiam a sua identificação a uma oposição real, obrigando o regime a alterar as regras do jogo político, destacando-se, cada vez mais, sua precária legitimidade.

Em 1974, além das eleições para a Câmara Federal, também foram efetuadas as eleições para a Assembleia Constituinte, com o objetivo elaborar a Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro, que se referia aos antigos Estados do Rio e Guanabara. Francisco Amaral compôs a comissão responsável por redigir o Regimento Interno da Assembleia Constituinte, juntamente com Jayme Campos (MDB), Alves de Brito (MDB), Hilza Maurício da Fonseca (MDB) e Paulo Duque (MDB).

Em “A fusão da Guanabara com o estado do Rio: desafios e desencantos”, Marly Silva da Motta (2001) aborda a questão da natureza autoritária que permeou a concepção e implantação da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, instituída pela

Lei Complementar n.º 20, de 1º de julho de 1974, durante o governo do general Geisel (1974-1979), pautada num plano de desenvolvimento chamado “Brasil Grande Potência” elaborado ainda no governo do general Médici sob a propaganda do “milagre brasileiro”.

A partir da análise de Motta, pode-se observar a fusão como uma estratégia política de Geisel, que demonstrou interesse em combater a “divisão administrativa do país”, objetivou influenciar no equilíbrio federativo e, ao mesmo tempo, corroborou com a proposta das regiões metropolitanas instituídas através da Lei Complementar n.º 14, de 08 de junho de 1973, que buscava uma maior integração entre a cidade do Rio de Janeiro com os treze municípios conhecidos como Grande Rio.

Para tanto, Motta (2001) enfatiza que:

A institucionalização das regiões metropolitanas, que cresceram muito em função do modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir principalmente dos anos 1950, alcançou status de prioridade nacional 20 anos depois. A consolidação dessas regiões inseriu-se no projeto do governo Geisel como uma solução para a insuficiência da estrutura político-administrativa calcada nos limites municipais, a qual não possuía a flexibilidade e a agilidade necessárias para atender às demandas de milhões de pessoas que viviam concentradas nas grandes áreas metropolitanas (MOTTA, 2001, p. 26).

A fusão coloca em evidência a cisão emedebista entre a capital e o interior, tendo como representantes as duas forças políticas regionais do período representadas por Amaral Peixoto (estado do Rio de Janeiro), que conseguiu reunir ao seu lado algumas organizações de esquerda e Chagas Freitas (Guanabara), cujo crescimento estava relacionado à fusão, que ocasionou um realinhamento para acomodar os setores políticos dos dois estados no novo estado, inclusive o grupo amaralista.

Diniz (1982) constata que no grupo dos chaguistas havia o que a autora denominou de “elite chaguista”, formada por parlamentares com várias legislaturas consecutivas. Esses parlamentares mantinham vínculos políticos eleitorais com a população urbana de norte a sul do estado, incluindo as populações mais pobres, além de bairros de classe média, baseados nos laços clientelistas do setor legislativo.

As relações entre representantes políticos e suas bases eleitorais inserem-se numa complexa rede clientelista, cujo controle está centralizado na instância executiva, cerne do processo decisório. Nesse contexto de clientelismo e patronagem, o deputado estaria no ápice de um sólido sistema de relações pessoais, com um grau significativo de integração, baseada numa teia de obrigações mútuas (DINIZ, 1982, p. 127).

Marieta de Moraes Ferreira (2006) explica, tomando como fonte diferentes depoimentos de políticos e técnicos que vivenciaram a fusão, que há duas visões a partir das quais busca-se explicar o processo: “para uns, tratava-se de um problema político-partidário, ou seja, de uma ofensiva contra o MDB; para outros, de uma medida destinada a resolver problemas técnico-econômicos e destituída de qualquer conotação política” (FERREIRA, 2006. p. 169-130).



Na perspectiva da segunda corrente, a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio foi o caminho mais seguro encontrado para diluir a força política do MDB:

Com a junção das bancadas carioca e fluminense, além de se diluir o peso do MDB da Guanabara, se estimularia uma cisão interna no partido, na medida em que dois importantes caciques emedebistas seriam forçados a dividir a liderança: Chagas Freitas, o "dono" do MDB carioca, e Amaral Peixoto, o velho "comandante" da política do estado do Rio (FERREIRA, 2006. p. 166).

Inicialmente, houve uma tentativa de conciliação entre chaguistas e amaralistas, mas após as eleições de 1974, o conflito entre as duas correntes tornou-se aberto resultando no desligamento de Chagas Freitas do partido e na consecução do controle formal do partido no novo estado do Rio de Janeiro por Amaral Peixoto, procurando enfrentar os recursos políticos do adversário que se constituíam da imprensa e uma boa relação com o regime militar.

A despeito dessas desvantagens, Amaral Peixoto não recuou. Ao contrário, partiu para a ofensiva, tentando conquistar o apoio dos segmentos de esquerda do MDB carioca. Os parlamentares "autênticos" do Rio de Janeiro, que não dispunham de espaço no esquema político chaguista, viam o líder fluminense como uma alternativa para ampliar sua área de ação. A partir das eleições de 1974, quando um maior número de "autênticos" foi eleito, criaram-se maiores possibilidades de articulação política para esse grupo, e o bom entendimento com Amaral tornou-se interessante para ambas as partes (FERREIRA, 2006. p. 182).

Marieta de Moraes Ferreira (2006) explica que mesmo com o desligamento formal do MDB, Chagas Freitas manteve sua influência e continuou a comandar o partido, apesar das tentativas de Amaral Peixoto para conquistar apoio entre os segmentos de esquerda. A eficiente máquina política que Chagas Freitas havia constituído durante seu governo, no início dos anos 1970, manteve-se mesmo após a nomeação de Faria Lima para governador da fusão, já seu governo não abriu espaço para que os arenistas usufríssem das vantagens de pertencer à situação. A autora destaca que, embora haja relatos de que a fusão teria como objetivo a derrota do MDB, ela acabou funcionando de forma contrária: o MDB passou a controlar não apenas a cidade do Rio, mas também o novo estado. Em 1978, Chagas Freitas (MDB) novamente seria eleito, indiretamente, para o governo no novo Estado do Rio de Janeiro com 74% dos votos válidos, o que confirmaria o fortalecimento do chaguismo na região, reafirmando o seu poder de barganha política com o regime militar, que refletiu assim o autoritarismo imposto a partir do golpe civil-militar de 1964.

Sarmento fez uma avaliação desse período eleitoral:

Em um sistema político bipartidário, tendo ainda conhecimento do quadro hierárquico das principais forças políticas em atuação, o eleitorado daria aos candidatos emedebistas a ampla maioria dos votos para a Assembleia: 52 deputados eleitos. Nesse sentido, ao se configurar um possível reflexo de definição do futuro governador no resultado das eleições para a Alerj, deve-se levar em conta fatores tais como a antecedência temporal de uma escolha em relação a outra e a consolidada hegemonia do partido opositor nas antigas unidades federativas agrupadas pela fusão (SARMENTO, 2001, p. 82).

No início do governo da fusão, Noronha (2021) ao fazer uma análise da atuação de Francisco Amaral enquanto Deputado Estadual, destacou seu apoio político, pois este foi uma figura muito importante no desdobramento da campanha de expansão do saneamento básico na região da Baixada Fluminense. Isto porque a adutora do Guandu que abastecia o Rio de Janeiro cortava o município de Nova Iguaçu por inteiro e não abastecia o mesmo. A CEDAG (Companhia Estadual de Águas da Guanabara) que depois tornou-se CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) frequentemente interrompia o abastecimento da região. Não podia a adutora abastecer o Rio de Janeiro e deixar Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti sem água. Nilópolis ainda tinha uma reserva por outras razões.

Nas eleições municipais de 1976, após a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o do Guanabara, as duas correntes emedebistas se aproximaram e estabeleceram acordos formais. Neste ano, o então deputado estadual Francisco Amaral candidatou-se a prefeito de Nova Iguaçu por uma sublegenda número II. Jornais da época noticiaram a impugnação de sua candidatura perante o juiz José Esteves Pena Firme pelo promotor Atamir Quadros Mêrces. Este documento descrevia Amaral como “subversivo por ter sido Secretário-geral do PCB e por manter relações com os ativistas da subversão”. Alegou-se ainda que o mesmo vinha procurando conturbar a tranquilidade comunitária, instigando a população ordeira, com invocação de discussão de temas que extrapolavam o interesse e as necessidades do eleitorado municipal. De acordo com o jornal *Luta Democrática* (1976), datado de 03 de abril de 1976, o promotor Atamir Quadros Mercês declarou que pela sua “peneira” não passaria pessoas que conseguiram passar por outras peneiras, conferindo assim um discurso de intimidação.

Tais acusações podem ter sido devido à forte campanha com distribuição panfletária nas feiras, escolas e estações ferroviárias do município. Segundo os observadores da política iguaçuana, ele era o favorito para a prefeitura e com a campanha eleitoral mais bem estruturada, como retratou uma notícia no jornal *Luta Democrática* (1976), em novembro de 1976: “Chico Amaral parte em arrancada eleitoral”. Na referida reportagem, destaca-se que seu registro foi garantido, apesar do promotor recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TER), onde Amaral ganhou por 5 a 1. Obstinado, o promotor recorreu ainda ao Superior Tribunal Eleitoral. Por 6 a 0 a impugnação foi rejeitada novamente. São mencionados ainda a rejeição das impugnações

dos candidatos a vereador Luiz Zizi de Oliveira, Mauro Ferreira de Castro<sup>20</sup> e José Alves Pinheiro<sup>21</sup>. A respeito desse episódio, Francisco Amaral relatou em entrevista:

Houve pressão do major Carneiro, que foi sucessor do Zamith na Vila Militar, sobre os juízes, para me impugnar. Esse major Carneiro era ligado ao Serviço de Informações. Recebi dele, através de companheiros de partido, aos quais exibiu um suposto dossiê, a recomendação de que deveria renunciar à candidatura, e em troca teria preservado o meu mandato de deputado. Respondi: “Tenho certeza de que esse major Carneiro não votou em mim. Portanto, não tem autoridade para me exigir nem a renúncia, nem o mandato. Renunciar é coisa que não faço, não é do meu vocabulário. Se quiserem, me cassem. Na campanha eu tinha duas kombis emprestadas por amigos que vez por outra eram revistas, num processo de intimidação. Somente em 5 de novembro, 10 dias antes da eleição, fui liberado pelo TSE. A minha sublegenda, nº2, foi a segunda dentro do partido. Foi eleito o candidato da Arena, Ruy Queiroz (AMARAL, 2001, p. 250-251).

Após as eleições municipais de 1976, em Nova Iguaçu, o MDB consegue eleger um número maior de vereadores. A Arena, até então, tinha maioria: 15 dos 21 vereadores da Câmara Municipal. Com o resultado das urnas, o MDB conseguiu eleger 11 vereadores, enquanto a Arena, 10. Dos 11 vereadores eleitos pelo MDB, 3 deles compunham o grupo ligado a Chico Amaral: Jorge Gama Barros (Centro de Nova Iguaçu), José Américo (Queimados) e Almir Cordeiro (Santa Eugênia). Assim, o campo político no estado do Rio de Janeiro e no município de Nova Iguaçu demonstravam um realinhamento político no MDB fluminense, pois Francisco Amaral foi reeleito no ano de 1978 (figura 41).

As eleições de 1976 produziram algumas alterações no mapa eleitoral, mas confirmavam o situacionismo e a nova estrutura política dominante na região. O ex interventor Ruy de Queiroz assume agora a prefeitura de Nova Iguaçu por meio do voto. Porém, diferentemente daquele que ajudava as forças armadas a arrancar o “mato daninho” da Baixada, Queiroz, desde o início da sua administração, se vê envolvido em acusações de seu vice, Rubem Peixoto, quanto à contratação indevida de 4 mil funcionários para a prefeitura, e o esquema de corrupção montado na Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Codeni) pelo deputado federal Darcílio Ayres e seu irmão Fábio Raunheitti (ALVES, 2003, p. 105).

Segundo Mendonça e Fontes (2004), a partir deste mesmo ano, as Associações de Moradores e Sociedades de Amigos do Bairro ganharam centralidade e se expandiram em todo o Brasil. Apesar de tratar questões locais, ganhavam uma nova conotação em termos organizacionais e de autonomia em relação ao Estado. Em consonância com esse movimento, Amaral relata que foi na década de 1970 que conheceu os médicos Antônio Ivo, Lúcia, Anna<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Candidato a vereador pela sublegenda n.º I, MDB. Exerceu a profissão de cirurgião-dentista em Queimados. Já havia sido vereador em Nova Iguaçu (1967-1970). Conseguiu se reeleger vereador na eleição seguinte (1977 -1982).

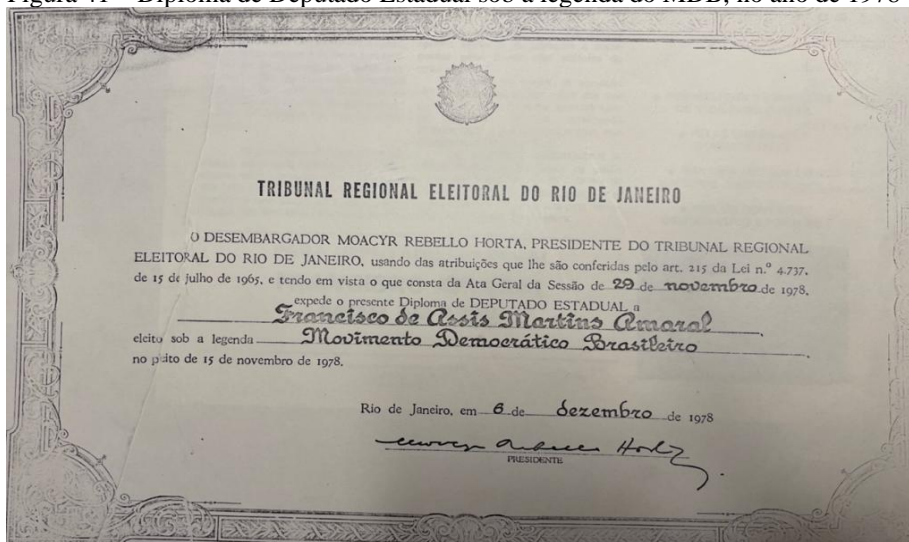
<sup>21</sup> Candidato a vereador pela sublegenda n.º I, MDB.

<sup>22</sup> Anna Leonor Ostrower: médica sanitária pela UFRJ (1970-1976) e uma das fundadoras do MAB em Nova Iguaçu. Atuou no CEAC (Centro de Estudos e Ação Comunitária) criado no meado dos anos de 1970, uma entidade de apoio e assessoria ao trabalho do meio popular, com atividades educativo- políticas em algumas comunidades da Igreja católica e Associações de Moradores. Atualmente, é Presidente do Conselho

e José Noronha, que trabalhavam para a Mitra Diocesana em Cabuçu, bairro de Nova Iguaçu. Desde então, tornaram-se amigos e aliados políticos. Amaral foi advogado da Mitra durante um período, e junto aos médicos desenvolveu um trabalho que deu origem ao Movimento Amigos do Bairro.

A Mitra, por intermédio de Dom Adriano Hypólito, fazia um importante trabalho de incentivar a participação na comunidade. As preocupações eram saneamento, saúde, educação. Tudo aquilo que constituía no dia a dia da pessoa, os problemas do bairro, da vida comunitária. A politização decorre da compreensão, primeiro, de questões concretas (AMARAL, 2001, p. 252-253).

Figura 41 – Diploma de Deputado Estadual sob a legenda do MDB, no ano de 1978



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

No ano de 1979, as greves dos professores, em torno da questão salarial (figura 42), tornaram-se o principal acontecimento da educação no país. Nessa direção, *O Jornal do Brasil* (28 de março de 1980) noticiou: “Professores pedem na rua legalização do CEP e mesmo aumento do funcionalismo”, uma manifestação na escadaria da Assembleia Legislativa foi marcada como o Dia Nacional da Solidariedade do Magistério. O grupo reivindicava o fim da intervenção no Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP)<sup>23</sup>, aumento salarial para a categoria (56,25%) e efetivação de professores contratados.

O ano de 1979 foi um marco na história do Sepe, quando conseguiu conquistar um piso salarial equivalente a cinco salários mínimos, numa greve considerada histórica para o movimento. Nesse período, o governador Chagas Freitas mandou fechar a entidade, mas não conseguiu calar nossa voz nem frear nossa ação (SEPE-RJ, 2022, s/p).

Consultivo do Instituto Fayga Ostrower.

<sup>23</sup> Em 1977 foi criada a Sociedade Estadual dos Professores (Sep), que, em 1979, fundiu-se à União dos Professores do Rio de Janeiro (Uperj) e à Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), criando o Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP) (SEPE-RJ, 2022).

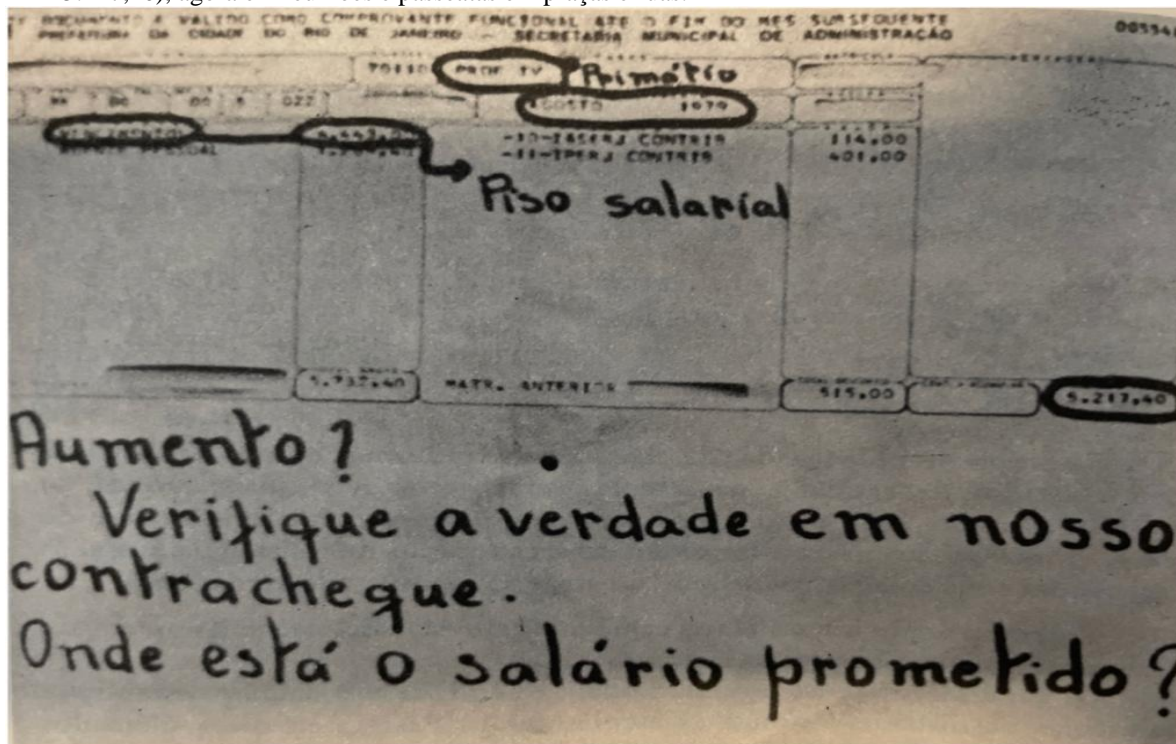
O protesto teve o apoio de deputados cariocas anti-chaguistas: José Eudes (PT), Raymundo de Oliveira (MDB) e Francisco Amaral (MDB). Ao final da assembleia, todos os professores presentes assinaram um manifesto, que dizia: “Mais uma vez estamos dispostos à luta. Aqui estamos para garantir o funcionamento da entidade que criamos para defender nossos direitos e nossa dignidade profissional. O CEP somos nós, nossa força e nossa voz. Isso ninguém pode cassar”.

Como mostra Abreu:

O movimento grevista dos professores se ampliou até as escolas rurais. Teve a participação de parcelas do poder administrativo – diretores de escola e dos técnicos todo o departamento de currículo e de cultura, órgãos centrais de elaboração das diretrizes educacionais, parte dos técnicos agregados nos DECs e CRETs (Distritos e centros regionais). Paralelamente, foi acentuada a repressão ao movimento. As lideranças foram chamadas para prestar depoimentos e foram ameaçadas de enquadramento na Lei de Segurança Nacional; foi decretada a ilegalidade do movimento e o fechamento do CEP. Houve ameaças concretizadas em alguns municípios, de suspensão do pagamento; aumentaram as pressões sobre DECs, CRETs e direções de escolas (ABREU, 1980, p. 99).

Xavier (2001, p. 129) ressalta que mediante o tratamento coercitivo do movimento grevista, houve um esvaziamento que ocasionou o término da greve em 23 de agosto de 1979, sem que as reivindicações fossem atendidas. Todavia, esse processo fortaleceu a organização sindical dos profissionais de educação. Já o governador Chagas Freitas enfrentou uma degradação na área político-partidária. Em decorrência aos episódios de repressão que o magistério fluminense sofreu, os “autênticos” do MDB requisitaram à comissão executiva do partido a expulsão de Chagas Freitas. Porém, o documento foi arquivado.

Figura 42 – O professorado intensifica as campanhas de esclarecimento à população (salário de 5.217,40), agora em reuniões e passeatas em praças e ruas.



Fonte: ABREU, 1980, p. 100.

Segundo Cunha (1981), no mês de julho de 1977 foi criada a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), que reunia o magistério do Estado do Rio de Janeiro, majoritariamente das redes públicas de ensino de 1º e 2º graus. Após adotar a liderança dos docentes da rede estadual, em 1979 o SEP uniu-se à Associação dos Professores do Rio de Janeiro (ASPERJ) e à União dos professores do Rio de Janeiro UPRJ, juntos formaram o Centro Estadual dos Professores (CEP).

Desse modo, o CEP destacou-se na condução da greve dos professores na rede estadual e em agosto de 1979 sofreu represálias da parte do governo do estado e da União. As três instituições foram alvo de um decreto do governo federal, sendo impedidas de funcionar, além do embargo de registro do CEP por parte do governo estadual. Embora tivesse muitos impedimentos, o CEP continuou funcionando e realizou o 2º Encontro Estadual de Professores, em setembro de 1980, que objetivou estabelecer as reivindicações e encaminhamentos de luta.

Fatos como a greve dos profissionais da educação em 1979 e as manifestações dos estudantes em 1980, que veremos a seguir, demonstram como o processo de abertura política ganhava forma, tendo como marco a assinatura da Lei de Anistia, em 29 de agosto de 1979. A Anistia foi uma das temáticas dos discursos políticos do deputado Francisco Amaral, como o proferido na sessão do dia 09 de maio de 1978:

É este o anseio de toda a população brasileira, e este movimento que estabelece em nível nacional de solidariedade a greve dos presos políticos tem característica própria, mas se espraia num sentido muito mais amplo e maior, que é a anistia que se deve dar a todos aqueles punidos pelo Movimento de 1964 (AMARAL, 1978, p. 39).

Na Baixada Fluminense, o 1º Encontro Pró-Anistia do Comitê de Nova Iguaçu foi alvo de investigação do SNI, segundo o Informe Nº 2112 de 08 de agosto de 19754, Resenha 147/1979 - Prot. DI 8805/1979. Este documento relata que o encontro foi realizado dia 03/08/1979 às 20:20 horas no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças (Mesquita), com aproximadamente setenta participantes, sendo a mesa diretora composta por Paulo Faria, Francisco Amaral, Jorge Gama e Lisâneas Maciel. E destacou: “A tônica dos discursos foi a da anistia ampla, geral e irrestrita, sendo o governo acusado de ditatorial, demagogo, hipócrita e torturador”. (Folha 1)

No Rio de Janeiro, a reportagem intitulada “Estudantes querem de volta o prédio da UNE” publicada no jornal *O Fluminense* (24 de março de 1980), evidencia que o evento realizado no bairro do Flamengo foi marcado por uma manifestação contrária à demolição do antigo prédio-sede da União Nacional Estudantil (UNE) com mais de 500 estudantes. O referido ato homenageou os estudantes que foram mortos no país e contou com a participação dos parlamentares: José Eudes, José Frejat, Francisco Amaral e Raymundo de Oliveira.

Soldados à paisana e policiais civis ao mesmo tempo em que procuravam guardar o prédio da antiga UNE, isolado com cordas, participavam ativamente do ato público dos estudantes. Faixas e cartazes de variados tamanhos foram exibidos pelos estudantes, manifestando contrariedade na decisão do Governo de demolir o prédio. Um cartaz advertia o Presidente da República: “Cuidado João! Hoje você manda derrubar o prédio, amanhã a gente te derruba” (O FLUMINENSE, 1980).

A colega de partido de Amaral, Heloneida Studart<sup>24</sup> comenta sobre seu desempenho na Assembleia em entrevista concedida a Fundação Getúlio Vargas, em 08 de outubro de 1999:

Chico Amaral era um advogado brilhante de Nova Iguaçu, um sujeito honradíssimo, muito sério. Era ligado a Amaral Peixoto por laços de afeto, mas não politicamente. Possuía uma formação de esquerda e às vezes tinha uma posição até mais extremada e radical que a nossa dentro da Assembleia (STUDART, 2001, p. 76).

Heloneida Studart relembra ainda um episódio de manifestação dos estudantes em 10 de junho 1980 (Figura 43), nos escombros do prédio da União Nacional dos estudantes (UNE), em que estiveram presentes: ela, Alves de Brito, Raymundo de Oliveira, Chico Amaral e José Eudes.

<sup>24</sup> Jornalista; escritora; deputada estadual- RJ; vice-presidente da Comissão Parlamentar de controle do Meio-Ambiente, de 1979 a 1980; presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) de 1981 a 1982; fundou o Centro da Mulher Brasileira, a primeira entidade feminista do país e do centro estadual dos direitos da mulher (CEDIM); presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos.



Quando chegamos ao prédio da UNE, vi uma multidão de soldados com escudos, capacetes, uma parafernália enorme de repressão, agentes da Polícia Civil e da Polícia Federal. Olhei em volta, vi que não havia mais que 400 estudantes e disse: Raymundo, isso vai acabar numa grande violência. Ele perguntou: Por que, Helô? Eu disse: Porque não tem estudante. Se houvesse 10 mil estudantes, eles não ousariam usar a violência, porque ia ser um massacre. Mas, com 400 estudantes, eles vão acabar com essa manifestação no pau. Mal fechei a boca, o pau começou. Quando Raymundo se aproximou, mostrou a carteira e disse que era deputado, levou uma cacetada na cabeça. Quando o Eudes foi em socorro do Raymundo, eles deram uma cacetada no Eudes, tão violenta que abriu a cabeça dele, e o sangue corria aos borbotões. O Eudes caiu que nem boi no matadouro. Eu disse: Alves, vão matar o Eudes! Não pude dizer mais nada, porque me jogaram por cima daquele murinho que tinha no Flamengo. Eu saí daquele lugar, fui lá para onde estava o trânsito e comecei a fazer sinal para pegar carona. Parou um cara, e eu disse: Me leva à Assembleia Legislativa, por favor, porque estão arrebatando com os deputados e com o povo! O cara me levou, cheguei à Assembleia, subi à tribuna e denunciei a violência que estava sendo feita contra o povo e contra os parlamentares (STUDART, 2001, p. 77-78).

O fato foi noticiado pela *Tribuna da Imprensa*, em 13 de junho 1980, com reportagem intitulada “Deputado agredido faz exame de corpo delito”. O deputado José Eudes compareceu na 9ª Delegacia Policial no Catete para abertura de inquérito a fim de apurar a agressão sofrida por ele e outros parlamentares, sendo acompanhado pela advogada do Comitê Brasileiro pela Anistia, do deputado estadual Francisco Amaral e do ex-deputado Lysâneas Maciel. Sendo assim, o deputado opositor que foi gravemente ferido declarou que iria: “imputar o comandante da PM como principal responsável pelas violências e citar superintendente da Polícia Federal, no Rio, já que ele estava com cerca de 30 homens no local e foram os principais elementos da violência e repressão”.

Ainda sobre esse episódio, Raymundo relembra:

Nesse dia, a Ditadura resolve derrubar o prédio da UNE na Praia Vermelha, um prédio histórico. Nós fomos pra lá defender o prédio. Foi uma pancadaria. Eles tinham muita raiva de mim, por causa das minhas posições. E ali foi o momento que puderam bater em mim. Nós brigamos, resistimos (OLIVEIRA, 2021).

Em entrevista com o ex-Deputado Estadual Paulo César Gomes, líder da bancada em ocasião do segundo mandato (de 1978 a 1982) de Francisco Amaral, ele aborda o contexto da Assembleia nesse período, relatando as dificuldades encontradas pelo grupo, bem como o fenômeno do chaguismo (em referência ao Governador do estado do Rio de Janeiro Chagas Freitas por intermédio do governo federal), que se deu a partir de 1970, em plena fase do “milagre econômico” e no ápice do esquema de repressão elaborado pelo Governo Médici.

A Assembleia era uma coisa horrível porque o Chagas Freitas, que era o governador e aliado disfarçado da Ditadura, tinha o controle total da máquina do MDB. Na época, ele era dono do partido, de 70 deputados ele elegeu 52, desses 52 ele cooptou diretamente entre 40 e 42 deles. Esse grupo votava com ele para qualquer coisa, era uma troca de favores, né? Ele loteava o governo dele entre esses aliados e desse modo passava tudo que ele pretendia, os projetos dele, as coisas mais incríveis, porque além disso ele tinha ajuda do complemento de parte ou quase que integralmente dos deputados da Arena. Vamos dizer que tinham 42 deputados do MDB na sua mão e mais uns 18 da Arena. Ele quem decidia quem montaria ou não chapa para concorrer.



Tinha uma espécie de sargento que tomava conta do partido, chamava-se Pareto. E esse fazia qualquer coisa, caso houvesse reunião do diretório para decidir algo importante que precisasse constar em ata, ele levava antes ao Chagas, que fazia as modificações e assim era registrada, controlava todos os segmentos. Nesse sentido, começou um enfrentamento do nosso grupo, que era composto por mim, Heloneida Chico, Alves de Brito, Odime dos Santos, Raymundo de Oliveira e José Eudes. Nós resolvemos ir para o PMDB com o objetivo de continuar a frente contra a Ditadura (AMARAL, 2001, p. 254).

Figura 43 – Foto tirada após manifestação estudantil, em frente aos escombros do prédio da UNE, em 1980



Legenda: Francisco Amaral, Paulo César Gomes (Deputado Estadual), Antônio Carlos Tonico (Vereador no RJ e membro do MR8), Heloneida Studart (Deputada Estadual MDB), José Eudes (Deputado Estadual), ex-deputado Estadual Alves de Brito (ex-deputado Estadual), Lysâneas Maciel (Deputado Federal (7º) e Hélio Fernandes Filho (Tribuna da Imprensa).  
Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral, foto de Jorge Reis, 1980

Quando nos voltamos para os conteúdos associados à pauta do deputado estadual Francisco Amaral, percebemos que sua atuação na Assembleia Legislativa junto ao grupo “autênticos” buscou refletir a luta contra à ditadura, embora ele próprio reconhecesse as limitações da chamada oposição.

No próximo tópico, abordaremos a maneira pela qual a atuação de Amaral na Assembleia no segundo mandato se alinhava às lutas dos movimentos comunitários, período em que conheceu os médicos sanitaristas, dos quais se tornou amigo e aliado. Os destaques dessas lutas foram a respeito das desapropriações, melhoria das condições de vida nos bairros e resistência contra os despejos do BNH.

### 3.1.2 Atuação aos movimentos sociais em Nova Iguaçu

No âmbito municipal, o crescimento do MAB em Nova Iguaçu, durante o bispado de Dom Adriano Hypólito, foi alvo de preocupação dos militares, sendo investigado sob o assunto intitulado: “Ação da esquerda clerical – Diocese de Nova Iguaçu”. De acordo com o Serviço Nacional de Informações Nº 239/119/ARJ, de 04 dezembro de 1979, chegou-se à seguinte conclusão:

A Diocese vem dando apoio a políticos como o ex-Dep Lysâneas Maciel, ex-Dep Fed Jorge Gama, Dep Est Heloneida Studart, Dep Est Henrique Pessanha, Dep Est Francisco Amaral, Rosalice Fernandes Magaldi, Ismael Lopes de Oliveira, Luiz Inácio da Silva – “Lula” e outros, nas suas pregações doutrinárias, de tendências esquerdistas, cedendo local e material para suas ações políticas, bem como a diversos movimentos reivindicatórios, grevistas, contestatórios e de problemas internacionais (SNI, 1979).

Uma das obras do bispado de Dom Adriano foi o Centro de Formação de Líderes, fundado em 1970, que abrigava discussões políticas e representou um espaço para a organização popular, reunindo intelectuais e políticos de esquerda. Assim, eram promovidos encontros como: “A problemática dos Direitos Humanos e dos Direitos Políticos no Brasil”, palestra proferida por Márcio Alves em 11 de novembro de 1979 (Serviço Nacional de Informação Nº 239/119/ARJ/1979) e “Constituinte é tema de debate em Nova Iguaçu”, 27 de abril de 1985 com o Bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli e Francisco Amaral (Jornal Hoje, 08/04/1985). A Constituinte foi tema do discurso de Amaral proferido em 24/08/1977:

O que se quer e se exige é que toda população, notadamente os trabalhadores, através de seus órgãos de classe, ganhe força decisória sobre o processo de desenvolvimento do país que, apesar de abrigar a todos, tem somente servido de cobaia para as insólitas experiências governamentais de alguns (AMARAL, 1978, p. 19).

No que tange especificamente à parte da legislação direcionada às crianças e às discussões de âmbito nacional, Didonet (1992) pontuou:

O processo de elaboração da Constituição possibilitou amplo estudo e debate sobre a legislação existente e a proposição de conteúdos importantes para a formulação de uma legislação completa e atualizada sobre a criança no Brasil. Nem tudo o que foi sugerido, discutido, consolidado, desde as associações comunitárias, grupos técnicos e organismos locais e regionais até a Coordenação Nacional, o foi com a intenção de ser incluído no texto das constituições estaduais, outras, quando dos debates e sugestões para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (DIDONET, 1992, p. 23).

Sada Baroud David, Presidente da Comissão Diocesana de Justiça e Paz do município de Nova Iguaçu à época, relatou que Chico Amaral tornou-se membro da referida Comissão através do convite de Dom Adriano Hypólito, do qual era um amigo muito querido. Descreve o advogado como a simplicidade personalizada, destacando-se com seus conhecimentos

jurídicos em prol da luta dos direitos humanos e relembra um episódio em que ela estava envolvida diretamente.

Olha, a gente trabalhava com ocupações de terras devolutas, que não achávamos documentos. Trabalhávamos com grupos que precisavam de pedaços de terra para fazerem suas casas. O Chico era um companheiro nesse sentido. Houve um problema que nos foi trazido por um grupo de moradores. Nos contou o fato de que na estação de Tinguá, uma antiga estação de trem, havia algumas casas ocupadas por funcionários da linha férrea. E quando o trem deixou de chegar em Tinguá, houve um grupo que queria retirar os ocupantes dessas casas. Diante do que nos foi exposto, Chico falou: Os moradores têm direitos porque eram funcionários da ferroviária. E não havia preocupação por parte das pessoas que estavam querendo entrar em saber se as casas pertenciam a ferroviária. Desse modo, ele como advogado tomou a iniciativa de procurar o departamento cultural que ficava na Central do Brasil, localizado no último andar. Foi quando conseguiu documentos que comprovavam que aquelas terras pertenciam à União e os moradores tinham todo o direito de morar ali (DAVID, 2021).

A Comissão Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu foi oficialmente lançada no dia 12 de fevereiro de 1978 através do Decreto 01/78, , em assembleia realizada no Centro de Formação, no bairro Moquetá. A assembleia foi presidida por Dom Adriano Hypólito e teve como convidado especial o Dr. Hélio Bicudo, Procurador da Justiça e membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, conforme Informativo da Diocese de Nova Iguaçu (1978).

A criação de uma Comissão da Igreja, que se ocupasse especialmente das injustiças que ocorrem no mundo, foi sugerida no Concílio Ecumênico Vaticano II (1965). Os bispos do mundo inteiro estavam preocupados com a situação da pobreza e miséria em que vive a grande maioria dos homens [e mulheres], os cristãos precisavam agir para mudar a realidade. Em janeiro de 1967, o Papa Paulo VI criou a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, com sede em Roma. Pouco depois, ele lançava o “Populorum Progressivo” (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1978).

Os objetivos da Comissão Justiça e Paz eram: levar os cristãos e todos os homens e mulheres a tomar consciência dos problemas sociais; defender os direitos humanos; estimular apoiar e orientar todo esforço ou iniciativa por parte dos que sofriam injustiças para libertarem desta situação e incentivar a busca de estruturas sociais, econômicas e políticas mais justas e mais humanas.

Por ocasião da morte de Dom Adriano Hypólito, Amaral escreveu um texto em homenagem ao bispo intitulado “O Pastor e o seu tempo”. Nele, ressalta que “a fé se fez obras”. Destacando a materialidade de suas ações em prol das lutas coletivas e da construção de uma sociedade melhor, menciona o Centro de Formação de Líderes e a Comissão de Justiça e Paz.

Uma [Centro de Formação de Líderes] a sinalizar a luta pela elevação do ser, ante o meio social adverso, a liderar o processo de conversão social, e a outra [Comissão de Justiça e Paz], instrumento de ação contra as injustiças, respeito à dignidade do homem, cobranças e denúncias, pois corolário da paz é a justiça. A Igreja saiu, no seu tempo, do templo físico e se espargiu no conjunto da própria comunidade, nas ações pastorais põe ele empreendidas. A sua passagem pela Diocese de Nova Iguaçu, marcou um tempo e, acima de tudo, uma lição de um verdadeiro pastor, o espiritual e o real, univocamente integrados, como forma de ação e elevação do homem ao plano da justiça, consequentemente, do ideal cristão (AMARAL, 1996).

Quando analisamos passagens dos pronunciamentos políticos de Amaral publicados através do jornal *Berro da Baixada*, ano de 1978, percebemos que ele reconhece que em Nova Iguaçu há uma grande mobilização popular, atribuindo-a a um “despertar de consciência e responsabilidade”, o que fica caracterizado por sua preocupação em tratar questões relacionadas à Baixada Fluminense, denunciando a falta de diálogo entre a associação de moradores e o poder executivo municipal, como no trecho a seguir:

Em razão dessa nota-protesto a administração municipal procurou um contato direto com aqueles que lideravam a comunidade mesquitense, nas suas reivindicações mais legítimas. Embora faltando ao compromisso assumido para debate, em diálogo franco com essas lideranças, posteriormente penitenciou-se e atendeu, ainda que em alguns pontos, atendeu reivindicação daquela nota-protesto. Mas isso não esgota o problema, é necessário que a administração não procure apenas o atendimento em um aspecto do problema, fugir, ou pelo menos acomodar-se a uma situação atendida, mas ampliá-la conjugando a sua ação à de todo o comércio e a população mesquitense, voltados para a resolução dos problemas. É necessário que se constitua – isto sim – um grupo de trabalho, integrando a administração e aquelas lideranças, para uma discussão mais aprofundada de toda a problemática mesquitense, e com isso abrir perspectivas necessárias para um trabalho efetivo, real e concreto, que dê maior projeção ao distrito de Mesquita (AMARAL, 1978, p. 37-38).

Amaral discordava das posições adotadas pelo poder executivo municipal e pelo poder executivo estadual acerca da violência na Baixada Fluminense. Nesse sentido, o Prefeito Ruy Queiroz assumiu uma posição negacionista frente aos quadros de violência, afirmando que existia apenas “brigas entre quadrilhas”; enquanto o Governador Faria Lima, assumia o fenômeno como “algo natural do povo”, que se agravava devido ao alto índice de natalidade na Baixada. Amaral por sua vez relacionava a violência na região com as questões socioeconômicas e a compreendia como um dado social concreto, que não poderia ser pautada numa análise aligeirada e irresponsável, afirmando que as posições dos governos municipal e estadual demonstravam desconhecimento e desaparelhamento para enfrentá-la em termos de atuação pública. Desse modo, destacou:

Em termos de Nova Iguaçu, que congrega o maior contingente de habitantes da Baixada Fluminense, há que se recriar condições para a absorção da mão-de-obra abundante, dando, assim, melhores condições de vida a parcelas de sua população marginalizada do processo produtivo. A geração de empregos impõe a implantação de novas indústrias e aproveitamento de áreas propícias à formação de lavouras, dando-se a estas, evidentemente, meios e condições de se desenvolver e expandir (AMARAL, 1978, p. 43).

Nessa perspectiva, torna-se importante ressaltar a análise de Alves (2003, p. 144), ao afirmar que a partir de 1978 houve um agravamento da violência na Baixada Fluminense, o índice de homicídios de autoria desconhecida saltou de 1974 para 1978. Amaral (1978, p. 45) utiliza como exemplo concreto uma reportagem, “Executados mais três na Baixada” em 04 de maio de 1978, de um jornal de Nova Iguaçu, que afirma que durante o primeiro trimestre de

1978, somente neste município havia um “total de cento e dez assassinatos de aparente origem ignorada”.

Em 13 de novembro de 1979, o jornal *Última Hora*, publicou a reportagem intitulada “Ataque a D. Adriano, Sociedade repudia ação dos pichadores”, noticiando a ação de elementos de “extrema direita”, onde picharam palavras acusatórias escritas em vermelho nas paredes e portas da igreja da catedral de Nova Iguaçu e da Igreja da Prata. A esse respeito, na referida reportagem o deputado emedebista Francisco Amaral declara seu apoio ao bispo Dom Adriano Hypólito com a seguinte declaração:

A verdade é que as pichações decorrem de setores inconformados com a linha pastoral da igreja voltada para a missão evangélica dos oprimidos e explorados. A igreja do povo de Deus e não a igreja dos poderosos, dos opressores e dos exploradores do povo. A ofensa a Dom Adriano não atinge diretamente à pessoa do bispo, mas a toda a nossa comunidade, que busca o caminho da paz e da justiça social. Essa é a grande missão da igreja a que D. Adriano, D. Paulo Evaristo Arns, Valdir Calheiros com seus fiéis seguidores e, como tal, têm a minha integral e irrestrita solidariedade (JORNAL ÚLTIMA HORA, 1979).

A entrevista com Dom Adriano publicada na revista *Vozes*, em janeiro/fevereiro de 1981, esclarece que esse evento foi uma das inúmeras ações da extrema direita contra a política da igreja católica, sob o bispado de Dom Adriano, que em uma sequência cronológica incluíram: o seu sequestro em 22 de setembro de 1976; falsificação do jornal A Folha (29 de maio 1977); situações em que foi seguido dentro da Diocese (inclusive por helicóptero; ameaças de um novo sequestro e castigo (abril de 1978); pichações das igrejas; explosão de uma bomba na Catedral (20 de dezembro de 1979) e distribuição de panfletos ameaçadores e caluniosos contra o bispo. Todavia, Dom Adriano contou com o apoio e solidariedade da população, como podemos observar na fotografia (figura 44), em que aparece uma criança, tendo como pano de fundo as seguintes frases: “Viva o Bispo! Viva a luta do povo!”.

Figura 44 – Foto de uma criança, em apoio o bispo Dom Adriano

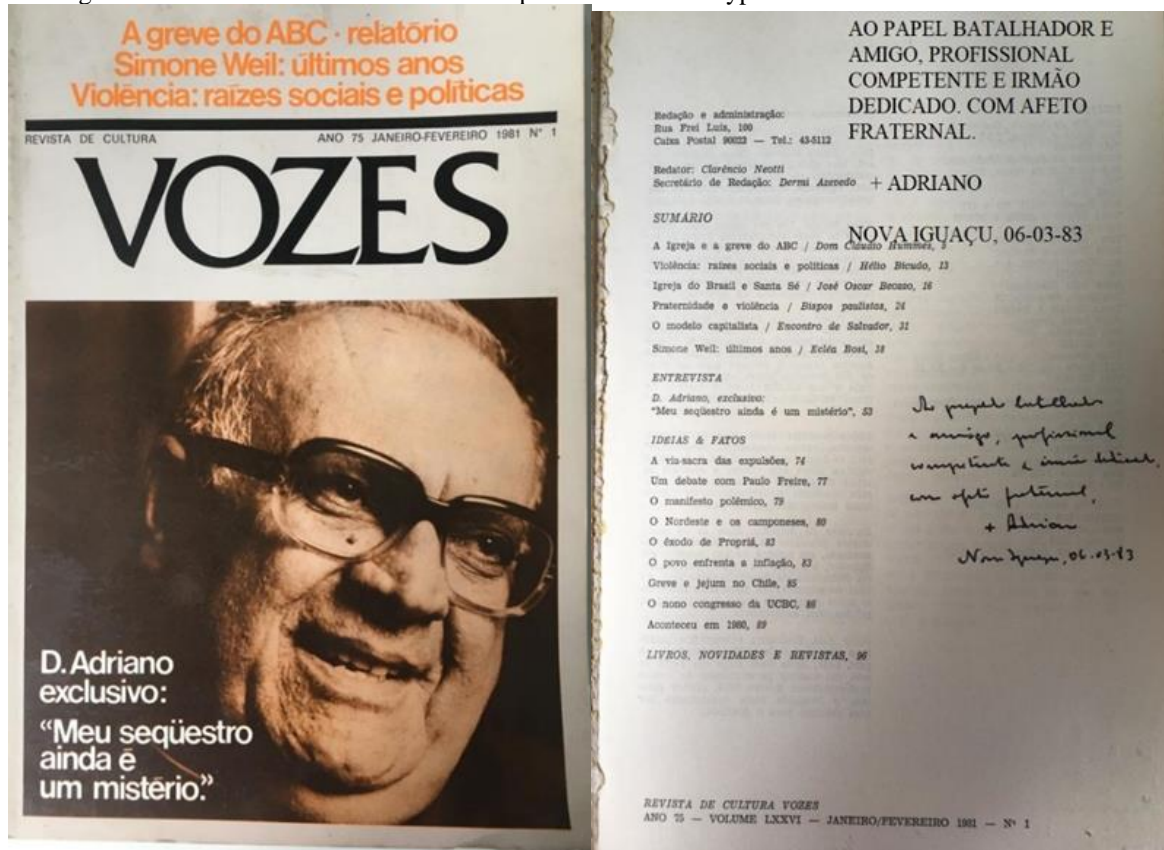


Legenda: Dom Adriano Hypólito: O profeta da Baixada. Marroni Alves. 08/04/2019. Comemoração do centenário de seu nascimento.

Fonte: DIÁRIO DO RIO, 2019

Foi este mesmo exemplar da revista Vozes, (Figura 45), encontrado no acervo pessoal de Francisco Amaral com uma dedicatória do bispo para o amigo, datada de 06 de março de 1983.

Figura 45 – Revista com dedicatória do Bispo Dom Adriano Hypólito



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Amaral foi um dos principais organizadores do movimento popular contra os despejos do Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>25</sup> em vinte e três conjuntos habitacionais, no município de Nova Iguaçu juntamente com Dom Adriano Hypólito (figura 47), que convocou a imprensa, fez visita aos conjuntos onde tiveram os despejos. Tiveram ainda apoiadores como: Bráulio Rodrigues, Edson Khair<sup>26</sup>, Heloneida Studart, Henrique Pessanha, Jorge Gama, Jorge Moura, Márcio Moreira Alves<sup>27</sup>, Paulo Amaral, Vicente Loureiro, suplente da deputada Rosalice Fernandes, o presidente do sindicato dos rodoviários Sebastião de Athaide, representantes da Assembleia de Deus e da Igreja Universal e outros. A esse respeito Francisco Amaral declarou:

Resolvemos criar projetos comunitários para cada um desses conjuntos, através das comissões que constituímos e que depois se converteram em associações. Protocolamos as petições na sede regional do BNH, na Avenida Presidente Wilson, e com isso o BNH passou a ter uma relação direta com os ocupantes. A luta foi crescendo. Quando um oficial de justiça aparecia nos conjuntos, os moradores se agrupavam. Em dois deles havia até sirenes (AMARAL, 2001, p. 254).

<sup>25</sup> Criado pela Lei n. 4.380 de 21 de agosto de 1964 juntamente ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, o Banco Nacional de Habitação (BNH) compunha a política habitacional do regime militar, que combinava a ação estatal e a ação de empresas privadas (responsáveis pela promoção e execução de projetos de habitações), com o objetivo de construir habitações “populares”, garantindo financiamentos a longo prazo com prestações iniciais baixas (IANNI, 2019).

<sup>26</sup> Advogado, foi nomeado pelo presidente João Goulart (1962-1964) procurador da Justiça do Trabalho junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Rio de Janeiro. Um dos fundadores do MDB, eleito deputado estadual em 1970 e reeleito em 1974. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1981, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mais tarde, em junho de 1982, juntamente com Néelson Carneiro e outros deputados, descontentes com a incorporação ao PMDB do grupo chaguista do extinto Partido Popular (PP), ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1986 filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em abril de 1990 filiou-se ao Partido da Mobilização Nacional (PMN). Em 1992 retornou ao PMDB.

<sup>27</sup> Repórter do Correio do Amanhã (RJ) e ganhador do prêmio Esso de reportagem de 1957. Em 1963 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais. Adversário do governo de João Goulart (1961-1964), apoiou inicialmente o movimento político-militar de 31 de março de 1964, voltando-se contra o regime por ele instituído a partir da edição, ainda em abril, do Ato Institucional nº 1 (AI-1), do qual foi um dos primeiros opositores. Em novembro de 1966 elegeu-se deputado federal pelo antigo estado da Guanabara na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Teve apreendido pelo regime os seguintes livros: *Torturas e torturados* (1967), *O Cristo do povo* (1967). Teve o mandato de deputado emedebista cassado (AI-5). Em 1968, deixou clandestinamente o país com destino ao Chile, onde permaneceu até 1971. Durante esse período de exílio percorreu a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Argentina, a Bolívia, o México e os Estados Unidos, fazendo conferências em mais de 40 universidades nesses países. Em 1971 seguiu para a França, onde se doutorou pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris. Em abril de 1974 transferiu-se para Lisboa, tornando-se professor do Instituto Superior de Economia de Lisboa. Nesse mesmo ano foi julgado à revelia e, amparado pelas imunidades parlamentares, foi absolvido pela 2ª Auditoria da Marinha. Em dezembro de 1976, contudo, o STM anulou, em sessão secreta, essa sentença, condenando-o a dois anos e três meses de reclusão pelo discurso que pronunciara na Câmara em setembro de 1968. Retornou ao Brasil em setembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia, promulgada pelo presidente João Figueiredo em 28 de agosto do mesmo ano. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, nessa legenda, concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo estado do Rio de Janeiro no pleito de novembro de 1982, obtendo apenas uma suplência. Em 1987, assumiu a subsecretaria para relações internacionais do governo de Wellington Moreira Franco no estado do Rio de Janeiro. Ainda em 1990, pediu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e reiniciou sua atuação na imprensa, tornando-se colaborador do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de S. Paulo*.



Figura 46 – Capa da Revista Equipe sobre a luta contra os despejos do BNH



Fonte: CEDIM, 2021

Figura 47 – Protesto contra o BNH com o apoio de Dom Adriano Hypólito



Fonte: CEDIM, 2021.



Gabriel Bollafi (1982) menciona que na década de 1960, foi realizada uma pesquisa por Loyd A. Free no Brasil e financiada pelo Institute for International Social Research, na qual a casa própria foi evidenciada como a primeira aspiração das populações urbanas brasileiras. Nesse sentido, o regime civil-militar tinha como objetivo “conter e reduzir as pressões inflacionárias”. Para tanto, precisava criar um projeto de habitação e conseguir o apoio das massas populares apesar do “arrocho salarial”.

Segundo o autor, a saída encontrada foi a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, de modo que esses recursos não inflacionários fomentassem a construção civil. Este mecanismo culminou na criação do BNH:

O Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação foram criados pela Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, com a missão de “promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”. O mesmo ato criaria também o instituto da correção monetária nos contratos imobiliários. O banco foi constituído com um capital de 1 bilhão de cruzeiros antigos, cujo crescimento estava assegurado pela arrecadação compulsória de por cento da folha dos salários sujeitos à CLT do país (BOLAFFI, 1982, p. 50).

Contudo, uma das conclusões a respeito desse projeto foi a constatação de uma distorção acentuada no que se refere ao custeio da casa própria, uma vez que o mutuário pagaria o dobro do valor. Seja através de impostos e contribuições – ICM, IPI, IR, FGTS –, valores que o governo investe para a valorização dos terrenos suburbanos, e no momento de aquisição da sua habitação, quando lhe é cobrado o alto valor dos recursos empreendidos pelo governo.

De acordo com Octavio Ianni (2019), o BNH contava com poucos recursos no início, mas em 1966, com a criação do FGTS, os governantes encaminharam a solução de dois problemas importantes da economia política da ditadura:

Ao mesmo tempo que carregavam vultuosos recursos financeiros para o BNH, acabavam com a estabilidade do assalariado no emprego, segundo as normas trabalhistas vigentes até 1964. A verdade é que o FGTS permitiu que a burguesia manipulasse mais ainda a seu favor os movimentos do exército industrial de reserva. Nem por isso, no entanto, resolveu-se o problema da habitação popular. Os recursos financeiros recolhidos por intermédio do FGTS ajudaram a financiar habitações para os grupos sociais de renda média e alta, em lugar de habitações para famílias de menor renda. Ao mesmo tempo, a atuação do BNH favoreceu o florescimento de negócios imobiliários, a realização de ambiciosos projetos de urbanização e a multiplicação de tecnocratas dedicados a estudos, planos, programas e projetos. Combinaram-se amplamente os interesses da ditadura, no sentido de tomar iniciativas no “campo social”, com os interesses da empresa privada, no sentido de aumentar a expropriação direta e indireta das classes assalariada (IANNI, 2019, p. 47).

Os episódios de protestos contra os despejos do BNH também foram investigados pelo Serviço Nacional de Informações Nº 239/119/ARJ, de 04 dezembro de 1979:

Ultimamente, vem recebendo especial atenção as ações executadas e estimuladas pelo Movimento de Amigos de Bairro- MAB, que já reuniu cerca de 100 associações, cujo

objetivo é pressionar as autoridades do Banco Nacional de Habitação – BNH, autoridades municipais e estaduais no sentido de impedirem o despejo de moradores em atraso no pagamento de suas prestações e a realização de obras municipais e estaduais nos seus respectivos bairros (SNI, 1979).

O encontro aconteceu num domingo, em 11 de novembro de 1979, com a presença das famílias, inclusive com a participação das crianças na concentração geral (Figura 46). Sobre isso, Sótenos (2013, p. 110) relata:

A Assembleia dos 3 mil, como ficou conhecida a reunião de 15 de julho de 1979, talvez tenha sido o ponto de inflexão do MAB, sobretudo quando se pensa a respeito da repressão e a ampliação da capacidade do movimento em aglutinar em torno de si lideranças populares e toda a rede de apoio que conseguiu arregimentar. Também contribuiu para aumentar a visibilidade da instituição no estado e fortalecer as suas bases de contestação.

A respeito da luta por moradias nos conjuntos habitacionais do BNH, Dom Adriano Hypólito (1981) afirma que por volta de 19 mil famílias foram ameaçadas de despejo judicial. A Comissão Diocesana de Justiça e Paz ajudou a organizar os moradores com a contrapartida destes assumirem a causa. E analisou a política da seguinte forma:

Parecia evidente que a política habitacional do BNH que, na intenção primeira, era eminentemente social, tinha-se tornado vítima de especulação das financeiras. Passara a ser uma empresa capitalista que visa em primeiro lugar o lucro. A distorção fundamental era a decalagem entre o crescimento das prestações, estas muito mais acentuadas do que aqueles. Viu-se também que a quase totalidade dos moradores queria adquirir a casa. Viu-se ainda que, dentro da visão social que originou o BNH, se deveriam procurar fórmulas de pagamento diversificadas, segundo as possibilidades dos proprietários (HYPÓLITO, 1981, p. 59).

Nesse contexto, as negociações se iniciaram no Rio de Janeiro e posteriormente continuaram em Brasília, prolongando-se por meses. Esta mobilização popular, com o apoio da Igreja e de parlamentares locais, impediu os despejos nos Conjuntos Habitacionais do BNH e foi amplamente reconhecida nas Associações de Moradores, como podemos observar no folheto divulgado (figura 48):

Figura 48 – Folheto distribuído pelo MAB em assembleia realizada no dia 6 de abril de 1981

**Assembléia dos Moradores nos Conjuntos Habitacionais - BNH**

(CONVOCAÇÃO)

Como resultado concreto da «LUTA CONTRA OS DESPEJOS», hoje, podemos apresentar o saldo de todas as vitórias alcançadas. Nada menos que 5.277 famílias que fatalmente seriam despejadas, já compraram seus imóveis.

Restaram uns poucos que não acreditaram na nossa luta, mas é por eles que continuamos trabalhando; os que ocupam imóveis não liberados pela Justiça; os que não possuem renda, e estão a espera de uma solução social; os que tiveram seus imóveis vendidos para terceiros; e os que possuem renda, mas não compraram os imóveis face a recusa da Financeira.

Superados os difíceis momentos de aflição em que as chances eram mínimas e os despejos uma realidade, cabe, agora, uma indagação:

**POR QUE SOMOS VITORIOSOS?**

As respostas estão bem claras nas mentes de todos aqueles que seriam despejados: 1º — a união de todos os moradores, fruto de um acelerado processo de conscientização; 2º — o apoio decisivo do Bispo Diocesano Dom Adriano Hipólito, da Comissão de Justiça e Paz, do Movimento Amigos de Bairro e dos parlamentares Jorge Gama e Francisco Amaral; 3º — o elevado espírito de Justiça de S. Excia. Dr. José Lopes de Oliveira, D.D. Presidente do BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, que nos abriu as portas para um diálogo franco e honesto. E isso jamais deixará de ser reconhecido.

O BNH, atendendo mais uma vez o nosso apelo, prorrogou os prazos para compra dos imóveis até 30.06.1981, mantendo os preços de 31.12.1980, corrigindo-se apenas as UPCs (sem novas avaliações).

Em virtude dessa prorrogação, os moradores dos Conjuntos Habitacionais de Nova Iguaçu, através de suas Associações e Comissões de Conjuntos, realizarão no próximo dia 3 de maio, às 15 horas, no CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES — Rua Aimorés, nº 8, bairro Moquetá, uma grande

**ASSEMBLÉIA**

para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- levantamento dos ocupantes sem renda suficiente para a compra dos imóveis;
- levantamento dos imóveis que não foram liberados pela Justiça;
- comportamento dos Agentes Financeiros, contrário às normas ditas pelas autoridades superiores do Sistema Financeiro da Habitação;
- orientação aos ocupantes que ainda não compraram suas casas.
- reivindicar a presença de um funcionário do BNH, junto ao Unibanco nos postos de atendimento.
- cumprimento da aplicação do termo de ajuste.

Desde os primeiros momentos de nossa luta lançamos o grande desafio:

**SERÁ QUE DEPOIS DA COMPRA DOS IMÓVEIS, O ESPÍRITO DE LUTA SERIA O MESMO?**

Pois bem, agora estamos cobrando, principalmente daqueles que já compraram seus imóveis.

**PARTICIPE DA ASSEMBLÉIA E COLABORE NA CONVOCAÇÃO DOS MORADORES.**

Nova Iguaçu, 6 de abril de 1981  
A COMISSÃO

**ASSEMBLÉIA DOS MORADORES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS - NI**  
Dia: 3 de maio, às 15 horas      Local: Centro de Formação

Endereço: Rua Aimorés, nº 8 — Moquetá

Fonte: MAB, 1981 (Material cedido por Jorge Gama).

No campo educacional, um importante avanço foi o reconhecimento da ilegalidade da taxa escolar por parte do secretário de educação, Arnaldo Nieskier, e o prefeito Ruy Queiroz. Durante esta assembleia (três mil participantes), foi levada a reivindicação para que o poder público extinguisse a taxa cobrada aos alunos e alunas das escolas públicas, indevidamente, para que as frequentasse e tivessem acesso ao ensino público. Foi uma demanda que começou a ser atendida, porque as escolas da Baixada foram comunicadas que deveriam suspender esse

tributo. Entretanto, não havia uma fiscalização e a na prática continuou a ser arrecadada, como nos mostra a seguinte declaração:

Essa, sem dúvida foi uma grande vitória do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu. Mas, é preciso olho vivo porque algumas escolas ainda estão cobrando a taxa ilegal, como a Escola Dom Valmor, no Bairro Parque Flora. A diretora Dona Helena Moura chamou alunos da 1ª série para advertir que os pais têm que ir à escola explicar por que não pagam a taxa escolar. Em outro bairro de Nova Iguaçu, na escola Municipal Dona Maria Justina, vários alunos tiveram suas cadernetas presas por não terem pagado a taxa (JORNAL DA BAIXADA, 1979, p. 04).

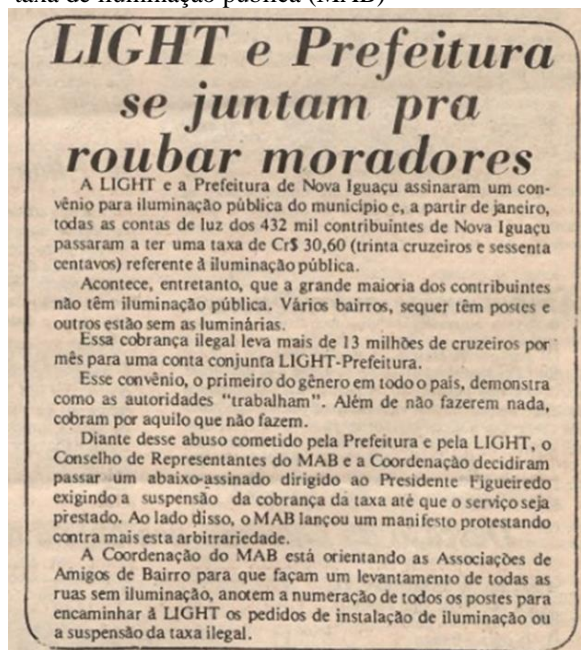
Ao que tudo indica, este assunto continuou a ser debatido, porque localizamos uma denúncia na Assembleia Legislativa do Deputado Francisco Amaral (PMDB) contra a decisão de autoridades municipais iguaçuanas de obrigarem os estudantes pobres a adquirirem uniformes novos para desfilarem no Dia da Pátria (O FLUMINENSE, 1981).

Como podemos observar, Amaral tratava de pautas reivindicatórias durante as sessões na Assembleia Legislativa e colocava seu mandato a serviço dos interesses populares. Outro episódio foi quando ele e Jorge Gama entregaram uma petição pública ao Procurador Geral da Justiça com a finalidade de anular a cobrança inconstitucional da taxa de iluminação. E argumentou:

Além do aspecto constitucional, deve-se ressaltar que a cobrança da taxa de iluminação pública vem sendo feita a todos os consumidores de energia elétrica, mesmo os moradores das ruas que não contam com esse benefício, o que contraria profundamente o conceito de taxa, que pode ser cobrada mediante serviço efetivamente prestado ou posto à distribuição do contribuinte, situações que não ocorrem em Nova Iguaçu (O FLUMINENSE, 1981).

Esta reivindicação foi um dos pontos tratados em assembleia com o prefeito Ruy de Queiroz e divulgado entre as associações de moradores, como podemos constatar no periódico do MAB (figura 49) a seguir:

Figura 49 – Reportagem do Jornal Encontro sobre a taxa de iluminação pública (MAB)



Fonte: MAB, 1981.

A questão de saúde pública também ganhou formato de denúncia por parte do parlamentar, que relatou casos de febre tífica no bairro Dom Rodrigo, em Nova Iguaçu. Na ocasião, Amaral responsabilizou o Secretário Estadual de Saúde por não realizar a obra da CEDAE no bairro. Esta doença se alastrou em decorrência da falta de saneamento básico no local e do lixo domiciliar não recolhido. Foram constatados 54 casos positivos, e entre eles, 8 mortes.

O Deputado Francisco Amaral há dias enviou um ofício ao Doutor Silvio Rubens Barbosa da Cruz, Secretário Estadual de Saúde, relatando os nomes das pessoas que já faleceram no bairro Dom Rodrigo, atingidas pelo tifo, mas até agora nada de concreto foi feito para controlar a doença, que continua proliferando no bairro (O FLUMINENSE, 1980).

O Deputado Francisco Amaral (PMDB) após relatar sugestões feitas, ao Secretário Estadual de Saúde para a extinção do foco de febre tífica no bairro Dom Rodrigo, em Nova Iguaçu, disse lamentar que “os procedimentos burocráticos continuem a determinar o comportamento das autoridades, que usam a rotina até para casos excepcionais, como é o ocorrido no território iguaçuano (O FLUMINENSE, 1980).

A igreja católica sediava encontros políticos para a população, como o noticiado no *Jornal do Brasil*: “Igreja de Nova Iguaçu recebe líderes comunitários para discutir reforma política”. Com aproximadamente 400 pessoas, incluindo representantes de associações de bairro, 10 classes profissionais e parlamentares aconteceu a reunião na igreja de Santa Rita, a qual teve em sua fachada pichada contra o slogan “infiltração comunista”. A abertura do evento foi realizada por Francisco Amaral, que apresentou uma preocupação em relação à metodologia



utilizada e advertiu para o uso de” intelectualismos que dificultassem a compreensão” (JORNAL DO BRASIL, 1979).

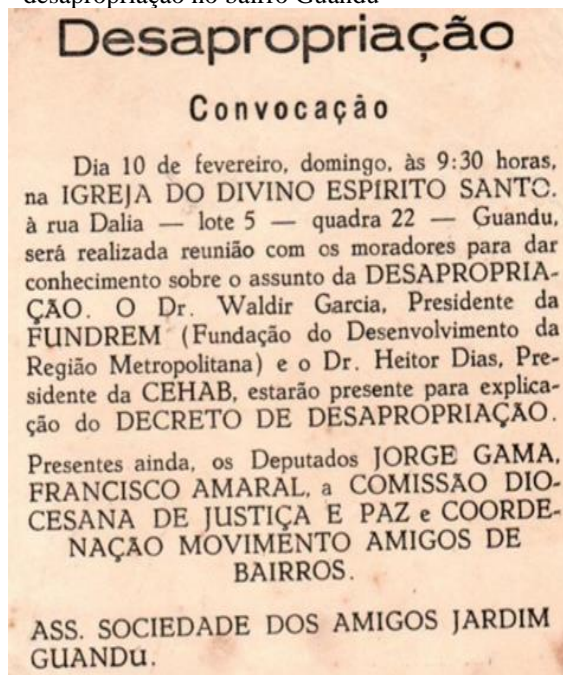
Amaral não era apenas um parlamentar que estava presente no momento de encaminhamento das reivindicações, ele participava das reuniões, nos finais de semana, nas associações de moradores e organizava estratégias em prol dos direitos da classe trabalhadora em Nova Iguaçu, como escreveu seu amigo Paulo Faria:

Daqueles que deixando seus afazeres particulares, percorrem os bairros, as plataformas de estações e portas de fábricas da Baixada Fluminense, para eleger um representante identificado com a linha programática do MDB, representa uma intervenção concreta das forças mais conscientes da região no processo político nacional (FARIA, 1978).

Tomemos como exemplo o caso de uma reunião na igreja do bairro Guandu para tratar da desapropriação de uma área extensa em Nova Iguaçu pelo estado (figura 50). Sobre essa temática, lembrou:

Fui surpreendido pelo Valdir Garcia, que era secretário de planejamento do Chagas, e que, quando consultado, emitiu parecer favorável à desapropriação. Foi mais além: desapropriou, pelo estado, 40 milhões de metros quadrados, de forma que de Cabuçu até a antiga Rio-São Paulo tudo estava desapropriado. Quando questionado sobre essa outra desapropriação, disse-me o Valdir Garcia que era para prevenir a especulação imobiliária, pois o estado estava realizando a adutora da Baixada e iria reconstruir a Estrada de Madureira. Certo é que foram ambas as desapropriações abortadas, a primeira, pela interferência do Andreazza, e a segunda pela revolta. Basta dizer que o presidente da CEHAB, que convidamos para uma reunião na Igreja do Guandu, num domingo pela manhã, se viu diante de mais de 3.500 pessoas e saiu de lá apavorado (AMARAL, 2001, p. 255).

Figura 50 – Convocação de reunião para tratar da desapropriação no bairro Guandu



Fonte: Material cedido por Jorge Gama

### 3.1.3 O período como vice-governador (1987-1991)

A reformulação partidária realizada de forma impositiva em 1979, no governo do general João Figueiredo, teve como objetivo primordial desmobilizar a frente de oposição e, ao mesmo tempo, eliminar os aspectos políticos negativos que a sigla Arena havia incorporado. Com o fim do bipartidarismo, MDB e Arena foram dissolvidos e foram organizados novos partidos. A Arena assumiu a denominação de Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi o herdeiro do MDB.

Como explicam Mendonça e Fontes (2004, p. 77-78),

Os novos partidos surgidos dessa reorganização somente se legalizaram em 1980. Dentre eles, destacaram-se o Partido Popular (PP) – cisão do MDB agrupada em torno de Tancredo Neves; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que congregou ex-arenistas e emedebistas, após prolongada disputa judicial pela sigla entre Ivete Vargas e Leonel Brizola, vencida por aquela; Partido Democrático Trabalhista (PDT) – liderado por Brizola e, finalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT).

No entanto, diferentemente do que os militares esperavam, a oposição persistiu por meio da realização de mobilizações, debates, passeatas e manifestações populares, que eram coibidas por reações autoritárias por parte dos militares. Francisco Amaral permaneceu no PMDB. Quando questionado sobre uma possível mudança, justificou que não trocou de partido devido ao seu vínculo, através da seguinte declaração: “Por que eu não fui embora? Eu era secretário-geral do PMDB e acho que aquilo me prendeu. Era como uma casa que ajudei a construir saindo praticamente do zero” (AMARAL, 2001, p. 260).

Figura 51 – Militantes do PMDB na sede do ex-MDB



Legenda: Heloneida Studart, Francisco Amaral, Paulo César Gomes, Jorge Gama e outros (Modesto da Silveira e Délio dos Santos).

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1981

Segundo a reportagem, os parlamentares do PMDB assumiram a posse do antigo MDB, situado na Avenida Almirante Barroso, 72, 8º andar, Rio de Janeiro. Francisco Amaral enquanto secretário-geral do PMDB apresentou uma autorização do deputado Ulysses Guimarães e liderou a operação de retomada na sede (figura 51), recebeu apoio dos parlamentares da fotografia. Após a reforma partidária, a sede foi alvo de disputa entre os partidos do PMDB e PP.

Constatamos uma proximidade entre Francisco Amaral e Ulysses Guimarães através dos cumprimentos quando assumiu a vice-governadoria do estado do Rio de Janeiro e durante a campanha na Baixada Fluminense (figura 52).

Com meu fraterno abraço, cumprimento sua liderança política consagradoramente confirmada nas urnas em 15 de novembro. Estou certo de que sua competência e dedicação darão desempenho ao seu mandato para resgatar compromissos, principalmente os de teor social na sua campanha e programa do nosso PMDB. Disponha de amizade e admiração, do companheiro Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Diretório Nacional do PMDB (GUIMARÃES, 1986).

Figura 52 – Francisco Amaral e Ulysses Guimarães em campanha nas ruas da Baixada Fluminense

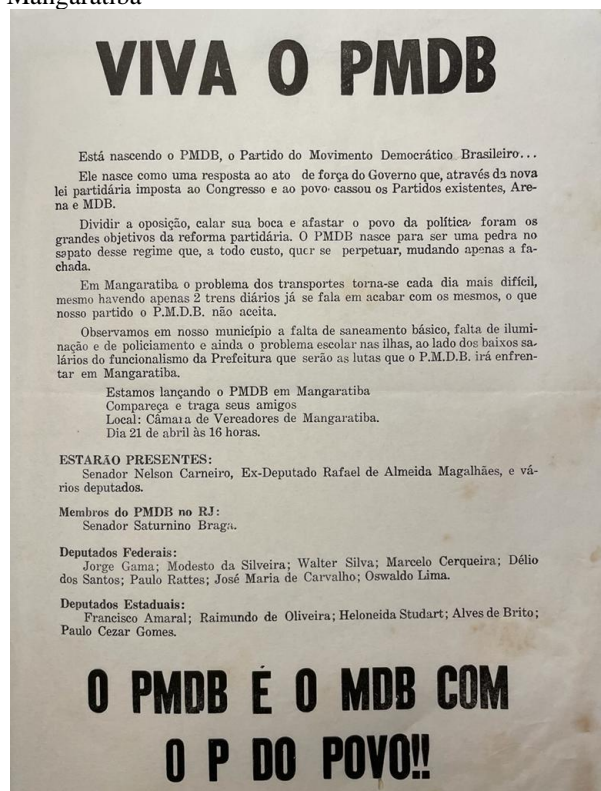


Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Nesse contexto de reformulação partidária, encontramos o panfleto abaixo (figura 53), com os dizeres: “Está nascendo o PMDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ele nasce como uma resposta ao ato de força do Governo, que através da nova lei partidária imposta ao Congresso e ao povo cassou os partidos existentes, Arena e MDB”.



Figura 53 – Panfleto de lançamento do PMDB em Mangaratiba



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Amaral foi contra a incorporação do PP, que havia sido decidida em Brasília na convenção. Segundo sua avaliação, isso seria trazer de volta aqueles que foram retirados do partido. Por consequência, apoiaram o candidato Miro Teixeira para governador no ano de 1982.

Francisco Amaral Concorreu a Deputado Federal (figura 54), enquanto o candidato a prefeito em Nova Iguaçu na ocasião foi Antônio Ivo<sup>28</sup>, um dos quatro médicos sanitaristas da Mitra Diocesana. E a divulgação feita através de folhetos (figura 55) no município apresentou críticas à gestão de Ruy Queiroz, como podemos constatar através do trecho:

Há anos enfrentamos nos nossos bairros o mais completo abandono. Não temos saneamento básico, não temos escolas para nossos filhos, somos obrigados a pagar uma taxa escolar na rede pública, não temos assistência médica, não temos creche,

<sup>28</sup> Médico sanitarista formado pela UFRJ (1969-1974), foi um dos fundadores do MAB na década de 1970 em Nova Iguaçu. Candidato a prefeito em Nova Iguaçu no ano de 1982. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) durante a gestão Sérgio Arouca (1987) e Subsecretário de Saúde do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1987 e 1988 (governo Moreira Franco), onde contribuiu para a implantação do Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense. Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (2005 a 2013) e pesquisador / professor da Fundação Oswaldo Cruz. Criador e coordenador do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz. Infelizmente, não cheguei a entrevistá-lo, faleceu em 10/06/2021. Foi um militante histórico da Reforma Sanitária Brasileira, contribuiu na construção do Sistema Único de Saúde (SUS).

pagamos uma taxa de iluminação pública quando nossos bairros vivem às escuras, pagamos o transporte mais caro de todo o Brasil (PMDB, 1982).

Figura 54 – Panfleto da campanha eleitoral para deputado federal em 1982



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Figura 55 – Convite para o “Grande Encontro do futuro governador Miro Teixeira” durante a campanha eleitoral de 1982

**MIRO VEM AÍ!**

Há anos enfrentamos nos nossos bairros o mais completo abandono. Não temos saneamento básico, não temos escolas para nossos filhos, somos obrigados a pagar uma taxa escolar na Rede escolar pública, não temos assistência médica, não temos creches, pagamos uma taxa de iluminação pública quando nossos bairros vivem às escuras, pagamos o transporte mais caro de todo o Brasil.

Esses anos de sofrimento, de indiferença, de corrupção com o dinheiro e com o patrimônio público podem e vão terminar.

**ATENÇÃO** moradores dos bairros de Nova Iguaçu e membros de Associações de Moradores. Todos estão convidados a participar do grande encontro com o futuro Governador do nosso Estado, deputado Miro Teixeira e com o futuro Prefeito do nosso Município, o médico Antônio Ivo.

Venha desde já se integrar nessa grande corrente que vai mudar a face de nosso Município e de nosso Estado.

O compromisso do PMDB, do futuro Governador Miro Teixeira, do futuro Vice-Governador Jorge Gama, do futuro Prefeito Antônio Ivo e seu vice Itamar Serra é com a participação do povo, das Associações, dos Sindicatos, de todas as Organizações Comunitárias no Governo. Esse é também o compromisso do Deputado Francisco Amaral, futuro Deputado Federal, e dos futuros Deputados Estaduais Paulo Amaral e Humberto dos Santos.

Venha você também fortalecer esse compromisso com o futuro de Nova Iguaçu.

Todos ao Grande Encontro do futuro Governador Miro Teixeira e futuro Prefeito Antônio Ivo com moradores, membros de Associações de Moradores e lideranças comunitárias!

DIA: 19/09 – DOMINGO ÀS 17.00hs.  
Avenida Santos Dumont nº 887  
MIRO e IVO vão governar com a gente!

**PREFEITO ANTÔNIO IVO**  
DEP. FEDERAL **FRANCISCO AMARAL**  
DEP. ESTADUAL **HUMBERTO SANTOS**  
DEP. ESTADUAL **PAULO AMARAL**  
**MIRO PMDB MARIO**

Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Ainda sobre a questão de mudança do partido, a reportagem do periódico *O Fluminense* (1982) esclarece que o Deputado Estadual Francisco Amaral (PMDB) negou, através de nota oficial distribuída à imprensa, seu ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT) após a concretização da incorporação do PP ao PMDB. Observou que: “Embora tenha o melhor relacionamento com o PT e, principalmente, com o seu presidente nesse Estado, Deputado José Eudes, de quem me considero amigo, nunca cogitei de abandonar o PMDB”.

Alves (2003, p. 107-108) destaca que nas eleições de 1982 com a questão do voto vinculado<sup>29</sup>, os eleitores da Baixada Fluminense elegeram vereadores e prefeitos do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esse fato foi denominado como “fenômeno Brizola”, segundo sua análise Brizola representava a recuperação de um passado de esperanças e expectativas em torno de mudanças e reformas sociais (ALVES, 2003, p.109).

Com o fenômeno brizolista nas eleições de novembro de 1982, Francisco Amaral não foi exitoso em sua candidatura a deputado federal, obtendo 25.200 votos. A esse respeito, relembrou: “Senti um mês antes, que estava derrotado. Mas nem por isso deixei de me esforçar em toda a campanha, na tentativa de reverter o quadro” (AMARAL, 2001, p. 260). Com isso, retornou às atividades como advogado, tendo nesse período exercido o cargo de secretário-geral do partido no Rio de Janeiro e o de presidente no Diretório Municipal do PMDB, em Nova Iguaçu. Em 1983 recebeu o convite para assumir o cargo de Procurador Geral no município de Paracambi no Governo de Délio Leal.

A reportagem do jornal *O Globo*, de 15 de agosto de 1986, relata que durante um almoço com o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o Presidente Sarney comunica que o Senador Néelson Carneiro havia aceitado o acordo com o candidato Moreira Franco. A mesma reportagem menciona que Francisco Amaral era o nome de preferência pessoal de Néelson. Ainda sobre a escolha de Moreira, o mesmo periódico em 07 de fevereiro de 1987 noticia que, com essa postura, ele conseguiu agradar os aliados do Senador Nelson Carneiro, atendeu à esquerda Independente do PMDB, desvincilhou-se do Partido da Frente Liberal (PFL) que almejava o cargo de vice e ganhou representatividade na Baixada Fluminense, onde o governador Leonel Brizola tinha grande influência. E segue relatando o perfil do Vice-Governador:

---

<sup>29</sup> A primeira eleição pluripartidária, realizada em 1982, não permitiu as coligações partidárias, havendo a obrigatoriedade do voto vinculado, ou seja, a escolha deveria ser pelo partido, votando nos cargos de Vereador, Prefeito, Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal e senador.

Voz baixa, gestos tímidos, Chico construiu ao longo de sua carreira política a imagem de homem sério, preocupado com os movimentos populares e sem vínculos com sistema de poder da região. Essa sua postura coerente em favor dos movimentos populares lhe valeu perseguições e ameaças durante o regime militar. Tais agruras não quebraram sua obstinação em lutar pela mudança na região: aliou-se ao Bispo Dom Adriano Hipólito, com quem passou a desenvolver um trabalho comunitário na região (O GLOBO, 1987).

A esse respeito Noronha relata:

Quando Moreira Franco que vinha do PDS na linha do Figueiredo, resolve reingressar no PMDB e se associa aos Autênticos, pasmem todos. Isso porque ele era genro do Amaral Peixoto [casado com Alzira Vargas], era casado com a Celina e não tinha outra alternativa para subir na vida, senão a de filiar-se ao grupo dos Autênticos. Aí, quando o Moreira se candidata a Governador do Rio de Janeiro pelo PMDB, ele convida o Chico Amaral para ser Vice-Governador, o que sinalizaria a sua incorporação no PMDB Autênticos” (NORONHA, 2021).

Sobre a possibilidade de aceitar a função de vice-governador, Francisco Amaral declarou: “Farei aquilo que os meus companheiros decidiram. Se escolheram o meu nome, aceito com muita honra o convite” (AMARAL *apud* O GLOBO, 1986).

A derrota de Darcy Ribeiro ao governo do estado, em 1986, expressará, portanto, não só os efeitos do plano cruzado ou da estratégia de campanha de Amaral para seu vice. Nela estão presentes as desilusões das promessas não cumpridas, as contradições frente às reivindicações populares e o descrédito provocado pela corrupção dos prefeitos pedetistas (ALVES, 2003, p. 110).

Figura 56 – Reunião entre Senador Nelson Carneiro e o Vice-Governador Francisco Amaral



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

Após confirmado o resultado das eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro, o Senador Nelson Carneiro (figura 56) enviou um telegrama cumprimentando Francisco Amaral com os seguintes dizeres:

Venho testemunhar o ilustre correligionário, prezado amigo a minha permanente gratidão pela ação decisiva desse valoroso diretório sob sua esclarecida presidência e para a expressiva contribuição desse próspero município, afim que me fosse dado continuar representando o nobre povo fluminense no senado federal e atento como sempre aos interesses do nosso estado. Aguardo suas estimadas ordens. Afetuosos cumprimentos. Nelson Carneiro (CARNEIRO, 1986).

A reportagem do jornal *O Globo*, de 26 de outubro de 1987, intitulada “Francisco Amaral leva pela primeira vez Baixada Fluminense ao Governo do Estado” menciona a viagem de Moreira Franco para um seminário sobre Economia Internacional em Paris, ocasião em que Amaral assume pela primeira vez o governo do estado. Segundo a reportagem, ele foi responsável pela boa performance eleitoral de Moreira na Baixada. Ressaltou, ainda, seu hábito em levantar-se diariamente às seis horas da manhã para tomar café com a mãe, Dona Neném<sup>30</sup> e encerrou com uma declaração: “Assumo o Governo com a humildade da Baixada Fluminense”. Seu amigo Humberto Santos, em depoimento, declarou que Chico Amaral empregou seriedade à chapa, um fator decisivo na vitória.

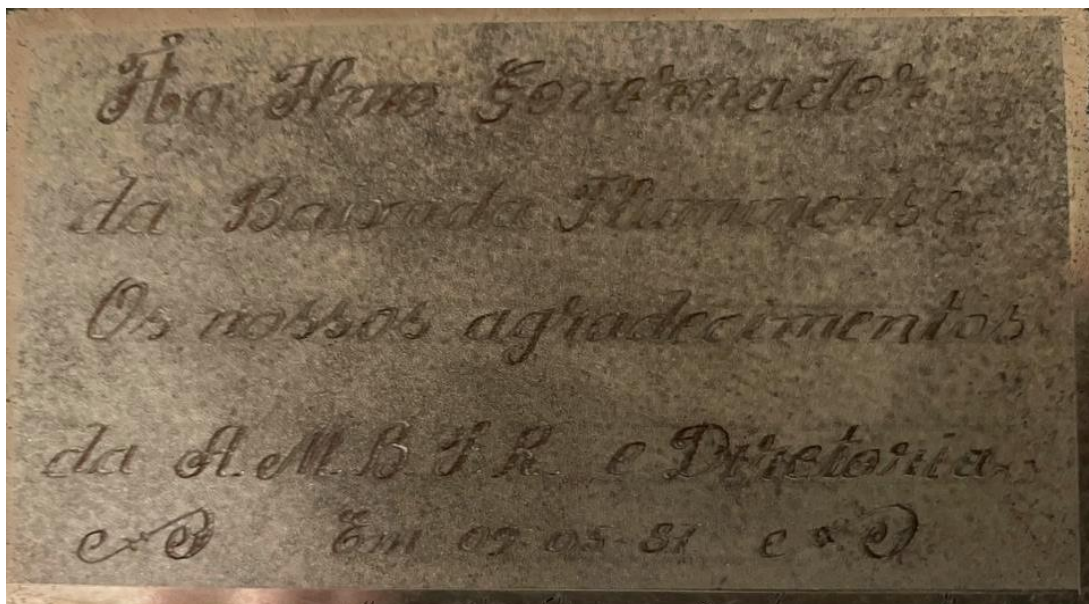
O caminho percorrido por Francisco Amaral nos movimentos comunitários permitiu que este continuasse o seu comprometimento com os interesses das camadas populares, incluindo em sua agenda as reivindicações da população, tendo um reconhecimento de seu trabalho, como podemos observar na sua relação com as Associações de Moradores (ver figura).

---

<sup>30</sup> Maria de Lourdes Martins Amaral, também tinha o hábito de ler. Apesar de ter 10 filhos, sempre encontrava tempo para a leitura. Com ela adquiri esse hábito. Era muito amorosa, sem deixar de ser enérgica quando necessário” (AMARAL, 2011, p. 226). Ministrava aulas de corte e costura em casa.



Figura 57: Placa em homenagem a Francisco Amaral da Associação de Moradores do Bairro Jardim Redentor (Belford Roxo) em 09 de maio de 1987



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

### 3.2 Período de Intervenção: o encontro do Poder Público com os Movimentos Sociais em Nova Iguaçu (1988)

Segundo Alves (2003), nos anos 1980 consolidou-se o Movimento de Amigos do Bairro (MAB) em Nova Iguaçu, chegando em meados dessa década a reunir 170 associações de moradores. O autor afirma que o crescente desenvolvimento desse movimento social e a permanência de antigas práticas eleitoreiras do brizolismo na região, além de casos de corrupção envolvendo o partido nas prefeituras contribuíram para o resultado das eleições para governador do estado em 1986. Assim sendo, exemplifica as administrações de Juberlan em Duque de Caxias, José Cláudio em São João de Meriti e a nomeação do vice-governador Francisco Amaral em Nova Iguaçu.

Se, no início dos anos 1980, houve um momento de refluxo dos movimentos sociais, o final da década assistiria à sua afirmação enquanto modalidade legítima de articulação, expansão e defesa de interesses. A mobilização em torno da Constituinte veio demonstrar a capacidade de organização da sociedade, traduzida em determinadas conquistas fundamentais, tais como a garantia de direitos individuais e coletivos na abertura da Carta Magna, além da rejeição de toda forma de discriminação de minorias (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 97).

Foi nesse contexto que o vice-governador Francisco Amaral foi nomeado interventor no município de Nova Iguaçu, através do Decreto N.º 11.643, de 29 de julho, assinado pelo Governador Moreira Franco e secretários de Estado, numa solenidade rápida na qual foi lido o termo de posse (figura 58). Os motivos dessa decisão foram: ausência de prestação de contas, corrupção administrativa, abusos e irregularidades na administração municipal do Prefeito Paulo Leone. Assim, o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gilberto Rodrigues (PMDB) assumiu as funções de Vice-governador. O fato foi noticiado na rede estadual de rádio e televisão. Na ocasião, Amaral proferiu as seguintes palavras:

Esta missão que me foi confiada pressupõe ordenar toda máquina administrativa do município e acabar com os problemas hoje existentes. Quero mudar a face de Nova Iguaçu tratando do saneamento urbano e administrativo com uma equipe de confiança, composta de pessoas íntegras e dispostas a trabalhar pela moralidade da coisa pública (AMARAL, s/ data)<sup>31</sup>.

Figura 58 – Francisco Amaral e o Secretário de Justiça Técio Lins e Silva, leitura do termo da posse.



Fonte: Recorte de jornal sem data, do acervo de Francisco Amaral (1988)

Anteriormente à Intervenção, o MAB já havia se mobilizado para denunciar questões relacionadas à administração de Paulo Leone (PDT) através de cartas à população e atos públicos desde o ano de 1986. O prefeito pedetista, por sua vez, chegou a defender-se através de nota na imprensa e alegou que estava sendo vítima de uma “campanha de desestabilização

<sup>31</sup> Recorte de jornal encontrado no acervo pessoal de Francisco Amaral, fonte: reportagem intitulada “Francisco Amaral assume prefeitura caótica”, sem data.

promovida pelos Comandos do Palácio”. (Jornal O Fluminense, “Leone denuncia trama para tirá-lo do cargo”, 24/04/1986)

De acordo com os folhetos e cartazes produzidos pelo MAB (figuras 59 e 60), a administração municipal teria voltado a cobrar taxas para protocolos de reivindicações na prefeitura. Além de diversas denúncias nas diferentes áreas: educação, saúde, saneamento básico, transportes e impostos. Essas denúncias aconteceram desde abril de 1986, como pudemos observar nos seguintes materiais.



Figura 59 – Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1986 (frente do folheto)



Fonte: Acervo pessoal de Percival Tavares Silva

Figura 60 – Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1986 (verso do folheto)

**IMPOSTOS: CHEGA DE EXTORSÃO**

Constituíam um verdadeiro crime contra a consciência popular, os aumentos em cerca de 500% dos impostos Predial e Territorial Urbano. A população do Município, além de ser obrigada a viver em favelas que não dispõem da mínima infraestrutura, é forçada a pagar, cada vez mais, por esse abandono.

Atém disto, os inúmeros denúncias de fraudes e irregularidades na arrecadação municipal. Em 12/maio/84, encaminhamos ao Sr. Prefeito uma denúncia, fortemente documentada, sobre a cobrança de impostos, no valor de, em, 800 mil cruzeiros (valor de 84 em milhões) com impostos quíntos. Até hoje nada foi apurado.

Consideramos que essa realidade brutal tem que ser transformada já. Não dá mais para conviver com o caos, a corrupção, os desmandos e a total abandono.

A população de Nova Iguaçu já exigiu muito demais. Agora exigimos soluções.

Não queremos a substituição de nomes, siglas e fim de métodos antigos de administração que vêm empobrecendo e levando à fadiga nosso Município e submetendo sua população a uma condição subumana de vida. Para isso, a resistência e defesa de um Programa de Emergência para enfrentar a gravidade dos problemas que afetam Nova Iguaçu, definido e elaborado com ampla participação de todos os segmentos da comunidade iguaçuana.

**O POVO EXIGE RESPEITO**

**APURAÇÃO RIGOROSA DE TODAS AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO**

**CHEGA DE IMPUNIDADE**

**EXIGIMOS SOLUÇÃO JÁ!**

NOVA IGUAÇU – 24/04/86

**MAB**  
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DE NOVA IGUAÇU.

**FAMERJ**  
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Fonte: Acervo pessoal de Percival Tavares Silva



Figura 61 – Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1987.



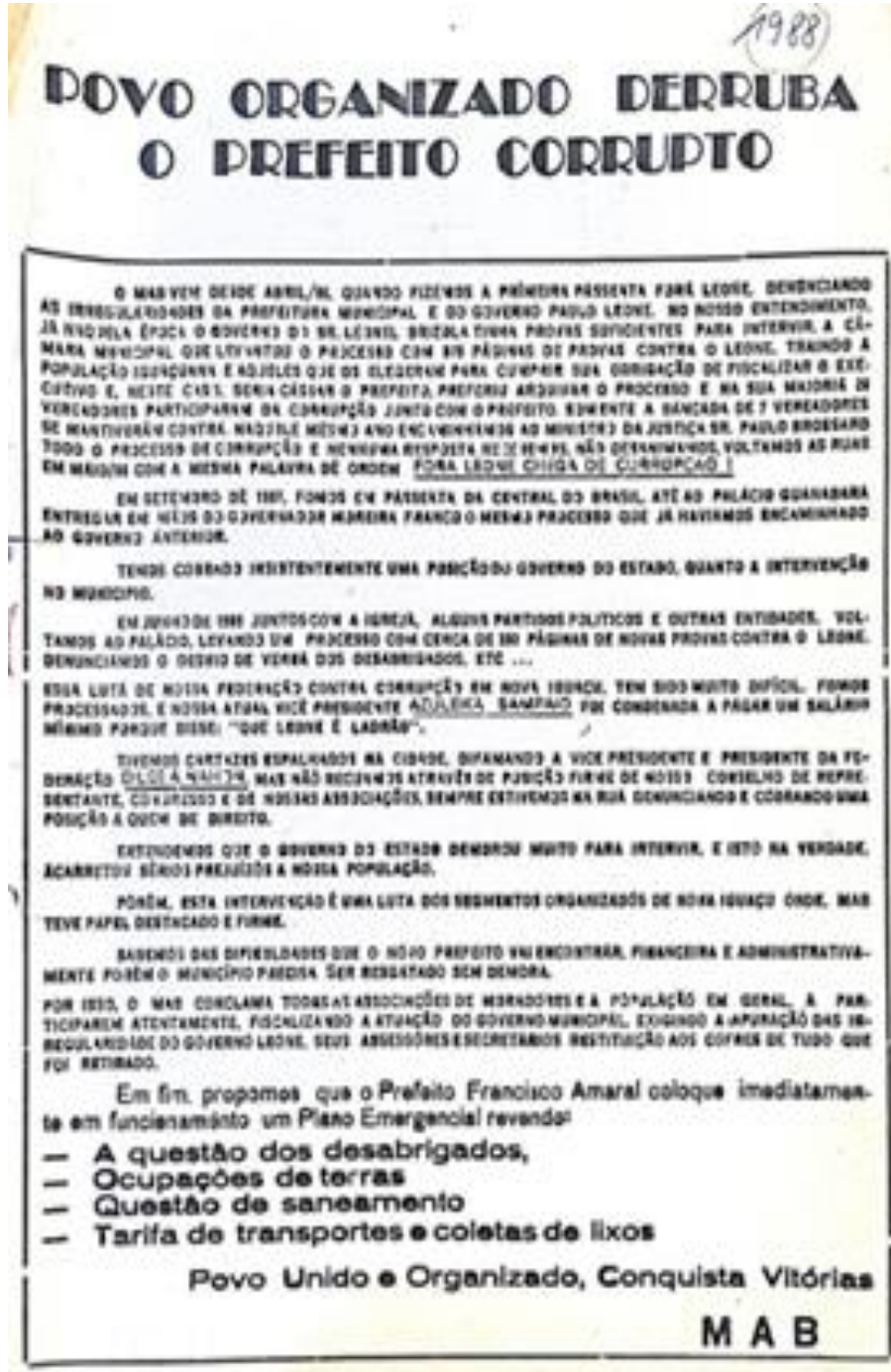
Fonte: Acervo pessoal de Percival Tavares Silva

Silva (1993, p.213) destacou que em 18 de setembro de 1987 o MAB organizou uma passeata ao Palácio da Guanabara para entregar um documento com 304 páginas contendo as denúncias contra a administração de Paulo Leone. Tratou-se de uma organização popular com a presença de vários setores da sociedade exigindo a intervenção do governo estadual, como pudemos observar na figura 61.

O autor (1993, p. 212) menciona ainda que, nesse período de denúncias, a Presidenta do MAB, Azuleicka Sampaio Rodrigues (figura 62), foi processada pelo prefeito Paulo Leone por

crime de calúnia e difamação. Foram seus advogados de defesa Francisco Amaral e Delário Ribeiro.

Figura 62– Denúncias do MAB relacionadas à administração municipal no ano de 1988.



Fonte: Acervo pessoal de Percival Tavares Silva

O *Jornal do Brasil*, de 14 de outubro de 1987, publicou a reportagem “Moradores de Nova Iguaçu vão às ruas para afastar o prefeito”, onde menciona ser a terceira manifestação popular para pedir a intervenção na Prefeitura e eleições diretas para a escolha do novo prefeito. De acordo com o texto, o manifesto denominado “Dia da Dignidade”, com concentração

popular na Praça da Liberdade, iniciado às 13 horas teve a participação de aproximadamente 700 pessoas que, chegaram 30 ônibus com representantes das 12 regionais da Federação de Associações de Bairros de Nova Iguaçu (MAB). Já o vereador do PDT Candido Augusto declara: “Só na Câmara Municipal ele responde atualmente a duas CPIs. A primeira sobre investimentos em obras fantasmas realizadas pela Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Codeni). A outra Comissão Parlamentar de Inquérito é sobre o desaparecimento do Livro 4, o livro que regulamenta assuntos referentes aos transportes municipais. Dos 33 vereadores, 26 apoiam o Paulo Leone”. Vejamos a seguir uma foto da população organizada (figura 63).

Figura 63 – O comércio fechou e cerca de 700 pessoas se reuniram na Praça da Liberdade pedindo a saída do prefeito Paulo Leone



Fonte: Arquivo da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu

A reportagem do dia seguinte no Jornal *O Globo*, de 15 de outubro de 1987, relata que o expediente foi encerrado às 15 horas e alguns funcionários da prefeitura tiveram que segurar tabuletas com frases de apoio ao prefeito (figura 63), que assumiu em janeiro de 1983 pelo PDT, passando para o PFL seis meses depois, e já no final de 1985, sofreu denúncias das entidades representativas da comunidade local: “malversação de verbas públicas, abuso de poder, corrupção, incompetência e nepotismo”.



Figura 64 – Funcionários da prefeitura liberados do expediente para segurar cartazes em apoio ao Prefeito Paulo Leone



Fonte: Arquivo da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu

Figura 65 – O prefeito Paulo Leone passando por cordão de isolamento na saída da Prefeitura de Nova Iguaçu



Fonte: Arquivo da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu

Sobre esse período conturbado da história de Nova Iguaçu, como pudemos observar na população agrupada (figura 64), Silva (1993, p. 214) ressalta que com a nomeação de Amaral como interventor, iniciou-se uma nova relação do MAB com o poder Executivo Municipal, pois a direção do MAB teria um prefeito “confiável e afinado com suas lutas”. Foi nessa ocasião que após quatro anos de intervalo, voltaram a ocorrer as audiências públicas entre Prefeito e

Associação de Moradores. Segundo o material confeccionado pelo MAB (figura 62), a intervenção foi fruto de uma luta dos segmentos organizados de Nova Iguaçu, onde o MAB teve um papel central. O documento exigiu a apuração das irregularidades do governo Leone e propôs que o novo prefeito tratasse emergencialmente das questões relacionadas aos desabrigados das chuvas, às ocupações de terras, do saneamento básico e das tarifas de transportes e coletas de lixo.

Em entrevista, Amaral declarou que pessoas de diferentes partidos políticos iriam compor o secretariado municipal, exceto vereadores. E uma das primeiras medidas seria descentralizar a administração, com mini secretarias acopladas a coordenadorias nos distritos mais populosos como Belford Roxo, Queimados e Centro. Desse modo, seu desafio foi administrar uma cidade com 1,6 milhão de habitantes, cujo seu antecessor havia deixado uma folha de pagamento que absorvia 90% do orçamento. E declarou: “Um dos objetivos é estabelecer uma nova filosofia administrativa, que acabe de vez com o clientelismo e faça prevalecer o interesse público sobre o individual” (AMARAL *apud* O GLOBO, 1988).

Passado um mês do novo governo, constatou-se que 90% dos servidores recebiam um salário mínimo, 734 funcionários foram demitidos, 500 contra cheques foram retidos por falta de frequência dos servidores ao trabalho e a prefeitura realizou convênios: com a Fundação Escola de Serviço Público (FESP) para a elaboração do Plano de Cargos e Salários e um recenseamento dos servidores; com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para modernizar o sistema financeiro e administrativo; com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para transferência de tecnologia de construção de casas populares (JORNAL DO BRASIL, 1988).

A composição do secretariado ficou da seguinte forma: Humberto dos Santos (Secretário Municipal de Governo), Álvaro Antônio de Oliveira Afrânio Peixoto (Planejamento e Coordenação Geral), Paulo de Almeida Amaral<sup>32</sup> (Administração), Camilo Rodrigues Braz (Fazenda), Joaquim Martins Moura Sá (Obras e Urbanismo), Jaromir Cedric Cardoso Netto (Serviços Públicos), Lúcia Regina Florentino Souto (Saúde e Bem-Estar Social), Joan Vollá (Habitação), Rosa Maria Torte da Cunha (Educação e Cultura) e Roberto da Silva Guimarães (Procurador Geral do Município).

Na área da educação, encontramos denúncias sobre o filho do prefeito, Paulinho Leone, que foi acusado de receber 10% de comissão na instalação de radiotransmissores em escolas públicas. Paulinho Leone declarou também que estavam sendo preparadas propagandas que

---

<sup>32</sup> Advogado e membro da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu.



iriam ao ar no programa “Cassino do Chacrinha” para provar a utilidade deles, pois as escolas eram distantes de hospitais e delegacias (JORNAL DO BRASIL, 1988).

Durante o governo de Paulo Leone, a partir de atos oficiais e reportagens sobre educação, identificamos uma rotatividade de secretários da educação, que somaram o número de sete. São eles respectivamente: Anna Maria Ramalho, Marly Tupacinunga de Matos, Rosa Maria Torte da Cunha, Nanci Ramalho, Líbero Grande, Marli Martins e Joaquim de Freitas (ex-prefeito de Nova Iguaçu e ex-Deputado Estadual). Três deles foram homenageados, receberam nomes de escolas na rede municipal. São eles respectivamente: Anna Maria Ramalho, Marly Tupacinunga de Matos e Joaquim de Freitas.

A partir da entrevista com a ex-secretária Rosa Maria Torte da Cunha<sup>33</sup>, identificamos que ela já havia sido indicada pelo PMDB ao cargo de secretária de educação no governo Paulo Leone. Nesse período, foi realizado um concurso para o magistério municipal. Posteriormente, Rosa Maria Torte retornou ao cargo secretária municipal de educação no período de agosto a dezembro de 1988, sendo sucedida pelo ex-prefeito de Duque de Caxias eleito em 1985, Juberlan de Oliveira (PDT) no governo de Aluízio Gama (PDT).

No ano de 1986, a reportagem intitulada “Nova Iguaçu chamará professores aprovados” relata que a secretária Rosa Maria Torte havia confirmado que os 300 professores seriam chamados de acordo com as condições financeiras do município, que tinha cerca de 65 mil alunos. Assim, de acordo com o periódico, a insuficiência de pessoal nas 112 escolas estaria praticamente resolvida (O FLUMINENSE, 1986)

Sposito (1993), ao fazer uma análise do campo educacional no Brasil, sublinha que a “Nova República” não expressou mudanças significativas nas políticas federais para a educação pública. Assim, as diretrizes do Ministério da Educação limitaram-se a legitimação de medidas de impacto, descontínuas e sem resultados, citando como exemplo o programa “Educação para Todos” e o Dia Nacional de Debate sobre a Educação, em 1985:

A omissão do Poder Federal na ampliação e manutenção dos sistemas públicos de ensino em seus níveis iniciais, observada nesse período, acentuou a responsabilidade dos estados e municípios que assumiram essas tarefas também de forma insatisfatória, tanto do ponto de vista da expansão da rede de ensino como da qualidade dos serviços oferecidos à maioria da população (SPOSITO, 1993, p. 56).

---

<sup>33</sup> Professora universitária assistente e Diretora Administrativa (1976 - 2002) na UNIG (Universidade Iguaçu). Secretária Municipal de Educação e Cultura no governo Paulo Leone (1985 - 1986) e governo de intervenção de Francisco Amaral (1988). Serviços técnicos especializados, Conselho Estadual de Educação pela Secretaria de Estado de Educação (1989-1993). Ganhou Moção pelos Serviços Prestados à Educação da Baixada Fluminense, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ (1989) e no Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ (2005). Serviços técnicos especializados (2003 até os dias atuais) na Fundação Cesgranrio. Mestre em Educação pela Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Brasil (2000). Fonte: <http://lattes.cnpq.br/6203223775263990>

Uma das hipóteses levantadas é que na tentativa de minimizar a questão da falta de vagas nas escolas públicas de Nova Iguaçu, a gestão municipal no período do prefeito Paulo Leone utilizou o sistema de Bolsas de Estudo, através do Decreto N.º 3.080, de 24 de janeiro de 1986, publicado em Diário Oficial, que estabeleceu valores de Bolsas de Estudo.

Art. 1º- Os valores das bolsas de estudo, de responsabilidade da Prefeitura, para o ano letivo de 1986, são os seguintes:

Da 1ª a 4ª série – Cr\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil cruzeiros).

Da 5ª a 8ª série – Cr\$ 360 (trezentos e sessenta mil cruzeiros).

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta da atividade 0802.08472352.07, do elemento da despesa 3231.00, do orçamento de 1986.

Art. 3º- A distribuição das bolsas de estudo, a que se refere, será de exclusiva competência da Secretaria Municipal de Governo.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (NOVA IGUAÇU, 1986)<sup>34</sup>.

Silva (2010), em sua tese de Doutorado, buscou compreender a política de concessão de bolsas de estudo para o Ensino Fundamental em Nova Iguaçu, no período de 1997 a 2008, como a “pequena política “(clientelismo) e troca de favores na educação, além de oportunizar o repasse de recursos públicos para instituições privadas de ensino. Ressalta ainda que a bolsa de estudo para o Ensino Fundamental está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 em caráter excepcional, a fim de garantir o acesso a esse nível de ensino.

No que se refere ao período educacional na década de 1980, Torte declarou que, durante as reuniões de âmbito estadual, ela sempre era ouvida, uma vez que Nova Iguaçu era o sétimo maior município brasileiro e o segundo colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro. Elencou as seguintes dificuldades: grande dimensão territorial do município, intervenção política, escolas e vagas insuficientes para os alunos. E no que tangia às reivindicações da população, as temáticas que mais se destacaram eram: ampliações, construções, funcionários, instalações, manutenção e segurança.

Tais reivindicações podem ser observadas na reportagem sob o título: “Ensino está em estado precário em Nova Iguaçu”. A matéria aponta o abandono a prédios escolares elencando problemas com mobiliário escolar danificado, banheiros e cozinhas interditados por falta de manutenção, além de carência de material e falta de professores. E finaliza afirmando que “Algumas lideranças comunitárias estão se organizando para marcar uma reunião e mostrar a

---

<sup>34</sup> Dentro do período que nos propomos a pesquisar, de 1975 a 1988, encontramos registro desde o ano de 1977, a partir do Decreto N.º 1.711, de 01 de março de 1977, referente a fixação dos valores de bolsas de estudo.

Francisco Amaral a verdadeira situação da rede pública municipal de Nova Iguaçu” (JORNAL DOS SPORTS, 1988).

E para lidar com essas demandas educacionais, a secretária de educação utilizava o contato direto com as pessoas que a procuravam, destacou o período de pré-matricula como um momento agitado. Andava com encaminhamentos para vagas, já que as pessoas faziam questão de um comprovante para apresentar na escola. Relatou inclusive que durante o período de intervenção, os secretários de governo eram integrados, apoiavam-se e buscavam tomar decisões em conjunto, não havendo decisões partidárias. Todos moravam na cidade, estavam acessíveis e o povo sabia onde moravam, diferentemente da atualidade.

Uma das ações do governo no segundo semestre de 1988, foi a regularização de escolas desapropriadas na gestão de Leone: Stella de Queiroz<sup>35</sup> (bairro de Cabuçu), antiga Luís Paiva e atual Kerma Moreira Franco<sup>36</sup> (bairro de Austin), Jorge Lima (bairro de Belford Roxo) e uma quarta da qual a secretária não se recorda. Tal procedimento foi uma realização conjunta entre prefeitura de Nova Iguaçu e o IBAM. Tratava-se de escolas particulares, mas que permaneciam com os grupos de professores. Nesse sentido, a alternativa encontrada foi a realização de contratos para que os docentes pudessem concluir o ano letivo com os alunos.

A Prefeitura possuía algumas turmas de pré-escola que haviam sido implantadas na gestão de Ruy de Queiroz. Segundo reportagem do periódico *Luta Democrática* de 19 de abril de 1983, o município contava com 34 turmas nesse ano.

A professora Rosa Maria Torte disponibilizou o texto do Decreto N.º 3.645, de 30 de setembro de 1988, assinado pelo Interventor, que lhe delegou atribuições no âmbito da Secretaria de Educação para a realização de contratos administrativos vinculados à execução do Programa Municipal de Educação Pré-Escolar-88, em convênio com o MEC.

No mesmo ano, através do Decreto N.º 3.539, de 04 de maio de 1988, identificamos que o prefeito anterior já havia autorizado o secretário de educação a assinar e ordenar despesas de convênio com o MEC, referente à Educação Pré-Escolar no exercício de 1988 (NOVA IGUAÇU, 1988).

---

<sup>35</sup> A escola foi nomeada em homenagem à mãe de Ruy de Queiroz, retratada pelo prefeito como: “educadora e política, com participação ativa na história da Baixada Fluminense, foi vereadora, única mulher na América Latina a comandar um Tiro de Guerra EIM 400 (formou 900 soldados), fundadora da Cruz Vermelha e dos Hospitais de Nilópolis e Nova Iguaçu” (QUEIROZ *apud* BATISTA, 2014, 64).

<sup>36</sup> A escola foi criada através do Decreto N.º 3.412, de 11 de setembro de 1977, publicada em Diário Oficial, de 23 de outubro de 1987. O novo nome foi em homenagem à mãe do então Governador do estado do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco.

Na tentativa do novo governo de enxugar as pastas, a secretaria de educação e cultura passou a responder também pela Secretaria Municipal de Turismo e Esporte. No que se refere à parte da Cultura, recordou que foi criada uma comissão para fazer um inventário do acervo da casa que pertenceu a Getúlio Moura<sup>37</sup> no bairro Cobrex. O objetivo desta ação era transformá-la em uma Casa de Cultura, porém o governo seguinte a transformou na Secretaria Municipal de Assentamentos Urbanos, o que ocasionou um desgaste patrimonial.

A entrevista com a ex-secretária Rosa Maria Tostes foi possível primeiramente a partir da sua identificação na fotografia (figura 65), posteriormente a procuramos nas redes sociais e encontramos amigas professoras em comum, que haviam sido suas alunas e fizeram o primeiro contato. Outro caminho, foi a busca na Hemeroteca Digital, na qual encontramos a reportagem: “Amaral abre a Semana da Pátria em Nova Iguaçu”, datada do dia 03 de julho de 1988 (O FLUMINENSE, 1988). Tal evento foi organizado por ela e ocorreu na Prefeitura com o hasteamento da bandeira e execução do hino nacional, contou com a presença de estudantes da rede municipal de ensino, vereadores, professores, autoridades civis e militares. A parada cívica estava prevista em vários bairros: Queimados, Posse, Belford Roxo, Miguel Couto, Heliópolis, Lote XV, Engenheiro Pedreira e Jardim Tropical.

Perguntamos à ex-secretária qual era o posicionamento de Francisco Amaral no que se referia a essas comemorações da pátria, uma vez que localizamos a seguinte passagem sobre essa temática:

No terceiro ano, por exemplo, me rebelei e me recusei a participar da parada. Cheguei a unir a turma, mas no final ficamos só uns poucos. Sempre achei que botar crianças na rua, desfilando sob o sol ardente, é uma judiação. Mais tarde, quando fui interventor em Nova Iguaçu, no 7 de setembro, chamei a Secretária de Educação e determinei: Vamos mudar esse sistema de comemorar a Independência. Nada de desfile escolar. Vamos fazer comemorações internas, chamar os pais de alunos, programar atividades, explicar o sentido das coisas. Não quero esse negócio de criança ficar duas, três horas desfilando no sol. Mas houve uma rebelião: os pais queriam a parada, e tive que voltar atrás (AMARAL, 2001, p. 231).

Obtivemos como resposta que, de fato, as famílias iniciaram uma pressão nas escolas, questionando quando seria a parada, queriam comprar os elementos necessários para o desfile. Além dos questionamentos dos próprios diretores. Segundo a secretária, essa festividade era

---

<sup>37</sup> Getúlio de Moura foi um político nascido em Itaguaí (RJ), foi presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu de 1936 a 1937 e prefeito desse município em 1945. Na legenda do PSD, foi deputado federal de 1946 a 1959. Em 1958 foi derrotado por Roberto Silveira nas eleições para o governo do estado do Rio. Em seguida, foi embaixador em Honduras, presidente da Rede Ferroviária Federal e secretário de Obras Públicas do governo Celso Peçanha, de 1961 a 1962. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados de 1963 a 1969 e em 1965 se filiou ao MDB (Vozes da Oposição, FGV, 2001, p. 230).

uma tradição, assim como o carnaval e festa junina, era uma questão cultural na cidade. E após essas justificativas, ele voltou atrás, mas participou apenas do desfile no bairro do Centro.

Figura 66 – Primeira campanha presidencial com eleições diretas em 1989, na sede do PMDB em Nova Iguaçu.



Legenda: Na primeira foto temos Rosa Maria Tostes (Secretária de Educação), Sérgio Gama, Lubanco, candidato a vice Waldir Pires e Francisco Amaral com o microfone.

Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

### 3.3 A conquista do direito às creches em Nova Iguaçu: a história das primeiras creches públicas do município

A soma da energia  
catando, juntando, unindo,  
resultou na certeza  
de que seria possível  
a construção da nossa escola.  
Quando as pedras catadas  
se encontravam com o cimento  
e a areia, pelo braço do pedreiro,  
no vira-vira da pá

*Terezinha Lopes*

A professora Terezinha Lopes<sup>38</sup>, ex-diretora do MAB, mobilizou a comunidade de Jardim Glúcia para construir uma escola no final de 1959, pois neste bairro de Nova Iguaçu,

<sup>38</sup> Professora da rede municipal em Nova Iguaçu e Cursilhista membro da Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu. Construiu, juntamente com a comunidade, a Escola Jardim Glúcia. Anteriormente, ministrava aulas

que hoje pertence a Belford Roxo, não havia nenhuma escola. Desse modo, as crianças da comunidade começaram a juntar pedras para a construção, enquanto os adultos doaram material e força de trabalho, além de contribuírem na obtenção de finanças através de rifas. Apesar do vendaval derrubar as paredes, os moradores não desistiram e reiniciaram a obra, inaugurando a escola em março de 1960, para ampliá-la posteriormente (Bernardes, 1983, p. 206-208). A concepção dessa experiência pioneira de luta coletiva comunitária em prol da educação das crianças de classes populares muito se assemelha ao movimento de luta por creche no município de Nova Iguaçu, uma vez que as creches comunitárias surgiram a partir da organização de mulheres trabalhadoras.

O estudo sobre o atendimento às crianças pequenas em Nova Iguaçu é um tema pouco abordado, sobretudo no que diz respeito ao período compreendido entre 1975 e 1988. A educação das crianças é uma atividade historicamente vinculada à produção humana, tendo as mulheres como as principais trabalhadoras.

Este capítulo busca responder as seguintes questões: Como explicar, na gestão de Francisco Amaral, a concepção para implantação de creches públicas em Nova Iguaçu? Havia relação com o movimento de luta pelas creches? Nesse sentido, pretendemos inventariar a construção das primeiras creches públicas municipais, tendo em vista o diálogo entre movimentos sociais e poder público municipal durante o governo de interventoria de Francisco Amaral em 1988.

Kuhlmann Jr. (2015) ao refletir sobre a história da infância e da sua educação, esclarece a importância de estabelecer relações entre o fenômeno histórico da escolarização das crianças pequenas com a estrutura social. Pois, assim como a Sociologia da Educação não poderia ser analisada descolada de uma Sociologia mais ampla. E afirma que:

A história da Educação Infantil também sugere esse tipo de consideração. As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc., e, é claro, com a história das demais instituições educacionais (KUHLMANN Jr., 2015, p. 16).

---

em sua casa como professora leiga do movimento popular de alfabetização. Sua residência funcionava como um espaço de passagem para a militância no período da ditadura. A partir da demanda por escola pública na região, tornou-se diretora, sendo afastada um período da direção pelas “pregações e doutrinações subversivas”. Segundo o SNI (Informação nº 239/119/ARJ/1979), o espaço era utilizado para reuniões e conferências “doutrinárias do MAB”, onde eram discutidos temas políticos de “caráter esquerdista”. Este relatório a descrevia como grande ativista devido a sua capacidade de expressão e comunicação, além de mencionar sua participação na 1ª Convenção Feminina do Distrito Federal realizada no Rio de Janeiro (08 a 10/03/1949). Sobre o afastamento da direção, o jornal *Correio da Lavoura*, 13-14 de março de 1976, trouxe a seguinte informação: “Terezinha exerceu a direção da escola desde sua fundação, há mais de uma década, com um elogiável trabalho na instituição e intimamente ligado à comunidade da região, foi dispensada por solicitação da ARENA de Belford Roxo. Em 1979, trabalhou como secretária na Assembleia Legislativa, no gabinete do Deputado Francisco Amaral. Foi Diretora do MAB em 1981. Faleceu no ano de 2007.

Ao longo da história da Educação Infantil no Brasil, percebemos que esta etapa sempre esteve à margem das políticas sociais e educacionais, sendo o trabalho com crianças pequenas considerado socialmente com menos valor na esfera pública. É imprescindível dar visibilidade à primeira infância e à Educação Infantil (creche e pré-escola) em nossos discursos, em nossas práticas e em nossas produções acadêmicas.

Na década de 1980, o IBGE registrou o total da população residente em Nova Iguaçu em 1.094.789 habitantes. Já, em 1986, segundo o Centro de Estudos Sociais e Informação Popular (CESIP), o município de Nova Iguaçu tinha população de 1.563.000 habitantes, a mortalidade infantil era de 61 por mil, havia 100.000 crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 120 escolas municipais e 98 escolas estaduais. Diante desse quadro, o município possuía apenas duas creches municipais mantidas indiretamente pela prefeitura através do Projeto Casulo. Nessa mesma década, “o atendimento a crianças menores de 6 anos passava a ser orientado sob o triplo enfoque da educação, saúde/nutrição e assistência social” (ARCE, 2010, p. 43).

Em 31 de maio de 1980 foi inaugurada, pela Fundação Iguaçuana de Saúde e Bem-Estar Social (FISABEM) em parceria com a LBA, a Creche Casulo 2, em Austin. A cerimônia teve a participação de 70 pessoas e a instituição atendia crianças na faixa etária entre 06 meses e 06 anos, divididas em três turmas: berçário com 20 bebês até 2 anos sob responsabilidade de 2 monitoras; e duas turmas com 50 crianças cada uma com 3 monitoras, totalizando assim 120 crianças.

Como nos mostra Kramer:

As Unidades Casulo estão implantadas em todo o Território Nacional, atendendo a crianças durante quatro ou oito horas diárias, conforme as condições locais. A instalação de uma Unidade Casulo é feita a partir de solicitação por parte dos Estados, de Prefeituras Municipais, prelaças ou obras sociais particulares. É estabelecido convênio entre a instituição e o Projeto Casulo, e através dele a LBA pode financiar a alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção, e de registros, ficando o pagamento do pessoal por conta da instituição conveniada. A previsão do Projeto para os anos 79/80 era atingir a meta de 250 mil crianças para 7.458 Unidades. Segundo dados de 1978, 150 mil crianças eram atendidas, sendo 65% no interior do país, e 35% nas capitais e periferias urbanas (KRAMER, 1987, p. 76).

No ano de 1983, a prefeitura assumiu a administração da Creche Casulo 2 (figura 67) que passou a ser chamada Creche Municipal de Austin, nome que permaneceu até 2003, quando, sob a administração da Secretaria Municipal de Educação, tornou-se EMEI Olga Celestina Giliberti de Almeida (figura 68), nome dado em homenagem à mãe de Celso Almeida<sup>39</sup>, ex-diretor da FISABEM, e da primeira administradora da instituição, Neide

<sup>39</sup> Vereador no município de Nova Iguaçu por dois mandatos consecutivos (1967-1970 e 1971-1972). Fonte:



Almeida de Moura. Segundo funcionários antigos da instituição, Olga Celestina trabalhava na agência do Correio e sua família tinha vários terrenos no bairro. Encontramos seu nome no livro de doadores de itens para a Creche.

Constatamos que nesta ocasião a Creche Casulo I, era administrada pelo vereador Hélio Corredeira (vereador da ARENA entre 1973-1976) e sua esposa Maria Lúcia Corredeira, situada na Rua Paraguaçu, 70, Centro, que já funcionava, como pudemos constatar a partir do relato de uma das funcionárias de Austin:

Antes de iniciar o trabalho, nós passamos por um treinamento durante um mês na Casulo 1, que funcionava numa casa e atendia aproximadamente 50 crianças. Porque nós éramos donas de casa, não tínhamos formação de professores. Fomos contratadas como Auxiliares de Serviços Gerais, algumas não tinham o 1º grau completo e depois concluíram, fizeram estudo por módulos. E a Diretora de lá era amiga da família que tinha construído a de Austin. Sem esse treinamento, iríamos ficar perdidas pra atender as 120 crianças. Todas nós queríamos um serviço público e garantido. Pelo menos, ali a gente achava que iria trabalhar enquanto vida tivesse (FUNCIONÁRIA DA CASULO II, 2021)

Figura 67 – Prédio da Creche Casulo 2, em 1980



Fonte: Acervo da instituição

Figura 68 – Prédio da atual EMEI Olga Celestina, 2022



Fonte: A autora

A partir do acervo fotográfico da instituição, podemos perceber a realização de eventos relacionados às datas comemorativas, muito comuns ainda hoje nas instituições que atendem à primeira infância, entre eles: carnaval, páscoa, festa junina e natal.

A propósito, Saviani (2013) defende o papel da escola enquanto lugar que assegure os instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), assim como as noções elementares desse saber. Nesse sentido, define currículo como o “conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola” (SAVIANI, 2013, p. 15). Ao priorizarmos o trabalho escolar, contribuímos para que a escola assuma sua função no processo de democratização do saber. E adverte:

Não é demais lembrar que esse fenômeno pode ser facilmente observado no dia a dia das escolas. Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa na segunda quinzena de fevereiro e já em março temos a Semana da Revolução; em seguida, a Semana Santa; depois, a Semana do Índio, Semana das Mães, as Festas Juninas, a Semana do Soldado, Semana do Folclore, Semana da Pátria, Jogos da Primavera, Semana da Criança, Semana da Asa etc., e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo encerra-se e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado (SAVIANI, 2013, p. 15).

Em relação à organização da parte burocrática, encontramos fichas de matrícula da Creche Casulo (figura 69), ficha de acompanhamento da LBA (figura 70), a escala do desenvolvimento infantil utilizada no manual da LBA (figura 71), livro de ponto dos funcionários, livro de movimentação de caixa, livro com registro de doações e manual da LBA.

Figura 69 – Ficha de cadastro da Creche Casulo I em Nova Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
Fundação Municipal de Saúde e Bem Estar Social (FIGABEM)  
CRECHE N.º 1  
Rua Paripoca, 70 — Nova Iguaçu — Estado do Rio

**FICHA DE PLANTÃO SOCIAL**

1- NOME DO CLIENTE: [REDACTED]  
Data de nascimento: [REDACTED] ..... Naturalidade: R.J.  
CERT. N.º [REDACTED] ..... Fil.: [REDACTED] ..... Id: [REDACTED]  
ADMISÃO: 01/07/88 ..... MATRÍCULA: 758 ..... DEMISSÃO: .....

2- RESPONSÁVEIS:

2.1- MÃE: [REDACTED]  
Data de nascimento: ..... Nat.: ..... Est. civil: .....  
Doc. Identidade ..... O. expedidor: ..... N.º: .....  
Profissão: ..... Salário: .....  
Nível de escolaridade: ..... Previdência: .....  
Endereço de residência: .....  
Endereço de trabalho: .....

2.2- PAI: .....  
Data de nascimento: ..... Nat.: ..... Est. civil: .....  
Doc. Identidade: ..... O. Expedidor: ..... N.º: .....  
Profissão: ..... Salário: .....  
Nível de escolaridade: ..... Previdência: .....  
Endereço de residência: .....  
Endereço de trabalho: .....

3- OBSERVAÇÃO:  
[REDACTED]

Fonte: Acervo a EMEI Olga Celestina Giliberti de Almeida

Figura 70 – Ficha de cadastro do manual da LBA

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONSELHO NACIONAL BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO À CRIANÇA  
FICHA DE ACOMPANHAMENTO DA CRIANÇA - FAC

01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42
43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66
67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78
79	80	81	82	83	84
85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96
97	98	99	00	01	02

Fonte: Acervo a EMEI Olga Celestina Giliberti de Almeida



Figura 71 – Escala do desenvolvimento infantil utilizada no manual da LBA

**ESCALA DO DESENVOLVIMENTO**  
*Heloisa Marinho*

0:0 - 0:0 + 29	0:1 - 0:1 + 29	0:2 - 0:2 + 29	0:3 - 0:3 + 29	0:4 - 0:4 + 29	Faixa de Idade
F-1 Sustenta a cabeça por instantes.	F-1 Sustenta a cabeça 15 segundos.	F-1 Sustenta a cabeça 30 segundos.	F-1 Apoiada nos antebraços sustenta cabeça e ombros.	F-1 Apoiada nas mãos sustenta a cabeça e ombros.	
M-2 Fixa a luz por instantes.	M-2 Fixa a luz demoradamente.	M-2 Olha ao redor quando carregado.	M-2 Olha pessoas em movimento a uma distância de 3 e 4 metros.	M-2 Nota um ambiente novo (mínimo 2 reações)	P
M-3 Fecha a mão em reação reflexa sobre um objeto.	M-3 Segue um objeto com os olhos. (Distância 25 cm).	M-3 Segue um objeto com os olhos 3 vezes seguidas. (Distância 25 cm)	M-3 Investigação de objetos. (Visual e tátil).	M-3 Estende as mãos para um objeto.	R
M-4 Tranquiliza-se com um ruído leve.	M-4 Vira a cabeça a procura do som.	M-4 Vira a cabeça a procura do som 3 vezes seguidas.	M-4 Procura virando a cabeça a origem do som e fixa os olhos no objeto sonoro.	M-4 Agarra um objeto ao tocá-lo com a ponta dos dedos.	O
S-5 Abre a boca a procura do alimento retornado.	S-5 Hábitos condicionados à posição alimentar. Mínimo 2 reações.	S-5 Balbúcia.	M-5 Investiga um objeto com o olhar.	M-5 Movimento um objeto e o observa com o olhar.	V
S-6 Tranquiliza-se ao ser mudado de posição.	S-6 Tranquiliza-se ao ouvir a voz humana.	S-6 Responde ao sorriso.	S-6 Estranha a interrupção do contato seco.	S-6 Presta atenção a quem fala e responde balbucando.	A
					S
					/
					R
					E
					S
					P
					O
					S
					A

COLUNAS

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA  
EXEMPLO 1

Fonte: Manual da LBA, acervo da EMEI Olga Celestina Giliberti de Almeida

Kuhlmann Jr. (2000), ao tratar a respeito das concepções educacionais relacionadas ao desenvolvimento, cognição e recreação, menciona a referida Escala de Desenvolvimento (figura 68) idealizada por Heloísa Marinho, que influenciou propostas para a educação de crianças menores de 6 anos nas décadas de 1950 e 1960. E sublinha:

Em 1957, [Heloísa Marinho] elabora uma Escala do Desenvolvimento Físico, Psicológico e Social da Criança Brasileira, inspirada em estudo da professora Helena Antipoff, realizado na Sociedade Pestalozzi, em Belo Horizonte, em 1939, bem como autores como Ster, Gesell e Nhuler. A Escala, experimentada até a década de 1970 e publicada no livro Estimulação essencial, em 1977, descreve comportamentos esperados mês a mês, desde o nascimento aos 8 meses, depois por períodos cada vez mais espaçados, até 9 anos de idade. Esse tipo de escala tornou-se referência para o trabalho em muitas creches, visando avaliar por exemplo, se o bebê estende as mãos para um objeto, aos 4 meses, se engatinha aos 9, ou se emprega ao menos quatro palavras com 1 ano e 4 meses (KUHLMANN JR., 2000, p. 15-16).

No âmbito estadual, Xavier (2001), ao analisar a política educacional fluminense no período da fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, faz referência à criação do Laboratório de Currículos (LC) na gestão do governador Faria Lima em 1975. Segundo a autora, esse projeto apresentou um “conteúdo mais social e um caráter científico”. Nesse sentido, a proposta foi construída baseada na concepção pedagógica da epistemologia genética de Jean Piaget.

Cabe destacar que percebemos uma congruência teórica no campo educacional, iniciando-se com o trabalho de crianças pequenas e posteriormente, com as crianças maiores. De acordo com essa perspectiva, o professor deixa de ser um transmissor de conhecimento e assume o papel de facilitador das atividades espontâneas do aluno, baseando-se no seu estágio de desenvolvimento. Xavier desta que:

Inicialmente, as propostas metodológicas foram elaboradas série a série, com ênfase no pré-escolar e nas primeiras séries do primeiro grau. A aplicação nas escolas foi feita em turmas experimentais cujos professores contavam com a assessoria das equipes de implementação e acompanhamento que visitavam os Crets de diversos municípios para a capacitação do magistério. A proposta nas escolas da rede foi recebida com entusiasmo por alguns professores, que chegaram a se organizar em grupos para estudar, mas também encontrou forte resistência em outros, que não absorveram a complexidade teórica do novo modelo (XAVIER, 2001, p. 121).

A autora elenca como fatores relevantes nesse período os altos índices de evasão e repetência escolar, sistematizados através dos levantamentos estatísticos do Plano Estadual de Educação e Cultura (1975-1976) e I Plan-Rio. Estes dados foram atribuídos a deficiências nutricionais e inadequação dos currículos, às realidades socioculturais e socioeconômicas. E como estratégias, foram adotadas medidas para ampliação de vagas para o ensino pré-escolar e a criação do Programa de Nutrição Escolar.

Rosemberg (2003) destaca que a proposta do Projeto Casulo, destinada às crianças pobres, tinha um caráter preventivo e estava relacionado com o discurso da Doutrina da Segurança Nacional, fundado na ideia de que a pobreza e os pobres poderiam comprometer a integração nacional e representavam um risco interno para a nação.

A tríade pobreza, miséria, indigência deserdada, individual e conjunturalmente, segmentos marginalizados da sociedade. Estar à margem significa, em termos práticos, que o indivíduo assim classificado está sujeito a todos os seus deveres impostos pela sociedade e, semelhante, excluído de suas benesses. Esta singular condição de desarrajo, quanto ao acesso a condições aceitáveis de qualidade de vida, fisicamente se traduz em segregação de bolsões de miséria, constituindo ambiente ideal para a proliferação do sofrimento e de ressentimentos que são seus companheiros inevitáveis (SILVA PINTO *apud* ROSEMBERG, 2003, p. 11).

A autora ressalta também que diante dos altos índices de pobreza e desigualdade no Brasil, reconhecidos pela Doutrina de Segurança Nacional, pensou-se numa política direcionada ao “4º estrato da população brasileira” (população não previdenciária e de baixa renda, com renda familiar de até dois salários-mínimos), mediante à criação de creches de baixo custo. Era necessário, através da promoção social, “neutralizar a campanha insidiosa daqueles que exploram as vulnerabilidades naturais de um País em desenvolvimento”.

Lívia Maria FragaVieira (2022) ao traçar a história do Projeto Casulo (1977-1985), defende que este projeto representou uma descontinuidade das formas de atendimento

direcionadas às crianças pobres, tanto no que se refere às políticas do Departamento Nacional da Criança, quanto em relação aos preceitos iniciais da LBA. E salienta adiante:

Assim considerando, a busca de melhoria de vida das populações marginalizadas visava a superação de um impasse: ou o organismo social se abria no sentido de facultar bens e serviços, ou esta população se voltaria contra a sociedade, “ameaçando a sua segurança através de atos anti-sociais, fato notório e crescente nas cidades que se industrializam” (BRASIL, MPAS, FLBA, 1977 *apud* VIEIRA, 2022, p. 47).

A autora destaca ainda que o projeto-piloto foi iniciado em março de 1977 nas Variantes do Nordeste e do Rio Grande do Sul. Eram divididos em: Variante Ipê (obra própria da LBA) e a Variante Casulo (dependências de entidades alheias, através de convênios). Essa segunda variante foi o caso de Nova Iguaçu. Após o ano de 1982, a LBA classificou as creches em três modalidades: o casulo institucional, o casulo comunitário e o casulo domiciliar.

A partir do slogan “Creche não é privilégio. É um direito da criança. Um dever da sociedade” (LUTA DEMOCRÁTICA, 1981), a LBA iniciou uma Campanha Nacional de Creches e criou o Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), lançado em abril de 1979 por Léa Leal. Assim, buscava a mobilização de empresários e instituições com dedução no imposto de renda, sendo 10% para pessoa física e 5% para jurídica.

Segundo Vieira (2022), durante a cerimônia de posse de Léa Leal como presidente da LBA, durante a gestão do General Figueiredo, a primeira-dama Dona Dulce Figueiredo foi convidada a integrar a presidência de honra do Programa. Assim sendo, o PRONAV tinha por objetivo a “unificação e integração nacional”, que se vinculava com três níveis: o nacional, o estadual e o municipal.

No âmbito estadual, o presidente Figueiredo realizou a obra Projeto Rio, com a construção de 1.500 casas (antiga favela da Maré), que foi nomeada Vila do João, em sua homenagem. Neste complexo habitacional foi inaugurada uma creche da LBA com o nome “Tia Dulce”, que levou o nome da primeira-dama e se destinava a atender, prioritariamente, às famílias em que as mulheres trabalhavam. Dulce Figueiredo (figura 72) foi homenageada naquela tarde, ocasião em que comemoraram com o bolo do boicote (sem trigo, leite e ovos), oferecido pela associação de donas de casa: “Trajada com simplicidade-vestido de couro e camurça verde, pulseira e colar de ouro, brincos dourados com pérolas fazendo conjunto com o colar – Dona Dulce fez um passeio pelas dependências da creche, que recebeu um buquê de flores de Aline Souza Mendes, 3 anos, numa homenagem planejada (JORNAL DO BRASIL, 1983).



Figura 72 – Visita da primeira-dama Dulce Figueiredo em creche da LBA



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1983.

No âmbito municipal, encontramos registro de uma reportagem do jornal *Luta Democrática*, datada de 29 de março de 1983, intitulada “*Crise da FISABEM: Apesar dos problemas creches funcionam bem*”. No referido registro, encontramos detalhes da estrutura e funcionamento das Creches Casulos 1 e 2, bem como as dificuldades enfrentadas pelas instituições. A instituição localizada no Centro de Nova Iguaçu atendia crianças entre 6 meses e 4 anos, já na de Austin, a idade aumentava para 6 meses a 6 anos. As crianças permaneciam nas instituições por seis horas e faziam duas refeições (café e almoço), porém a alimentação era controlada; além de receber assistência médica três vezes por semana, apesar de destacar que o profissional responsável pelo atendimento médico, na creche de Austin, não aparecia há semanas.

As crianças ficavam aos cuidados de babás, enquanto a proporção de adulto por crianças na creche do Centro era de 4,28, na creche mais afastada era de 12,5; não havia berço e colchonetes em números suficientes e os colchonetes existentes estavam desgastados. As instituições contavam com a presença de lavadeira, servente e cozinheira que a referida matéria de jornal relata que estavam com seus salários atrasados por seis meses. A rua onde ficava a creche não era asfaltada e iluminada, as famílias precisavam enfrentar lama e escuridão na saída do segundo turno.

A FISABEM (Fundação Iguazuana de Saúde e Bem-estar Social) dispunha de uma verba de Cr\$ 500 mil para a alimentação das creches e pronto-socorro. A instituição foi extinta através do Decreto N.º 3.079, de 22 de janeiro de 1986: “Fica extinta a Fundação Iguazuana de Saúde e Bem-Estar Social, FISABEM, instituída pelo Decreto N.º 1.477, de 08 de janeiro de 1976” (NOVA IGUAÇU, 1986).

Em 18 de março de 1983, durante administração do prefeito Paulo Leone (PDT), o jornal *O Fluminense* noticia o despejo por parte da Prefeitura de Nova Iguaçu da Creche Casulo vinculada à LBA. No Projeto Casulo foram estabelecidos convênios com instituições particulares, comunitárias, filantrópicas e prefeituras, com o fornecimento da alimentação. Todavia, deveriam cumprir determinadas exigências. Seria a oportunidade de oferecer creches com uma proposta de baixo custo para os filhos das classes trabalhadoras. Esse projeto foi lançado em 1977 e oferecia vagas majoritariamente em meio turno, sobretudo para crianças a partir de quatro anos. A Creche mencionada era localizada na Rua José Hipólito de Oliveira, antigo prédio da prefeitura atendia cerca de trinta crianças. A instituição recebeu o prazo de uma semana para desocupar o prédio. As creches em Belford Roxo, que nesse período ainda faziam parte de Nova Iguaçu, corriam o mesmo risco, já que também funcionavam em prédios municipais.

Ainda sobre o despejo, o jornal *Luta Democrática* (1983) anunciou “Prefeito despeja LBA” sob alegação de “agrupar num mesmo bloco administrativo, as secretarias municipais”. Porém, a mesma matéria menciona que Vera Leone, esposa do prefeito, não conseguiu assumir o cargo de chefe da LBA em Nova Iguaçu ocupado pela Assistente Social Ângela Cristina Cruz Soares. Desse modo, de acordo com o noticiado, passou a desmobilizar o trabalho da instituição e as crianças da creche-casulo foram desabrigadas.

A reportagem do *Jornal do Brasil*, em 12 de maio de 1984, intitulada “Nova Iguaçu faz cobrança ao Prefeito” (figura 72), menciona uma passeata, com a presença de 114 Associações, que ocorreu no dia anterior com aproximadamente mil moradores para a reivindicação de direitos como: saneamento básico, luz pública, passagem gratuita aos estudantes, aumento

salarial para professores em greve há duas semanas, revisão da cobrança de imposto e garantia de creches. A respeito dessa última reivindicação, houve a seguinte descrição: “A passeata em direção à Prefeitura demorou quinze minutos. A poucos metros do prédio, dezenas de crianças vieram do lado oposto e se juntaram à massa pedindo creches”. Ao final da manifestação, depois de receber a comissão da Federação Municipal das Associações de Bairro, o prefeito Paulo Leone (PDT) ouviu a leitura de uma carta aberta da população, com todas as reivindicações, conforme mostra a figura 73 (JORNAL DO BRASIL, 1984).

Figura 73 – Manifestação popular na gestão do prefeito Paulo Leone



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 12 de maio de 1984

Seguindo a linha da filantropia voltada para crianças iguaçuanas, a reportagem do periódico *O Fluminense*, de 10 de maio de 1986, aborda a visita de uma Consulesa francesa com o objetivo de uma parceria com a Interaide (Organização Filantrópica Francesa de Apoio Comunitário) na construção de duas creches, no Jardim Gláucia e Parque São Benedito, em Belford Roxo, obras sociais em regiões carentes para atender cerca de 35 crianças. A parceria oferecia verbas para aquisição de equipamentos e o governo municipal entraria com a mão-de-obra para a construção das creches. Não encontramos registros ou depoimentos que confirmassem ou não a efetivação do convênio. Todavia, os dados históricos revelam como o direito às creches foi negligenciado e tratado como caridade (nos âmbitos nacional e

internacional), sendo utilizado como barganha política, uma alternativa para os pobres, inclusive no período da ditadura.

No início dos anos 1980, com a eleição de governos de oposição em estados e municípios, um dos desafios constatados é a realidade do atendimento educacional. Nesse contexto, a criança pequena passa a tornar-se uma preocupação do debate educacional da época, como sublinha Maria Malta Campos (1999): “Os anos oitenta vão assistir ao fortalecimento de uma subárea da educação que procura integrar a pré-escola e a creche no mesmo campo temático, trazendo o desenvolvimento da criança para o primeiro plano” (CAMPOS, 1999, p. 123).

No Decreto N.º 3.539, de 04 de maio de 1988, publicado em Diário Oficial, na data de 05 de maio de 1988, o prefeito Paulo Leone autorizou que o secretário de educação, professor Joaquim de Freitas (ex-Prefeito de Nova Iguaçu e ex-Deputado Estadual), assinasse e ordenasse despesas de convênio com o Ministério de Educação, referente à educação Pré-Escolar no ano de 1988. (NOVA IGUAÇU, 1988). Tal convênio refere-se ao MOBREAL. No âmbito federal, Arce (2010, p. 43) aponta que este programa “ênfaticamente o treinamento em serviço da pessoa que deveria atuar com as crianças (o monitor), em detrimento de uma formação teórica e metodológica densa em cursos de formação em nível de segundo e terceiro graus”. A principal fonte para os treinamentos eram materiais didáticos produzidos pelo próprio Mobreal.

Lobo (2019) evidencia em sua pesquisa sobre o período de Interventoria Estadual no município de Nova Iguaçu, que no mandato de Francisco Amaral, de agosto a dezembro de 1988, foram construídas dez creches públicas na cidade (LOBO, 2019, p. 104). Trata-se de um número expressivo para a construção de creches plenamente custeadas pelos recursos públicos num período curto. Nessa época, Nova Iguaçu ainda abarcava os municípios de Japeri, Mesquita, Belford Roxo e Queimados.

A questão da saúde municipal estava no foco do governo interventor e as creches estavam entre as preocupações desta pasta. Conforme a matéria publicada no *Jornal Hoje*, em agosto de 1988, “ao assumir a Secretaria Municipal de Saúde, a equipe interventora tem como metas: Programas especiais de saúde, recuperação de postos, criação de creches, reativação de 28 minipostos e abastecimento de material médico nos hospitais” (JORNAL DE HOJE *apud* SILVA, 1993, p.187).

Em entrevista concedida por Lúcia Souto<sup>40</sup> (figura 74), uma das fundadoras do MAB, ela relembra que o município vivia uma crise de saúde e em abril de 1986 ocorreu a primeira

---

<sup>40</sup> Lucia Regina Florentino Souto: Médica sanitária formada pela UFRJ (1969-1974), foi uma das fundadoras

pandemia de dengue no Brasil<sup>41</sup>, iniciada na Baixada Fluminense. Devido a sua participação no fechamento da Via Dutra em maio de 1986 e pela composição no MAB, além do envolvimento com outras pessoas oriundas desse movimento da Baixada, entre elas Anna Eleonor, Antônio Ivo e Noronha, recebeu o convite para assumir a secretaria e aceitou.

Quando assumi como Secretária, fizemos as primeiras creches públicas. Nos reunimos com cem Associações de Moradores ou mais no auditório da prefeitura para realizar um trabalho célere porque tínhamos apenas cinco meses. Nesse sentido, as associações procuravam os terrenos e conseguíamos acelerar o processo. Nós fizemos uma parceria com a Rio Coop, uma empresa pública da prefeitura do Rio de Janeiro, que tinha sido organizada com o arquiteto Lelé [João Figueiras]. Por ser uma empresa pública, ela dispensava licitação. Com isso, conseguimos erguer 10 creches, do chão ao teto e fazer um concurso público, apoiado pelo Francisco Amaral (SOUTO, 2021)<sup>42</sup>

Figura 74 - Participação de Lúcia Souto na Reunião da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ)



Fonte: Fotografia de Cezar Tartaglia.

---

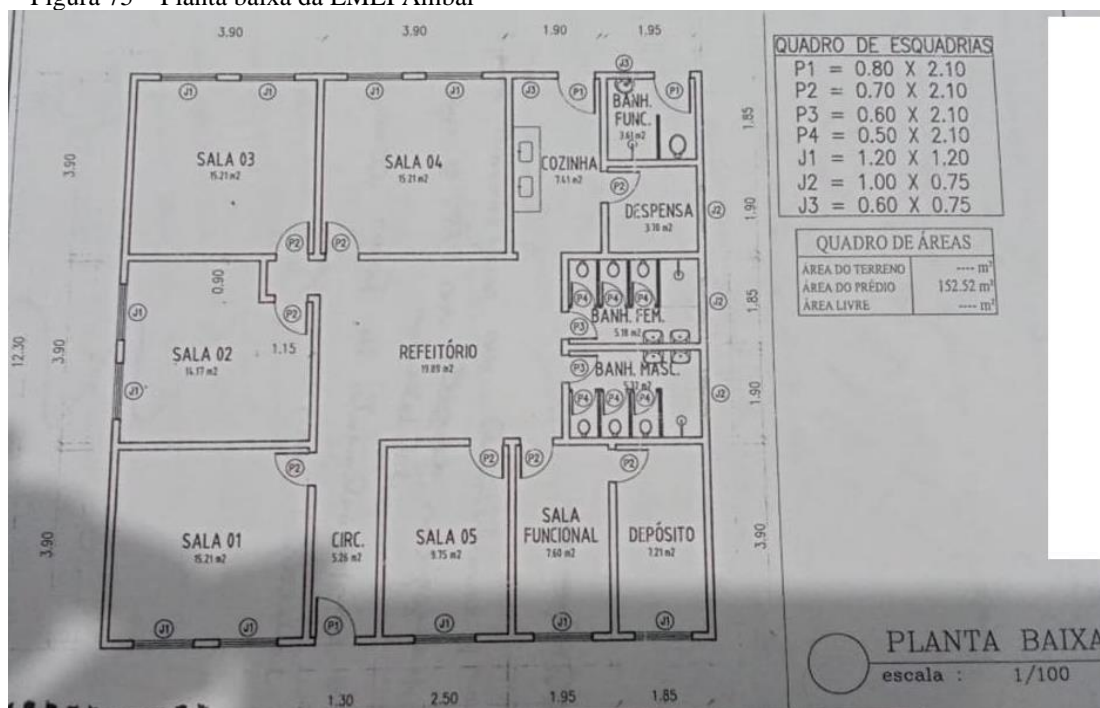
do MAB na década de 1970 em Nova Iguaçu, período em que era filiada ao PCB. Diretora e administradora da Superintendência Regional do INAMPS - RJ entre 1984 e 1988. Secretária Municipal de Saúde em 1988 em Nova Iguaçu, no período de intervenção. Deputada estadual no Rio de Janeiro entre 1991 e 1999. Pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz)..

<sup>41</sup> Segundo Lúcia Souto, o médico sanitarista Eduardo Costa chamou atenção para o fato de que o circo Orlando Orfei havia armazenado seus itens no bairro da Prata e que o local teria se tornado foco do mosquito, propagando assim a doença.

<sup>42</sup> O arquiteto João Figueiras Lima foi pioneiro no Brasil ao desenvolver um sistema de construção de escolas com módulos pré-fabricados e com custos mais baixos que o convencional.

A estrutura do prédio baseava-se numa planta simples, com arquitetura similar às condições de habitação das populações pobres da cidade, conforme mostra a planta da EMEI Ambaí (figura 75). Assim como destacou Lobo (2018), o projeto original previa uma integração com a comunidade, incluindo a presença do Posto de Saúde, Associação de Moradores e quadra para a prática desportiva. Esta concepção estava relacionada com práticas anteriores, foi uma tentativa de reproduzir a experiência da implantação dos primeiros postos de saúde em Nova Iguaçu, um convênio entre Cáritas Diocesana e o INAMPS. Nesse processo, Francisco Amaral foi responsável pelo apoio jurídico enquanto advogado da Cáritas. A seguir, um exemplo da planta da creche construída pela empresa de obras públicas.

Figura 75 – Planta baixa da EMEI Ambaí



Fonte: CARMO, 2010.

Encontramos menção a essas instituições no livro de registro de atas e reuniões da Creche Casulo II em Austin, atual EMEI Olga Celestina Giliberti de Almeida, que documentou uma solenidade na instituição no dia 12 de outubro de 1988. O evento teve por objetivo a assinatura de convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) para a implantação de dez creches no município, bem como a recuperação da Creche de Austin (Casulo II). Estavam presentes: Francisco Amaral, Solange Amaral (ver figura 76), Irapuam Cavalcante Lyra (presidente da LBA durante o governo Sarney), Lúcia Souto, Dilceia Nahon, diretor do Conselho Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, Diretores da Associações de Moradores de Nova Iguaçu e populares.



Figura 76 – Francisco Amaral e Solange Amaral (Superintendente da LBA)



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral

A reportagem do *Correio da Lavoura* (1989) menciona a assinatura do convênio entre Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e a LBA para a construção de dez creches através do processo 37.0137145/88. O valor do convênio foi de Cz\$ 110.000.000.00, onde a primeira parcela de Cz\$ 30.000.000.00 foi paga após dez dias da assinatura e a segunda de Cz\$ 80.000.000.00 após a aprovação da prestação de contas da primeira parcela. O prazo para a conclusão das obras foi de doze meses. Assim, ao final de dezembro de 1988, cinco das creches haviam sido concluídas e as demais encontravam-se em fase de acabamento.

Campos salienta que a luta por creches apresentou repercussões no movimento sindical, que não se deram naquele momento no campo educacional, mas na área de assistência social e no campo das relações trabalhistas. Os órgãos públicos que viabilizaram o atendimento às demandas do movimento social foram: “as secretarias estaduais e municipais de bem-estar social e, no âmbito federal, a LBA”. Em tais instituições, destacaram-se principalmente os assistentes sociais como profissionais competentes para atender a essa área. As linhas diretivas desse trabalho constituíam-se em “conhecimento da área de saúde e nutrição e na tradição de desenvolvimento comunitário do serviço social” (CAMPOS, 1999, p. 122).



Assim, a partir de acervo fotográfico e relatos de funcionários das creches municipais, constatamos práticas no cotidiano dessas instituições que reafirmam essa política, como consultas médicas das crianças em postos de saúde da comunidade, visitas às residências e festas comunitárias.

O órgão público que ofereceu esse atendimento em âmbito municipal foi a Secretaria de Bem-estar social. Nas creches, os profissionais técnicos responsáveis eram os assistentes sociais concursados a partir do ano de 1988. As linhas diretivas eram baseadas em conhecimentos da área de saúde e nutrição e no desenvolvimento, nas comunidades periféricas, do serviço social. O programa de Creches Comunitárias contou com os cargos de: Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais. A respeito do primeiro concurso público no município para a área, a Secretária de Saúde da época recordou:

O Noronha organizou esse concurso público. O Chico Amaral topava tudo, foi emocionante e estava presente no dia das provas. O Procurador da Prefeitura disse: Olha, nós não podemos fazer concurso assim tão rápido. E eu respondi: Estou atravessando a linha do trem. Quando chegar na sede da prefeitura pra falar com o prefeito, eu quero que ao invés de me dizer não, você me diga como é que vamos fazer. Porque uma prefeitura não pode dizer que não vai fazer concurso público para creches num município que precisa tanto dessas instituições. Enfim, o Procurador conseguiu e o Chico Amaral bancava tudo. Vamos fazer esse concurso e fez. Além de ser uma pessoa de ousadia enorme, ele não ocupava aquele cargo de uma maneira burocrática. Se estava ali, era pra fazer diferença, para implementar as políticas públicas, como implementou na saúde e na secretaria de bem-estar social, ainda incipiente e pouco configurada (SOUTO, 2021).

A aplicação da prova deste concurso aconteceu em 27 de novembro de 1988, quando participaram 2.600 candidatos para o preenchimento de 206 vagas. Cabe destacar que este processo seletivo passou por disputas dentro da municipalidade, pois, encontramos uma reportagem do *Correio da Lavoura* (1989) que ilustra essa situação: “Gama [Aluísio] pode anular concurso de creches”. O vereador Mário Marques questionou um dos critérios do concurso, que foi o de atribuir “peso diferente” aos candidatos aprovados que tivessem alguma experiência comunitária. A então Secretária de Saúde Lúcia Souto esclareceu que no referido concurso foram respeitadas todas as etapas do processo e lhe causou estranheza esse tipo de questionamento após passados cinco meses. Desse modo, os candidatos classificados foram convocados em 1990, na gestão de Aluísio Gama (PDT).

Em janeiro de 1988, José Noronha assumiu o cargo de Secretário de Saúde, período em que foi iniciado um Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense (figura 77), envolvendo os municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti. Sobre esse período, o médico destacou:

O programa, claro, foi comandado pelo estado, mas a participação da Assembleia legislativa e do MAB inclusive e de outros movimentos sociais na própria Baixada, o

apoio do Chico foi extremamente importante, inclusive para extravasar, nós não tínhamos tanta base política na Assembleia fora o Chico. Mas, ele ajudou muito a construir uma base de apoio para a Baixada em geral, não apenas para Nova Iguaçu que era o município de origem. Mas esse apoio político na Assembleia legislativa do estado foi muito importante. Nós fizemos 24 “mini-hospitais” na Baixada Fluminense, fomos até Seropédica, Itaguaí não chegamos. Era uma mistura de UPA e clínica de saúde da família. A localização desses postos era discutida com as Associações de Moradores. Tinha um critério técnico (NORONHA, 2021).

Figura 77– Reportagem sobre a conquista de minipostos de saúde através da luta no MAB.



Fonte: Jornal Encontro, MAB, maio/junho de 1988

No quadro 6, identificamos oito das creches construídas no ano de 1988, durante a gestão de Francisco Amaral. As creches Alecrim e São Jorge estão localizadas atualmente em Engenheiro Pedreira, município de Japeri. A creche Jardim Esperança localiza-se hoje no município de Belford Roxo, enquanto as creches localizadas no que corresponde hoje ao município de Nova Iguaçu – Ambaí, Jardim Europa, José Vieira Luíz e Monte Sol – foram transformadas em escolas municipais de Educação Infantil.

Quadro 6 – Relação de Creches Municipais construídas na Gestão de Francisco Amaral (1988)

	<b>Creche Municipal</b>	<b>Nome atual</b>	<b>Endereço</b>
0 1	Alecrim	Abrigo Municipal Conselheiro Joaquim Marçal de Souza	Rua Roberto Bandeira, s/n, Alecrim, Engenheiro Pedreira, Japeri.
0 2	Ambaí	EMEI Ambaí	Rua Oswaldo Cruz, s/n, Ambaí, NI. CEP 26040-405
0 3	Jardim Europa	EMEI Jardim Europa	Rua Balugaes, s/n, Lagoinha, NI. CEP 26296-225
0 4	Jardim Esperança	Creche Municipal Amor e Esperança	Rua Juscelino Kubistchek s/n.º - Parque Esperança, Belford Roxo - CEP: 26.113-470
0 5	José Vieira de Jesus	EMEI José Vieira de Jesus	Rua da Fonte, 254, Cobrex, NI. CEP 26.033-200
0 6	Monte Sol	EMEI Monte Sol	Rua Delolinda de Freitas Rodrigues, 141, Monte Sol, NI. CEP 26279-230
0 7	Parque São Carlos	EMEI Patrícia Maria Gaspar Somma Pereira	Rua Matilde Maria Muzzi, 50, Parque São Carlos, NI.
0 8	São Jorge	-----	Engenheiro Pedreira

Fonte: Tabulação própria a partir da pesquisa nas EMEIs no município de Nova Iguaçu

Figura 78 – Antiga Creche Municipal Alecrim e atual Abrigo no município de Japeri, 02 de novembro de 2021



Fonte: Fotografia da moradora do bairro Monique Santos (novembro de 2021).

A Associação Alecrim foi fundada em 1983 filiou-se ao MAB no mesmo ano. A creche municipal recebeu concursados da prefeitura de Nova Iguaçu no final do ano de 1990, porém,

o município de Japeri foi emancipado (Lei N.º 1.902, de 02 de dezembro de 1991) e os funcionários retornaram para Nova Iguaçu, como recordou uma Assistente Social: “Com a emancipação, tínhamos a opção de escolher em que município ficar, mas o município emancipado não aceitou os servidores antigos e os mesmos não aceitaram se desvincular de Nova Iguaçu por medo do futuro”, como afirma Suelaine da Silva Dias, concursada de 1988 e ex-funcionária da Creche Alecrim (DIAS, 2021). Dessa forma, o espaço funcionou como creche no período de 1993 a 1996, mas em 1998 transformou-se no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e em 2014 tornou-se o atual Abrigo Conselheiro Joaquim Marçal de Souza (figura 77), que passou por uma reforma em 2016 e atende atualmente menores de 0 e 18 anos que são encaminhados pelo Conselho Tutelar e “se encontram em estado de vulnerabilidade social”.

A Associação de Moradores Ambaí foi fundada em 1978 e filiou-se ao MAB em 1983. Os movimentos sociais deste bairro foram pesquisados por Bernardes (1983) em sua dissertação de mestrado intitulada “Espaço e Movimentos Reivindicatórios: O caso de Nova Iguaçu”, oportunidade em que realizou uma pesquisa de campo e elencou os principais problemas do bairro segundo a ótica dos moradores da localidade apresentados no quadro 7:

Quadro 7 – Problemas relatados pelos moradores em Ambaí no ano de 1983

Hierarquia dos problemas locais segundo a opinião dos moradores em Ambaí

Ordem	Problemas	Moradores (%)
1º	Água	57%
2º	Saneamento *	54%
3º	Segurança	47%
4º	Iluminação Pública	36%
4º	Vias de acesso	36%
4º	Saúde	36%
5º	Transportes	30%
6º	Comércio	16%
7º	Educação	12%
8º	Lazer	06%

Fonte: Pesquisa de Campo em Ambaí – Parque Flora, 1981 (BERNARDES, 1983)

\*O saneamento inclui a coleta de lixo.

Esta pesquisa reitera o que Noronha<sup>43</sup> (figura 79) afirma em entrevista:

<sup>43</sup> José Carvalho de Noronha: Médico pela UFRJ (1965-1970), um dos fundadores do MAB na década de 1970 em Nova Iguaçu. Foi diretor e administrador da Secretaria de Saúde do estado do Rio de Janeiro no período de 1976 a 1978 e 1988 a 1990.



Na movimentação do MAB quando fazíamos abaixo-assinados me espantava muito que nas reuniões as principais reivindicações eram: luz na rua (iluminação pública), a vala negra e pavimentar a rua, eram os três primeiros pontos levantados. Essas eram as três dimensões que mais apareciam. A luz na rua, sobretudo por causa de assaltos e violência. Já tinham ideia da determinação social. Nós encaminhávamos reivindicações amplas sobre o modo de viver em Nova Iguaçu, das condições gerais da própria existência, não só as questões de saúde e atendimento médico. (NORONHA, 2021).

Figura 79 – José Noronha, secretário de Saúde do governo Moreira Franco e o vice-governador Francisco Amaral. Rio de Janeiro, entre 1987 e 1991



Fonte: Vozes da Oposição, 2001.

José Abranches, ex-diretor do MAB e presidente da Associação de Moradores do bairro de Ambaí, relatou que em 1988 a área da companhia chamada Lar Fluminense estava sendo ocupada para loteamento. Após uma grande enchente em Nova Iguaçu, o MAB criou o dia municipal da habitação, 20 de fevereiro de 1988, que se espalhou pelo estado e foi aprovado na Federação das Associações de Moradores do RJ (FAMERJ). Em maio do mesmo ano, muitas pessoas conseguiram conquistar seus terrenos para moradia no bairro do Ambaí. Sobre esse período, ele relembra:

A respeito das creches, quando a verba foi liberada, Chico esclareceu como tinha sido para as pessoas que queriam creches. Porque na verdade era em média 160 associações de moradores registradas em cartório no município de Nova Iguaçu. Imagine você, se fosse fazer uma creche em cada bairro, não havia dinheiro. Então, ele conseguiu liberar verba para dez creches, totalizando uma média de 100 milhões e foram concretizadas todas. Foram construídas com a grana que ele meteu a caneta e aprovou. Pediu ao governador e esse teve que aceitar (ABRANCHES, 2021).

A partir das reuniões com as associações de moradores, cada bairro ficou responsável por definir o terreno para a construção das creches. José Abranches relatou que no período de intervenção foi até a prefeitura para localizar no mapa da região (figura 80) uma área para com essa finalidade, que foi discutida e aprovada em reunião do MAB. Nesse sentido, o local escolhido tinha um curral, uma barraca de cachaça, vacas e um vaqueiro que o ameaçou.

Diante da problemática, ele procurou o prefeito para a emissão de um ofício solicitando a desocupação do terreno. De posse deste documento, solicitou ao vigia contratado por ele, que entregasse ao vaqueiro, comunicando que a máquina da prefeitura iria dar início à obra no dia seguinte. Foi assim que ele retirou o curral e levou as vacas para a beira da linha férrea. A partir da mobilização coletiva deram início a esse processo:

Quando o material chegou, nós precisamos guardar no quintal de uma diretora da associação por três ou quatro semanas para que não fosse furtado. Era aproximadamente 3.000 mil tijolos, que a própria mulherada ajudou a carregar, eram aproximadamente umas 300 mulheres que pegavam ticket de leite na igreja. E eu expliquei que tinha uma creche pra sair, tudo foi documentado na associação e assinado por elas. (ABRANCHES, 2021).

Figura 80 – Mapa que serviu como referência para a escolha do local de construção da creche



Fonte: Acervo pessoal de José Abranches

Figura 81 – Confraternização da Inauguração da Creche Ambaí no ano de 1989



Legenda: José Abranches de camisa azul em pé, Ananias Batista como Secretário de Promoção Social sentado e moradores do bairro.

Fonte: Acervo pessoal de José Abranches

No ano de 1988, após a realização do concurso público específico para funcionárias das creches, oito mulheres moradoras do bairro participaram e conseguiram ser classificadas, mas só foram convocadas para assumir seus cargos em 1990. Esse fato nos ajuda a compreender por que a criação oficial das creches aconteceu na gestão municipal seguinte através da Lei 1.601, de 03 de outubro de 1989, de autoria do prefeito, que além das creches construídas em 1988 também criava também “Cargos e Funções na estrutura organizacional da Secretaria de Promoção Social”.

Artigo 1º - Ficam criadas na Secretaria Municipal de Promoção Social- SEMPS, 21 (vinte e uma) Creches, de Austin, Monte Sol, Jardim Europa, Ambaí, Nova Aurora, São Carlos, Jardim Esperança, Parque Venezia, Bairro Botafogo, Jardim 1º de Maio, Parque São José, Parque Suécia, Bairro do Vasco, Maringá e São Operário (NOVA IGUAÇU, 1989).



Figura 82 – Prédio da Creche Municipal Ambaí, em 1988



Fonte: Acervo pessoal de José Abranches, 1988

Figura 83 – Prédio da EMEI Ambaí em 2021

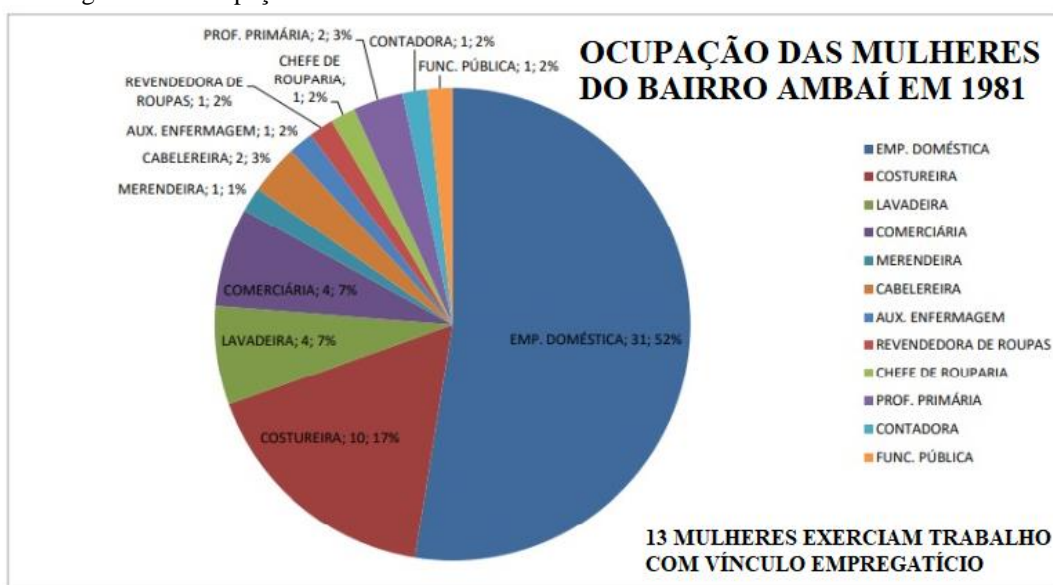


Fonte: A autora, 2021

Datada do ano de 1992, encontramos uma declaração de emprego da responsável por uma das crianças matriculadas. Segundo uma funcionária de Serviços Gerais do concurso de

1988, era um dos requisitos para ter acesso à matrícula na creche o comprovante de trabalho extradomiciliar, inclusive a Assistente Social fazia visitas aos domicílios com o objetivo de comprovar se as mães realmente trabalhavam fora. Segundo Didonet (1992), no ano de 1989, a participação feminina na PEA era de 35,2% e no bairro do Ambaí, conforme é possível verificar através do gráfico (figura 84), a maioria das mulheres ocupava-se como empregadas domésticas. O cabeçalho do documento necessário para a matrícula aparece com o nome da Secretaria de Promoção Social, Projeto Especial de Creches Comunitárias, pois seria apenas no ano de 2000, que a Secretaria de Educação assumiria a administração das creches.

Figura 84 – Ocupações das moradoras do bairro Ambaí em 1981



Fonte: Tabulação própria de dados a partir do trabalho de campo (BERNARDES, 1983)

Essa mesma funcionária iniciou o trabalho na creche no ano de 1990 e relatou que as condições eram muito precárias e tinham poucos funcionários. No início, chegaram cerca de quinze berços porque seria implantado o berçário, porém não foi adiante pois havia poucos monitores. Utilizavam água da mina próxima à creche, que ficava do outro lado da linha férrea. Na época do verão, faziam correntes com as crianças e caminhavam até a mina para que pudessem dar o banho. Posteriormente, a Assistente Social se reuniu com os responsáveis para fazer um poço e uma pequena calçada do portão à entrada. A alimentação era controlada e a funcionária relata que às vezes ela mesma ia em sua casa pegar uma farinha de trigo para fazer bolo ou um pó de café para servir com leite, além de levar os lençóis utilizados na creche para serem lavados nos finais de semana, no tanque de sua casa.

Desde 1979 uma das reivindicações do MAB era o fim da taxa escolar (BERNARDES, p. 102), um valor que era exigido que os pais pagassem para que seus filhos e filhas pudessem frequentar a escola pública. A esse respeito, documentos do MAB esclarecem:

A taxa escolar ou a caixa escolar, principalmente nas escolas municipais, vem forçando alguns pais a retirarem seus filhos da escola. Na rede estadual em 1980, a taxa é de 120,00 por aluno, de qualquer série. Dividido em 4 parcelas, ainda na rede estadual, existem escolas que cobram ao pai uma taxa única por qualquer número de filhos que ele tenha na escola. Esse dinheiro permanece na escola (MAB, 1980).

Os dados no gráfico acima (figura 79) ilustram o contexto educacional iguaçuano e explicitam a precariedade das condições de acesso ao sistema formal de ensino. Enquanto o Brasil iniciava o movimento pró-creche, Nova Iguaçu ainda tinha que dar conta de 41,3% dos estudantes entre 7 e 14 anos sem escola. Sendo, nessa época, as crianças mais novas totalmente invisibilizada.

A Associação de Moradores Jardim Europa foi fundada em 1985 e sua filiação ao MAB aconteceu no ano de 1986. Lobo (2019) descreve como foi o processo de formação da Creche Comunitária Jardim Europa, no sub-bairro Lagoinha, envolvendo a organização de mulheres da comunidade. Nos moldes de atendimento das “mães-crecheiras”, o atendimento iniciou-se na década de 1980 com crianças a partir de um ano de idade. Sendo das 6:00 horas da manhã até às 20:00 horas.

Sobre as condições deste sub-bairro, encontramos o seguinte relato no jornal do MAB a partir da reportagem “Apelo desesperado do Jardim Europa”:

Deia da Cruz Moreira, presidente da Associação de Moradores e porta-voz de suas reivindicações, fez um relato da situação, enumerando alguns problemas fundamentais, que representam a ausência de condições primordiais para o florescimento de uma comunidade normal, sadia, tranquila. Por exemplo, falta de saneamento básico, ensino deficiente, sem atendimento adequado às necessidades do bairro, falta de assistência médica satisfatória, abastecimento de água, policiamento e iluminação pública. São, por conseguinte, condições mínimas de existência numa comunidade, cujo não atendimento pode torná-la pouco recomendável à habitação. Outro fato que agravou ainda mais a situação daqueles moradores foi a queda de uma ponte na Estrada da Lagoinha, o que está impedindo a passagem dos ônibus e outros veículos (MAB, 1988).

A respeito do início da construção da Creche Jardim Europa, a primeira Administradora relembra:

Quando conseguimos a liberação da Lúcia Souto para o início da obra e a máquina chegou no local, um senhor apresentou um documento daquelas terras. Ele tinha sido enganado, não era um documento verdadeiro. Pegou uma espingarda e nos ameaçou de morte, eu e minha amiga Deia. Falei, se é pra morrer, que seja por uma boa causa. Isso porque havia uma cerca, que foi retirada por nós para a draga da prefeitura passar e graças a Deus deu tudo certo, ficamos bem. O prédio é construído em 1988 no governo de intervenção do Chico Amaral e no ano de 1989 nós o ocupamos. Fizemos o concurso público realizado no segundo semestre de 1988, passaram seis mulheres da nossa comunidade, mas só fomos chamadas em 1990. Foi quando me tornei administradora (SERRA, 2021).

A partir do depoimento da primeira administradora, conseguimos compreender um ofício encontrado na instituição datado de 25 de agosto de 1999 e assinado pela administradora da época, Sueli Anselmo Ramos, que ao traçar um histórico da Creche menciona sua fundação no ano de 1990, através do Movimento de Bairros, que atendia 50 crianças na faixa de 02 a 06 anos, no horário compreendido das 7:00 horas até às 18:00 horas. O documento desconsiderou o ano de construção do prédio, apesar de percebermos uma ratificação feita a lápis por algum funcionário. A partir das fotos (figuras 84 e 85) a seguir, podemos identificar algumas das atividades da Creche quando esta estava sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social.

Figura 85 – Festa junina na década de 1990



Fonte: Acervo da EMEI Jardim Europa

Figura 86 – Crianças da Creche Municipal Jardim Europa no desfile cívico



Fonte: Acervo da EMEI Jardim Europa



A Associação de Moradores Jardim Boa Esperança foi fundada em 1983 e participou pela primeira vez no ano de 1975. A respeito do funcionamento da creche, a ex-funcionária, Viviane Lacerda relembra como era o bairro:

Comecei a trabalhar como monitora em 1991 na Creche Jardim Esperança, quando estava começando. Foi uma época muito difícil, o lugar era muito pobre. A rua era de barro, tínhamos que colocar saco nos pés em dia de chuva para chegar até a creche, era muito precário. A primeira administradora foi a Iracema Arruda. Fiquei lá por dois anos e saí quando Belford Roxo foi emancipado (LACERDA, 2021).

Com a emancipação de Belford Roxo, estabelecida pela Lei n.º 1.640, de 03 de abril de 1990, os funcionários puderam optar por qual município iriam trabalhar. Nesta creche, metade ficou em Belford Roxo e metade em Nova Iguaçu. A seguir, veremos algumas fotos da instituição (figuras 87 e 88).

Figura 87 – Crianças e funcionários da Creche Jardim Esperança na frente do prédio



Fonte: Acervo de Viviane Lacerda, ex-monitora da Creche

Figura 88 – Desfile Cívico no início da década de 1990



Fonte: Acervo de Viviane Lacerda, ex-monitora da Creche

A Associação de Moradores Cobrex foi fundada em 1987 e participou pela primeira vez do MAB em 1980, filiando-se ao movimento em 1988.

A partir do acervo da EMEI José Vieira de Jesus (figura 89), encontramos relatórios mensais, constatamos que a rotina incluía momentos de entrada e saída; refeições (desjejum, almoço e lanche); cuidados (sono, banho, escovação dos dentes, corte de unhas e verificação de piolhos) e parte pedagógica (brincadeiras, recreação ao ar livre, pintura, recorte e colagem, jogos, folhas mimeografadas e atividades no caderno).

Kuhlmann Jr. (2015), ao tratar da história do Jardim de Infância Caetano de Campos, em São Paulo, abordou as atividades cotidianas enquanto rituais. Segundo o autor, estas atividades repetidas diariamente eram antecipadamente planejadas em séries pré-determinadas e empregavam uma regularidade, tanto para as crianças quanto para os adultos. Segundo o autor: "As atitudes formais auxiliavam a construção da pertinência a um grupo social organizado a partir de regras específicas" (KUHLMANN, 2015, p. 121).

Figura 89 – EMEI José Vieira de Jesus, em 04 de novembro de 2021



Fonte: Acervo da EMEI José Vieira de Jesus

No verso de algumas fichas de identificação (foto 90) relativas ao ano de 1991 foram encontrados pequenos relatos a respeito das famílias das crianças matriculadas (“sumário social”), como é o caso da ficha de uma menina de cinco anos, moradora do bairro Cobrex.

Pais vivem maritalmente a vinte e seis anos, com quatro filhos. Bom relacionamento familiar. Nível cultural baixo, ambos alfabetizados. Residem em imóvel próprio com cinco cômodos, moram sete pessoas, tem água e luz. Situação socioeconômica precária, a mãe trabalha como empregada doméstica e pai encontra-se atualmente em auxílio-doença. A renda familiar é de aproximadamente um salário e meio (Acervo da Escola Municipal José Vieira de Jesus).



Figura 90 – Fichas de identificação da Secretaria Municipal de Promoção Social do início da década de 1990



Fonte: Acervo da EMEI José Vieira de Jesus

Conforme o relatório da creche José Vieira de Jesus, datado de 1998, realizado pela chefe do setor, professora Rosemary Rochetti, 50 crianças eram atendidas na instituição e distribuídas nas três salas segundo o critério de divisão por idade, no horário das 07:30 às 17:40. O relatório também fazia menção às demandas para o próximo ano: “gostaríamos de melhoria para Creche como: arrumar a parte elétrica e hidráulica, janelas, piso e pintura”. E sobre as atividades desenvolvidas descreveu que: “Durante os meses foram comemoradas todas as datas comemorativas e, também, os aniversariantes. A Creche funcionou com a rotina de: pela manhã tivemos uma boa conduta das monitoras em dar os trabalhos para as crianças” (Relatório encontrado no acervo da EMEI José Vieira de Jesus, 1998).

Em relatório do dia 10 de agosto de 1995 encontramos o registro de adesão das monitoras à greve por atraso do pagamento, esclarecendo que no dia 25 de junho de 1995 a Creche não funcionou com a presença das crianças por esse motivo.

A década de 1990 em Nova Iguaçu foi marcada pelo movimento dos profissionais da educação. Durante a gestão do prefeito Altamir Gomes, de 1993 a 1996, houve um atraso no

pagamento dos funcionários, como esclarece uma Diretora do SEPE da época: “Altamir Gomes (PDT) iniciou com um atraso de pagamento ao final de 1993, por um período de 10 dias e ao longo do período foi ampliando progressivamente esse atraso. Chegou a acumular sete meses de atraso, embora não tenhamos ficado todo esse tempo sem nenhuma remuneração” (FOIS, 2021). A respeito do atraso de pagamento dos servidores de Nova Iguaçu nesta gestão, encontramos a manchete do jornal “Altamir Gomes debocha da fome do funcionalismo sem salários” (JORNAL HOJE, 1995).

A Associação de Moradores Monte Sol (MARFEL), que também compreendia os bairros Parque dos Artistas, Palhada e Rosa dos Ventos, foi fundada em 1984 e filiou-se ao MAB no mesmo ano. Uma moradora do bairro desde 1965 e ex-funcionária da EMEI Monte Sol (figura 91) destaca como se deu a formação desta Associação:

Os moradores se reuniram para resolver as necessidades do bairro. Foi liberado um terreno para a construção dessa Associação de Moradores, que recebeu ajuda da casa de material de construção Monte Sol e Dois Irmãos, além dos moradores que ajudaram a levantar a sede e dos dois Miltons e suas esposas, que estavam à frente da Associação. Nesse espaço funcionou uma creche comunitária, que atendia mais ou menos trinta crianças por volta de 1987, com idade de 0 a 6 anos. Havia uma seleção para colocar a criança, a mãe tinha que trabalhar. E em 1988 a creche era de lajotas, chão grosso, da forma que a prefeitura pode entregar para a Associação. Meu filho mais velho (figura 91), que hoje trabalha como Porteiro na EMEI, entrou pra creche em 1990 e o mais novo em 1993 (CAMPOS, 2021).

Figura 91 – EMEI Monte Sol, em 04 de novembro de 2021



Fonte: A autora

Figura 92 – Carteirinha de identificação do ex-aluno da creche e atual funcionário.



Fonte: Rosângela Campos

A Associação de Moradores São Carlos foi filiada ao MAB em 1989. A localização da antiga creche São Carlos se deu através da pesquisa com os concursados do ano de 1988, pois, na fundação dessas instituições, o critério utilizado para a escolha dos nomes foi a utilização dos próprios nomes dos bairros. Segundo relatos destes funcionários, em 17 de março de 1997 a instituição mudou o nome para Creche Municipal Patrícia Maria Gaspar Somma Pereira (figuras 93 e 94) com o objetivo de homenagear uma Assistente Social, moradora do bairro, que faleceu no exercício do trabalho.

Figura 93 – Prédio da Creche Patrícia Maria Gaspar Summa Pereira



Fonte: Acervo da EMEI Patrícia Maria Gaspar Somma Pereira

Figura 94 – Prédio da EMEI Patrícia Maria Gaspar Summa Pereira, em 27 de outubro de 2021



Fonte: A autora

A Associação de Moradores São Jorge e adjacências participou pela primeira vez do MAB em 1979 e sua filiação aconteceu no ano de 1987. No que se refere à localização da creche municipal, a senhora Geralda, ex-funcionária concursada da Creche do ano de 1988 destacou:

Eu lembro que a Creche, era no final do bairro São Jorge, perto de uma serra, a gente andava um pouquinho e tinha uma nascente de água. Um lugar bem de natureza, muitas árvores, ar puro. A primeira Coordenadora foi a Maria Aparecida. Mas, com o passar do tempo, o prédio apresentou problemas estruturais, não teve reparos nos anos seguintes e nos mudamos para a Creche Alecrim. Depois, fiquei sabendo que foi demolido e construído outro.

Outra hipótese, por nós levantada, era que a Creche de Mesquita (figuras 94, 95 e 96), situada na antiga Avenida São Paulo, seria uma das dez creches construídas em 1988. Porém, a estrutura física do prédio é diferente das demais e tivemos o seguinte relato de uma ex-funcionária:

A creche de Mesquita era maior. Cheguei lá em 1993, eles ainda estavam terminando a obra. A Coordenadora Lúcia Corredeira e nós, monitoras, ficávamos na varanda fazendo as matrículas. Eram três salas, com trinta crianças em cada. Ao lado do prédio, onde hoje funciona a escola Rotary, tinha funcionado o antigo colégio Silveira Leite, que faliu e tornou-se um cortiço. Do outro lado, tinha um posto de saúde, onde as crianças podiam ser atendidas, nós fazíamos uma triagem e já fazíamos uma fila para levá-los. Tinha um horário separado para as crianças da creche (LACERDA, 2021).



Figura 95 – Alunos e a alunos no pátio da Creche Mesquita



Fonte: Acervo pessoal de Viviane Lacerda, ex-monitora da Creche

Figura 96 – Alunos e alunas da Creche Mesquita no parque de diversões em Nova Iguaçu



Fonte: Acervo pessoal de Viviane Lacerda, ex-monitora da Creche

Figura 97 – Teatro Infantil na Creche Mesquita



Fonte: Acervo pessoal de Viviane Lacerda, ex-monitora da Creche

Encontramos oito, das dez creches construídas em 1988. Sendo cinco no município de Nova Iguaçu, funcionando hoje como EMEIs. Duas no município de Japeri e uma em Belford Roxo. Nesse sentido, acreditamos que as duas creches não identificadas podem pertencer ao atual município de Belford Roxo, já que a maior parte dos bairros que aparecem no documento pertencem a esse município, pois, a partir da Lei N.º 1.601, de 03 de outubro de 1989, foram criadas oficialmente as creches municipais, na qual aparecem os nomes de 21 destas instituições. São elas: Austin, Monte Sol, Jardim Europa, Ambaí, Nova Aurora, São Carlos, Jardim Esperança, Parque Venezia, Bairro Botafogo, Jardim Primeiro de Maio, Parque São José, Parque Suécia, Bairro do Vasco, Maringá e São Operário.

No ano de 2000, na gestão do prefeito Nelson Bornier, em cumprimento à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/1996, as creches municipais deixaram de ser responsabilidade da Secretaria de Promoção Social e passaram a integrar oficialmente o Sistema Municipal de Ensino. Na ocasião, de acordo com o Documento n.º 01/2000 da SEMED, o município atendia 55.000 (cinquenta e cinco mil) alunos, distribuídos em 85 Unidades Escolares e 9 creches municipais, sendo elas: Ambaí, Austin, Jardim Europa, José Vieira de Jesus, Mesquita, Monte Sol, Nova Era, Patrícia Maria Gaspar Somma Pereira e



Vila São Miguel. Estavam previstas a inauguração de 3 (três) creches nesse ano: Comendador Soares, Sete Anões (bairro de Mesquita) e Glauco José Paz Gonçalves (bairro Santa Rita). Sendo assim, a Educação Infantil passou a compor a Educação Básica, ao lado do Ensino Fundamental e Médio. Pois, segundo a Lei, foi estipulado o seguinte prazo: “as creches e pré-escolas existentes e que venham a ser criadas deverão, no prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino” (Art 89). Na ocasião, a SEMED se posicionou da seguinte maneira:

Sabemos que a incumbência, a nós confiada é complexa e desafiadora, na medida em que há diversidade de atendimento em instituições de Educação Infantil e precisaremos dedicar a elas os mesmos cuidados e atenção dados ao Ensino Fundamental. Todo este cuidado é porque precisamos assegurar à criança de 02 a 04 anos e 11 meses uma educação de qualidade baseada em valores, tais como uma vida sadia, espontaneidade de expressão, auto-imagem, auto-estima, dignidade, autonomia, confiança em si mesmo, desejo de aprender, sociabilidade, amizade, cooperação, igualdade de oportunidades com respeito às diferenças individuais, diversidade cultural, com ajuda familiar e comunitária, promovendo desta forma condições para a felicidade. Com este novo espaço conquistado através da LDB poderemos promover uma interação entre pessoas, adultos e crianças cujo papel preponderante no desenvolvimento infantil e na construção do conhecimento seja efetivado de forma lúdica, afetiva, e, portanto, prazerosa (NOVA IGUAÇU, 2000, p. 15).

O Decreto Nº 9.407 de 17 de julho de 2009, publicado no Diário Oficial de Nova Iguaçu instiu a mudança da nomenclatura das instituições destinadas às crianças pequenas seu artigo 1º - “Fica alterada a nomenclatura das Unidades Escolares de Educação Infantil de Creches Municipais para Escolas Municipais de Educação Infantil, Resolução CEB nº 01, de 07 de abril de 1999. Na ocasião, estas somavam o total de quatorze unidades. (Diário Oficial de 17 de julho de 2009).

A partir da pesquisa realizada, verificou-se que as lutas sociais protagonizadas pelo MAB na década de 1980, com o apoio da Igreja Católica, foram precursoras das reivindicações que resultaram em um amadurecimento do Sistema Público de Educação e da Educação Infantil, na cidade de Nova Iguaçu. Pois, assim como afirma Kuhlmann Jr. (2015, p. 179):

A caracterização das instituições de Educação Infantil como parte dos deveres do Estado com a educação, expressa já na Constituição de 1988, trata-se de uma formulação almejada por aqueles que, a partir do final da década de 1970, lutaram – e ainda lutam – pela implantação de creches e pré-escolas que respeitem os direitos das crianças e das famílias.

O autor destaca também que o fato de as creches estarem ligadas inicialmente aos órgãos de serviço social ocasionou uma ausência dessa temática nas pesquisas educacionais e nos cursos de pedagogia. E faz uma crítica à educação compensatória das creches na década de 1970:

As concepções educacionais vigentes nessas instituições se mostravam explicitamente preconceituosas, o que acabou por cristalizar a ideia de que, em sua origem, no

passado, aquelas instituições teriam sido pensadas como lugar de guarda, de assistência, e não de educação. Essa polarização, presente nos estudos sobre a educação pré-escolar, chega a atribuir à história da Educação Infantil uma evolução linear, por etapas: primeiro se passaria por uma fase médica, depois por uma assistencial, etc., culminando, nos dias de hoje, no atingir da etapa educacional, entendida como superior, neutra ou positiva, em si, em contraposição aos outros aspectos (KULLMANN, Jr, 2015, p. 166).

O estudo permitiu ainda refletir sobre o fato de que após o ano de 1988, embora tivéssemos importantes avanços nos textos de Lei como a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), quando os movimentos populares deixaram de atuar de maneira expressiva, percebemos pouco avanço no que tange ao número de instituições municipais próprias que atendem à primeira infância, como podemos observar no quadro 8:

Quadro 8 – Fundação das EMEIS da rede pública de Nova Iguaçu

<b>Nome da EMEI</b>	<b>Ano de fundação</b>
Olga Celestina Giliberti Almeida	1980
<b>Ambaí</b>	<b>1988</b>
<b>Jardim Europa</b>	<b>1988</b>
<b>José Vieira de Jesus (antiga Cobrex)</b>	<b>1988</b>
<b>Monte Sol</b>	<b>1988</b>
<b>Patrícia Maria Gaspar Somma Pereira (antiga São Carlos)</b>	<b>1988</b>
Jesus Bom Pastor	1989
Casa da Criança Presidente Getúlio Vargas	1993
Vila São Miguel	1995
Casa da Criança de Miguel Couto	1995
Nova Era	1998
Glauco José Vaz Gonçalves	2000
Rodrigo Twardowsky Alves	2000
Helio Montezano de Oliveira	2001
Professora Nísia de Souza Marcondes	2004
São Benedito	2009
Leila Maria Côrtes Sampaio	2015
Terra de Marambaia	2019

Fonte: A autora. Tabulação a partir da pesquisa de campo

Figura 98 - Mapa das cinco creches construídas em 1988 que pertencem ao município de Nova Iguaçu

### MAPA DAS CRECHES MUNICIPAIS DE 1988 EM NOVA IGUAÇU



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu, ano adaptado pela autora, 2023

Podemos dizer que houve um progresso em termos relativos ao atendimento das crianças pequenas em instituições municipais destinadas a esse público, hoje denominadas EMEIs. Porém, o número de crianças atendidas nessa faixa etária reflete um número muito reduzido em relação à população total. Isso significa que o município precisa investir em instituições próprias a fim de atender a primeira infância iguaçuana. Com efeito, nós ainda temos um grande contingente de crianças atendidas através de convênios e sem a oportunidade de frequentar as Escolas Municipais de Educação Infantil, que atualmente são 18 e 03 creches que pertenciam à Igreja Católica e foram municipalizadas (Nossa Senhora da Cabeça, Nossa Senhora da Luz e Santo Antônio da Prata).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou resolver as seguintes questões: Quem foi Francisco Amaral e como era sua atuação política na cidade de Nova Iguaçu? Como se deu a interação e articulação do poder municipal com os movimentos de bairro, no período de intervenção em 1988? Como era a luta pelas creches em Nova Iguaçu? Havia um movimento organizado pela luta deste direito? Como explicar, na gestão de Francisco Amaral, a concepção para implantação de creches públicas na cidade? Havia relação com o movimento de luta pelas creches?

Nova Iguaçu, no contexto da ditadura civil-militar que se configurou com o golpe de 1964, mostrou-se como uma região na qual emergiram inúmeros movimentos sociais e populares, com ampla participação política popular na luta por direitos e serviços públicos como educação, creches, saúde, saneamento básico, moradia, transportes e outros. Muitas dessas lutas ultrapassaram o âmbito regional. Pois, segundo Fernandes:

A repressão e a opressão cegas são uma faca de dois gumes: à custa de pretender eliminar o espaço político do inimigo da ordem, elas abrem flanco para as contestações mais profundas e definitivas, ou seja, elas próprias criam o espaço político para a única contestação especificamente revolucionária (FERNANDES, 1976, p.136).

A igreja católica progressista, sob o bispado de Dom Adriano Hypólito, estabeleceu estratégias permanentes de aglutinação e coordenação em torno das lutas populares. Nessa linha, resguardou intelectuais e políticos que lutavam contra a ditadura e juntos fundaram o MAB. A partir desta organização, foi estabelecida a realização de reuniões periódicas com o executivo municipal, que monitoravam o andamento das reivindicações populares.

Ao analisarmos algumas questões do contexto social e político da cidade, identificamos práticas políticas baseadas no clientelismo e no cerceamento dos direitos da classe trabalhadora. Em contrapartida, identificamos que Francisco Amaral construiu um caminho diferente dos seus antecessores. Como liderança política propôs um rompimento com as práticas “tradicionais” de fazer política e de exercer o poder. Ao assumir o cargo de prefeito interventor, retomou as audiências com o MAB e os problemas foram tratados, entre eles, destacamos a formulação inicial de políticas públicas no âmbito da assistência social, e a construção das primeiras creches públicas municipais em bairros periféricos. Assim, a proposta da construção das creches municipais foi concebida no interior do MAB, seguindo os princípios de decisões coletivas dos bairros envolvidos e veio a responder às necessidades das comunidades locais.

Segundo Jorge Gama, Amaral tinha a preocupação em formar quadros políticos. Nesse sentido, concluímos que houve um investimento do movimento de oposição nos encontros

formativos com temas ligados à política nacional e local. Esta formação política deu corpo à luta orgânica em Nova Iguaçu no que se refere às questões de saúde e educação.

Outra conquista no setor da saúde municipal em Nova Iguaçu foi a aquisição do primeiro plano municipal, elaborado no período de intervenção, que foi aprovado pelo Conselho Comunitário de Saúde.

Florestan Fernandes (1976), ao escrever um capítulo autobiográfico na obra “A Sociologia no Brasil”, aborda a função do intelectual e a sua formação na sociedade brasileira. Segundo o autor, há uma tradição que considera apenas os anos de formação acadêmica, concepção intelectualista de formação da qual ele discorda e exemplifica. “Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições de vida”. (FERNANDES, 1976, p. 142).

Fazendo um paralelo com a biografia de Francisco Amaral, concluímos que ele nunca teria sido o político que se tornou sem o seu passado e sem as suas vivências sociais. Passou pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas, nunca perdeu de vista suas origens enquanto nordestino, morador da Baixada Fluminense, militante, advogado da Mitra Diocesana de Justiça e Paz e do MAB. Gostava de fazer política e sempre participou das grandes reuniões de bairros, mesmo não estando com cargo eletivo. Tomemos como exemplo a reunião, Informe Nº 068/220/CISA-RJ, ocorrida em 12 de março de 1983 com posseiros do Parque Estoril, localidade localizada em Nova Iguaçu (entre Vila de Cava e Tinguá). Participaram aproximadamente 200 pessoas, cujo a pauta era a “ocupação de terras devolutas que se encontravam abandonadas”. Estavam presentes ainda Dom Adriano Hypólito, Sada David, Antonio Ivo, Anna Leonor, Márcio Moreira Alves, Terezinha Lopes, Dilceia Nahon e outros.

Foi um político com projeção dentro e fora do município de Nova Iguaçu. Assumiu o papel de defensor da expansão do saneamento básico para a Baixada Fluminense, pois era conhecedor dos problemas que os moradores enfrentavam e mantinha um compromisso com as camadas populares. Na assembleia, participou da subcomissão que elaborou a parte da saúde e saneamento básico da constituição estadual, da qual foi presidente. A respeito desse projeto constitucional, realizou dois pronunciamentos analisando todo o projeto.

A partir do estudo realizado, constatamos que a grande mobilização popular nos anos de 1980 se explicou pela ausência de medidas efetivas no âmbito da política educacional. Desse modo, o caso da luta por creches no município de Nova Iguaçu é evidenciado tanto pelo seu caráter de resistência no período de abertura política quanto das ações populares que foram gestadas no interior do MAB, sob a égide da igreja católica progressista.

Assim, o estudo das lutas por creches na cidade desdobrou-se em vários aspectos, que foram reconstruídos ao longo de uma trajetória que envolveu formas variadas de luta social. Em todo o período examinado, buscamos inventariar as formas de atendimento às crianças iguaçuanas da primeira infância. E, posteriormente, ressaltamos modos de organização popular que contribuíram para a obtenção de creches para os filhos e filhas da classe trabalhadora, no âmbito do diálogo entre movimentos populares e gestão do poder executivo municipal. A materialidade das primeiras creches públicas municipais se constitui em um amplo movimento social da defesa do direito à educação de crianças pequenas e da melhoria de condições de ensino para trabalhadores da população de Nova Iguaçu.

Concordamos com Ciavatta que apreendemos através da memória, dos documentos preservados, dos registros dos sujeitos sociais. Nesse sentido, as fotografias são mediações históricas dos processos educativos, que nos permitem resgatar alguns aspectos da cultura material das escolas. E grande parte do acervo fotográfico da nossa pesquisa provém de acervos pessoais, estes garantem uma recuperação histórica, mais que os institucionais.

As fotografias demonstram dados de uma memória, mas precisam ser confrontadas com outras fontes documentais durante o processo de análise, como no caso das entrevistas orais. Nesta etapa, pudemos descobrir por exemplo as mudanças de nomes das creches. Pois, segundo Lobo (2019), os nomes das creches construídas em 1988 não faziam alusão a nenhum personagem do campo político, diferentemente do padrão na rede municipal de Nova Iguaçu. Sem dúvidas, nessas condições, a recuperação da memória torna-se cada vez mais difícil, porque no lugar de construir novas escolas com o objetivo de homenagear novos sujeitos, optam por reinaugurar as antigas com novos nomes.

Durante a pesquisa sobre as instituições municipais que atendiam as crianças, encontramos fortes indícios que os vereadores locais procuravam interferir na administração das mesmas. Como foi o caso da reportagem do *Correio da Lavoura*, 14 de março de 1976, que destacou a atuação do vereador Hélio Corredeira na “demissão” de algumas diretoras com a seguinte justificativa: “Implantada a nova filosofia, direção de escola é campo político. A essa filosofia, seguiu-se a demissão de várias diretoras”. Este mesmo vereador era ligado à administração da creche casulo I em Nova Iguaçu.

Ainda nessa linha, encontramos um ofício datado de 18 de agosto de 1995, assinado pela administradora da creche Ambaí e direcionado à Secretaria de Promoção Social relatando a presença de um vereador: “Hoje, com a ajuda do vereador Luciano Mafra<sup>44</sup> e da comunidade,

---

<sup>44</sup> O referido vereador na verdade se tratava de um ex-vereador, uma vez que seu mandato aconteceu no período



o muro foi consertado”. Outro caso foi um vídeo datado do ano de 1997 da creche de Mesquita em que mencionou os “Padrinhos da creche: Vereador Sebastião Corredeira<sup>45</sup> & Nilicéa Corredeira”.

Ao elucidarmos o quadro de atendimento à primeira infância na rede municipal em relação à população dessa faixa etária, identificamos que os problemas de expansão da rede física das EMEIs envolvem questões relacionadas aos recursos para a educação pública. Nessa direção, concluímos que a Educação Infantil ainda não chegou de forma democrática a todas as camadas da população iguaçuana e que há um grande contingente de crianças atendidas através de convênios e sem a oportunidade de frequentar as EMEIs e sem acesso à creche. A organização e a mobilização dos movimentos populares foi o ponto fundamental no que tange aos avanços do atendimento à primeira infância. Concordamos com Kuhlmann Jr, que defende “a interpretação histórica de que as creches e pré-escolas assistencialistas foram concebidas e difundidas como instituições educacionais”. Cuidar e educar são aspectos indissociáveis na Educação Infantil, devemos assegurar a unidade nessa etapa da Educação Básica, respeitando as especificidades das idades que a constituem. Verificamos que as lutas sociais por creches protagonizadas na década de 1980 foram precursoras das reivindicações que resultaram em consistente evolução no Sistema Público Municipal de Educação Infantil, na cidade de Nova Iguaçu.

Qvortrup (2015), em seu artigo “A dialética entre a proteção e a participação” discute sobre a proteção enquanto risco e oportunidade, trabalhando questões do “tempo protegido e não protegido”. Nessa linha, reconhece que é preciso dar enfoque ao padrão dos espaços oportunizados às crianças nas instituições a elas destinadas. E cita como exemplo os casos da Dinamarca e Noruega, que apesar de contarem com um Estado de bem-estar social mais desenvolvido não investem na mesma proporção nos espaços para as crianças, se comparado ao padrão dos espaços para adultos. Assim, provoca questionamentos: “Quem é responsável por proteger e inserir as crianças em determinados lugares considerando essas circunstâncias? Sobretudo quando perguntamos sobre os efeitos a longo-prazo da insuficiência de investimentos em ambientes aparentemente ‘de proteção’?”

O governo e os municípios certamente poupam verbas, tendo em vista outros fins \_ mais ou menos merecedores\_ ao não darem atenção a espaços nos quais as crianças são forçadas a ficar. Entretanto, as decisões de curto prazo podem, a longo prazo, mostrar-se duvidosas se a saúde das crianças for exposta a riscos justamente em função de sua permanência nestes locais (QVORTRUP, 2015, p. 21).

---

entre 1989 e 1992. Fonte: Câmara dos deputados.

<sup>45</sup> Vereador de Nova Iguaçu por quatro mandatos consecutivos (1983-2000). Fonte: Câmara dos Vereadores.

Posto isso, a questão da descontinuidade em relação às políticas públicas educacionais no Brasil constitui-se como um entrave para a evolução de ações destinadas à educação da primeira infância. É imprescindível que os movimentos sociais e populares continuem lutando pelos direitos das crianças pequenas e suas famílias em terem acesso à uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, desde a mais tenra idade.

O município de Nova Iguaçu localiza-se na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, uma das regiões que mais sofrem com a desigualdade e com a violência no estado. Esta região é composta por treze municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi e Seropédica (figura 2). A cidade iguaçuana apresenta uma população estimada em 825.388 pessoas; área territorial (2020) 520,581 km<sup>2</sup>; tem como salário médio mensal dos trabalhadores formais (2019) de 2,1 salários-mínimos; PIB per capita (2019) R\$ 21.220,42 e Índice de Desenvolvimento Humano 0,713. No que diz respeito à educação, a taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos de idade no município é de 96,2%, porém constatamos que a taxa de escolarização da primeira infância está muito abaixo desse percentual. O número de matrículas em creches é de 2.567 crianças, sendo 678 delas em instituições municipais, que totalizavam 19 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 1.889 nas 75 creches particulares, no ano de 2020, segundo dados do IBGE. Já na etapa do pré-escolar, o município ultrapassava a rede privada (7.455) com 7.899 matrículas, totalizando 15.354. Todavia, um fato contraditório se dá com a diferença de 110 docentes, se compararmos rede municipal (349) e rede privada (459).

Com o Decreto Nº 11.558 de 19 de março de 2019, a prefeitura assumiu a administração de três creches que pertenciam à igreja católica (Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu) e foram municipalizadas: Nossa Senhora da Cabeça, Nossa Senhora da Luz e Santo Antônio da Prata. No ano de 2022, essas instituições atenderam respectivamente: 55, 39 e 41 crianças. Segundo o decreto, na ocasião a prefeitura publicou: “Requisita administrativamente o serviço educacional pré-escolar de atendimento de 156 crianças na faixa etária de 1 ano a 5 anos e 11 meses, objeto do termo de colaboração nº 008/SEMED/2019” (Diário Oficial de 20/03/2019).

Considerando o Mapa da Infância de Nova Iguaçu<sup>46</sup> (SFB, 2015), que se baseou nos dados do censo escolar (2013) e censo demográfico do IBGE de 2010, podemos fazer uma

---

<sup>46</sup> O Mapa da Infância de Nova Iguaçu é uma das estratégias de comunicação criada pelo “Projeto Construindo em Rede: Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu”, uma realização da Solidariedade França-Brasil – Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos e sem vinculação religiosa ou partidária fundada em 1986 por franceses e brasileiros –, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Iguaçu (CMDCA-Nova Iguaçu), e com apoio do Instituto C&A e outras

análise quantitativa em relação ao acesso da população de 0 a 6 anos à educação infantil no município.

Tabela 3 – Total de crianças atendidas de 0 a 6 anos atendidas em escolas e creches de Nova Iguaçu

Total de habitantes entre 0 e 6 anos: 65.468 crianças	Creches	Pré-escolas	Total de matrículas na Educação Infantil	Total de crianças atendidas em %
Público (municipal)	<b>630</b>	<b>6.257</b>	<b>6.887</b>	<b>10,51%</b>
Privado sem fins lucrativos (conveniados)	<b>747</b>	<b>448</b>	<b>1.195</b>	<b>1,82%</b>
Privados com fins lucrativos	<b>535</b>	<b>6.035</b>	<b>6.570</b>	<b>10,03%</b>
Total	<b>1.912</b>	<b>12.740</b>	<b>14.652</b>	<b>22,36%</b>

Fonte: SFB, 2015

Diante dos dados apresentados, podemos perceber alguns indicativos importantes: a rede municipal atende apenas 10,51% da população de 0 a 6 anos do município, apesar de 90% das famílias possuir renda até 2 salários-mínimos; a rede privada está muito próxima da % de atendimento em relação à rede pública e a rede conveniada foi responsável por 1,82%, um número considerável se levarmos em consideração o total em % da rede pública, apresentou ainda um número de creches superior. Segundo Santos (2013, p. 20), Nova Iguaçu é o município da Baixada Fluminense com o maior número de Centros de Educação Infantil Comunitários (Ceics).

Segundo dados do IBGE (Censo 2010), a população de Nova Iguaçu é composta majoritariamente por pessoas negras, com aproximadamente 84% das famílias recebendo até dois salários-mínimos. Nesse sentido, há muito no que avançar em relação à oferta de atendimento educacional para crianças pequenas, pois se observarmos os dados sobre a população de cada Unidade Regional de Governo, das nove, apenas quatro delas apresentam ¼ de sua população com acesso a esse serviço. Além de encontrarmos bairros muito populosos com uma % de atendimento muito aquém da sua população, como nos casos de Comendador Soares e Posse.

A prefeitura de Nova Iguaçu opta pelo atendimento de crianças de quatro e cinco anos, não priorizando o atendimento pré-escolar para as crianças abaixo desta idade, uma vez que contou com 27,23% em detrimento às crianças das creches, com o equivalente a 1,48%. Nossa hipótese é que seja em decorrência ao atendimento da Lei n.º 12.796/2013 sancionada no governo da presidenta Dilma Rousseff, que ajusta a Lei n.º 9.396/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. Com isso, percebemos um maior número de escolas municipais que oferecem atendimento a crianças entre 4 e 5 anos.

E a principal questão que está posta é: Onde se encontram os 77,64% de crianças da primeira infância que não aparecem na pesquisa? Nossa hipótese é que grande parcela dessa população seja atendida em instituições não registradas e por isso não aparecem nas estatísticas. Não conseguimos identificar o percentual de crianças ainda alijadas de qualquer tipo de atendimento escolar, tendo seu direito negado, apesar da garantia na legislação brasileira.

O município de Nova Iguaçu, desta forma, tem um grande desafio, pois segundo a meta 1 (Educação Infantil) do Plano Nacional de Educação, com vigência de 2015 a 2025, Nova Iguaçu deveria: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE” (BRASIL, . Isso significa que o município não atingiu a metade das matrículas para crianças de 4 e 5 anos estabelecidas pela Meta 1 e no que se refere às creches, o atendimento está muito inferior ao que meta estabelece.

A partir de dados fornecidos pela SEMED de Nova Iguaçu, segue o número de matrículas por faixa etária no município.

Tabela 4 – Matrículas por faixa etária no Município de Nova Iguaçu em outubro de 2022

Faixa etária	Nº de atendimento na rede municipal	Nº de atendimento na rede conveniada
2 anos	90	277
3 anos	699	390
4 anos	3342	311
5 anos	5.078	136
Total	9.209	1.114

Fonte: Tabulação da autora a partir de dados referentes ao mês de outubro de 2022, fornecidos pelo Setor de Educação Infantil da SEMED.

Em entrevista concedida pela responsável pelo setor de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, obtivemos a informação que a antiga EMEI Compactor se tornou Escola Municipal Compactor, modificando sua forma de atendimento e passou a oferecer vagas para crianças de 4 a 6 anos, incluindo turmas de primeiro ano. O mesmo processo irá acontecer na EMEI Casa da Criança Presidente Getúlio Vargas, que se encontra em fase de mudança de nome, a fim de homenagear um diretor falecido da rede.

Na mesma ocasião, nos foi informado que há uma previsão de seis EMEIs para serem inauguradas, com a previsão de 660 novas vagas se for em horário integral e 1.320 caso funcione em horário parcial. As respectivas instituições são provenientes do programa Proinfância/FNDE, nos seguintes bairros: Austin, Cabuçu, Caioaba, Carmari, Jardim Corumbá (Austin) e Jardim Pernambuco.

O movimento dialético da história nos permitiu construir percursos para compreendermos o contexto social e político em Nova Iguaçu, no período compreendido entre 1975 e 1988. Além de refletirmos sobre a educação das crianças pequenas iguaçuanas, que têm direito a creches e pré-escolas garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Desse modo, a creche faz parte do sistema educacional do país, tornando-se uma instituição legítima e necessária.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, José. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 08 de out. 2021.

ABREU, Dulce Regina Guimarães de. Mais salário, melhor ensino: a educação e o movimento de professores públicos. Rio de Janeiro, **Contraponto**, Centro de Estudos de Ciências Noel Nutels, v.1, 1980.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias-RJ: APPH, CLIO, 2003.

AMAERJ. Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. **AMAERJ lamenta a morte do juiz e ex-vice-governador Francisco Amaral.** Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020. Disponível em: <https://amaerj.org.br/noticias/amaerj-lamenta-o-falecimento-do-juiz-francisco-amaral/>. Acesso em: 08 de jan. 2023.

AMARAL, Abadia. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 20 de jan. 2021.

AMARAL, Carlos Augusto. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 11 de jan. 2021.

AMARAL, Francisco. Entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira, Marly Motta e Américo Freire. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo (Org.). **Vozes da Oposição: depoimentos.** Rio de Janeiro: Grafine Editora, 2001.

AMARAL, Francisco. **O Pastor e o seu tempo** (carta escrita por Amaral em homenagem a Dom Adriano Hypolito). Nova Iguaçu, 1996.

AMARAL, Francisco. **Pronunciamentos Políticos.** Rio de Janeiro: Berro da Baixada, 1978.

AMARAL, Francisco. **Entrevista concedida a Heitor Amaral.** Nova Iguaçu, 13 de set. 2019.

AMARAL, Terezinha. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 23 de dez. 2020.

ARCE, Alessandra. **A infância brasileira e a história e a história das ideias pedagógicas: rastros e traços de uma construção social do ser criança.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

BATISTA, Allofs. **Onze perfeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BERNARDES, Júlia Adão. **Espaço e Movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.



BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BRASIL. **Lei N.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 04 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes do Pré-Escolar**. Brasília: MEC/COEPRE, 1980.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 08 de jan. 2023.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 106, p. 117-127, 1999.

CAMPOS, Maria Malta. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. **Cadernos de Pesquisa**, da Fundação Carlos Chagas, (28):53-61, mar, 1979.

CAMPOS, Rosângela. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 08 de out. 2021.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, Autocracia burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

CARMO, Michelle Abraão do. **Disciplina e autonomia em uma creche da Baixada Fluminense**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2010.

CARNEIRO, Nelson. **Telegrama enviado a Francisco Amaral**. Rio de Janeiro, 1986.

CEDIM, Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar. **Fotografia da Irmã Filomena com crianças da comunidade onde se dedicava à Pastoral**. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/72>. Acesso em: 16 de mai. 2021.

CEDIM, Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar. **Capa da Revista Equipe sobre a luta contra os despejos do BNH**. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/56>. Acesso em: 27 de dez. 2021.

CEDIM, Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar. **Fotografia Protesto contra o BNH com o apoio de Dom Adriano Hypólito**. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/5196>. Acesso em: 18 de mai. 2021.

CEDIM, Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar. Correio da Lavoura: **Politicagem contínua na Educação do Município**. N.º 3.078, 13-14 de mar de 1976. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/6849>. Acesso em: 27 de dez. 2021.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores** (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, jan-abr, 2012.

CORREIO DA LAVOURA. **LBA lança em Nova Iguaçu campanha Primeiro a criança**. Nova Iguaçu, 08 e 09 de fevereiro de 1986, edição N.º 3.589.

CORREIO DA LAVOURA. **Associações receberão mais de 100 milhões da FEEM para o pré-escolar**. Nova Iguaçu, 21 e 22 de dezembro de 1985, edição N.º 3.583.

CORREIO DA LAVOURA. **Creche e Pré-escolar populares tentam obter apoio do MOBRRAL**. Nova Iguaçu, 10 e 11 de agosto de 1985, edição N.º 3.564.

CORREIO DA LAVOURA. **BNDES libera recursos para creches na Baixada**. Nova Iguaçu, 17 e 18 de outubro de 1987, edição N.º 3.672.

CORREIO DA LAVOURA. **Chico Amaral esclarece sobre verbas no convênio com a LBA**. Nova Iguaçu, 12 a 18 de agosto de 1989, edição N.º 3.759.

CORREIO DA LAVOURA. **Gama pode anular concurso de creches**. Nova Iguaçu, 03 a 08 de setembro de 1989, edição N.º 3.762.

CUNHA, Luiz Antônio. A Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação. **Educação & Sociedade**. São Paulo: Cortez, maio, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília-DF: FLACSO do Brasil, 2001.

CUNHA, Rosa Maria Torte. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Rio de Janeiro, 26 de out. 2022.

DAVID, Sada Baroud. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 25 de jan. 2021.

DEPARTAMENTO FEMININO DO MAB. **Carta às autoridades**. Nova Iguaçu, 29 de set. 1985.

DIAS, Suelaine da Silva. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 24 de ago. 2021.

DIDONET, Vital. Balanço crítico da educação pré-escolar nos anos 80 e perspectivas para a década de 90. **Em Aberto**, Brasília, n. 50/51, abr./set. 1992.

DIEUZEID, Henri. Antes dos seis anos. **O Correio da Unesco**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, n.1, jul. de 1978, p. 4-9.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Informativo do Secretariado Diocesano de Pastoral**. Ano 2, n. 9, maio de 1979.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Informativos da Diocese de Nova Iguaçu :1979-1980** (CEDIM). Disponível em:  
 file:///C:/Users/55219/Downloads/Informativo%20da%20Diocese%  
 20de%20Nova%20Igua%C3%A7u%201979-1980.pdf. Acesso em: 26 de set. 2021.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Informativos da Diocese de Nova Iguaçu: 1983-1984** (CEDIM). Disponível em:  
 file:///C:/Users/55219/Downloads/Informativo%20da%20Diocese%  
 20de%20Nova%20Igua%C3%A7u%201983-1984.pdf. Acesso em: 26 de set. 2021.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Circular 2/72 do Bispo Diocesano: Páscoa e Baixada Fluminense (CEDIM). Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. **Comunidades Eclesiásticas de Base**. Nova Iguaçu, (1971-1979). Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4370>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Criação da Comissão Diocesana Justiça e Paz** (CEDIM). Nova Iguaçu, 1978, Ano 1, nº07. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4366>. Acesso em 15 de nov. 2022

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FARIA, Paulo Faria. Apresentação. In: AMARAL, Francisco. **Pronunciamentos Políticos**. Rio de Janeiro: Berro da Baixada, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin**: história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1976.

FOIS, Naira. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 15 de jan. 2021.

FREIRE, Américo. Evento político e representação parlamentar: a fusão e os senadores da Guanabara e do Rio de Janeiro. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (org.). **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 166-203.

FUNCIONÁRIA DA CASULO 2. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 20 de out.2021.

FUNDAÇÃO CEPERJ. **População Residente total** - série histórica. Estado do Rio de Janeiro e seus municípios - 1940 a 2010. Emitido em 22 de jul. 2019. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz\\_ceperj\\_imagens/Arquivos\\_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/excel/copos/8.1%20Demografia%20-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente/Tab%208.1.2.170.html](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/excel/copos/8.1%20Demografia%20-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente/Tab%208.1.2.170.html). Acesso em: 14 de nov. 2022.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA; NÚCLEO DE CRECHES COMUNITÁRIAS DA BAIXADA FLUMINENSE. Uma história de luta: diagnóstico das creches e pré-escolas da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, 2001.

GAMA, Jorge. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 11 de jan. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. **Ver. Cient.**, São Paulo, v. II, n. I, p. 23-38, jan./jun. 2009.

GOMES, Janike Mendes Louvise. **Colégio de Itaocara: marco precursor da política de formação de professores em Itaocara**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: <http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/JANIKE-MENDES-LOUVISE-GOMES.pdf>. Acesso em: 19 de jan. 2021.

GUIMARÃES, Ulysses. **Telegrama enviado a Francisco Amaral**. Rio de Janeiro, 1986.

HYPÓLITO, Adriano Mandarino. Entrevista. **D. Adriano exclusivo**: “Meu sequestro ainda é um mistério”. Rio de Janeiro: Vozes, n. 1, 1981.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JORNAL DO BRASIL. **Professores pedem na rua legalização do CEP e mesmo aumento do funcionalismo**. Nova Iguaçu, 28 de março de 1980.

JORNAL DO BRASIL. **D Dulce abre creche da LBA na Vila do João**. Rio de Janeiro, 06 de julho de 1983. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&pesq=%22creche%20LBA%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=100977](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22creche%20LBA%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=100977). Acesso em 28 de out. 2022.

JORNAL DO BRASIL. **Dona Marly abre programa” Primeiro, a criança” em creche de Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1986. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&Pesq=%22%20primeiro%20a%20crian%20c3%20a7a%20LBA%22&pagfis=161649](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22%20primeiro%20a%20crian%20c3%20a7a%20LBA%22&pagfis=161649). Acesso em 30 de jun. 2022.

JORNAL DO BRASIL. **Mulheres se unem na Baixada.** Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1981. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&pesq=creches%20MAB%20nova%20igua%C3%A7u&pasta=ano%20198&pagfis=29157](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=creches%20MAB%20nova%20igua%C3%A7u&pasta=ano%20198&pagfis=29157). Acesso em: 22 de mar. 2021.

JORNAL DO BRASIL. **Nova Iguaçu faz cobrança ao Prefeito.** Rio de Janeiro, 12 de maio de 1984, 1º caderno. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&pesq=creches%20MAB%20nova%20igua%C3%A7u&pasta=ano%20198&pagfis=79829](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=creches%20MAB%20nova%20igua%C3%A7u&pasta=ano%20198&pagfis=79829). Acesso em: 22 de mar. 2021.

JORNAL DO BRASIL. **PMDB troca fechaduras e assume a sede do ex-MDB.** Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1981. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015\\_10&pasta=ano%20198&pesq=%E2%80%9CPMDB%20troca%20fechaduras%20e%20assume%20a%20sede%20do%20ex-MDB%E2%80%9D](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%E2%80%9CPMDB%20troca%20fechaduras%20e%20assume%20a%20sede%20do%20ex-MDB%E2%80%9D). Acesso em: 13 de dez. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. **LBA faz programa para 2 milhões de crianças carentes.** Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1986. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_17&pesq=%22%20creche%20casulo%20%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=54852](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_17&pesq=%22%20creche%20casulo%20%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=54852). Acesso em: 30 de jun. 2022.

JORNAL DOS SPORTS. **Chuvvas impedem início das aulas em várias escolas.** Nova Iguaçu, 03 de março de 1988.

JORNAL HOJE. **Altamir Gomes debocha da fome do funcionalismo sem salários.** Nova Iguaçu, 25 de setembro de 1995.

JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA. **Foto tirada após manifestação estudantil,** em frente aos escombros do prédio da UNE, em 1980 (por Jorge Reis). Rio de Janeiro, 10 de jun. 1980.

JORNAL ÚLTIMA HORA. **Ataque a D. Adriano,** Sociedade repudia ação dos pichadores. Rio de Janeiro, 13 de nov. 1979.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** -3 ed.- Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN Jr., Moysés. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação,** n. 14, mai/jun/jul/ago, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?lang=pt>. Acesso em: 05 de dez. 2021.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2015.

LACERDA, Viviane. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 04 de nov. 2021.

LOBO, Lidiane Barros. **“Quem manda na escola pública?”** Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu-RJ entre 1964 e 1988. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias). Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2019.

LOUREIRO, Vicente. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 25 de jan. 2021.

LUTA DEMOCRÁTICA. **Abertura da mulher do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 21,22 e 23 de novembro de 1981.

LUTA DEMOCRÁTICA. **Abertura da mulher no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 21,22 e 23 de novembro de 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030678&pesq=%E2%80%9CCreches%20Nova%20Igua%C3%A7u%20Francisco%20Amaral%20%E2%80%9C&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br>. Acesso em 14 de out. 2022.

LUTA DEMOCRÁTICA. **Crise da FISABEM: Apesar dos problemas creches funcionam bem.** Rio de Janeiro, 29 de mar de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=%22creche%20nova%20igua%C3%A7u%22&pagfis=69837>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

MAB. Movimento de Associações de Moradores. **Relatório do 1º Ciclo de Debates Populares do MAB.** Nova Iguaçu, 08 e 09 de nov. 1980.

MAB. Movimento de Associações de Bairro. **Apelo desesperado do Jardim Europa. Jornal Encontro.** Órgão Informativo da Federação Municipal das Associações de Bairros de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, maio-junho de 1988.

MAB. Movimento de Associações de Bairro. **Jornal Encontro.** Órgão Informativo do Movimento de Amigos do Bairro. **Moradores às escuras pagam taxa de iluminação.** Nova Iguaçu, N.º 24, fevereiro de 1981. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENCORJ021981024.pdf>. Acesso em 02 de nov. 2022.

MAB. Movimento de Associações de Bairro. **Relatório do MAB sobre o 1º Encontro sobre Creches em Nova Iguaçu.** Nova Iguaçu, 1985.

MDB. Movimento Democrático Brasileiro. **15 de novembro, o povo todo contra a governo.** Nova Iguaçu, 1974.

MATTOS, Hebe. **História e Movimentos Sociais.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Novos caminhos da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente (1964-1992).** São Paulo: Ática, 2004.

MOTTA, Marly Silva da. **A fusão da Guanabara com o estado do Rio: desafios e desencantos.** In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (org.). **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NAHON, Dilceia Quintela. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 28 de set. 2021.

NORONHA, José. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 25 de jan. 2021.

NOVA IGUAÇU. Câmara Municipal de Nova Iguaçu: Rol dos vereadores. Disponível em <http://www.cmni.rj.gov.br/wp/nossa-historia/rol-dos-vereadores/>. Acesso em 05 de dez. de 2022.

NOVA IGUAÇU. **Decreto N° 12.125**, de 09 de novembro de 2020 (Diário Oficial de Nova Iguaçu). Disponível em: <https://www.doweb.novaiguacu.rj.gov.br/portal/diario-oficial/ver/513>. Acesso em: 05 de dez. 2022.

NOVA IGUAÇU. **Lei N.º 5.036**, de 19 de agosto de 2022 (Diário Oficial de Nova Iguaçu). Disponível em: <https://www.doweb.novaiguacu.rj.gov.br/portal/diario-oficial/ver/1072>. Acesso em: 05 de dez. 2022.

NOVA IGUAÇU. Leis Ordinárias de Nova Iguaçu. Lei 1.601 de 1989. **Criação de Creches Municipais, Cargos e Funções na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Promoção Social**- Mensagem nº 32.89. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/legislacao-municipal/leis-ordinarias/1989/lei%201601%20-%201989%20-%20cria%20creches%20municipais%20cargos%20e%20funcoes%20na%20estrutura%20organizacional%20da%20secretaria%20municipal%20de%20promocao%20social%20-%20mensagem%20n>. Acesso em: 16 de nov. 2021.

NOVA IGUAÇU. **Decreto N.º 3.080**, de 24 de janeiro de 1986. Nova Iguaçu, 1986.

NOVA IGUAÇU. **Documento N.º 01/2000**. O trabalho com as Creches. Nova Iguaçu, 2000.

NOVA IGUAÇU. **Decreto N.º 3.539**, de 04 de maio de 1988. Nova Iguaçu, 1988.

NOVA IGUAÇU. **Decreto N.º 3.079**, de 22 de janeiro de 1986. Nova Iguaçu, 1986.

OLIVEIRA, Alberto de; RODRIGUES, Adrianno. Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre Económico**, v. 12, n. 24 (Edición especial), pp. 127-143, oct. de 2009. Medellín, Colombia.

OLIVEIRA, Raymundo. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral**. Nova Iguaçu, 25 de jan. 2021.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, n.14(1), p. 43-52, jan./jun. 1988.

O FLUMINENSE. **Prefeitura quer despejar creche**. Rio de Janeiro, 18 de mar de 1983. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22creche%20nova%20igua%20c3%a7u%22&pagfis=29107](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22creche%20nova%20igua%20c3%a7u%22&pagfis=29107). Acesso em: 22 de mar. 2021.

O FLUMINENSE. **Estudantes querem de volta o prédio da UNE.** Rio de Janeiro, 24 de março de 1980. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=2138](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=2138). Acesso em: 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Anistia traz de volta secretária de Prestes.** Rio de Janeiro, 28 de maio de 1980. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pagfis=3927](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pagfis=3927). Acesso em: 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Brum exalta ações do General Milton Tavares.** Rio de Janeiro, 07 de maio de 1980. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pagfis=3347](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pagfis=3347). Acesso em 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Dom Rodrigo:** um bairro sem armas na luta contra o tifo. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1980. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pagfis=4139](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22%20Francisco%20Amaral%22&pagfis=4139). Acesso em 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Leone denuncia trama para tirá-lo do cargo.** Rio de Janeiro, 24 de abril de 1986. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22Francisco%20Amaral%22&pagfis=53257](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22Francisco%20Amaral%22&pagfis=53257). Acesso em 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Assembleia. Situação dos posseiros tem pedido de solução.** Rio de Janeiro, 17 de set de 1980. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22Francisco%20Amaral%22&pagfis=15446](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22Francisco%20Amaral%22&pagfis=15446). Acesso em 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Quem do PP integrará diretório do PMDB.** Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1982. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=%22Francisco%20Amaral%22&pagfis=18271](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=%22Francisco%20Amaral%22&pagfis=18271). Acesso em 23 de set. 2022.

O FLUMINENSE. **Amaral abre a Semana da Pátria em Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro, 03 de julho de 1988. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&pesq=%22Interventor%20nova%20igua%C3%A7u%22&pasta=ano%20198&pagfis=72258](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&pesq=%22Interventor%20nova%20igua%C3%A7u%22&pasta=ano%20198&pagfis=72258). Acesso em: 11 de dez. 2020.

O GLOBO. **Amaral se preocupa com a miséria e não tem jeito de político profissional.** 26 de fevereiro de 1987.

PEREIRA, Paulo César. Moreira anuncia seu Vice hoje. **O Globo.** É Francisco Amaral. Rio de Janeiro, 15 de ago de 1986. Disponível em:

[http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/5196/1/COMPILA%c3%87%c3%83O\\_I\\_FB\\_KI-BR\\_125.9%20-%20PDF.pdf](http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/5196/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_I_FB_KI-BR_125.9%20-%20PDF.pdf). Acesso em: 13 de mai. 2021.

PEREIRA, Paulo Cezar. Urgente! Nova Iguaçu perde Chico Amaral, 87 anos, ex-vice-governador e interventor. **Nova Iguaçu Online.** Nova Iguaçu, 9 de novembro de 2020.

Disponível em: <https://novaiguassuonline.com.br/urgente-nova-iguacu-perde-chico-amaral->

87-anos-ex-vice-governador-e-interventor/. Acesso em: 08 de jan. 2023.

QVORTRUP, 2015. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p.11-30, jan/abr. 2015.

REIS, Suellen Santiago dos. **De lugar segregado ao lugar espiritual da Teologia da Libertação**: Diocese de Nova Iguaçu de 1970 a 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, Paulo de Assis. Estrutura do sistema educacional. In: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPÊS/GB. **A educação que nos convêm** (Fórum realizado em outubro/novembro de 1968). Rio de Janeiro: APEC, 1969.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 82, 1992, p 21-30. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208127>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. O Movimento de mulheres e a abertura política no Brasil. In: ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. 9ª ed. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **História social da infância no Brasil**. Ed. Cortez: São Paulo, 2003.

Rosemberg, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.25-63, março, 2002. ROSEMBERG, 2002.

Rosemberg, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 7-40, julh, 1999. ROSEMBERG, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, n. 82, p. 21-30, 1992. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208127>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

SANTOS, Edson Cordeiro dos. **Iniciativas populares**: o movimento comunitário e a educação infantil na Baixada Fluminense. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Entre a fragmentação e a estabilidade: eleições e padrões de representação política no Legislativo Estadual Fluminense (1978-2001). In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (org.). **Um estado em questão**: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia-histórico-crítica**: primeiras aproximações, 11ª edição, Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SEPE-RJ. Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro. **História**. Disponível em: <https://seperj.org.br/historia/>. Acesso em: 25 de dez. 2022.

SERRA, Dulcemary. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 29 de set. 2021.

SFB. Solidariedade França-Brasil. **Mapa da Infância de Nova Iguaçu:** diagnóstico situacional da infância de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, 2015.

SILVA, Percival Tavares da. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu** (MAB 1974/1992). Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, Percival Tavares da. **Bolsas de estudo no Ensino Fundamental privado, entre a universalidade de direito à educação e o clientelismo na educação:** o caso de Nova Iguaçu-RJ. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SNI. Serviço Nacional de Informação. **Inquérito N.º 239/119/ARJ**, de 04 dezembro de 1979.

SOUTO, Lúcia. **Entrevista concedida à Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral.** Nova Iguaçu, 25 de jan. 2021.

SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigo de Bairros (MAB) no Rio de Janeiro:** seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982). Dissertação (Mestrado História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares.** São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

STUDART, Heloneida. Entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira, Marly Motta e Américo Freire. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo (Org.). **Vozes da Oposição – Depoimentos.** Rio de Janeiro: Grafine Editora, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). **Creche e feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

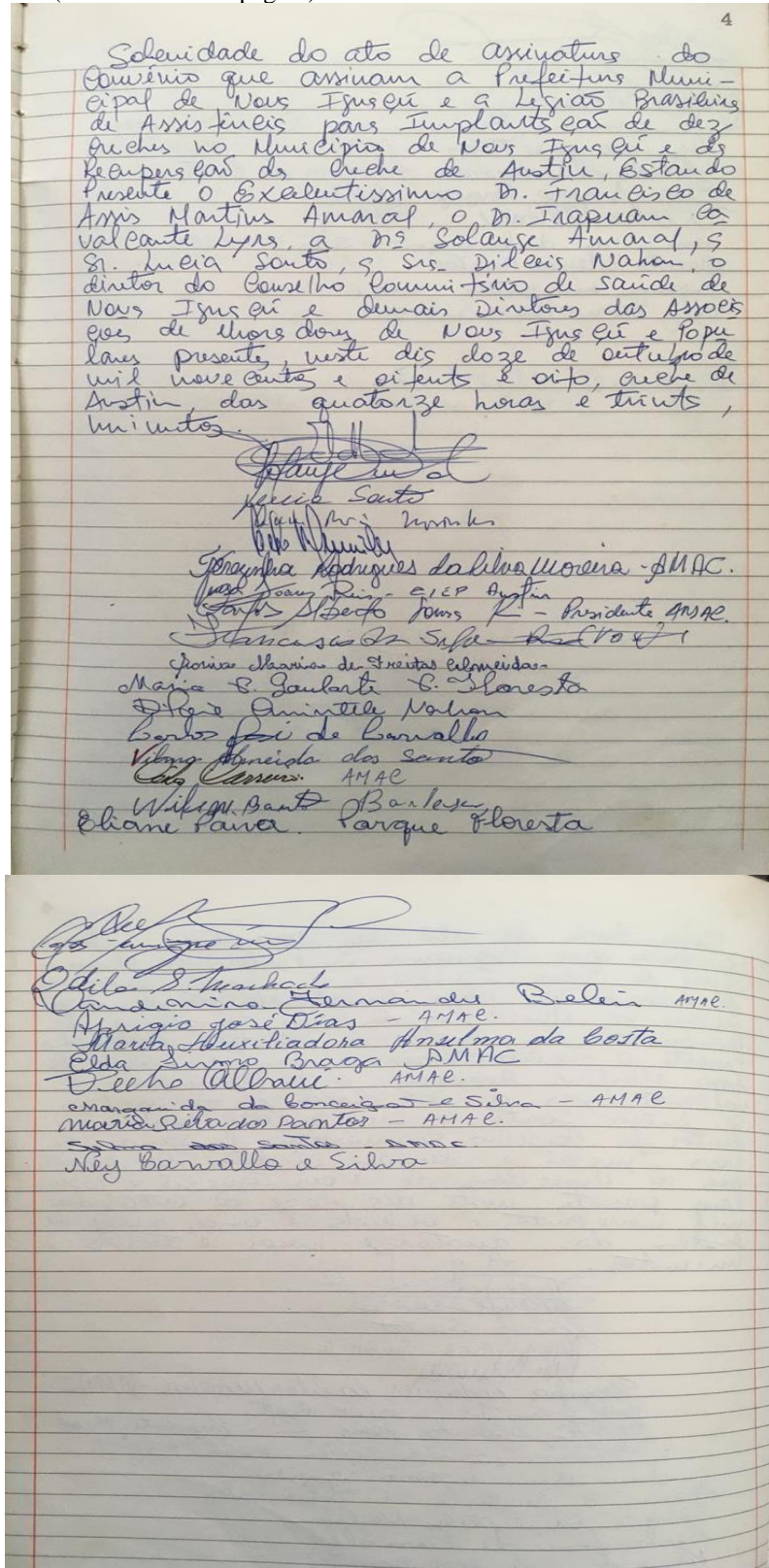
VIEIRA, Livia Maria Fraga. Uma história da política de creches no Brasil: O Projeto Casulo da LBA (1977-1985). **Revista de Zero-a-Seis**, Dossiê: História da Educação em Santa Catarina, v. 24, n. 45, 2022.

XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (des)continuidades da política educacional fluminense (1975-95). In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (org.). **Um estado em questão:** os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

[http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letrac/colet\\_federais/default.htm#:~:text=%2DReparti%C3%A7%C3%B5es%20locais%20arrecadoras%2C%20sucederam%20%C3%A0s,Coletor%2C%20auxiliado%20por%20um%20Escriv%C3%A3o.](http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letrac/colet_federais/default.htm#:~:text=%2DReparti%C3%A7%C3%B5es%20locais%20arrecadoras%2C%20sucederam%20%C3%A0s,Coletor%2C%20auxiliado%20por%20um%20Escriv%C3%A3o.) Acesso em 24/02/2023.

ANEXO I


Ata de assinatura de convênio com a Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). em 12 de outubro de 1988 (frente e verso da página)



Fonte: Acervo da EMEI Olga Celestina G. Almeida

## ANEXO II

Lei N.º 1601, de 03 de outubro de 1989


 Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
 GABINETE DO PREFEITO:

**Publicado no**  
**Jornal de Hoje**  
 De 05/10/89

**LEI Nº 1.601 DE 03 DE OUTUBRO DE 1989.**  
 "Cria Creches Municipais, Cargos e Funções na estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Promoção Social".

Autor: PREFEITO MUNICIPAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criadas na Secretaria Municipal de Promoção Social - SEMPS, 21 (vinte e uma) Creches, de Austin - Monte Sol - Jardim Europa - Ambaí - Nova Aurora - São Carlos - Jardim Esperança - Parque Venezia - Alecrim - São Jorge - Cobrex - Vale do Ipê - Parque São Vicente - Carmari - Bairro Botafogo - Jardim 1º de Maio - Parque São José - Parque Suécia - Bairro do Vasco - Maringa e São José Operário.

Art. 2º - Ficam criados, para atender o artigo precedente, 21 (vinte e um) Cargos em Comissão, símbolo CC-3 de Coordenador III e 21 (vinte e uma) Funções Gratificadas, símbolo FG-1, de Chefe do Setor de Expediente.

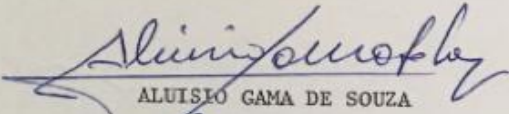
Parágrafo Único - Os Cargos criados pelo caput deste Artigo, somente serão providos após a instalação das respectivas Creches.

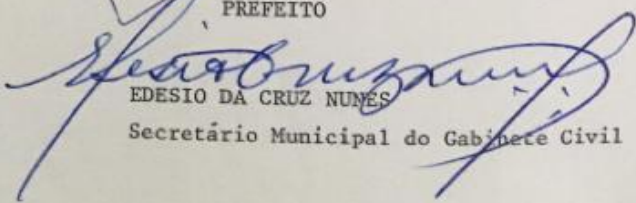
Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, DE  
 OUTUBRO DE 1989.

EPG/.

  
 ALUISIO GAMA DE SOUZA  
 PREFEITO

  
 EDESIO DA CRUZ NUNES  
 Secretário Municipal do Gabinete Civil

Mod. 04

GRAFICA DO DIM - PIANI

Fonte: NOVA IGUAÇU, 1989.



### ANEXO III

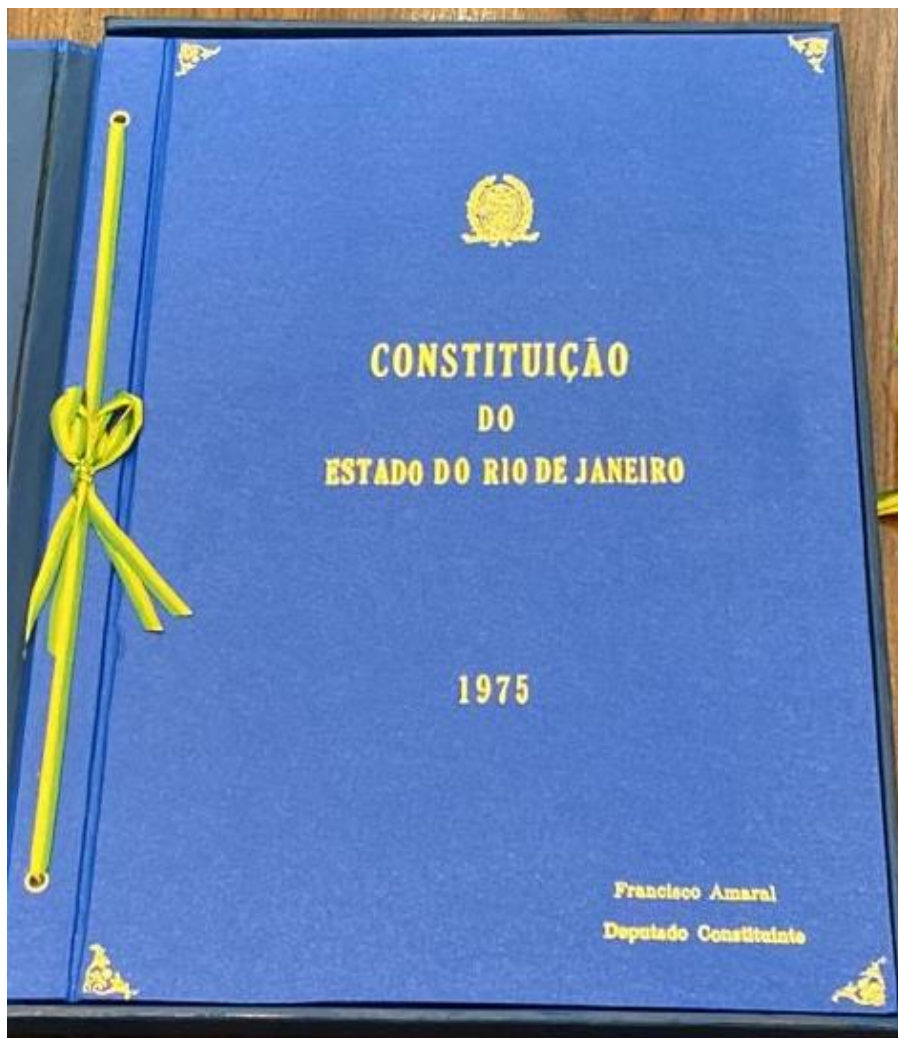
Fotografia da cerimônia de entrega da Medalha de Mérito Comendador Soares, indicação do vereador Nagi Almawy em 2007 – Representa em metal dourado, com a efígie do Comendador de um lado a outro a inscrição Câmara Municipal de Nova Iguaçu, é a mais alta honraria do Poder Legislativo concedida a personalidades que têm contribuído para o desenvolvimento da cidade.



Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em:  
[http://www.cmni.rj.gov.br/comendas/comendador\\_soares/comtemplados.php#](http://www.cmni.rj.gov.br/comendas/comendador_soares/comtemplados.php#)

**ANEXO IV**

Fotografia da Constituição do Estado do Rio de Janeiro com o nome do deputado estadual Constituinte Francisco Amaral, ano de 1975



Fonte: Acervo pessoal de Francisco Amaral